



FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

HELENA FANGANIELLO

ROBERTO SIMONSEN
E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Boletim N.º 60

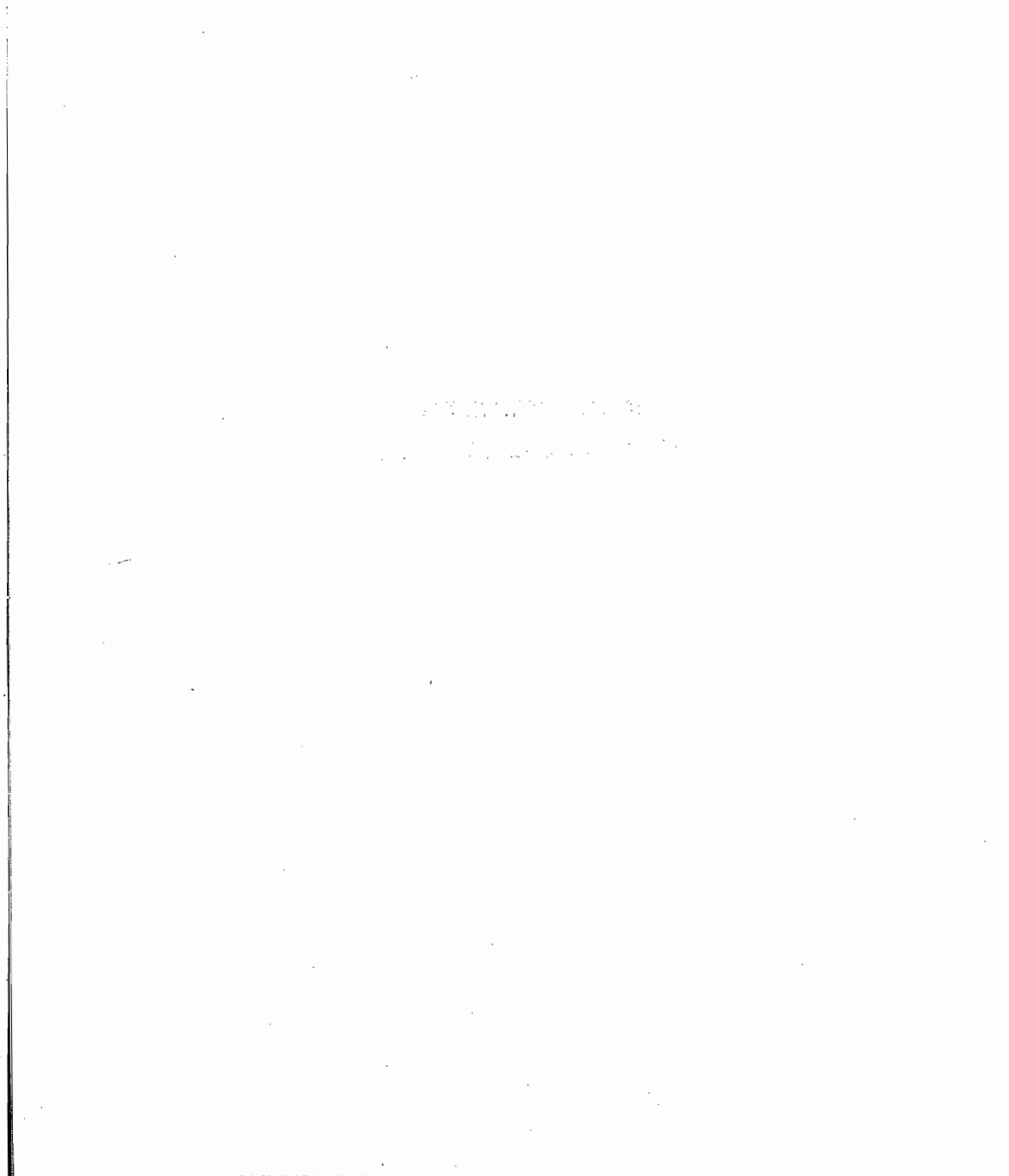


EX LIBRIS PROF. DR. DARCY CARVALHO.
SÃO PAULO. BRAZIL

Helena Fanganiello

ROBERTO SIMONSEN
E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

São Paulo
1970



I N D I C E

INTRODUÇÃO

UM

A Vida de Roberto Simonsen.....	1
---------------------------------	---

DOIS

Os Fatos Econômicos e a Obra de <u>Ro</u> berto Simonsen.....	33
--	----

TRÊS

Os Fatores do Desenvolvimento Eco- nômico: A Ocupação do Solo.....	59
---	----

QUATRO

Os Fatores do Desenvolvimento Eco- nômico: A Produção Agrícola.....	95
--	----

CINCO

Os Fatores do Desenvolvimento Eco- nômico: A Produção Industrial e a Industrialização.....	129
--	-----

SEIS

Mercado de Trabalho e Bem-estar S. cial.....	169
---	-----

SETE	O Comércio e a Industrialização...	207
OITO	O Papel da Moeda e dos Bancos no Desenvolvimento Econômico.....	259
NOVE	Renda Nacional e Desenvolvimento Programado.....	291
DEZ	A Política Internacional e a Lide- rança Norte-Americana.....	329
ONZE	O Liberalismo e o Intervencionis- mo.....	361
CONCLUSÕES.....		397
BIBLIOGRAFIA.....		429

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem por objeto o estudo da vida e obra de Roberto Simonsen. Trata-se de uma tentativa de análise global dos seus trabalhos publicados, bem como de um esforço no sentido de interpretar o que representou o seu labor para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Foi uma das figuras mais representativas do autêntico empresário brasileiro. Como engenheiro, procurou ampliar os seus conhecimentos e aprofundar-se nos estudos da Ciência Econômica, a fim de tornar-se administrador consciente.

Numa época em que o ensino da Economia Política restringia-se, a bem dizer exclusivamente ao aspecto doutrinário, onde de raro em raro se chegava à análise e à compreensão da conjuntura atual, a atividade exercida por Roberto Simonsen mostrou-lhe a necessidade de proceder a um estudo detalhado do mundo em que vivia, para ter uma imagem da posição real e das possibilidades futuras de nossa Pátria.

Com o intuito de compreender-nos como povo, julgou imprescindível pesquisar

as raízes de nossa formação histórica e, assim, transformou-se em historiador emérito.

Não se lhe pode negar o desassombro com que expôs as suas convicções de adepto do Sistema de Economia Nacional. Não o fez tímida mente como Amaro Cavalcanti, mas, sim, de maneira aberta, declarada. Afirmou e provou ser protecionista num mundo onde os países desenvolvidos, centros principais de decisões econômicas internacionais, pregavam o liberalismo, embora praticassem o protecionismo.

Insurgiu-se contra a falta de autenticidade do pensamento e das normas de ação dos países subdesenvolvidos e dependentes, que aceitavam a excelência do liberalismo internacional, inseriam em seus tratados de comércio, sem maiores discussões e estudos, a cláusula de nação mais favorecida e, desta forma, permaneciam subordinados e manietados, tolhidos de realizar seus sonhos de expansão e de aspiração a um maior bem-estar.

Foi combatido por ousar defender o intervencionismo de Estado e o planejamento econômico, quando as primeiras tentativas de programação com os planos quinquenais russo eram mal conhecidas e a imprensa liberal esforçava-se por identificar intervenção e planejamento com totalitarismo e comunização.

Dotado de espírito animoso, comprovou e divulgou os resultados de suas pesquisas sobre o pauperismo brasileiro, embora pertencesse a uma geração educada, desde os bancos escolares, na leitura e admiração do "por que me ufano de

- III -

meu País". Daí a sua corajosa afirmação: a riqueza potencial não é riqueza, porque a ninguém beneficia. Somente o trabalho de um povo, aliado ao progresso técnico, transformando as potencialidades em produção efetiva poderão enriquecer um país e conferir bem-estar à sua população.

Sua vida constituiu um exemplo de quanto a iniciativa privada pode harmonizar-se com o interesse público. Talvez por ter sido um empresário inovador, no sentido schumpeteriano, foi-lhe possível compreender a problemática do desenvolvimento econômico e oferecer tão fecunda contribuição ao desenvolvimento industrial do Brasil.

Roberto Simonsen merece nossa admiração como homem público, pela prudência, espírito indagador e audácia na tomada de decisões e na expansão de suas convicções políticas.

Do estudo de sua obra, ressalta a nítida configuração de uma doutrina autêntica e própria, na qual, a despeito de um dominante traço neoliberal, encontra-se a conciliação do liberalismo com uma intervenção de Estado capaz de harmonizar os interesses privados com o bem-estar comum.

Para alcançar o desenvolvimento, considerava imprescindível planejar a produção e executar os planos elaborados. Somente depois, dever-se-ia cuidar da distribuição. À medida que as desigualdades de fortuna se reduzissem, os desequilíbrios regionais se atenuassem até desaparecerem, quando as oportunidades de aperfeiçoamento e bem-estar estivessem ao alcance

dos indivíduos, em geral, é que a vida econômica poderia e deveria tornar-se cada vez mais liberal, resultando numa diminuição, mas não no desaparecimento da presença do Estado como coordenador do sistema econômico.

Nosso trabalho visa demonstrar:

- 1º - a autenticidade da obra de Roberto Simonsen;
- 2º - a sua filiação ao Sistema Econômico Nacional;
- 3º - o caráter protecionista, intervencionista e planificador do seu programa de política econômica;
- 4º - a sua contribuição, precursora da teoria do desenvolvimento econômico, e das bases fundamentais da Teoria do Desenvolvimento Equilibrado e da Teoria dos Pólos de Crescimento;
- 5º - a sua preocupação em resolver a questão social, visando eliminar a luta de classes mediante colaboração e entendimentos conscientes e recíprocos entre empresários e trabalhadores;
- 6º - o seu pioneirismo na defesa da integração econômica internacional, que o tornou um precursor da Teoria da Integração Econômica e da Organização do Mercado Comum Latino-Americano.

A natureza da obra de Roberto Simonsen condicionou a metodologia a ser adotada, em virtude da exuberância dos seus escritos. Entre relatórios, discursos, conferências, teses, livros,

entrevistas, artigos, pareceres e proposições, contam-se 123 documentos que tivemos o cuidado de analisar.

Manifestava suas idéias sempre que se fizesse necessário atuar sobre os fatos ou afirmar com evidência uma posição.

Ainda que, em certo período, tivesse sido professor de História Econômica, não demonstrou, no transcorrer de sua existência, interesse pelo magistério. Daí não haver realizado obra didática que conferisse à totalidade de seu trabalho uma seqüência metodizada. Por isso, talvez, muitas das suas contribuições, apesar de conhecidas, não foram devidamente valorizadas em sua época, ou mesmo em tempos posteriores.

Não nos pareceu conveniente, embora possível, observar uma seqüência cronológica no que se refere ao histórico das obras de Roberto Simonsen; por esse motivo, obedecemos à cronologia, unicamente na parte concernente ao estudo da sua vida.

Julgamos não haver traído o pensamento de Roberto Simonsen, a despeito de, deliberadamente, têmo-nos esquivado de continuadas citações. Quisemos dar à obra por ele realizada um caráter de unidade, que se teria perdido, se tivéssemos transformado esta monografia num conjunto de citações de frases felizes e períodos empolgantes, inumeráveis em seus vários trabalhos. Preferimos compreendê-lo e dar aos seus estudos uma visão que, embora analítica, não seria mutiladora do seu pensamento. Para nós, o importante é conservar a unidade da contribuição do nosso eminente patricio.

Conforme demonstrou-nos a análise da sua vida, Roberto Simonsen partiu da compreensão dos acontecimentos próximos para, depois de refletir sobre eles, construir seu sistema de vida, que, aos poucos, o conduziu à afirmação de um pensamento doutrinário completo.

Esta observação determinou a divisão de nossa obra.

No Capítulo I, estudamos a Vida de Roberto Simonsen. Somente nesse capítulo obedecemos ao método histórico. Foi nossa intenção de mostrar a perfeita harmonia entre as suas realizações como administrador e empresário, e a sua vida pública. Ressaltamos, também, a obra do intelectual, sem prejuízo da ação empresarial e da sua participação na vida política do país.

O Capítulo II contém os Fatos Econômicos e a Obra de Roberto Simonsen. Nêle, procuramos salientar a maneira como este economista viveu, analisou e sentiu os acontecimentos da primeira metade deste século. Foi esta análise que o convenceu da urgência de a economia Brasileira e a Latino-Americana romperem o subdesenvolvimento.

O Capítulo III cuida de analisar a Ocupação do Solo como fator de desenvolvimento econômico. A nosso ver, de toda a História Econômica do Brasil, do ângulo visualizado por Roberto Simonsen, ressalta a demonstração de que os desequilíbrios regionais, aqui, como alhures, decorreram das diferentes formas de ocupação do solo e do povoamento.

O Capítulo IV versa sobre a produção

- VII -

agrícola como base fundamental à decolagem para o desenvolvimento. Neste capítulo, tivemos o cuidado de refutar, com as próprias palavras de Roberto Simonsen, a infundada acusação que lhe fizeram de inimigo da agricultura. A diferença estabelecida entre exclusivismo agrícola e integração Agricultura-Indústria constitui um dos pontos altos do seu pensamento e contribuição.

No Capítulo V, reunimos tôdas as manifestações de Roberto Simonsen a propósito da natureza da produção industrial e o papel da industrialização no desenvolvimento econômico. Trata-se de uma das partes centrais de nosso trabalho; aí explicamos a natureza do industrialismo pregado pelo ilustre economista, e na qual estão reunidos os aspectos tecnológicos e a preocupação com os fatores materiais inerentes à natureza da indústria e à sua finalidade: a realização do bem-estar da humanidade.

Este capítulo, naturalmente, conduziu-nos ao Capítulo VI, onde analisamos o Mercado de Trabalho e o Bem-Estar Social, tal como os viu Roberto Simonsen. Vale notar o critério com que estabeleceu a diferenciação entre as condições de trabalho em países desenvolvidos e o sistema do trabalho das nações em desenvolvimento. Enquanto, no primeiro grupo, o único problema é o da manutenção do bem-estar, no segundo, urge criar condições para a sua existência.

O Capítulo VII reúne as idéias do Autor sobre a Natureza do Comércio Interno e Internacional e o seu Papel na Industrialização. Salienta o papel positivo da atividade comercial no mercado interno, em contraposição às dificuldades encontradas nas relações internacionais, co

- VIII -

mo consequência de diretrizes políticas, seguidas por países desigualmente desenvolvidas, nas discussões de tratados e elaboração de normas de ação comercial. Justifica-se a esta altura a sua preocupação protecionista como arma estratégica dos países em desenvolvimento.

No Capítulo VIII, ressaltamos o pensamento de Roberto Simonsen, concernentes à importância da Moeda e dos Bancos no Desenvolvimento Econômico. Numa interessante explanação, demonstra que não só o valor, mas, também, a própria natureza da moeda, decorrem das peculiaridades da produção e das características econômicas do país.

No Capítulo IX, analisamos o Conceito e as Dificuldades de Avaliação da Renda Nacional. Embora peque por falta de rigor, o critério aproximativo esboçado por Roberto Simonsen era defensável na sua época, devido à sua praticabilidade. Considera que o conhecimento da Renda Nacional e o da sua distribuição constituem as mais importantes variáveis a serem consideradas na consecução do desenvolvimento programado.

No Capítulo X, coletamos as diversas manifestações de Roberto Simonsen, em várias épocas, todas relacionadas à natureza da política econômica internacional, nos países em desenvolvimento, bem como aos efeitos positivos e negativos da liderança norte-americana nos países da América. É neste capítulo que se pode melhor perceber o caráter pioneiro de seu pensamento, em relação à Teoria da Integração Econômica Internacional, tão em voga atualmente.

Por fim, no Capítulo XI, procuramos evidenciar a convergência de todas as idéias de

Roberto Simonsen para a sua afirmação doutrinária de um Neoliberalismo, com intervenção do Estado, e de um desenvolvimento programado apoiado em protecionismo educador, provisório e desenvolvimentista. Neste sentido, não pode ser considerado liberal Ortodoxo, e muitos liberais negar-se-iam mesmo a aceitá-lo entre suas fileiras.

Tendo usado o método analítico no estudo de sua vida e obra, fomos levados a recorrer à síntese, a fim de reconstituirmos a unidade da contribuição de Roberto Simonsen ao pensamento econômico brasileiro.

Encerramos nossa monografia com as conclusões que, a nosso ver, comprovam as hipóteses levantadas nesta Introdução.

Por último, encontra-se uma bibliografia completa da obra de Roberto Simonsen.

Esperamos que o presente estudo não só apresente o nosso Autor em suas devidas dimensões culturais, como, ainda, nos sirva de estímulo para outros trabalhos da mesma natureza. Assim, facultaríamos às novas gerações conhecerem o autêntico pensamento dos economistas brasileiros do passado, cujo valor avulta quando nos lembramos de que foram autodidatas, sem a formação profissional sistemática hoje ao alcance da juventude hodierna, e de que se consagraram aos estudos econômicos por vocação e patriotismo, e não como meio de vida.

Dai ser esta monografia dedicada a todos os economistas brasileiros que, não obstante serem desconhecidos das gerações presentes, nem por isso contribuíram menos para tornar a nossa Pátria o que ela é - um país em desenvolvimento,

- X -

a única civilização implantada em região tropical, a ultrapassar a fase de pauperismo absoluto.

Capítulo I

A VIDA DE ROBERTO SIMONSEN

O engenheiro, economista, político e industrial, Roberto Simonsen, nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1889. Seu pai, Sidney Martin Simonsen, de tradicional família inglesa, transferiu-se para o Brasil aos 25 anos. D. Robertina da Gama Cockrane, sua mãe, era natural do Rio. Filha do engenheiro Inácio Wallace da Gama Cockrane, descendia de ilustre família escocesa, integrada por engenheiros, militares, diplomatas e altos funcionários.

Frequentou o curso primário em Santos, no "Colégio Tarquínio da Silva" e o secundário, em São Paulo, no "Colégio Anglo-Brasileiro", mais tarde denominado "Ginásio Anglo-Brasileiro".

Casou-se em 1911 com D. Rachel Cardoso e teve quatro filhos: Roberto, Fernando, Eduardo e Victor Geraldo.

É incontestável a ascendência que sobre Roberto Simonsen exerceu seu avô materno e padrinho, Dr. Inácio Wallace da Gama Cockrane,

fundador da Companhia City de Santos, Deputado à Assembléia Provincial, de 1870 e 1879, e membro da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Influenciado pela carreira de seu avô em cuja casa, no Rio de Janeiro, viveu durante alguns anos, e a pedido de seu pai, ingressou na Escola Politécnica de São Paulo, em julho de 1903.

A Escola Politécnica, sob a direção do Dr. Antonio de Paula Souza, seu fundador e primeiro diretor, reunia nessa época uma elite de professores e um pequeno grupo de cientistas suiços que viera a São Paulo dar início aos cursos técnicos dessa escola.

A notável cultura e a grande autoridade moral de Paula Souza permitiram-lhe imprimir ao currículo da Escola Politécnica grande objetividade científica e completa autonomia às suas decisões, o que lhe possibilitou exercer a direção da Escola com segurança, independência e patriotismo. Nesse período, também foi notável o trabalho realizado pelo professor Cesário Mota, que concitava os jovens ao estudo das matemáticas e ciências exatas, com vistas à solução dos problemas nacionais.

Tal ambiente despertou em Roberto Simonsen o interesse pelos problemas econômicos e favoreceu o desenvolvimento de seu espírito objetivo, mantendo-o fiel à formação científica e prática que recebera nos bancos universitários.

Era de seis anos o curso da Escola Politécnica. Compreendia um Curso Fundamental e

dois Cursos Especiais. O Curso Fundamental tinha a duração de três anos, constando de um ano de Curso Preliminar e dois de curso Geral. Os Cursos Especiais eram assim constituídos: um, de três anos, destinava-se a formar engenheiros civis, arquitetos, industriais e agrônomos e o outro, de um ano, diplomava mecânicos, condutores de trabalho, agrimensores, arquivistas e contadores.

No Curso Preliminar, embora as disciplinas Contabilidade e Escrituração Mercantil fôsssem optativas, resolveu Roberto Simonsen segui-las, obtendo, em 1904, o grau de Contador.

Durante o curso superior, foi sempre um dos primeiros alunos, o que pode ser comprovado pelas notas obtidas. No regime escolar então vigente, a nota mínima para aprovação era 600 (seiscentos) e a máxima 1 000 (mil). No primeiro ano do Curso Preliminar, no período de julho de 1903 a julho de 1904, recebeu nota 715,800, classificando-se com grau pleno. No primeiro ano do Curso Geral, de 1904 a 1905, alcançou o grau 790,050 e, no segundo, conseguiu distinção, com nota 888,700, no período de 1905 a 1906.

No Curso de Engenharia Civil, as notas e as menções recebidas foram as seguintes: primeiro ano, de 1906 a 1907, média 849,300, grau pleno; segundo ano, de 1907 a 1908, média 931,645, distinção; e no terceiro, de 1908 a 1909, a média alcançada foi 881,534, distinção.

Foram seus professores, no Curso Fundamental, os engenheiros: Carlos Gomes de Souza Shalders (Matemática, Álgebra, Geometria e Trigonometria); Constantino Rondelli (Física Experi-

mental); Domiciano Rossi (Desenho a mão livre e Geometria) e Horácio Berlinck (Contabilidade e Escrituração Mercantil).

No primeiro ano do Curso Geral teve os seguintes mestres: Prof. Rodolpho de S. Tiago (Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal) ; Prof. Constantino Rondelli (Física Experimental); Prof. João Duarte Júnior (Topografia: Redação de Projetos e Terraplanagem); Prof. Carlos Nunes Rabello (Química Mineral e Orgânica) e o Prof. Domiciano Rossi (Desenho Geométrico e Topográfico).

No segundo ano, recebeu aulas ministradas pelos professores: Rogério Fajardo (Mecânica Geral, Trigonometria Esférica, Astronomia e Geodésia); José Brant de Carvalho (Geometria Descritiva de Posição e Elementos de Arquitetura) ; Francisco Ferreira Ramos (Eletrônica) e Victor Duburgras (Desenho Arquitetônico e Cartográfico).

No primeiro ano do Curso Especial de Engenharia Civil, foi aluno dos professores: Antonio Francisco de Paula Souza (Teoria da Resistência dos Materiais, Grafo-Estatística, Arquitetura Civil e Higiene das Habitações) e Francisco Ferreira Ramos (Física Industrial).

Cursou o segundo ano sob a orientação dos professores: Paula Souza (Estabilidade das Construções); Victor da Silva Freire (Tecnologia do Construtor Mecânico); João Pereira Ferraz (Hidráulica, Abastecimento de Águas, Esgotos e Saneamento das Cidades) e Álvaro de Menezes (Mecânica Aplicada às Máquinas e Motores). Por fim, no terceiro ano, os professores: Ataliba Baptista de Oliveira Valle, (Estradas, Pontes e Via-

dutos); José Antonio da Fonseca Rodrigues (Navegação Interior, Canais, Portos de Mar e Faróis) e Brazílio de Campos (Economia Política, Direito Administrativo e Estatística).

Em diversas oportunidades manifestou profundo reconhecimento e admiração por Paula Souza e pela influência que sobre ele exerceram os professores Horácio Berlinck e, principalmente, Alfred Slater, professor de Química do Mackenzie College, de quem se considerava discípulo.

Convidado a paraninfar uma turma de bacharelados da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, proferiu, em seu discurso, palavras de aplauso à homenagem prestada ao Prof. Horácio Berlinck, emérito pioneiro do estudo e aplicação de ciências econômicas e financeiras entre nós. Recordou ter sido, em São Paulo, um dos seus mais antigos discípulos e que, ao cursar a Escola Politécnica, então dirigida por Antonio F. de Paula Souza, Horácio Berlinck lecionava a Cadeira de Contabilidade. Naquela época, a mentalidade de estudantil não avaliava a importância desse curso, assim como os de Economia Política e Estatística, frequentados com marcada indiferença. Roberto Simonsen sempre teve em alto apreço as aulas recebidas de Horácio Berlinck, e declarou que o professor lhe atribuíra o sucesso profissional à seriedade com que o aluno seguira o Curso de Contabilidade.

Como era natural, os ensinamentos recebidos na Politécnica exerceram grande influência em sua carreira profissional; muito bem compreendeu o papel da técnica em benefício do mundo e do engenheiro nos tempos modernos, tendo chegado a definir Engenharia como a preocupação de servir a Humanidade, proporcionando-lhe o máximo de con

fôto pelo uso inteligente das grandes forças da natureza, que ela pesquisa incessantemente e de agir apoiada na ciência e num ideal expresso na afirmação: "Não é bastante criar agindo: é necessário agir criando".

Ressaltou a importância da Engenharia para a obtenção do maior rendimento das forças em jogo, através da utilização de métodos e processos científicos apropriados ao lugar, hora, direção e oportunidade de aplicação, tal como a julgavam os americanos, pioneiros na expansão do campo da Engenharia moderna.

Em 1909, aos vinte anos, tendo-se diplomado com distinção, apresentou-se-lhe a oportunidade de escolher um cargo público, entre dois que lhe foram propostos. Não aceitou nenhum deles, e nesse mesmo ano, convidou-o a "Southern Brazil Railway" para, nessa empresa, exercer a função de engenheiro.

Em 1912, fundou a primeira grande empresa de construções civis, a "Companhia Construtora de Santos", orientada e dirigida por engenheiros, na qual ocupou o cargo de Diretor-Presidente, até 1940. Os relatórios publicados a partir de 1918 comprovam ter sido a primeira Companhia a realizar abertamente uma propaganda sobre organização científica de trabalho, no país. Muitos engenheiros da Construtora de Santos integraram a equipe do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), imbuídos do mesmo espírito e orientação de Roberto Simonsen, procurando sempre desenvolver e difundir idéias de interesse geral da comunidade.

Em vários relatórios administrativos dessa empresa, teceu Roberto Simonsen interessan

tes considerações sôbre fatos ocorridos em diferentes esferas de ação, que muito evidenciaram a agudeza de suas idéias inovadoras e o seu elevado espírito crítico. Em 1916, analisou a orientação introduzida pelas diretorias da Companhia nas organizações administrativas, social, técnica e material, desde a sua fundação.

Em 1917, após um estudo do conjunto de empresas santistas por êle dirigidas, esclareceu suas relações com a "Companhia Construtora de Santos" e exaltou os princípios de coordenação e concentração de esforços representados por tais iniciativas, de benéfica influência na expansão da Companhia.

Nesses e em outros relatórios, nota-se o traço característico da unidade de orientação, manifestado pelo esforço tenaz e constante que na administração da Companhia procurou imprimir à previsão, organização, concatenação e controle das várias atividades por ela desempenhadas.

Essas considerações e a conscienciosa análise de fatos políticos e econômicos mundiais, ocorridos em sua época, levaram-no a propor, desde 1916, a reestruturação da "Construtora de Santos", nos moldes da chamada administração científica, hoje tão divulgada no campo da Administração Empresarial. Sem organização a apropriada, seria preferível restringir as operações relativas ao aumento dos negócios e, desse modo, evitar muitas imperfeições ou mesmo elevação no custo dos Serviços.

Prestigiado pelos colegas de Diretoria, iniciou a reorganização interna da Companhia, dando-lhe caráter dinâmico, sem jamais esquecer-se de que a ação era sua meta. Encarou a empre-

sa de um ponto de vista genuinamente industrial, e os serviços contratados como produtos a fabricar. Substituiu o antigo processo de administração, denominado "militar" pelos americanos, segundo o qual, na organização de uma empresa, sucedem-se os patrões, os contramestres, os feitores, todos com mais preocupação de mando do que de perfeita realização dos serviços, e onde o regime de irresponsabilidade muitas vezes domi na pelo processo administrativo "de função". No sistema de administração por ele preconizado, os fatores tempo, custo, execução e justa remuneração do trabalho, determinados por métodos científicos são os elementos principais na procura de uma alta eficiência, fim primordial que o trabalho moderno deve almejar em tôdas as suas manifestações. A cada encargo recebido deveria corresponder uma série de operações detalhadamente estudadas sob êsse prisma.

Ao Departamento Técnico caberia elaborar orçamentos, projetos e planos de execução, com vistas a determinar o tempo previsto para início, construção e término de cada elemento da obra, quer fôsse executada na oficina ou "in loco". O Departamento Comercial operaria nos seus setores especializados, providenciaria todos os fornecimentos de material e elaboraria os serviços de contabilidade e estatística.

Cumpriria ao Departamento de Produção as atribuições relativas à produção, dentro dos tempos previstos, com custos orçados, especificações preestabelecidas, ou seja, com autonomia e responsabilidade definidas.

O esquema traçado era um sistema misto das organizações departamental e funcional e constituía a estrutura da transição para uma for

ma ideal que, em virtude das dificuldades e condições especiais do nosso meio, só poderia ser alcançada com o correr do tempo e à custa de esforço perseverante.

Ainda na direção da Companhia Construtora de Santos, manteve, em 1923, acirrada polêmica, pelos jornais, com o Diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo, Dr. Victor da Silva Freire, sobre o problema do asfaltamento de São Paulo. A questão foi aberta na Câmara Municipal, quando se debatia o projeto nº 42. O vereador Eng. Luiz Augusto Pereira de Queiroz opôs-se à propositura, por achar lesiva aos interesses do Município a concessão do asfaltamento de São Paulo a um "Trust", sob a administração da Firma Monteiro e Aranha, eliminando da concorrência aberta as firmas Neuchate e a Companhia Construtora de Santos, que apresentaram propostas em condições idênticas à primeira, mas a preços inferiores.

Os trabalhos das Comissões concentraram-se inteiramente nessa questão, enquanto o aspecto técnico e científico, normalmente o norteador das discussões, foi absorvido pelo político.

Estudando os efeitos da Primeira Grande Guerra sobre a Companhia Construtora de Santos, salientou Roberto Simonsen as alterações provocadas nas condições vitais e econômicas da sociedade. Mostrou que, embora tivesse a guerra criado novas e poderosas necessidades incentivadoras da produção de determinados artigos, ela afetou a vida de muitas indústrias, pela supressão dos mercados correspondentes, sendo um dos exemplos, a indústria de construção. A baixa dos aluguéis, como consequência da diminuição

das populações citadinas e do agravamento das condições de vida, determinou a paralisação parcial das obras de engenharia civil. Outros fatores foram: o encarecimento do material de construção, tanto importado como nacional, em virtude da elevação do preço dos combustíveis. Para evitar a paralisação total e o desemprego, concluiu os empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro a criarem novos empreendimentos.

Em princípios de 1912, fundou a "Companhia Santista de Habitações Econômicas", pois, no seu entender, a falta de casas para operários era a responsável pela carestia de vida que agitava a cidade. Obedecendo a preceitos técnicos, planejou a construção de um bairro operário, com o objetivo de conciliar as necessidades existentes e o capital exigido. Pediu apoio de Belmiro Ribeiro, então Prefeito de Santos, e, em julho de 1912, a Câmara Municipal sancionou a Lei nº 501, concedendo favores aos investidores de capitais nesse tipo de construção. Em 1914, a Companhia lançou a pedra fundamental da construção de um bairro operário, em Vila Belmiro.

Também foi o organizador de um sindicato aprovisionador do terreno e custeio das primeiras despesas. Mas, a eclosão, da Primeira Grande Guerra exigia prudência, e a pouca receptividade ao plano pôs termo ao andamento das obras.

Além da causa acima apontada, chamou Roberto Simonsen a atenção para a concorrência desleal exercida pela própria Prefeitura de Santos, com relação a "Companhia Santista de Habitação Econômica", por construir 572 casas de madeira, algumas nas proximidades da Vila Belmiro. O baixo nível educacional do povo determinou a

preferência pelas casinhas de madeira, livres da vigilância do Departamento de Saúde e da ação da Fisco. Em resultado, as casas construídas pela Companhia passaram a ser procuradas pela classe média e não pela operária, para a qual foram projetadas.

Ainda na direção da "Companhia Construtora de Santos", traçou os planos para a construção de um bairro de luxo, nessa cidade. Em 1916, a pedido da "Companhia Economizadora", na qualidade de seu procurador, adquiriu a massa falida da "Companhia Parque Balneário", operação em que desempenhou a função de preposto de síndico e de liquidatário na falência.

Também exerceu o cargo de Procurador não remunerado da "Companhia Brasileira de Calçamento", sediada em Santos, para a qual obteve vários financiamentos e organizou serviços. A crise internacional de 1913 a 1914 obrigou-o a requerer a liquidação da empresa, mas a falta de compreensão do seu ato foi a responsável pelos primeiros ataques dirigidos à sua pessoa. Acusado de ter-se beneficiado nessa operação, refutou com veemência as acusações, provando publicamente nada haver recebido dessa empresa.

Organizou o Centro dos Construtores Industriais de Santos.

Em 1919, convidado por uma firma interessada, participou da concorrência aberta pela Prefeitura de Santos, para a construção de um estabelecimento moderno, destinado ao abate do gado e, tendo sido o seu projeto o vencedor, entregou-o à Companhia Construtora de Santos. Depois de montada a Companhia Frigorífica de Santos, Roberto Simonsen assumiu a sua Presidência. Tal a

contecimento deu origem a discussões políticas e à apresentação de um recurso, ao Senado Estadual de São Paulo, para anulação do contrato com a Prefeitura de Santos.

A atividade e altruísmo com que se houve, durante a gripe espanhola de 1918, patentearam o seu elevado espírito humanitário e público. Cessado o flagelo, recebeu em Santos, comovente manifestação de amigos e companheiros de trabalho. No discurso de agradecimento, pronunciado em 9 de dezembro de 1918, humildemente declarou que pouco fizera, a não ser coordenar esforços, ou seja, cumprir os deveres de chefe, amparando seus subordinados na desgraça provocada pela epidemia. Atribuiu o êxito do empreendimento à cooperação dos companheiros que, incansavelmente, confortaram os lares e puseram-se à cabeceira dos doentes.

Como engenheiro, uma das suas grandes realizações foi a construção de quartéis para o exército, entre 1922 e 1923. Nessa obra em que teve sob sua direção uma equipe de 12 000 homens e 50 engenheiros, em nove Estados, introduziu a racionalização do trabalho e um perfeito serviço de Contabilidade.

A construção desses quartéis não escapou à hostilidade de certa imprensa, intencionada em denunciar grandes negociatas ao Presidente Arthur Bernardes, que então assumia o Governo. A empresa foi aberta aos representantes do Poder Público e demonstrada a lisura do empreendimento. O próprio Presidente confiou-lhe novos trabalhos de engenharia. A suspensão das obras dos quartéis, no sul, efetuou-se a pedido da Companhia Construtora de Santos, em virtude das revoluções lá existentes. Determinou o Governo o

seu cancelamento, em dezembro de 1924. A prestação final de contas de todas as obras do Governo, apesar da clareza de todas as certidões apresentadas, prolongou-se até meados de 1926, quando foi obtida a certidão final da aprovação das últimas faturas de serviço, da Contabilidade de Guerra. Todavia, a mudança de funcionários da Diretoria de Engenharia e a não comunicação aos Departamentos de Contabilidade e Engenharia, por parte do Gabinete do Ministro, sobre o acordo feito com a Companhia, levaram à impugnação da última fatura, em 30 de outubro de 1926. Mas, em vista dos atos, avisos e decisões do ministério da Guerra, constantes no processo positivando a improcedência das dúvidas levantadas, o Ministro mandou providenciar o pagamento das contas, em 13 de novembro de 1926. Em 1930, Revolução procedeu a uma devassa nos serviços dessa construção, tendo reconhecido a probidade com que os serviços foram realizados. Em 1935, o Tribunal de Contas da República reexaminou todos os documentos já aprovados pela Contabilidade de Guerra, dando-lhe quitação geral das contas.

Tais acontecimentos induziram-no a publicar "A Construção dos Quartéis para o Exército", obra em que corajosamente contestou as acusações dirigidas à sua pessoa, deixando, porém, transparecer sua margura com relação à maledicência pública brasileira.

Durante a primeira fase de sua vida, orientou suas principais atividades para os investimentos de caráter social, em colaboração com o Poder Público.

Todos os esforços que envidou na urbanização de Santos, os contratos que firmou com o Ministério da Guerra para a construção de quar-

têis, o trabalho realizado no sentido de promover maior entendimento entre a sua empresa e os seus empregados, revestem-se de nítidos aspectos de criação de bens sociais, materiais uns, imateriais outros.

A nosso ver, a sua verdadeira vocação estava em empenhar-se na consecução do bem público. Todavia, não devemos pensar que o dirigente industrial, para autofirmar-se, estaria na dependência de programas e projetos emanados do Poder Público.

Na verdade, Roberto Simonsen dirigiu, com êxito, várias indústrias. Iniciou as suas atividades no ramo de produtos de alimentos - a mais importante indústria do país - presidindo a "Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos", de 1919 a 1924.

Apesar de ser, antes de tudo, industrial, preocupou-se com o problema da Agricultura, não apenas como fornecedora de alimentos e matérias-primas, como também por constituir a principal fonte geradora de divisas para o país. Foi o café um dos seus centros de interesse, razão por que se tornou sócio da firma "Murray, Simonsen e Cia. Ltda."

Estudiosos da economia brasileira, previu a perda do mercado externo de borracha natural, em virtude do sistema de plantação adotado pela Inglaterra e Holanda, em terras do sul do Pacífico. Percebeu, entretanto, que o desenvolvimento da indústria nacional aumentava, cada vez mais, a procura interna da borracha para fins industriais. Se havíamos perdido o mercado internacional, por que não expandir o consumo interno? Organizou, então, e dirigiu a "Companhia

Nacional de Borracha", nos anos de 1926 a 1927, inaugurando, assim, a indústria de artefatos de borracha, hoje um dos principais ramos industriais do país.

Tendo conhecimento do intenso consumo de produtos manufaturados de cobre, importados do exterior, principalmente peças de reposição de maquinaria industrial, compreendeu quanto a diminuição de importações essenciais, durante a Primeira Guerra, prejudicara a nossa indústria. Por isso, instalou, em 1926, a "Companhia Nacional de Artefatos de Cobre", sob a sua direção até 1928, iniciando, dêsse modo, o movimento de industrialização substitutiva de produtos importados, tendo em vista que ficava mais barato adquirir o cobre em bruto e industrializá-lo aqui.

Durante as suas realizações no campo da engenharia civil, teve a oportunidade de testemunhar o quanto as construções no Brasil dependiam de material importado, pois inclusive tijolos e outros produtos cerâmicos vinham do exterior. O solo brasileiro possuía argilas da melhor qualidade. Por que, então, não poderíamos desenvolver a nossa própria indústria da cerâmica? Este conhecimento deu-lhe base para fundar a "Cerâmica São Caetano S.A.", que, até hoje, constitui uma das maiores indústrias brasileiras, com capacidade para suprir não só o mercado interno, mas também o internacional.

Apesar de haver transferido residência para São Paulo e ter-se afastado das atividades de engenheiro civil em Santos, continuou a obra de participação na indústria de construção civil, associando-se à "Sociedade Construtora Brasileira Limitada".

Seus estudos relativos à produção algodoeira no Brasil e a constatação da perda monetária que sofriamos ao exportar algodão em rama, levaram-no a batalhar pela consolidação da indústria têxtil no Brasil e, concretizando suas idéias, organizou uma empresa em moldes modernos: a "Fábrica de Tecidos Santa Helena".

Este passado empresarial conduziu Roberto Simonsen, dos investimentos de caráter social em colaboração com o Poder Público, à iniciativa privada em que todas as responsabilidades e poder criador dependiam da sua capacidade de determinar e seguir uma adequada política de negócios; moldou-lhe a personalidade e constituiu atributo precioso as suas realizações na vida pública.

Muito cedo e paralelamente às suas atividades de engenheiro, ingressou na vida pública.

Dois anos após a sua formatura e depois de haver exercido o cargo de engenheiro da "Southern Brazil Railway", pôde aquilatar a importância de que se revestia, para o futuro econômico do país, o movimento comercial do porto de Santos. Naquela época, porém, a cidade não possuía nenhum plano urbanístico nem de saneamento, decorrendo a sua importância apenas de ser o maior porto de escoamento da produção cafeeira. Tal constatação induziu-o a aceitar, em 1909 o cargo de Diretor-Chefe da Municipalidade de Santos e a exercê-lo cumulativamente com a função de Engenheiro-Chefe da Comissão Central de Melhoramentos da Cidade de Santos, até 1912.

A profissão de engenheiro aliada ao seu senso empresarial, tornaram-lhe fácil perceber que, para realizarem-se os projetos de remo-

delação da cidade, necessário se fazia a mútua colaboração de uma empresa particular com a Prefeitura. Assim, surgiram, sob a sua presidência, a "Companhia Construtora de Santos" e outras empresas, com o objetivo de pôr em prática o plano urbanístico de Santos.

Tendo irrompido a Primeira Grande Guerra, as atividades econômicas do Brasil viram-se fortemente abaladas, principalmente no setor industrial. Empresas têxteis abriram falência, provocando o desemprego. Eclodiram greves provocadas pela incompreensão do operariado, face às dificuldades, a bem dizer importadas, como consequência do conflito mundial.

Preocupado com a insensibilidade governamental e com a desorientação de patrões e operários, Roberto Simonsen, na qualidade de Primeiro Presidente do "Centro de Construtores e Industriais de Santos", organizou, em 1916, uma Câmara de Trabalho, ou melhor, a primeira Junta de Conciliação dos Trabalhos no Brasil, incluindo representantes de operários e patrões. Era objetivo da Junta conseguir uma justa conciliação dos interesses de ambas as classes e pôr fim aos contínuos conflitos que se registravam entre empregados e empregadores, causa de graves danos para o trabalho e para a sociedade local. Talvez tenha sido o Primeiro Tribunal Paritário do país, para apreciação dessas questões. Foi fundado a revelia de qualquer intervenção oficial, vinte e três anos antes da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil.

As principais finalidades fixadas nos Estatutos do Centro eram: organizar um cadastro do operariado; implantar um serviço de assistência e de seguro aos operários; e fundar escolas de aprendizagem profissional.

Em agosto de 1919, a convite do Govêrno Brasileiro, participou, como representante de São Paulo, da Missão Comercial que o nosso país enviou à Inglaterra para aí verificar se era viável a colocação de produtos brasileiros no mercado britânico.

Naquela época, já se notava a sua preocupação com a indústria brasileira. Prova-o a sua visita a Birmingham, onde se interessou em conhecer a "Wolseley Motors Limited". Graças à sua atuação, o "Times" publicou seus artigos sobre a "Indústria de Carnes Frigoríficas no Brasil" e "Oportunidades para Negócios de Madeira no Brasil".

Nos contatos mantidos com industriais ingleses, ressaltou a capacidade de expansão da indústria metalúrgica brasileira. Já se revelava, então, um industrialista e, talvez por isto, quando ainda em Londres, recebeu a incumbência de representar o Govêrno Brasileiro no Congresso Internacional das Indústrias de Algodão, em Paris, a ser realizado em setembro daquele ano.

Apresentou tese sobre as "Possibilidades Algodoeiras do Brasil" e solicitou a vinda de especialistas, com a finalidade de estudarem as técnicas para a expansão da cotonicultura. Aceita a sugestão, o govêrno francês enviou ao Brasil a "Missão Arno Pearce". No relatório "Brazilian Cotton", constam os elementos que os membros componentes da Missão julgavam eficientes ao incremento da cultura algodoeira, tanto em São Paulo como em outras regiões do Brasil.

Na sua atividade profissional, quer como engenheiro, quer como empresário, teve inúmeras oportunidades de sentir que o mercado

de trabalho no Brasil necessitava organização e amparo.

Na década dos vinte, sendo a agricultura a atividade condutora do país, difícil era fazer compreender aos homens públicos que a nação, pela força de acontecimentos históricos nacionais, estava sendo compelida a industrializar-se. Se não fossem tomadas medidas no sentido de melhorar o padrão de vida das classes trabalhadoras, de oferecer-lhes melhores salários, de facilitar-lhes o diálogo com as classes patronais e dar-lhes acesso ao aperfeiçoamento profissional, seria mais árduo preparar o operariado para, em futuro próximo, desempenhar um novo papel como agente do desenvolvimento econômico brasileiro. Este objetivo levou-o a exercer, de 1923 a 1928, a Presidência do Sindicato Nacional de Combustíveis Líquidos.

A sua intensa atividade na cidade de Santos e a percepção da importância do trabalho em clima de harmonia, principalmente no setor de Transportes; o seu desejo de fazer as Docas de Santos funcionarem sem conflitos e paralisações que se refletiam negativamente na economia, tanto em São Paulo quanto do Brasil, convenceram-no a instituir naquela cidade a referida Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Brasil, onde pôde aplicar suas idéias a respeito das relações entre empregados e empregadores. Reproduziu, então, o que existia nos Estados Unidos em matéria de contratos coletivos de trabalho e de entendimentos livres, antecipando, assim, a criação da Justiça do Trabalho, porém, em moldes que se implantados definitivamente no país, diminuiriamos conflitos de classe, ao invés de exarcebá-los.

Ainda em 1928, as suas qualidades de

empresário, aliadas ao seu espírito público, conduziram-no à Vice-Presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, sociedade recém-inaugurada, que representava um avanço considerável no caminho para a industrialização.

Por exercer esse cargo, em 1932 conseguiu uma íntima aproximação entre a indústria e o comércio, mediante acôrdo realizado pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo com a Associação Comercial de São Paulo, a fim de garantirem a regularidade do abastecimento e a ordem pública na cidade, a despeito da marcha das tropas vencedoras, em demanda da Capital.

Coerente com o seu passado foi a posição assumida por Roberto Simonsen na Revolução de 1932. Indiscutivelmente, liderou o primeiro plano de conversão de uma economia de paz para uma economia de guerra, transmutação sem precedentes na história do Brasil.

Na Revolução de 1932, ocupou posições de alta responsabilidade e a todas desempenhou com entusiasmo e eficiência. Exerceu as funções de: membro do "Conselho Consultivo Econômico do Estado", do "Departamento Central de Munições", do "Conselho de Assistência Civil" e Presidente da Comissão de Cadastro e Mobilização Industrial. Quando o Governo Revolucionário depôs as armas, Roberto Simonsen, na qualidade de presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), convocou, em 30 de setembro, a última reunião dessa associação. Consta da ata a descrição do seu trabalho na Comissão de "Cadastro e Mobilização Industrial" e a importância da mobilização das indústrias para a guerra, pois esta, juntamente com o esforço despendido pelo Estado de São Paulo durante quase oiten-

ta dias de luta em prol do movimento constitucionalista representaram por si mesmos, uma grande vitória, e demonstraram à Nação que o Brasil é in-governável, se não contar com São Paulo livre. Nessa reunião, recebeu êle significativa homenagem. Seus companheiros e amigos, de pé, renderam-lhe um preito de gratidão, consagrando-o como verdadeiro homem de ação, a quem os paulistas muito deviam pelos trabalhos de retaguarda da Campanha Constitucionalista.

Não querendo entregar-se às autoridades vitoriosas, exilou-se voluntariamente em Buenos Aires, mas logo regressou, quando se tornou patente que os paulistas, derrotados pelas armas, triunfantes, porém, no plano político, haviam conseguido que o Governo Federal marcasse eleições gerais para a composição da Assembleia Constituinte, encarregada da elaboração da nova Carta Constitucional.

Sua marcante capacidade de liderança conduziu-o à Presidência do "Instituto de Engenharia de São Paulo", no biênio 1933-1934.

Tendo o Governo Revolucionário, após a vitória de 1932, estruturado pela primeira vez o sindicalismo brasileiro, Roberto Simonsen, como representante da indústria, viu o seu nome indicado para deputado classista à Constituinte de 1934.

Desde logo sua atuação fêz-se sentir, e grande parte das conquistas sociais representadas pela nova Constituição foram por êle defendidas, em nome do empresariado brasileiro. Portanto, não constitui surpresa que, aprovada a nova Constituição e realizadas as eleições gerais, tenha sido conduzido à Câmara dos Deputados,

onde colaborou em estudos e soluções de problemas econômicos e sociais.

Apesar do seu prestígio político, jamais consentiu em fazer da representação popular, conferida pelo voto do povo, motivo para profissionalizar-se como político. Tanto é verdade que, durante o mandato de Deputado Federal, aceitou o cargo de Presidente da Confederação Industrial do Brasil, no Biênio 1935-1936, mais tarde transformada na Confederação Nacional da Indústria.

O exercício de uma função pública ligada à expansão industrial brasileira não lhe serviu de pretexto ou óbice para desenvolver intensa atividade legislativa. Comprova-o a sua participação nas Comissões de Legislação Social e de Diplomacia e Tratados e na elaboração do Código de Águas, do Ar e dos Serviços Industrializados do Estado.

Na Câmara, sempre foi um representante das classes conservadoras e esforçou-se por propagar a idéia católica de Paz Social, conclamando os empresários nacionais a compreenderem o seu papel no desenvolvimento do país e a sua responsabilidade em relação ao bem-estar do povo brasileiro.

Por outro lado, em inúmeras ocasiões atuou junto aos trabalhadores, prometendo-lhes salários reais mais consentâneos com as suas necessidades, e melhores condições de vida. Salientava, porém, que isto somente seria possível com a produtividade do trabalho, e esta, por sua vez, dependia, em parte, do progresso técnico, e, sobretudo, da conscientização de que empregados e empregadores reunidos constituíam a força de tra-

balho nacional. Únicamente do entendimento e respeito mútuos poderia surgir a percepção da problemática nacional, primeiro passo para a elaboração de um programa capaz de promover o engrandecimento do país. Sobrelevava-se, dizia ele, a necessidade de convencer os brasileiros de que, sem espírito de renúncia, sem sinceridade em servir a causa pública, sem cultura e sem amor à verdade, jamais poderíamos ser uma grande pátria.

Esta compreensão humana dos problemas econômicos e sociais teriam feito Roberto Simonson condenar a intentona comunista de 1935 e reconhecer que a Constituição de 1934, apesar de elaborada com as melhores intenções, mostrara-se inadequada ao progresso econômico e à harmonia e paz social do País.

Na prática, as representações classistas não se haviam revelado benéficas. O entrelhecho de interesses debilitava o Poder do Estado, e as incompreensões entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo podiam pôr em risco a unidade nacional. Como líder da Indústria, participou de todas essas atividades políticas e das lutas entre os diferentes interesses. Sentia, mais do que ninguém, que o advento e vigor, cada vez maior, dos partidos extremistas de direita - fascismo e nazismo - já começavam a produzir seus frutos, criando a ideia de minorias estrangeiras no País e determinando a formação do Partido Integralista Brasileiro, tão nocivo em seu extremismo quanto o fora o Partido Comunista do Brasil.

Como Deputado Federal, foi atingido pelo golpe de 10 de novembro de 1937, mas não se revoltou contra a outorga da Constituição de

1937, pois esta mantinha a antiga organização sindical e pressionavam-no sentido de fazer desaparecer a insegurança e a intranquilidade provocadas por uma campanha demagógica e insincera e pelo emperramento decorrente da burocracia e dos processos utilizados pelo Poder Executivo.

Talvez a razão de sua atitude fôsse motivada por perceber que tanto a colaboração prestada a Pátria com a sua vida pública não se esgotavam nos esforços despendidos no legislativo. Sabia que prosseguiria, pois o seu mais alto propósito era o desenvolvimento econômico brasileiro, mediante a implantação e expansão da indústria.

E atingiu êsse objetivo. Em 1937, foi eleito Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, cuja direção esteve a seu cargo durante todo o período da Segunda Guerra Mundial. Sendo São Paulo o principal centro industrial da América Latina, a Presidência dessa entidade de classe facultava-lhe proporcionar o oportunidade e meios para intensa atuação na vida pública.

Foi um dos defensores da idéia de que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, organismo atuante desde 1928, associação de utilidade pública, órgão técnico consultivo do Governo Federal e Sociedade Civil com intuitos não lucrativos e duração ilimitada, deveria continuar a existir concomitantemente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, muito embora esta última, pelo Decreto-lei nº 2 381, de 9 de julho de 1940, tivesse sido elevada a entidade patronal de segundo grau.

As duas entidades completavam-se. Daí

a razão de sua coexistência, uma vez que estavam irmanadas pelos mesmos interesses. Ademais, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), por não depender do Poder Público, possuía maior liberdade de ação do que a conferida à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Graças à sua clarividência e qualidades de dirigente, soube agir conjuntamente com esses organismos, no sentido de fazê-los impedir que a ocorrência da Segunda Guerra Mundial perturbasse violentamente a economia brasileira.

Durante os anos de 1940 e 1941, alertou os Poderes Públicos e as empresas industriais sobre as dificuldades do abastecimento de gêneros alimentícios, matérias-primas, combustíveis e mesmo de transportes. Previu a drástica redução de importações essenciais e tomou providências no sentido de orientar a indústria brasileira em direção ao caminho da produção de substitutos de produtos essenciais, até então importados.

As associações dirigidas por ele atuaram eficientemente no racionamento dos produtos, como álcool industrial, sal e açúcar; na diminuição do consumo de combustíveis; na adaptação de fornalhas industriais, de maneira a poderem ser utilizados novos tipos de combustíveis e na cooperação interna industrial para a distribuição aquilatativa de matérias-primas escassas.

Todas essas medidas antecederam de muito as providências governamentais nesse mesmo sentido, pois, somente quando o Brasil, compelido a declarar guerra, em fins de 1942, é que foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica, aliviando, mas não eliminando, a tarefa do Centro e da Federação das Indústrias.

Além de grande industrial, conhecia pro fundamente os problemas do comércio exterior do Brasil, tendo inclusive, várias vezes, tomado parte ativa na sua solução.

Após assumir, em 1937, a Presidência da FIESP, chefioa a delegação brasileira à Conferência de Paz, em Buenos Aires, e aí apresentou tese sobre a determinação dos índices de padrão de vida em todo o continente americano. Segundo o critério único, a ser fixado pelo Departamento de Estudos Econômicos da União Pan-Americana, tal proposta foi unânimeamente aceita.

Ainda nesse ano, substituiu Evaldo Lodi, no Conselho Federal de Comércio Exterior, como representante dos industriais brasileiros.

Ao mesmo tempo em que procurou implantar nesse Órgão mentalidade propensa à aceitação de um protecionismo educador e desenvolvimentista, teve a oportunidade de conhecer mais a fundo os inúmeros problemas do comércio exterior do Brasil, não apenas como industrial, mas, também, como estudioso preocupado com toda a problemática econômica da nação. Tal conhecimento foi-lhe de grande valia, durante o período de guerra, quando, à frente da FIESP, colaborou com a Coordenação da Mobilização Econômica.

Apresentou normas de ação relativas à mobilização militar, sem prejuízo da continuidade dos processos econômicos nacionais. Orientou a preparação do cadastro do operariado dispensável e indispensável. Promoveu a aproximação entre industriais e técnicos, e as altas patentes das forças armadas, com o objetivo de conseguir maior facilidade na produção de inúmeros artigos programados para suprimento à Força

Expedicionária Brasileira, em atividade no teatro de guerra.

No plano estadual, durante a intervenção de Ademar de Barros, militou entre os propugnadores da criação do Conselho de Expansão Econômica do Estado, da qual participou como um de seus destacados membros.

Antes do término da guerra, durante a Conferência das Classes Produtoras, realizada no ano de 1945, em Teresópolis, defendeu, na qualidade de representante da indústria, a idéia da criação de um Ministério de Economia, livre da influência fiscalista do Ministério da Fazenda, para resolver os problemas inerentes ao desenvolvimento econômico do país.

Ao mesmo tempo, fazia sentir a necessidade de um assessoramento econômico, junto a Presidência da República, para que o principal mandatário da Nação pudesse ser melhor informado, antes de tomar decisões fundamentais relativas ao futuro do Brasil. Mais tarde, graças à sua previsão, ao ser elaborada a Constituição de 18 de setembro de 1946, foi instalado, junto a Presidência da República, o Conselho Nacional de Economia,

Ainda em Teresópolis, Roberto Simonsen e Brasília Machado Netto demonstraram ser obrigação do empresariado brasileiro não ignorar os problemas suscitados pelo relacionamento entre patrões e empregados, nem supor ser a Consolidação das Leis do Trabalho suficiente para tornar realidade a Paz Social.

Propuseram então às classes produtoras do Brasil a criação de organismo de Direito Pri-

vado e de âmbito nacional, capazes de cuidar não só da qualificação da força de trabalho nacional, como também de proporcionarem ao trabalhador educação integrada e global, que lhe des-cortinas-se novos horizontes, permitisse elevar seu padrão de vida e compreender seu papel na sociedade. Esta proposta tornou-se realidade, no setor industrial, mediante a fundação do Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI), e no setor comercial com o Serviço Nacional de Aprendizado (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC).

Ainda durante a guerra, nomeado membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi designado relator de uma Comissão instituída com a finalidade de investigar quais os princípios fundamentais que deveriam orientar o desenvolvimento industrial e comercial do Brasil.

Por isso, entrou em contato com o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, a fim de encarregá-lo do cálculo da renda nacional do País e da sua distribuição per capita. De posse dos dados fornecidos, demonstrou que todos os índices disponíveis sobre a evolução econômica brasileira denotavam lentidão no ritmo de progresso econômico, em relação aos países desenvolvidos. Tal estudo fez sentir a necessidade de constituir-se uma Comissão de Planejamento Econômico, da qual participaram Roberto Simonsen e Eugenio Gudín.

Defrontavam-se, desta forma, dois grandes economistas brasileiros, com orientação diametralmente oposta. Enquanto Eugenio Gudín, liberal, aceitava a possibilidade do retorno a um

mecanismo concorrencial de mercado e condenava frontalmente a intervenção do Estado, Roberto Simonsen, apoiado pelo Presidente Getulio Vargas, afirmava ser impossível vencer o subdesenvolvimento sem protecionismo, planejamento e intervenção do Estado.

Quando os países aliados começaram a organizar-se, com o objetivo de incentivar a reconversão da economia de guerra para a de paz, sem os abalos registrados ao término da Primeira Grande Guerra, Roberto Simonsen, em virtude das funções públicas que desempenhava, liderou, conjuntamente com outros intelectuais brasileiros, uma campanha de estudos de âmbito nacional sobre tais problemas. Esse o motivo que o levou a fazer parte da Delegação Brasileira à Conferência de Rye e a criticar posteriormente as resoluções de Bretton Woods.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, restabelecida a normalidade democrática no país, filiou-se ao recém-criado Partido Social Democrático, de cuja Comissão Executiva participou. Sua atuação partidária valeu-lhe o lançamento da candidatura ao Senado, tendo sido eleito para a legislatura de 1946 a 1951 e um dos mais assíduos e ativos membros do Senado.

A contribuição de Roberto Simonsen ultrapassou a de um grande líder do empresariado brasileiro, ou de um homem público de comprovado valor. O interesse pelo futuro da Pátria tornou-o além de engenheiro, humanista.

Os problemas sociais e econômicos dos países em desenvolvimento conduziram-no a aprofundar seus conhecimentos de Economia e Ciências Sociais.

Grande estudioso e pesquisador de nossa História Econômica, sofreu influência direta de Capistrano de Abreu, Pandiã Calógeras e Afrânio Peixoto. Suas qualidades de historiador por vocação, aliadas às de profissional, ensejaram-lhe usar de rigor ao recorrer às fontes históricas e procurar, dentro do possível, critérios objetivos de mensuração para depois efetuar comparações cientificamente válidas.

Um dos frutos da Revolução de 1932 foi o de evidenciar a inexistência de liderança no tocante à solução dos problemas de desenvolvimento econômico, mesmo em São Paulo. A crise de 1930 demonstrara a fragilidade da estrutura econômica brasileira e a monocultura cafeeira tornava-nos extremamente dependentes das decisões tomadas pelos governos dos países desenvolvidos.

Para vencermos o subdesenvolvimento faltava-nos liderança e poder de decisão autônomo. Fazia-se, pois, imprescindível criar um organismo educacional para realizar essa tarefa. Os líderes do passado tinham provindo ou de Faculdades de Direito ou de Escolas de Engenharia e, mais raramente, da Faculdade de Medicina. No primeiro caso, o aspecto formal das leis e o culto da tradição limitavam o horizonte econômico dos governantes; no segundo, o rigor do raciocínio técnico impedia a visão de conjunto. Somente entre os médicos existia maior sentido de humanitarismo nas relações socio-econômicas. Não havia, porém, o conhecimento específico da Ciência Política e Econômica, necessárias à melhor condução dos destinos do País.

Urgia criar uma nova instituição de ensino superior em São Paulo, principal centro eco

nômico do País. Dessa idéia nasceu a Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, tendo sido Roberto Simonsen um dos seus fundadores, seu benfeitor e conselheiro. A Escola tinha por finalidade fomentar a criação de elites administrativas; preparar especialistas em problemas sociais, econômicos e políticos; formar administradores especializados em administração de empresas e administração pública, e lançar as bases de um serviço social que constituísse verdadeira engenharia social, com vistas à reconstrução da sociedade.

Convidado, em 1935, a reger a recém criada unidade de ensino a cadeira de História Econômica do Brasil e como não existia obra impressa sobre o assunto, Roberto Simonsen lançou-se à tarefa de publicar o primeiro compêndio de História Econômica do Brasil, abrangendo o período de 1500 a 1820. Foi este trabalho o alicerce de uma nova disciplina no currículo universitário brasileiro - História Econômica do Brasil. A semente estava lançada. A seguir, outros completaram-lhe a obra.

Compreendemos a magnitude da sua contribuição, quando tomamos conhecimento do número de instituições culturais de que participou, em sua maioria associações culturais ligadas ao estudo da História: "American Society of Civil Engineers", de Nova York; "Inter-American Statistical Institute", de Washington; "Population Association of America", também de Washington; "National Geographic Society", da capital norte-americana; "Royal Geographic Society", "Economic History Society" e "British Institute of Philosophy", todas elas, instituições do mais alto movimento cultural de Londres; Institutos Histó-

ricos e Geográficos de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro; Academia Paulista de Letras; Academia Portuguesa de História, de Lisboa; Sociedade "Capistrano de Abreu", Rio de Janeiro.

Em 1946, por duas vezes, candidatou-se a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, tendo sido eleito, na segunda, para ocupar a Cadeira de Felinto de Almeida. Valeu-lhe a eleição o mérito de sua obra "História Econômica do Brasil". Foi o primeiro economista a pertencer ao maior cenáculo cultural do País.

A morte atingiu-o em pleno trabalho, em reunião realizada na Academia Brasileira de Letras, em 25 de maio de 1948, no momento em que saudava o Ministro da Bélgica, Paul Van Zeeland.

Conforme veremos a seguir, Roberto Simonsen interessou-se por todos os problemas socioeconômicos do Brasil, e não pode ser considerado um nacionalista de estreita visão. Compreendia a posição de nosso país no mundo e sabia distinguir claramente as diferenças estruturais e funcionais das economias desenvolvidas e das subdesenvolvidas. Entendia a posição brasileira no pan-americanismo e desejava para a sua Pátria o papel de líder na integração latino-americana.

Sua obra, vasta e profícua, abrangeu o período de 1911 a 1948.

Capítulo II

OS FATOS ECONÔMICOS E A OBRA DE ROBERTO SIMONSEN

A vida de Roberto Simonsen põe em evidência o seu espírito inquiridor, com vistas à ação humana, interessado, de preferência nos fatos, numa tentativa de remodelá-los e orientá-los para um determinado objetivo.

A engenharia condicionou a sua formação e idéias como economista e, segundo suas próprias palavras, considerava-a um ramo do conhecimento que visa a aplicação da técnica ao aperfeiçoamento de toda a produção. Esse conceito determinou o caráter finalista das idéias orientadoras de sua vida. Tanto isto é verdade que, em sua obra, encontram-se as seguintes afirmações (1):

Nos centros desenvolvidos, os objetivos da Engenharia são amplos; referem-se à utilização da técnica no aprimoramento das mais variadas produções e no barateamento e difusão das vias de transporte; à utilização mais adequada

1. SIMONSEN, R., "Os Objetivos da Engenharia Nacional", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943.

dos bens oferecidos pela natureza; à criação de matérias-primas sintéticas e eficiente administração da indústria e dos empreendimentos em que preponderam os problemas sociais e econômicos.

No Brasil, ao tempo de Roberto Simonsen, alguns engenheiros demonstravam sensível preferência pelo funcionalismo, nos setores de estradas de ferro e obras públicas; outros interessavam-se pelas construções civis; poucos, porém, dedicavam-se à indústria manufatureira.

A miséria, a falta de capitais e o baixo padrão de vida, eram, segundo Roberto Simonsen, os fatores responsáveis por essa indiscriminada distribuição dos engenheiros de seu tempo. Faltava-lhes estímulo, imprescindível à realização dos grandes empreendimentos de iniciativa privada.

Essa desequilibrada distribuição agravava-se pelo quase total desconhecimento de nossos recursos naturais, pelo ineficaz aproveitamento dessas riquezas potenciais, pela inexistência de política econômica estimuladora da formação de capitais, de normas jurídicas inspiradas de confiança na captação de poupanças e consequente investimento nos setores que exigiam grandes trabalhos de engenharia. Como exemplo de tal situação, citava ele a montagem, por engenheiros paulistas, de usinas concessionárias de energia elétrica, cuja capacidade não podia ser ampliada em conformidade com o aumento de consumo, em decorrência da falta de novos capitais. Em virtude da carência de recursos para mantê-las ou ampliá-las, elas tornaram-se propriedade de firmas estrangeiras, européias ou norte-americanas, que, não obstante, muito colaboraram para o nosso progresso. Entretanto, devido à penosa

situação, oriunda das conseqüências da política econômica internacional, foram suspensas as transferências em moeda estrangeira, e as referidas companhias de fornecimento de eletricidade logo atingiram precário estado de funcionamento.

Dai ter êle afirmado que os engenheiros brasileiros não estavam cooperando, como deveriam, nestas três áreas onde sua atuação seria de inestimável eficiência: atividades industriais, organização econômica e solução dos nossos problemas sociais.

As profundas falhas da orientação educacional desses técnicos não só dificultavam o ajustamento do profissional ao meio, como também desestimulavam a aceitação dos novos objetivos da engenharia nacional.

A necessidade de corrigir tais deficiências levou Roberto Simonsen a atuar, com todas as suas forças, nas esferas sob sua responsabilidade, com o firme propósito de manter vivo um espírito animador, capaz de realizações eficientes e de intransigente combate às ações negativistas. As suas afirmações não eram exageradas, portanto, a sua atitude não poderia ser interpretada como derrotista, face aos problemas nacionais.

Como engenheiro que se torna economista, deu ao próprio conteúdo da ciência a que se dedicou um caráter pragmático, aplicável a qualquer campo onde se desenvolvem atividades econômicas (2). Vejamos as suas idéias a esse respeito:

2. SIMONSEN, R., A Atividade do Serviço Social da Indústria do Estado de São Paulo, SESI, São Paulo, 1947.

Estabelecendo o liame entre a vida econômica e o bem-estar, chamou a atenção para o fato de serem as atividades humanas as condicionantes do acesso a um determinado padrão de vida e expressarem a complexidade e íntima relação existente entre o bem-estar e os fenômenos gerais de ordem econômica, social e política. O padrão de vida, afirmava, depende da capacidade de trabalho e das tarefas realizadas pela população, no exercício de funções proíficas, porque ao trabalho útil deve-se a produção de bens e serviços através das indústrias extrativas e manufatureira, da agricultura, transportes, comércio e outros serviços que atendam às necessidades do homem e da coletividade.

Na Ásia e na África, sobretudo na África do Sul, dada a predominância de trabalho agrícola, mantem-se baixo o nível da sua remuneração. Nos países industrializados, a agricultura é mecanizada e intensiva, e a indústria manufatureira, bem como os serviços de transportes e outros, são bastante evoluídos, absorvendo a grande massa de trabalhadores. A elevação do padrão de vida torna o homem mais exigente nos cuidados que dispensa ao seu físico e na aquisição de maior cultura, diferenciando-o de outros povos, cuja subsistência provém da indústria extrativa ou da agricultura rudimentar, de baixa remuneração.

Por ter sido pragmatista a sua formação acadêmica, os princípios econômicos por ele denominados gerais, seriam, na realidade, apenas determinadas normas condutoras da produção econômica (3).

3. SIMONSEN, R., A Importância Econômica da Ciência, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, São Paulo, 1948.

Numa apreciação comparativa entre os diferentes sistemas econômicos adotados em várias regiões, sob regimes políticos diversos, citou os princípios econômicos de ordem geral, aos quais nenhum desses sistemas ou comunidade, por menor que seja, pode fugir:

- 1 - Produtividade
- 2 - Redução do custo de produção
- 3 - Aproveitamento eficiente dos bens materiais
- 4 - Combate à escassez dos recursos
- 5 - Preparo e emulação do fator humano
- 6 - Elevação da renda nacional

Como paraninfo dos recém-egressos de uma Faculdade de Economia, disse-lhes que tais princípios levaram-no a tentar caracterizar a formação social dos economistas, no sentido de facilitar-lhes uma atuação eficiente no campo profissional. Ainda que se depreende, de maneira bastante nítida, o pragmatista interessado em obter fórmulas e regras conducentes a um mundo que ele reconhecia em transformação, em mudança e cujo sentido e direção pretendia nortear mediante normas de ação técnicas e econômicas. Esta posição justifica o caráter finalista que atribuía à profissão de economista, cujo papel se resumia na divulgação das teorias econômicas, explicação dos fatos econômicos e equacionamento dos processos mais adequados à solução de muitos dos problemas de nossa sociedade. Tais funções exigiam sólida cultura geral e econômica, ambas adquiridas no contato direto com a realidade, com estudo e intensa meditação. Como consequência, afirmou, o conhecimento superficial da ciência

econômica faria dos economistas meros curandeiros, não habilitados a abordar ou resolver os problemas econômicos e sociais.

Pela sua formação teórica, não se deve chegar à conclusão de ser tãda a sua obra apenas uma coleção de receitas adequadas a determinados males econômicos ou técnicos. Habilmente soube aliar a experiência técnica a uma visão cronológica do mundo e perceber a importância da formação cultural. Comprova-o a maneira como analisou e criticou a simples extrapolação de culturas, idéias políticas e técnicas alienígenas para o nosso país.

Com razão dizia êle: não se pode comparar o progresso material do Brasil com o de qualquer nação industrializada e rica; logo, a adoção apressada de leis oriundas de legislação avançada, ainda não testadas em sua totalidade pelos povos que a instituíram, sem uma contrapartida estimuladora ao trabalho criador, têm caráter restritivo em relação à produção, agrava as nossas dificuldades de importação e de formação de capital nacional (4).

O desconhecimento do verdadeiro conceito de capital e a confusão entre êste e os seus ocasionais detentores, muitos dos quais exorbitavam do poder que daí lhes advinha, concorrendo para ativar o desentendimento, não favoreciam, no Brasil, a captação de novos capitais, e tampouco a utilização dos existentes nos países supercapitalizados.

4. SIMONSEN, R., "Os Objetivos da Engenharia Nacional", in Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943.

Tais leis oneraram a nossa produção, ao estabelecer uma política fiscal de redistribuição parcimoniosamente adotada até pelos países já enriquecidos.

Era êle de opinião que todo êsse processo manteve-se como consequência da incompreensão do ambiente natural e social do Brasil, agravado pela atuação da classe de engenheiros, constituída de profissionais não familiarizados com os problemas fundamentais da economia brasileira. Os engenheiros, em sua maior parte, de elevada cultura técnica e com capacidade para trabalhar em núcleos desenvolvidos, sentiam-se deslocados nesse meio e dirigiam-se a empregos públicos ou a empresas concessionárias de serviços públicos, provocando, pela afluência em ambos os tipos de ocupação, os baixos salários médios fixados pelo governo.

Estas circunstâncias geraram no espírito de Roberto Simonsen a idéia de realizar intensa publicidade junto à classe dos engenheiros, com vistas a integrá-los no ambiente econômico do Brasil e a despertar-lhes o interesse em cooperar na elaboração e execução de medidas indispensáveis ao impulso de nosso progresso.

No seu dizer, os conhecimentos gerais e tecnológicos não são gazuas que abrem qualquer fechadura: é necessário adaptá-los ao nosso meio econômico e evitar que tenham por objetivo a preocupação de imitar servilmente instituições econômicas comprovadamente eficientes nos Estados Unidos da América, por exemplo, mas que entre nós, podiam levar a resultados diferentes (5).

5. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, São Paulo, 1948.

Impossível seria contar com as mesmas consequências resultantes da implantação de sistemas bancários, de política monetária, de comércio exterior e de outras instituições nos países desenvolvidos. A seu ver, as deficiências da cultura econômica nacional não nos permitia entrever as modificações a serem introduzidas em nosso país. Ante as condições especialíssimas do Brasil, como discernir quais as medidas a transplantar? Quais as que nos prestariam reais serviços?

Dai ter advertido os moços, principalmente os engenheiros e os economistas, da maneira pela qual deviam utilizar os conhecimentos recebidos da sociedade e dos seus antecessores. Neste sentido, ressaltava a indispensabilidade de o programa ministrado nas escolas abranger um conjunto de ensinamentos científicos, econômicos, políticos e sociais, cada vez mais entrelaçado, de modo a constituir a base inicial a ser ampliada, sem interrupção, para que os jovens pudessem desempenhar eficientemente sua profissão.

Em qualquer nação, os tipos de produção refletem os estágios do seu progresso, cuja evolução depende do desenrolar dos acontecimentos sociais e políticos. Visto, entretanto, tô-das as atividades terem sofrido, no século XIX, o impacto do crescimento demográfico e do progresso tecnológico, devem estes dois aspectos, ser levados em conta no estudo comparativo dos fenômenos econômicos, em diversas épocas, bem como os de ordem social e política, para a sua total compreensão.

Foi Roberto Simonsen um nacionalista licido, exatamente por compreender o sentido real do internacionalismo e a existência de um mundo

harmonioso, resultante do franco e completo en
tendimento entre nações que puderam desenvolverto
das as suas potencialidades e capacitá-las a ofe
recer aos sa~~us~~ habitantes e ao gênero humano
uma contribuição positiva.

Legou-nos vasta obra onde sempre se
encontra presente o interêsse pela cooperação in
ternacional como realmente deve ser entendida, is
to é, sem subserviência ou domínio de uns sobre
muitos. Podia entendê-la, mas não aceitava a
idéia de existirem países divididos em dois gru-
pos: dominantes e dominados. Para chegar a esta
concepção política, em que o nacionalismo apare-
ce como condição para um internacionalismo sa-
dio, foi-lhe indispensável, durante t~~o~~da a sua
existência, dominar os fatos do mundo. Ousamos
dizer que soube compreendê-los, e o fazemos, a-
poiados principalmente em seus últimos traba-
lhos, onde nos mostra a existência, na esfera
mundial, de agrupamentos econômicos capazes de
transformar em mito o mecanismo teórico do livre
cambismo.

Na década dos 30, encarava o panorama
econômico internacional, considerando a existên-
cia de países líderes e de grupos liderados, tal
como blocos econômicos, não raro em conflito e
cuja formação, dentro da economia mundial tornou-
se efetiva, à medida que se processou a evolução
da crise mundial de 1929 e aumentaram os entra-
ves ao comércio internacional, em contraste com
a onda de nacionalismo econômico.

Os países política ou economicamente as-
sociados, ou aqueles em que a proximidade geográ-
fica favorecida a reciprocidade de troca, procu-
raram agrupar-se para facilitar o comércio. A
Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos,

Japão e Itália, constituíram-se centros de sistemas econômicos e, como tal, atraíram as economias dos países mais atrasados (6) e sobre elas exerceram a sua ascendência.

Reconheceu Roberto Simonsen ser essa situação a gênese das crises internacionais. Na sua opinião, não eram apenas os elementos materiais do mundo e as normas pragmáticas disciplinadoras da economia as causas das perturbações internacionais. A crise atingiu os fatores de ordem espiritual, e a verdade cedeu lugar à simplicidade do raciocínio. Assim, induzidos os povos a inspirarem-se, frequentemente, mais nas aparências do que na realidade, atribuíram os motivos dos seus males não aos fatores reais, mas aos supostamente verdadeiros, ditados pelo seu próprio erro de visão, e aos quais passaram a dar combate (7).

Analisando o período de paz compreendido entre as duas Grandes Guerras, considerou a crise de 1930 o maior trauma sofrido pela humanidade, na esfera internacional. No seu entender, decorreu tal catástrofe do descompasso entre os interesses de grupos econômicos internacionais, em uníssono somente nos períodos difíceis, e em frequentes desinteligências nas épocas de prosperidade. Em 1934, os países líderes, interessados em resolver os problemas econômicos e socio-políticos, herança da crise de 1930, sentiam grande dificuldade em convencer a maioria das nações das grandes vantagens do livre-cambismo.

6. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

7. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª Sessão Ordinária do Senado, SESI, DN, 1947.

Vejamos como Roberto Simonsen viu essa crise e as suas soluções, pois sentiu, ao vivo, as ocorrências daquela década: no período pós-crise de 1930, a situação econômica internacional, por vários motivos, dificultou a volta à liberdade de comércio: aumento da produtividade e nova redistribuição de fatores, aliados à disparidade das condições econômicas e sociais e à destruição da complementariedade das economias de diversos países. Estas profundas desigualdades socio-econômicas entre as nações justificaram o aparecimento de tendências protecionistas, nessa época.

A crise estava a exigir um reajustamento apoiado nos processos de diversificação de produção dos vários países e no intercâmbio internacional, mas as condições técnicas e financeiras das empresas agrícolas e industriais tornavam-no impraticável. Como resolver tão grave problema? Solucionou-o a adoção do processo utilizado principalmente nos grandes países imperialistas: a implantação de regime intervencionista e a desvalorização da moeda (8).

Roberto Simonsen chamou a atenção para o fato de, no mundo inteiro, as tendências protecionistas da política comercial apresentarem aspectos não só defensivo, como também, ofensivos. As políticas generalizadas de proteção aos mercados internos e as fórmulas conciliatórias eram difíceis, pois, apesar das declarações dos países a favor da estabilização monetária, havia divergência sobre sua possível realização. Em

8. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935

apoio desta idéia, citava as inconveniências da outorga da cláusula de nação mais favorecida nos acordos comerciais, das diretrizes da política econômica colonial francesa e do fracasso já previsto do Congresso Monetário Econômico de Londres.

Como a sua formação acadêmica precedera de pouco a Primeira Grande Guerra e, em toda a sua vida pôde sentir os efeitos das duas conflagrações mundiais, reconhecidas como as maiores por que passou a humanidade, não se interessou tanto pelo que iria ocorrer com a economia mundial, mas, sim, e principalmente pelos efeitos específicos que adviriam da Segunda Grande Guerra, primeiro, para a América Latina e, segundo, para o Brasil. A sua preocupação por esta importante e vasta região do mundo está muito bem sintetizada em trechos de sua obra, "Sugestões para uma Política Pan-Americana" (9).

Reconhecia ele ser a América Latina uma área de economia em vias de desenvolvimento, e que só podia encarar os planos internacionais do pós-guerra através das suas consequências sobre o seu próprio crescimento, já retardado. Era de opinião que não poderia haver equilíbrio duradouro nas relações econômicas internacionais, enquanto subsistissem clamorosas disparidades entre os níveis de produtividade das diversas áreas do mundo. Em vista disso, o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos constituiria a contrapartida da reconstrução européia, porque, na situação por ele analisada, um aumento das exportações, sem

9. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana", in Simonsen e a Operação Pan Americana, CIESP - FIESP, São Paulo, 1958.

sem incremento dos capitais reais, significaria uma diminuição da produtividade.

Salientava que o desenvolvimento da América Latina abrangia dois aspectos: o da renovação e o de ampliação, porquanto a guerra provocou a redistribuição dos fatores de produção e o desgaste dos capitais fixos existentes. A redistribuição, por sua vez, determinou a intensificação da produção industrial e a diminuição ou paralisação da importação externa; estimulou os investimentos nacionais nos setores de manufaturas leves, de consumo civil e nas indústrias básicas.

Assim, no Brasil, o aumento dos capitais aplicados na indústria, de 1940 a 1945, foi de 77%, passando de 900 000 000 para 1 600 000 000 de dólares; o acréscimo da mão-de-obra situou-se em 54%, elevando-se de 940 000 para 1 450 000 operários, e a expansão do volume da produção atingiu 145%, tendo atendido cerca de 91% do consumo aparente. A redistribuição também facilitou a fabricação, em maior escala, de produtos bélicos, ligados ao esforço de guerra, à qual se deveu a modificação da estrutura econômica primitiva, apoiada na exploração extrativa mineral (minério de ferro, cristal de rocha, mica) e vegetal (borracha, mamona, babaçu).

Ante as suas crescentes necessidades, os países aliados viram-se na contingência de aumentar a aquisição de produtos mediante acordos efetuados com o intuito de impedir a sua evasão a outros mercados consumidores. Do Brasil, por exemplo, cerca de 15 produtos foram exportados conforme os acordos. No pós-guerra, essas mercadorias enfrentaram o problema da redução da procura efetiva. Além disso, o aumento

de investimentos insuficiente para suprir o setor industrial e o agravamento provocado pelo desgaste do capital fixo derivado da crise de suprimentos e da impossibilidade de sua substituição geraram a deterioração do parque industrial, o desvio de fatôres de produção, principalmente da mão-de-obra, canalizada para a formação de efetivo das forças armadas e para a construção de bases e praças militares. Tais fatôres determinaram a não intensificação e até mesmo a redução da produção agrícola em relação ao crescimento de mográfico. Realmente, de 1938 a 1944, a população aumentou 13% e a produção diminuiu 2%, correspondendo portanto a uma queda na produção per capita.

Na análise da situação dos meios de transporte, mostrou os grandes desgastes ocasionados pelo excesso de uso, no atendimento das necessidades internas, e os prejuízos causados pelo afundamento de navios, os quais foram estimados aproximadamente em 27% da tonelagem existente em 1941. Tais perdas reduziram o comércio de cabotagem, forçaram a superutilização das ferrovias e aceleraram a deterioração do material das estradas de ferro. O agravamento no transporte rodoviário, por sua vez, não pôde ser contrabalançado pela renovação dos equipamentos, pois dependia da importação de material de transporte e de equipamentos industriais.

No período de 1941 a 1945, o maior trabalho de Roberto Simonsen talvez tenha sido o de lançar um brado de alerta em favor da América Latina. Procurou demonstrar aos Estados Unidos da América, quicã um tanto sarcásticamente, que o auxílio ao desenvolvimento dessa área não seria apenas obra humanitária, mas um bom investimento de capital, em favor do bem-

estar de uma parcela ponderável da humanidade (10).

A sua idéia pode ser sintetizada em poucas palavras: os Estados Unidos, como os maiores compradores da América Latina, além de adquirirem aí grandes quantidades de matéria-prima, colocavam nesse mercado consideráveis parcelas de seus capitais. Assim, as nações latino-americanas, no decorrer do seu desenvolvimento, tornaram-se capazes, cada vez mais, de absorver produtos norte-americanos. Certas resoluções adotadas em 1933, na 7ª Conferência Pan-americana, realizada em Montevideu, deixaram entrever um movimento no sentido de promover uma estreita união entre as duas áreas. Visto que mais de 90% do comércio eram realizados com os países do hemisfério norte, os governos das repúblicas americanas esforçaram-se por entrar em negociações, visando a promoção de intercâmbio, a diminuição das barreiras alfandegárias, o estabelecimento de um programa com o objetivo de cooperação econômica e a fixação, de acordo para eliminar as proibições e restrições e baixar as tarifas.

Considerava ele a América Latina importante fator na vitória dos aliados e um dos pilares responsáveis pelo reforço da liderança dos Estados Unidos no mundo, não só pelo esforço bélico, de 1939 a 1945, como por algo mais que se veio construindo durante a década dos 30 e no período do Segundo Conflito Mundial (11). Mostrou ter

10. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

11. SIMONSEN, R., "A Indústria e o Intercâmbio Econômico Brasil-Estados Unidos", in Elos da Indústria, Gráfica Siqueira, nº 23, São Paulo, 1944.

sempre existido a preocupação de estudos sôbre a coordenação dos negócios interamericanos, através da promoção de conferências sôbre as possibilidades do nosso intercâmbio comercial e cultural. O aspecto comercial já havia sido abordado, sob todos os prismas, pelas Câmaras de Comércio, Associações de Classes e peritos governamentais, e regulamentado por tratados comerciais e outros acôrdos complementares realizados no período da guerra.

Do intercâmbio cultural, afirmou êle, as elites intelectuais e governos cuidavam com desvêlo. A observação dos fatos internacionais, nas fases que precederam as duas guerras mundiais, demonstrava a viabilidade de os intercâmbios comercial e cultural concorrerem para um maior entendimento entre os países, apesar de existir mais uma forma de contato, além dessas: mútua assistência econômica, intensamente firmada entre duas nações.

Muito impressionou-o, nos anos anteriores à guerra, o interêsse dos homens de negócios dos Estados Unidos, com relação ao Brasil. Tinham em mente abastecer o mercado brasileiro de suprimentos que substituíam as manufaturas recebidas das indústrias européias, aumentar as cifras do comércio exportador de sua pátria e favorecer o progresso econômico de alguns ramos industriais. Não estavam porém, preocupados em concorrer para o fortalecimento e expansão da economia brasileira. Os acôrdos comerciais não ofereciam a segurança de um extenso, permanente e recíproco inter-relacionamento das atividades produtoras e de consumo, enfim, não favoreciam o principal objetivo a ser atingido. Apesar disso, com as interferências e compromissos comerciais e financeiros efetuados no campo interna -

cional, sob a forma triangular e multilateral, o poder aquisitivo das nações européias se enfraqueceria pela perda de exportação aos mercados brasileiros e pela substituição de mercados, possibilitando ao Brasil e à América Latina concorrerem eficazmente para a vitória dos aliados.

Dissemos, em mais de uma oportunidade, que Roberto Simonsen era fundamentalmente nacionalista. Defendeu o mundo latino-americano em relação às decisões de Bretton Woods, em Rye, com vistas às posições do Brasil nesta área e, posteriormente, quando da discussão sobre a conveniência de fundar-se a Organização Internacional de Comércio e Emprêgo. Persistiu na afirmação de que, embora fosse tarefa humanitária proporcionar meios de recuperação aos países destruídos pelos bombardeios, também se fazia necessário, ao mesmo tempo, não esquecer os seus aliados e atender às exigências de desenvolvimento das nações latino-americanas.

Não lhe passou despercebido que a prioridade concedida aos programas de reconstrução, em detrimento do desenvolvimento latino-americano decorria muito mais de motivos de ordem política do que de argumentos desinteressados e caráter filantrópico (12).

A oposição Estados Unidos-União Soviética originou-se do seguinte: tentava o primeiro ampliar seus mercados externos e garantir o suprimento de matérias-primas, enquanto o segundo tinha em vista expandir-se mediante a destrui

12. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais", conferência, in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.

ção dos grandes mercados consumidores e fornecedores, e outros em estado potencial, indispensáveis ao comércio livre. Tal situação deu origem ao Plano Marshall, e ao de auxílio à China, Pérsia, Turquia e Grécia, em contraposição a tentativa da União Soviética de absorver as bacias petrolíferas pertencentes aos povos do Ocidente, e de fechar o mercado asiático. A reação não foi satisfatória, dada a desagregação da Europa Ocidental, a não contribuição da Alemanha, a destruição dos capitais europeus investidos no exterior, a devastação da indústria europeia em geral e outros numerosos fatores decorrentes da última guerra.

Reconheceu-se o perigo de o retardamento da reconstrução da Europa estimular a crescente insatisfação de suas populações empobrecidas propiciar campo às idéias e investidas extremistas e, sem a cooperação ocidental europeia, dificultar o restabelecimento do comércio internacional.

Foram estes os motivos que, segundo Roberto Simonsen, levaram à reformulação da política internacional americana. O Plano Marshall, elaborado para reestruturar a Europa, torná-la sólida e economicamente capaz de sustentar uma equilibrada estrutura sociopolítica para a defesa contra a invasão política e militar dos soviéticos. Neste sentido, foi convocada a América Latina, para contribuir com matéria-prima e outros produtos agrícolas. Auxiliária, assim, a formação de um poderoso bloco econômico europeu a fim de garantir as relações comerciais e a paz mundial.

Nosso Autor era de parecer que o Brasil fôra um dos beneficiários da Segunda

Guerra Mundial (13) por ter, durante os anos da conflagração, envidado grandes esforços no sentido de assegurar a continuidade da cooperação entre as nações democráticas e de expandir as indústrias de transformação, principalmente as de artigos de consumo imediato, destinadas a suprir o mercado nacional e parte do sul-americano com material estratégico e gêneros alimentícios, e, desse modo, aliviar a tarefa dos aliados. No trato dos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional, na formação dos nossos técnicos o Brasil progrediu. Várias de suas indústrias de transformação foram aperfeiçoadas, aumentando o volume da produção e utilizando novos tipos de matérias-primas.

Ante a constatação de que, ao lado dos benefícios obtidos, o esforço despendido pelo povo brasileiro no auxílio aos aliados implicou, sob certos aspectos, num preço bastante elevado, denunciou os prejuízos indiretamente infligidos ao Brasil.

Grande desgaste sofreram as fábricas, os equipamentos ferroviários e a navegação. A produção em geral não cresceu em ritmo comparável ao de nossos aliados. O saldo das divisas estrangeiras não correspondeu às exigências efetivas do Brasil, e, com a guerra, os gastos públicos aumentaram. O resultado foi o empobrecimento, apesar do afluxo inesperado de capitais oriundos das emissões do Tesouro, aliando a inflação à falsa noção de desenvolvimento.

-
13. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil, no Período de Após-Guerra, Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.

Ao término do Segundo Grande Conflito Mundial, nosso país achava-se em retrocesso, com relação às grandes nações industriais, e perturbado por dificuldades de caráter socio-econômico, nem sempre compreendidas por outras nações.

Referiu-se Roberto Simonsen ao fato de que embora os acordos entre o Brasil e os Estados Unidos para a venda de produtos bélicos e expansão das indústrias tivessem favorecido o progresso em muitas regiões empobrecidas do norte do país, não foram seguidos de outros mais amplos, suficientes para nos equipar com a maquinaria destinada à utilização de todas as nossas fontes de energia e ao desenvolvimento dos meios de transportes marítimo, terrestre e aéreo. A história econômica mostrara que, sob o prisma imediatista, o comércio entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos provocara perturbações capazes de modificar a própria natureza do intercâmbio comercial.

Baseado em dados do recenseamento federal de 1940 e nas estatísticas das Organizações de Previdência da Indústria e Comércio, revelou existir grande percentagem da população empregada na indústria primária (agricultura, atividade florestal, pesca), baixos níveis médios do salário nacional e mínima rentabilidade da mão-de-obra, na maior parte do país. Em decorrência da centralização dos gastos federais e da administração das empresas brasileira, predominavam no Rio de Janeiro, então capital da República, as atividades terciárias (comércio, transporte, profissões liberais e organizações financeiras). Em São Paulo, maior região produtora, notava-se um certo equilíbrio entre as várias classes de atividade. A agricultura forneceu os primeiros capitais para o surto industrial e a sua enorme

expansão refletiu-se na valorização dos produtos em geral, das matérias-primas agrícolas e no padrão de vida médio do paulista que, apesar de insatisfatório, era dos mais altos do país.

Estudando os efeitos do Segundo Conflito Mundial sobre a economia brasileira, constatou este verdadeiro paradoxo: aumento da produção industrial, à custa, porém, da obsolescência da maquinaria. Não negava certo avanço tecnológico, decorrente do esforço de guerra, mas tal fenômeno podia ser considerado quase retrocesso, quando comparado com o ritmo expansionista dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

Apesar de o Brasil estar efetivamente na vanguarda da América do Sul, não pode acompanhar a ritmo de crescimento da produção industrial (14) desses dois países, acusando naquela época, do ponto de vista econômico, em relação aos Estados Unidos, um atraso de 70 anos proveniente da insuficiente produção nacional. As causas determinantes das deficiências citadas originaram-se da inexistência de uma política industrialista, porquanto o seu relativo desenvolvimento fôra estimulado, principalmente pelas duas guerras e pelo estrangulamento da importação, que privou a população de grande número de artigos industriais. Por outro lado, a produção agrícola e de matérias-primas, não pôde ser exportada em quantidade suficiente de maneira a carrear divisas suficientes para o pagamento dos produtos industrializados estrangeiros; e, as que

14. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

das de nossas taxas cambiais, refletindo o desequilíbrio da balança de pagamentos, não foram compensadas por um fluxo constante de capitais alienígenas.

Por que êste cuidado com o Brasil? Apenas por ser Roberto Simonsen brasileiro? Neste caso, não haveria razão para dizermos que, em sua obra, o nacionalismo é condição de harmonia mundial. Na verdade, a nação brasileira não está isolada, faz parte do mundo latino-americano e, por isso, talvez terá o destino histórico de assumir a liderança de uma futura política latino-americana e de conferir maior equilíbrio e orientação mais segura ao pan-americanismo.

Ao sintetizar suas idéias a êste respeito, Roberto Simonsen apontou problemas ainda existentes. Em resumo, a guerra provocou, no Brasil (15), país em condições semelhantes às de outras nações latino-americanas, uma mudança acelerada da estrutura econômica, com eliminação de seu antigo caráter eminentemente agrícola; o aumento da taxa de capitalização, o desgaste da maquinaria existente, por utilização excessiva, e a redução das importações de bens de produção. Os problemas criados comportavam a alternativa: ou redistribuir os fatores de produção para a volta à estrutura anterior, ou aumentar a produtividade seguida de desemprego. Ambas as proposições eram inadequadas, pois não correspondiam aos planos de após-guerra e limitavam a colabora

15. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra, Geografia e Política Industrial", in, Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP- FIESP, São Paulo, 1958.

ção da América Latina no Plano Marshall. Havia a possibilidade de manter uma estrutura única, mediante a distribuição dos fatores de produção, segundo as tendências do desenvolvimento da América Latina e da pressão da guerra. Entretanto, estava condicionada à renovação e ampliação dos investimentos adicionais de forma a compensar o desgaste do capital fixo e a redução da produtividade agrícola decorrente da transferência dos fatores. A nossa taxa de investimento, no período que antecedeu a Segunda Grande Guerra era de 3% da renda nacional, correspondendo 5% aos novos investimentos e 3% à manutenção dos capitais existentes; no entanto, em 1940 e 1941, caiu a 4,8%; em 1942, a 4%; atingiu 5%, em 1943 e respectivamente, 6,2% e 6,3%, em 1944 e 1945. A queda das percentagens, no período de 1940 a 1945, revelaram a depreciação por falta de reposição e por insuficiência de importações. O provável plano de renovação e ampliação, assim como o total em dólares para cobrir os desgastes e permitir novos investimentos no Brasil deviam ser diferentes dos elaborados para a América Latina, dada a diversificação da demanda real de cada país, dentro dessa área.

Havendo os Estados Unidos manifestado a intenção de ajudar este hemisfério, deveriam manter o compromisso assumido, do mesmo modo como o fizeram com relação aos países da Europa Ocidental. Cabia-lhes, portanto, convocar imediatamente uma conferência técnica especial das nações interessadas, a fim de elaborarem um plano comum de emergência, onde seriam fixadas as somas de auxílio externo e os esforços que os países poderiam realizar por seus próprios meios, com vistas à recuperação de cada nação da América Latina e da área em geral.

Era Roberto Simonsen de opinião que o Brasil, com as credenciais conferidas pelo seu passado e pelos serviços prestados na última guerra, poderia, com autoridade, representar os países pouco desenvolvidos e liderar um movimento pan-americano que objetivava a revisão e a complementação de todos os acordos, à luz das realidades vigentes, face à superveniência do Plano Marshall, representante de uma etapa revolucionária na política econômica internacional (16).

Mas, para o nosso país cumprir o seu destino, longa jornada havia a percorrer. Embora pudesse Roberto Simonsen, já no fim de sua existência, ter a satisfação de viver o "arranque para o desenvolvimento", pelo menos no centro-sul, não desconhecia ele a imprescindibilidade do dispêndio de grandes esforços para transpor as barreiras que entravavam a marcha do Brasil para o desenvolvimento econômico e para a liderança latino-americana.

Esta longa etapa por vencer pode ser mais bem avaliada, numa análise da nossa formação histórica (17). A utilização da maquinaria fôra relativamente pequena neste século de enorme progresso técnico. O surto cafeeiro, obscurecendo nos dirigentes da nação a visão precisa das condições de precariedade e atraso em que jazia a maior parte do país, permitiu a instalação de instituições políticas copiadas do mundo oci-

16. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais, in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

17. IDEM, "Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943

dental, assim como a criação de uma casta política de administradores, divorciada da realidade social e econômica do país. Por outro lado, o aumento dos recursos provindos dessa monocultura foi sensivelmente mais lento que o crescimento demográfico. Tais fatos ocasionaram o desequilíbrio gerador de sucessivas crises econômicas, por falta de instrumental técnico, preparo profissional da população e insuficiência de mercados para a nossa produção exportável.

Tal era a visão do mundo, da América Latina e do Brasil, que condicionou a obra de Roberto Simonsen.

1

2

Vertical line of text or markings running down the right side of the page.

Horizontal line of text or markings near the bottom left.

Horizontal line of text or markings near the bottom right.

Capítulo III

OS FATORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

A OCUPAÇÃO DO SOLO

Embora Roberto Simonsen se preocupasse principalmente com os aspectos normativos da vida econômica e pudesse ser caracterizado mais como um agente da política econômica, qu um policy maker, no dizer de Tinbergen, compreendia a profunda diferença existente entre os atuais e os antigos dirigentes da vida econômica de um povo. Compreendia também que tais dirigentes agiam por tentativa e erro, deixavam ao acaso a seleção natural dos mais aptos, aceitavam o determinismo geográfico como um fato inelutável, mas esforçavam-se por apreender o verdadeiro sentido da palavra produção e a necessidade de redefinir e ajustar a problemática de nosso tempo(1).

Fêz perfeita distinção entre rendimento e riqueza; o rendimento real, formado pelo conjunto de bens postos à disposição da coletividade, constituía riqueza efetiva e não se confun

1. SIMONSEN, R., Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1934.

dia com o valor monetário dos bens materiais existentes nas diversas sociedades. Julgava essencial a diferenciação entre riqueza potencial real, insistindo na afirmação de não se estabelecer confusão entre os dois conceitos, ou melhor, entre riquezas latentes e riquezas econômicas a proveitáveis, porque, dada a interdependência dos povos, não tem valor econômico as riquezas comercialmente inaproveitáveis. Expôs esta idéia, ilustrando-a com vários exemplos: existem, no Brasil, minas de cobre inexploradas, cujo custo de extração seria superior ao do similar norte-americano, significando que o país não pode auferir lucro dessas jazidas. O mesmo ocorreria, caso fosse descoberto um poço de petróleo em Goiás; não haveria conveniência em extraí-lo, porquanto o nosso mercado não estaria em condições de concorrer com o do exterior. Riqueza real, reafirmou, é a que concorre para o bem da coletividade e a que pode ser economicamente aproveitável. Mostra este conceito a necessidade de se pôr termo à ilusão sobre o país rico de potencialidades. Há a vista que a maior parte do Brasil situa-se em zona tropical, assim como outros países da África, de baixíssimo nível de vida. É indispensável adotarmos proteção adequada para o norte do Brasil, dada a interdependência econômica mundial; caso contrário, poderemos provocar nessa região a queda do padrão de vida a um teor equiparável aos registrados na África e Ásia.

A existência de riqueza estática é desinteressante, mesmo para argumentação, pois não se traduz em aumento de riqueza à disposição do povo. A riqueza dinâmica é útil: constitui-se em bem social, integra-se na produção e intensifica o comércio. Não afirmou que as potencialidades nada valem. Considerava-as, porém, rique

zas hipotéticas, que algum dia poderiam tornar-se realidade e ser infinitas em várias regiões do globo. Assim, a riqueza potencial estática e não integrada na economia social do Brasil serviria de base ao crédito especulativo, porque o real se apóia no trabalho dos brasileiros e na riqueza comercialmente aproveitada. É óbvio que, sendo a riqueza dinâmica a única capaz de aumentar a produção, sua dinamização envolve o emprêgo da força de trabalho convenientemente racionalizada.

Roberto Simonsen procurou, então mostrar se houve no tempo, evolução dos conceitos de produção e de seus fatores e se essa mudança decorreu da melhor compreensão do conteúdo da Economia. Vejamos como encarou o problema da conceituação da produção através de pronunciamento por ele emitido em conferência realizada em 1944 (2).

Economistas clássicos no século XVIII admitiram ser a produção econômica resultante de três elementos básicos: terra, trabalho e capital conjugados e postos em ação por uma administração conveniente, que se esquematiza na equação:

$$a + b + c + d = Pe$$

onde a representa a Terra; b o Trabalho; c o Capital, d a Administração e Pe Produção econômica. O elemento terra é formado pelo conjunto de recursos naturais que contém; o trabalho

2. SIMONSEN, R., A Engenharia e a Indústria, FIESP, Gráfica Salles Oliveira & Cia. Ltda., São Paulo, 1944.

é constituído pela disponibilidade de mão-de-obra existente, condicionada à capacidade mental, estado de saúde, resistência física, imaginação, habilidade e educação; e o fator capital reúne o equipamento procedente do trabalho humano, traduzido pelas sementeiras, atividade pecuária etc., e do poder criador concretizados nos instrumentais, maquinaria etc. O estudo dos recursos naturais e seu uso evidenciam ser a produção econômica não um processo autônomo e sim de conversão de bens geográficos e de recursos naturais em artigos de consumo ou serviços. Dêste modo, os mineiros, ao extraírem o carvão, não o produzem, só o transformam em blocos; por sua vez, o fazendeiro produtor de cereais, simplesmente converte um certo peso de carbono, cálcio, fósforo, potássio, em outros elementos alimentícios. Isto é comprovado, dizia êle, pela exaustão da mina e da fertilidade do solo, que acarretam a paralisação da produção, no momento que na mais resta para ser convertido. O moderno conceito de produção econômica não admite a equação

$$(a + b + c + d)$$

por não mais corresponder à realidade dos fatos e ter sido válida somente por período em que a produção evoluía em ritmo lento e a agricultura constituía o maior setor produtivo. Analisou o estudo de Renner, no qual o autor apontava a indispensabilidade da reformulação dessa equação, em função dos recursos naturais, humanos e tecnológicos. Os recursos naturais, relativamente estáveis, variam com o uso e podem esgotar-se quando não repostos, ou quando não sejam de caráter permanente. Os fatores humanos alteram-se de forma apreciável e a tecnologia diferencia-se em qualidade e poder. Tais recursos incluem o equi

pamento e os meios responsáveis pela aplicação da tecnologia: ciência, arte, práticas comerciais, conhecimentos acumulados, organização, maquinaria etc., processos êsses ora eficientes ora deficientes. A tecnologia, ao evoluir, cria o progresso moderno; dá à população grande número de bens de consumo; aumenta as horas de trabalho necessário à segurança e subsistência; provoca a dilapidação dos recursos naturais, crescente desemprego, congestionamento das cidades e intranquilidade, em decorrência dos problemas sociais e políticos. Tais argumentos levaram Roberto Simonsen a retomar a equação primitiva e a transformá-la em outra, composta de três variáveis:

$$(x + y) \cdot z = Pe$$

onde x representa os elementos complexos derivados dos recursos naturais; y os recursos humanos e z a tecnologia que atua como multiplicador do resultado dos dois outros fatores. A equação é simbólica e não expressão matemática real, mas da sua apreciação ressalta a profunda evolução que sacudiu o mundo sob o impacto da tecnologia, manifestada principalmente no setor industrial. A rigor, tal é a projeção da tecnologia que, nessa equação simbólica, talvez pudessem apresentar-se, não como fator multiplicador, mas como fator exponencial. Há dois séculos já se devia ter modificado o conceito de que a capacidade produtora de uma nação se calculava em função de sua população e área de terras cultiváveis pois a produção pode ser indefinidamente aumentada pela atividade industrial dentro de uma superfície relativamente limitada.

A alteração introduzida na antiga equação, no sentido de redefinir a produção em fun

ção da soma aritmética da terra, trabalho e capital, para incluir a tecnologia como um fator exponencial, não significa, no pensamento de Roberto Simonsen, que tivesse êle relegado a um plano secundário o fator humano. Ao contrário, tecnologia significa aprimoramento da fôrça de trabalho aliada à inventividade humana, permitindo a criação de novos capitais técnicos, de eficiência crescente na racionalização da atividade humana.

A melhor crítica sobre o determinismo geográfico feita por Roberto Simonsen, refere-se a colocação do estudo da demografia econômica, como elemento importante na análise dinâmica das economias. Em lugar da afirmação - os homens são o que a terra lhes permite ser - seu otimismo levou-o a considerar a riqueza efetiva, originada do meio geográfico, resultante da capacidade de trabalho de uma população.

Daí o fato de aceitar como válida a teoria do ótimo de população para, a seguir, demonstrar que, estando a América Latina e o Brasil a quem dêste ótimo e possuindo inúmeras riquezas potenciais a explorar, têm à sua frente um futuro promissor, desde que os povos do continente sul americano tomem consciência das suas obrigações e possibilidades.

Na análise do problema do ótimo de população (3), ressaltou a necessidade de emprego mais eficiente dos fatores, com vistas a atingir maior produtividade.

3. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, 1948.

O tamanho ótimo exigido pelas diversas organizações humanas facilita a compreensão das perturbações oriundas da violenta pressão demográfica. Assim, comentava Roberto Simonsen, existe um "optimum" ideal: 1º) para número de alunos em cada aula, número de aulas em cada curso e número de cursos em cada escola; ultrapassado este limite, a eficiência da instituição decresce; 2º) para as proporções de um hospital, de uma fábrica, fazenda, ou cidade, abaixo desse tamanho, os recursos disponíveis não permitem a utilização vantajosa da maquinaria comum; acima desse ótimo, os equipamentos tornam-se insatisfatórios. Na Grécia antiga, também foi observado esse fato e, dentro do regime democrático, limitavam o crescimento das cidades livres às suas capacidades administrativas.

Estes exemplos demonstram a crescente importância do estudo da ciência econômica para uma orientação mais objetiva dos campos de atividade ainda empiricamente examinados pela maioria, e indicam a inconveniência de o economista voltar as costas ao problema de ocupação do solo, alegando tratar-se de um campo de conhecimento específico e de competência do demógrafo. Uma vez que a produção ótima, indispensável a um padrão de vida satisfatório, adequado e dinâmico, depende das disponibilidades de bens de consumo, precisam atuar junto aos povos, no sentido de fazê-los compreender a obrigatoriedade de ocuparem o solo de maneira racional. Vivendo em áreas onde o subdesenvolvimento se alia ao subpovoamento, é indispensável promover-se a transformação das potencialidades latino-americanas e brasileiras em riquezas reais.

As migrações que no passado, a bem dizer foram feitas ao acaso, e explicavam parcial

mente as desigualdades internacionais e produção e consumo, hoje deviam ser canalizadas para as áreas subpovoadas. Fazia-se imprecindível ao Brasil, dizia Roberto Simonsen, redistribuir a população para melhor aproveitar sua área geográfica e força de trabalho e, dêsse modo, acelerar o seu desenvolvimento econômico.

O tratamento da demografia e da colonização é importante. No artigo "Recursos Econômicos e Movimento das Populações", (4) Roberto Simonsen fez a seguinte análise: A difícil situação enfrentada pela humanidade, dividida por profundos desentendimentos, despertava a atenção para os problemas a ela ligados e reclamava soluções no sentido de se conseguir uma evolução mais harmoniosa e pacífica. O bem-estar da população resulta do equilíbrio entre o homem, o ambiente e os recursos econômicos. As migrações que se afirmam, determinadas por causas externas (guerras, invasões), religiosas ou outras, na realidade foram provocadas, ou por motivos econômicos, ou pelo desequilíbrio entre o aumento das populações e dos recursos do solo ocupado por essas populações.

No século XIX, a pressão exercida pelos europeus sobre os meios econômicos gerou as grandes correntes emigratórias para as Américas e o rápido progresso de muitos países. Essa mobilidade internacional fez com que as migrações desempenhassem importante papel na correção dos desequilíbrios econômicos, ao provocarem o escoamento dos excessos da população inglesa para as

4. SIMONSEN, R., "Recursos Econômicos e Movimento das Populações", in Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos, Edição da FIESP, p. 120

suas colônias e para os Estados Unidos, dos imigrantes alemães e nórdicos para os Estados Unidos e América do Sul e, em menor escala, da população excedente da bacia do Mediterrâneo para o continente americano, especialmente para o Brasil. As restrições às migrações e a política demográfica adotadas no Século XIX criaram graves problemas à pressão demográfica, provocaram intranquilidade geral, e rivalidade mundial com relação à Alemanha, Itália e Japão. Ademais, dois importantes fatores agravaram a situação: a desarmonia entre populações e a má distribuição interna de recursos econômicos em alguns países, particularmente em determinadas zonas onde a produção, baseada nos seus recursos naturais, nos equipamentos e instituições econômicas existentes, exigia facilidade de acesso a novas áreas e às relações econômicas com outras regiões.

As dúvidas relativas à idéia de estes problemas, derivados do crescimento da população serem solucionados mediante a conquista do ar e da terra, e oferecerem à humanidade amplo espaço para uma expansão, induziram Roberto Simonsen às seguintes considerações (5): o progresso da higiene e a abundância de recursos detêm as grandes epidemias e hecatombes provocadas pela fome e duplicam a população em cada 60 anos. Nesse ritmo, em 100 anos, a população mundial ultrapassará a casa dos 5 bilhões; em 200, a dos 17 bilhões e, em menos de um milênio, não haverá um metro quadrado para cada habitante. Entretanto, não chegou ao exagêro de Ross, que anteviu a população, de pé, comprimida, impedida de locomover-se, recebendo manã do céu, por haver confia-

5. SIMONSEN, R., "Desperdício de Espaço", in Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos, Edição FIESP, 1943, p. 49.

do no avanço da medicina e na racionalização de seus processos de contenção da humanidade dentro dos limites do espaço disponível. A preocupação com o espaço para as populações diferia, entre as nações: havia pressões demográficas na Itália, Holanda, Bélgica, e vastíssimas regiões praticamente desabitadas, como o Brasil, por exemplo, Tal disparidade justificava a elaboração de normas distintas de colonização para a resolução dos problemas referentes ao aproveitamento de toda a região, visando o enriquecimento do maior número de cidades nas áreas produtivas com excesso de habitantes e nos países de fraca densidade populacional.

Orientada em outro sentido, a política acarreta o empobrecimento geral, a ruína e o desmembramento do país. A aplicação de tais normas pode ser impedida por fatores políticos que, às vezes, exigem a ocupação de zonas estratégicas. Nesse caso, a nação pode e deve, direta ou indiretamente, subvencionar os núcleos localizados nas regiões menos produtivas. A política de colonização interna, salientou Roberto Simonsen, devia obedecer predominantemente às regras acima apontadas para evitar o desperdício de espaço territorial útil; dar preferência à exploração das terras próximas às vias de comunicação e, assim, impedir a abertura de novas zonas agrícolas afastadas do centro urbano, a fim de evitar o aumento de serviços públicos de assistência, de fiscalização, de transportes, e de ordem política. Apesar de esse encarecimento da produção ser relativo, do ponto de vista social, o governo podia combatê-lo através da divulgação de normas para exploração agrícola mais racional das várias regiões do país, controle do crédito agrário, manutenção dos serviços de análise das terras, do clima e das condições topográficas do meio. Esses

trabalhos forneceriam as bases para a orientação de uma política agrária adequada de aproveitamento de terras e não impediria a formação de nossos capitais sociais.

É problema demográfico particularmente importante para a América Latina, vasta área geográfica, subdesenvolvida, despovoada e com evidentes desequilíbrios regionais, relacionados à distribuição da população existente (6). Verificou-se que os níveis de vida econômico-sociais dos povos de tal forma influem no comportamento dos países, que as relações econômicas e sociais entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas, apesar de juridicamente estabelecidas em base de igualdade e reciprocidade, na prática, traduzem-se em profundas desigualdades provenientes dessas diferenciações de graus de progresso. As nações mais adiantadas têm interesse em que o nível de vida dos países subdesenvolvidos se eleve a um padrão capaz de melhorar as relações culturais e econômicas entre os vários povos e permitir maior compreensão recíproca, indispensável à criação de condições favoráveis a um estado permanente de paz.

Com o intuito de atingir esse objetivo, o governo brasileiro apresentou, na Conferência Internacional da Consolidação da Paz, em Buenos Aires, em 1936, moção redigida e justificada por Roberto Simonsen e aprovada pelos delegados de todo o continente americano. Além disso, ressaltaram a responsabilidade de os governos representados na Conferência investigarem o nível de vida e os índices econômicos das diversas re-

6. SIMONSEN, R., "Recursos Econômicos e Movimento das Populações", in Ensaio Social, Político e Econômico, Edição FIESP, p. 120.

giões, dentro das suas fronteiras. A União Pan Americana foi indicada para fixar as diretrizes dessas pesquisas e da coordenação dos seus resultados, em bases passíveis de comparações futuras. Os recursos para a efetivação dessa proposta foram votados posteriormente no Congresso Pan-Americano, reunido em Lima. Deveriam os estudos ser executados sem prejuízo dos que o Bureau Internacional do Trabalho realizava e, com o subsídio dos de Genebra, os resultados obtidos serviriam de guia para o planejamento da redistribuição das populações dentro de cada país americano. Eventualmente, poderiam nortear nesse continente o auxílio dos mais ricos aos subdesenvolvidos. Na assembleia de outubro de 1937, a Sociedade das Nações adotou orientação semelhante, conclamando ao estudo comparativo de níveis de vida as várias populações do mundo.

Roberto Simonsen julgava possível que a correção desses níveis internacionais estivesse nas migrações dirigidas. Os países europeus, ao facilitarem as emigrações, elevaram o padrão de vida de quem ficava e proporcionaram novas oportunidades aos que saíam. No ano de 1940, dentro do continente americano, só os Estados Unidos da América tinham, em certas regiões, pressão demográfica que justificava a emigração. Os demais países demandavam migrações internas e imigrações de raças tecnicamente capacitadas para valorizar o desenvolvimento de suas próprias terras.

Além das conclusões acima sobre o povoamento, acrescentou outras de ordem geral. Na evolução econômica e social das várias regiões do continente americano, devia-se ter em vista a manutenção da relação harmoniosa entre o cres

cimento das populações e os seus recursos econômicos. Com esse propósito, impunha-se o levantamento permanente dos níveis de vida nas regiões, mediante inquérito adequado para verificação das condições locais. Esses dados e as experiências colhidas em observações diretas dariam aos governos as diretrizes para a consecução de uma política migratória interna, objetivando a retirada parcial da população das zonas em decadência, o reajustamento e a concentração em zonas de maiores recursos econômicos e possibilidades de progresso. Conhecidos os resultados dos inquéritos e estabelecidas as bases comuns de comparação, as nações mais desenvolvidas deviam auxiliar a elevação do nível de vida dos demais povos, facilitando-lhes a produção de equipamentos suficiente para eliminar os focos de empobrecimento e descontentamento, dentro do continente americano. Eventualmente, também deveria ser abordada a viabilidade de migrações internacionais, intercontinentais e intracontinentais como medidas corretivas dos desequilíbrios locais entre as populações e os recursos econômicos.

Mais uma vez, dentro do conteúdo do pensamento de Roberto Simonsen, os cuidados com a América Latina servem ao intuito de situar o Brasil como provável líder futuro de uma nova civilização.

O Brasil, afirmou, é o modelo a ser seguido e é, também, o grande exemplo histórico dos erros e acertos cometidos no continente sul-americano, porque, o estudo da evolução econômica e social do continente americano, oferece dados e condições excepcionais. Situa-se em nível econômico-social mais próximo aos das na-

ções latino-americanas do que dos Estados Unidos. Com uma superfície compreendendo quase 48% da América do Sul, atinge 5° de latitude acima do Equador e estende-se a 34° de latitude sul. O seu território inclui zona tropical e temperada; abrange, a primeira, terras baixas e altas e a segunda, terras úmidas, semi-áridas, secas e terrenos de grande variedade geológica. A população correspondia à metade dos habitantes da América Latina, nela encontrando-se desde selvagens bravios, tribos primitivas isoladas da civilização, até grupamentos de indivíduos altamente qualificados e cultos como no Rio de Janeiro e São Paulo. Entre esses dois extremos, ampla e variada escala de aglomerados humanos; aldeias de índios civilizados por missionários; zonas onde colonos europeus e místicos vivem isolados ou em grupos de vida rudimentar; áreas com antigas fazendas, em regime patriarcal e de economia quase autárquica; territórios onde há mais de um século não se verificam imigrações e cujas populações, resultantes de cruzamentos diversos, branco-índio no Nordeste, ou branco-índio-negro, na Bahia e Pernambuco, evoluem por seus próprios recursos.

Com a perda do mercado português, após a Independência, apresentaram-se desníveis nas regiões brasileiras atingidas pela forte de pressão econômica registrada no século XIX. No Sul, zonas houve que integraram intensas imigrações estrangeiras e outras, acusavam a existência de núcleos estrangeiros não inteiramente absorvidos. Encontram-se, no Brasil, exemplos de migrações internas e de pressões demográficas resultantes, principalmente, da fraca produtividade de de várias zonas. As dificuldades de transportes e a pequena densidade de população retardaram a expansão econômica e social, mas, em

contraposição, existia unidade nacional, de língua e a maioria da população professava a mesma religião. Tais fatos são suficientes, dizia Roberto Simonsen, para reforçar a idéia de que as missões científicas pan-americanas deveriam concentrar os seus estudos nas questões econômicas e sociais do Brasil, pois além de beneficiarem o nosso país, as suas conclusões seriam aproveitadas pelas demais nações do continente.

Utilizou a história da ocupação do solo no Brasil para mostrar o caráter empírico e desordenado das relações entre o homem e a terra, a regionalização das produções e para explicar os desequilíbrios regionais e o predomínio do crescimento econômico no Centro-Sul. No livro História Econômica do Brasil (7), descreveu as causas determinantes da formação dessa estrutura que, em linhas gerais, podemos enunciar:

Portugal adotou com relação ao Brasil política colonizadora baseada na ocupação, povoamento e exploração das atividades extrativas e agrícolas, cuja execução, pelos capitães-mores e pelas doze donatárias, permitiu a ocupação costeira, a responsável pela fixação definitiva do europeu no Brasil.

A partir de 1560, a população das capitâneas empregada no setor econômico, e composta de índios, trabalhava, na condição de colonos e escravos, na extração do pau-brasil, na plantação de cana e do algodão, nos engenhos e em outras atividades secundárias ligadas à ali-

7. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil, 1500/1820, Companhia Editora Nacional, 4a. ed., São Paulo, 1962.

mentação e ao atendimento das demais necessidades. Nessa época, a colonização era de vulto, conforme mostra a análise do capital investido entre 1560 e 1570, sendo cerca de 61% imobilizado no Brasil e o restante mantido em mãos de negociantes portugueses. Apesar da impossibilidade de calcular-se a renda líquida, a rentabilidade desses capitais era elevada, o valor dos artigos exportados correspondia a 15% do capital imobilizado, sem considerar o valor dos artigos produzidos e consumidos no país, correspondente a 70% dos capitais em mãos dos negociantes e armadores. Das doze donatárias, três não possuíam recursos, oito aplicavam nela a totalidade de seus haveres e várias pediam emprestado o capital exigido a negociantes portugueses que, ao auferirem vantagens do comércio, fizeram-se aliados naturais das donatárias e dos colonos, na defesa da nossa terra e no fomento da sua economia.

O bom êxito das capitanias foi dificultado, não pela improdutividade da terra, mas, sim, pela ação administrativa e política; falta de capitais disponíveis; agressividade dos entrepostos estrangeiros; corso entre as capitanias e falta de segurança no trabalho, resultante da hostilidade dos silvícolas; condições penosas, clima quente e úmido da zona litorânea. Tais condições levaram o governo português a fomentar a indústria do açúcar no Brasil, mediante a aplicação de uma série de medidas: aumento da segurança no trabalho, isenção de impostos por dez anos para os engenhos construídos em São Salvador, impenhorabilidade desses engenhos, e privilégios de nobreza aos senhores de engenho. Na indústria, predominava a iniciativa particular, porquanto os incentivos atraíam

os portugueses possuidores de poupanças, os quais, ou as emprestavam, ou se associavam aos engenhos. O elevado custo da empresa tornava impraticável o funcionamento dos pequenos engenhos; no entanto, os médios melhor se adaptavam às condições do meio. Estabeleciam-se os colonizadores de preferência na zona litorânea, dadas as dificuldades de locomoção e o risco de ataques de índios. Localizados geralmente ao longo de rios não caudalosos, serviam-se de barcas no transporte fluvial e, em terra, de carros de boi e juntas de tiro. O auxílio dos escravos índios e negros concorreu para dominarem definitivamente o meio geográfico.

A economia açucareira, no expandir-se, constituiu a base econômica da implantação dos europeus no Brasil. O seu comércio, influenciando sobre a taxa cambial da Metrópole, condicionou-se a ela, porquanto a queda violenta dos preços do açúcar, em fins do Século XVII, obrigou o governo português a desvalorizar a moeda para amenizar o prejuízo dos lavradores. Graças, porém, ao ciclo da mineração, iniciado nessa época, Portugal conseguiu pôr-se a salvo de uma crise de maiores proporções.

A debacle açucareira fôra provocada pelos entraves políticos à exportação do produto, originários da política colonial de Colbert, na França, e de Cromwell, na Inglaterra. A prioridade concedida por ambos os estadistas aos produtos de suas respectivas colônias, induziu a proibição da entrada das sedas francesas e a França, em represália, impediu o ingresso de açúcar no seu território. Tal situação foi agravada pelo início da mineração, a estimular o êxodo de capitais e escravos para as minas do

Brasil Central. Com a revolução industrial, no Século XVIII, a indústria açucareira, aos poucos, retomou o impulso e, após nova expansão, sempre sujeita às condições do mercado externo, de caiu com a descoberta da extração do açúcar de beterraba. De 1890 a 1906, êsse produto ultrapassou a produção do açúcar de cana, cuja liderança só foi recuperada a partir da guerra de 1914.

O açúcar desempenhou papel decisivo na fixação do europeu no Brasil, determinou a formação de nossos primeiros capitais e gerou os grandes problemas da mão-de-obra, cuja solução permitiu o desbravamento das terras brasileiras, ou, mais especificamente, teve como conseqüências econômicas, financeiras e sociais a criação de rápidas fortunas; a implantação do luxo nas capitanias do Norte, no Século XVI; o grande aumento da população, da produção e exportação per capita; o elevado número de colonos ricos no Norte e extrema pobreza no Sul; no Século XVII, excesso de ricos com avultadas dívidas contraídas com mercadores de Lisboa para possibilitar a expansão de suas fazendas ou a cobertura de despesas improdutivas. A exportação do açúcar, entretanto, forneceu rendas diretas ou indiretas à coroa, e, por 200 anos, a colônia garantiu saldos à Metrópole.

Após a cultura de cana como forma de ocupação do solo e elemento produtor de riquezas, apoiada no trabalho de colonos livres, e tendo na direção e fiscalização do trabalho servil do engenho, oficiais e degredados por crimes políticos e religiosos, várias atividades econômicas permitiram a ocupação e manutenção de amplas regiões do sertão: 1º) extração de espe-

ciarias, produtos silvestres e plantas medicinais; 2º) criação de gado; 3º) caça ao gentio e 4º) mineração.

1º) Extração de especiarias, produtos silvestres e plantas medicinais. A ocupação de Leste-Oeste, no século XVI, exigiu grande esforço dos portugueses.

As primeiras expedições colonizadoras enviadas pelos donatários fracassaram. Os colonos, além de terem sido obrigados a tomar as feitorias mantidas pelos franceses no Maranhão, com vistas a facilitar a exportação de madeiras tintoriais, âmbar e outros artigos, apossaram-se das benfeitorias mantidas pelos holandeses e ingleses, na foz do Amazonas. Viram-se também compelidos a combater a pirataria e os índios.

Devido aos ventos, as dificuldades enfrentadas pela navegação - meio de transporte entre a costa e diferentes partes da Colônia - determinaram a criação do Estado do Maranhão, independente do Estado do Brasil. Abrangia as regiões cearenses, nas proximidades do cabo de São Roque, até a região amazônica e dividia-se em várias capitanias, a fim de facilitar a sua administração. Tal sistema permitiu a ocupação de vasta área da costa até a foz do Rio Amazonas, mas o sério perigo representado pelos Tapajós, habituados ao uso de flechas envenenadas, impediu a penetração além do estuário. Possuíam os colonos dessa região noções rudimentares de trabalho; contudo, a localização em solo pobre, isolado por rios, forçou-os a utilizarem-se do barco como único elemento de ligação e a dedicarem-se à economia de subsistência, caça, pesca, ou então, a um melhor negócio: o tráfego.

co dos índios escravizados para abastecimento dos engenhos de Pernambuco. A vida econômica, instável e precária, entre 1621 e 1684, resultante da pequena exportação de algodão e produtos da terra, agravou-se com o término do escambo lucrativo para o Amazonas, provocado pela ocupação holandesa no Nordeste, em 1630, e só melhorou após a sua eliminação, em 1643. No final do século XVII, a economia do Vale do Amazonas superou a do Estado do Maranhão, graças à intensificação do comércio de drogas do sertão e permitiu o enriquecimento das missões religiosas na primeira metade do século XVIII. Entretanto, o comércio amazônico decaiu em fins desse século, enquanto o Maranhão atingia o seu período áureo, em decorrência da grande exportação de algodão e arroz, da região litorânea.

A exploração da indústria extrativa no Amazonas foi propícia a uma reação repovoadora do Vale, porque o cacau silvestre, as especiarias e as plantas medicinais passaram a integrar o comércio de Portugal, pois esse país via a possibilidade de tais produtos substituírem os recebidos da Ásia e reconquistarem os mercados perdidos. Como a colheita na floresta amazônica era feita pelos índios, remeiros ou colhedores de drogas, o comércio não se desenvolvia a contento dos colonos, postos que o tipo de atividade mantinha os trabalhadores dispersos na floresta e dificultava a vigilância sobre os escravos. A expansão desse comércio foi facilitada pelas missões; as aldeias próximas às tribos propiciavam aos índios trabalho no cultivo dos campos e proteção e alimentação às famílias abandonadas, durante meses, pelos seus chefes, enquanto buscavam produtos silvestres, a dentrando o sertão.

Embora o comércio direto de especiarias não concedesse a Portugal a reconquista dos mercados da Europa Setentrional, intensificou a produção extrativa, a responsável pela fixação do elemento humano no Vale Amazônico e estabeleceu comunicações internas. As "entradas", compostas de sertanistas e desbravadores, passaram a ligar diferentes locais: Mato Grosso ao Pará, através do Rio Madeira; Mato Grosso ao Amazonas e à Bacia do Prata ao Amazonas. Esses contatos estabelecidos pela navegação entre sertões dos Estados do Brasil e Maranhão, em meados do século XVIII, promoveram o intercâmbio e tiveram alcance político para a unidade brasileira.

A ocupação do território imprimiu características próprias às duas regiões: costa e sertão. Na época da regência e no século seguinte, elas passaram a lutar entre si, a costa a enfrentar a miséria, as despesas da administração pública, a servidão do índio e a luta contra os jesuítas. O sertão, ao contrário, a gozar de prosperidade advinda da produtividade da mão-de-obra empregada, do não pagamento de impostos e dízimos, quantias utilizadas na construção de aldeias autônomas e na reação contra a escravidão do litoral e comércio mantido pelos jesuítas.

2º) A pecuária, a segunda atividade econômica atuante na ocupação do solo, desempenhou importante papel na economia brasileira: além de constituir a retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, protegeu-os contra as incursões dos selvagens; abasteceu os mineradores, quando a rápida concentração de populações em zonas pouco férteis provocou grande demanda de alimentos e crises de fome; incentivou a ocupação de vasta região do sertão, nos séculos XVI e XVII, ao ensejar a condensação da população sertaneja;

promoveu a fundação de vilas e cidades no interior do Brasil e a instalação de fazendas em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás; determinou a expansão sulina; amparou a população no período compreendido entre o fim da mineração e o começo da agricultura do café; assegurou meios de comunicação, nos séculos XVIII e XIX, entre várias regiões, ao unir, pelo sertão, os homens do Norte, Centro e Sul. Foi a base do comércio em todo o hinterland brasileiro e, na maior parte da fase colonial, concorreu para a criação de emprego, de capitais nacionais que aumentaram a produção e, conseqüentemente, o rendimento do país. O açúcar, ao contrário, submisso a outra organização social, utilizava-se de capitais da Metrópole, e estes se evadiam.

A pecuária induziu o aparecimento das feiras de gado, com função inconfundível no embasamento de nossa infra-estrutura econômica unitária, no período anterior à Independência, porque a indústria de mineração, ao estimular o crescimento rápido da população e a construção de cidades no interior, gerou, através do comércio de gado bovino e cavalar, os elos indestrutíveis da nossa unidade econômica. Como atividade extensiva, consolidou, com pequena população o aproveitamento de grandes áreas que, sem a pecuária, estariam fadadas ao abandono; permitiu o desenvolvimento de outras culturas, a expansão do café e o reerguimento econômico do país, na época do reajustamento provocado pelo declínio do ciclo do açúcar e da mineração, em fins do século XVIII.

Até o terceiro quartel do século XVII, o gado alcançou preços elevados nos mercados consumidores do Norte e teve, posteriormente, sua expansão no Sul, passando a preponderância econô

mica ao matuto e ao gaúcho, em detrimento do sertanejo e vaqueiro do Norte.

3º) A terceira atividade econômica, responsável pela ocupação do solo, foi a caça ao índio. O clima ameno do planalto paulista justificou a preferência dos colonos e dos jesuítas por essa região; além disso, suas terras eram uma "entrada de sertão", próximas das zonas já utilizadas. O ambiente áspero, pobre, distava do mar, acessível somente após viagem penosa, de 4 dias. Como não possuía nenhum produto exótico para comércio com a Metrópole, a população interessou-se pelo plantio do trigo, mandioca, milho, vinha, algodão, gado e frutas, destinados ao atendimento de seu próprio consumo. Ante essas condições, impunha-se a construção de uma base fixadora defensiva, com vistas a proteger a escassa população contra perigos externos e internos (ataque de índios e angústias), com a obrigatoriedade de cultivo dos campos dentro da zona defendida, ou próxima aos vilarejos.

A ocupação do solo condicionou São Paulo à economia de subsistência, caracterizada por culturas restritas às linhas defensivas, na primeira fase, e por expansão de lavouras modestas, destinadas ao abastecimento local e do pequeno comércio de exportação de trigo, marmelada, pano de algodão, ouro de lavagem e escravos para outras capitâneas. Em meados do século XVIII, o ciclo repovoador pôs termo ao isolamento de Piratininga com relação aos demais centros do país. Realmente, os desbravadores do sertão delinearam os grandes caminhos e as veredas que, nesse ciclo, se transformaram nas primeiras estradas. Em número de seis, ligavam Piratininga ao Leste, pela estrada da Paraíba, em direção a Minas e Rio de Janeiro; ao Norte, pela estrada do sul de Mi

nas; ao Noroeste, pelo caminho das bandeiras do Anhanguera; ao Centro-Oeste, pela estrada das Monções; e para o litoral, pela estrada do Mar. A caça ao índio deu início ao comércio, graças aos novos núcleos de emigrantes e às demais vilas e povoados e, a utilização da tropa muar como veículo de transporte, promoveu a ocupação definitiva de vastas regiões nordestinas, da bacia Meridional do Amazonas e dos campos do Sul; repovoou várias regiões; alargou as fronteiras econômicas e modificou as primitivas fronteiras políticas.

49) O quarto elemento econômico foi a mineração do ouro, cuja extração, iniciada na última década do século XVII carregou grandes migrações de São Paulo, do Norte, da Metrópole, de outras áreas, tornando-se a responsável pelo abandono de vilas e lavouras. Esse surto demográfico diminuiu a influência dos paulistas nas Minas Gerais e alterou profundamente os "facies" da sua evolução. O ouro, como atividade condutora do século XVIII, favoreceu a abertura de estradas para o sertão, desse modo solucionando os problemas de acesso e abastecimento. Constituiu a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma e repercutiu tanto na economia internacional da época, quanto na amoldagem de nossa nacionalidade.

A exploração do ouro das "Gerais" foi decisiva na organização de povoados, fazendas, centros de comércio e no povoamento efetivo dos arredores das zonas de mineração. Exigindo do minerador, coragem, pouco dinheiro, alguma ferramenta e escravos, atraiu considerável massa de homens livres e de escravos. Devido às condições locais, as minas na montanha requeriam divisão de trabalho, aparelhamento adequado, organizações especiais e obviamente vultuosos capitais.

Os campos de mineração por sua vez, limitados em sua maior parte por terra pobre e cidades nascentes, de vida efêmera, desapareceram quando o rápido esgotamento dos recursos auríferos deteve a expansão iniciada.

A mineração implicou em riscos incalculáveis, derivados do caráter das ocorrências, da natureza de seus exploradores e das dificuldades da época. A sua decadência originou o devastamento de extensas matas, grandes queimas para descobertas de novos veios e a carência de meios de subsistência. As terras pobres obrigavam os exploradores a fugirem das matas em busca de alimentos e, em decorrência, os preços dos bens elevaram-se assustadoramente e provocaram crises parciais, durante anos, em Goiás e Mato Grosso. Tais crises agravaram-se em 1729, quando as descobertas das jazidas diamantíferas em Sêrro Frio, induziram à mobilidade grande número de mineradores e garimpeiros determinando, assim, pelo aumento da produção, uma baixa de 75% no quilate de diamante, nos mercados internacionais. Face à reação do mercado, a coroa interveio, por Carta Régia, em 1731, fazendo cessar as extrações, expulsar os trabalhadores das lavras e limitar a produção e venda, a fim de, mediante controle da oferta, evitar maior queda de preço. Implantado inicialmente o regime de liberdade de extração, seguiu-se o do monopólio real e arrendamento por contratos e, posteriormente, reinstalou-se o do monopólio real exercido pelo governo. O regime fiscal de cobrança do quinto e captação, e o administrativo, eram severos no controle de fraudes e contrabandos.

Terminado o ciclo do ouro, a inexistência de mercado interno e externo intenso, proveniente da falta de produção exportável, do tipo

de organização social, marcada pelo atraso dos habitantes, falta de equipamento técnico e alta proporção de escravos, mergulhou o Sul em profunda crise. O deslocamento da atividade extrativa mineral para a agricultura levou cinquenta anos e só o Rio de Janeiro, onde residia a família real, gozava de relativo bem-estar, no Centro-Sul, região depauperada, a população passou a viver da pecuária até o advento do café. As demais regiões de Minas e o Brasil Central lutavam com terras pobres, problemas de ordem econômica e baixo padrão de vida.

O predomínio da exportação retorna ao Norte. Desde 1772, e por meio século, o Maranhão obteve maiores rendimentos provenientes do aumento da exportação do algodão e do arroz. Em resultado, houve melhoria das condições locais e formação de uma elite que bem justificava o nome de "Atenas do Norte", dado a São Luiz. A partir da segunda metade do século XVIII, alteraram-se profundamente as condições das várias áreas, no Estado do Maranhão. Declinou a prosperidade, quando a concorrência norte-americana eliminou seus dois produtos do mercado internacional. Paralisou-se a expansão e, por fim, sobrevieram a decadência, e as emigrações para o Amazonas e para o Sul.

O novo impulso e a redistribuição de fatores no Vale Amazônico provocaram a transferência da capital para Manaus; canalizaram a migração de nordestinos que previram a existência, nessa região, de novas fontes de trabalho abertas pela extração do latex. Assim, a população grandemente aumentada, ocupou o território do Acre e marcou as fronteiras com a Bolívia. Iniciada na segunda metade do século XIX, a exporta

ção da borracha atingiu o apogeu entre 1905 e 1910, mas desapareceu rapidamente, eliminada pela concorrência das plantações feitas no Oriente.

O advento do café no Vale do Paraíba, em princípios do século XIX, deslocou a população mineradora e a do Norte, onde as culturas tropicais estavam ou estagnadas, ou em decadência. Em sua evolução, a cultura do café transferiu o centro econômico para São Paulo, causando a decadência das primitivas fazendas do Vale e, em fins do século XIX, o desemprego, o declínio e abandono de inúmeras cidades do Rio de Janeiro. A emigração dos nordestinos para o Sul foi temporária, dadas as diferenças profundas do modo de vida e de cultura entre essas populações e a de São Paulo.

A ocupação do solo paulista está ligada à cultura do café e ao movimento das populações. A evolução da agricultura cafeeira sustentada pelo trabalho de emigrantes europeus, segundo Roberto Simonsen (8) processou-se através de lutas entre zonas velhas e novas; no entanto, a abundância de energia hidrelétrica, de mão-de-obra eficiente, e o mercado interno em expansão, facilitaram a implantação, em São Paulo, do maior parque manufatureiro da América do Sul. A Paulicéia desenvolveu-se tremendamente, estimulada também por desvalorizações monetárias. A princípio, a crise de 1929 provocou a queda da produção industrial e, logo depois, a

8. SIMONSEN, R., "Recursos Econômicos e Movimento das Populações", in Ensaio Social, Político e Econômico, Edição FIESP, 1943.

do valor da moeda. Esta, porém, incentivou a produção, porque o parque industrial foi chamado a substituir as importações de inúmeros bens, a fim de suprir a demanda existente. A falta de mão-d-obra ainda constituía sério problema, pois que era pressionada pela expansão de outras culturas no interior, mesmo no período da crise do café. Provinha a escassez tanto das restrições decretadas nos países de emigração, quanto das restrições do Brasil à entrada de colonos. Por consequência, houve, no interior de São Paulo, aumento do salário, o qual, por sua vez, atraiu a população ativa disponível de outros Estados, principalmente de Minas Gerais. Habitado aos trabalhos da pecuária e às culturas anuais dos minifúndios, o nordestino não se adaptou à produção cafeeira de tipo perene e somente o incremento da cultura do algodão em São Paulo permitiu a absorção em massa desses trabalhadores.

A grande seca de após 1938, ao atingir os sertões setentrionais de Minas e do sudeste da Bahia, intensificou a migração interna que, em 1939, alcançou a maior cifra registrada num ano. As populações flageladas dirigiam-se a São Paulo por via férrea, percorriam a pé grande extensão, chegando subalimentadas e em condições precárias para enfrentarem o trabalho imediato. Por sua vez, a existência, nesse Estado, de zona cafeeira, abrangendo algumas culturas de gestão equilibrada, outras com lucros, e muitas deficitárias, provocou emigrações destas para as regiões mais produtivas, como as do norte do Paraná, o loteamento das propriedades de São Paulo e a venda aos colonos aclimatados. Em 1904, o censo agrícola acusava 56 931 propriedades em São Paulo, passando, no censo de

1934 a 274 740 propriedades. A êsse desmembramento atribui-se o progresso vertiginoso de cidades como Marília e outras do Sul.

A ocupação do solo do Rio Grande do Sul deveu-se, no século XVIII, aos paulistas pecuaristas que se deslocaram, na sua tarefa de abastecer a zona de mineração, e ao govêrno português, que intensificou a povoação, atraindo portugueses, numa tentativa de fortalecer o Sul, face à vizinhança dos espanhóis. No Império, entre 1822 e 1889, o Govêrno Federal instalou inúmeros núcleos coloniais compostos respectivamente de alemães e italianos. Na República, foi mantida a mesma política de imigração e colonização. O Clima temperado, as terras adequadas à criação de gado fino, a existência, no Norte, de florestas com madeiras de qualidade e de terras cultiváveis constituíram fatores que atraíram a população.

Os desequilíbrios regionais, provenientes de diferenças na ocupação do solo explicam o fato de as populações brasileiras, além de serem relativamente pobres, possuírem vários níveis de vida. As populações do Norte cresceram mais rapidamente que os recursos econômicos, pois o clima levou-as à produção de artigos tropicais cultivados também na África e Ásia por colônias européias com padrão de vida muito baixo, fato responsável pela não abertura do mercado externo para os produtos nordestinos. As pequenas exigências com relação ao vestuários, habitação e alimentação determinaram a queda do padrão de vida da população que não emigrou após a seca, e a falta de ambição pelo progresso resultou na volta à economia de subsistência. As grandes obras do Govêrno Federal - constru-

ção de depósitos de água e de estradas de rodagem - destinadas a atenuar os efeitos da seca, melhoraram a situação do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e forneceram aos flagelados abrigo junto aos açudes, socorros rápidos e deslocamento mais fácil pelas estradas rumo à costa. Mediante aplicação de grandes verbas, entre os anos de 1920 e 1923, e no período de 1931 a 1940, o governo criou novos meios de vida, pelos quais conseguiu conter a emigração. Esses investimentos com recursos internos, objetivando o aprimoramento das condições econômicas locais, resultaram de larga experiência. Permanece, entretanto, a dúvida sobre se não teriam sido essas verbas mais bem empregadas, se ao menos em parte tivessem sido aplicadas na promoção de re distribuição da população para zonas mais férteis. Nos sertões de Minas Gerais e Bahia, as condições de vida eram precárias, dada a inexistência de produção capaz de alimentar o comércio interno ou externo e pela dependência total da economia de subsistência.

Enquanto vigorou a monocultura cafeeira, cada queda de cotação desse produto no mercado internacional correspondia, em São Paulo, a uma crise nas atividades gerais do Estado. No começo do século XX, a superprodução e a violenta baixa de preços originaram o abandono de muitas fazendas, a retirada de colonos, em percentagem mais elevada do que a entrada de novos emigrantes no Estado, o êxodo para a cidade, durante anos, favorecendo a criação do parque industrial na capital paulistana. Ante a primeira crise do café, a receita pública praticamente estancou-se entre 1899 e 1906 e o regime de economia eclética adotado posteriormente reduziu os reflexos dessa crise, já não tão intensa,

porque o mercado interno em expansão tornara-se para a lavoura, indústria e comércio, maior incentivo do que a exportação. Esta nova possibilidade refletiu-se no bem-estar da população, pois São Paulo apresentava condições de equilíbrio econômico estável e a migração para as cidades não prejudicava a produção agrícola rural. O Rio de Janeiro, ao contrário, nessa época, se de do Governo Federal, via sua população crescer mais do que os meios de subsistência, devido ao aumento do funcionalismo público, fator que clamava por maior intervenção dos poderes públicos no controle dos preços dos gêneros alimentícios básicos e nos aluguéis de moradia.

Os acontecimentos históricos do Brasil levaram Roberto Simonsen a tirar conclusões sobre o papel do elemento humano na ocupação do solo que, a seu ver, poderiam ser úteis a muitas outras nações latino-americanas. No período pré-colombiano, as populações nômades deslocavam-se em busca de novos recursos econômicos, quando estes se esgotavam nas regiões onde acampavam. A colonização européia seguiu a mesma diretriz: fixou-se no Brasil, em zonas mais próprias à cultura dos produtos de maior rentabilidade, tendo a importação de negros e escravização de índios obedecido também a imperativos econômicos oriundos da escassez de mão-de-obra para as culturas tropicais. Os europeus imigravam, em grande escala, para regiões brasileiras de clima favorável e terras propícias à manutenção das suas atividades, hábitos e aptidões.

Entretanto, graves crises provocadas por fatores econômicos internacionais e esgotamento do solo, forçaram, posteriormente, à mobi-

lidade, as populações mestiças, que não buscavam melhoria de padrão de vida, mas, sim, fugir à fome e inanição. Não obstante a continuidade das migrações internas provenientes dessas zonas depauperadas e dentro das próprias regiões onde o padrão de vida se elevava, os deslocamentos espontâneos da população das áreas onde havia pressão demográfica e pequena produtividade ocorriam lentamente. Várias eram as causas: a pêgo dos habitantes ao local de nascimento e ou tros motivos psicológicos, baixo nível cultural ou dificuldades de transportes. Tudo isso, dizia Roberto Simonsen, evidenciava a urgência de medidas governamentais para acelerar as migrações, e assim redistribuir a população ou criar condições de vida mais humanas que permitissem a rápida adaptação dos emigrantes ao novo habitat. As experiências efetuadas nas explorações das várias regiões do país forneceriam os elementos necessários à determinação dos meios eficientes à fixação de grande massa humana; do gênero de trabalho mais produtivo e dos processos imprescindíveis ao reajustamento.

Mediante a análise das publicações de Frank Lorimer "Population and Economic Resources in the United States", as do National Resources Committee - "The Problems of a Changing Population" e o estudo da demografia e da história dos movimentos dirigidos de população e dos planos de colonização em Áreas Desenvolvidas, po deria o nosso país, julgava Roberto Simonsen, en contrar as normas capazes de reduzir os desequi líbrios regionais e elevar o nível de vida. Pa ra a consecução de tal plano era importante incentivar as migrações internas e, dessa forma favorecer o processamento de uma evolução equilibrada entre as populações locais e os recur -

tos econômicos disponíveis no país. Nos Estados Unidos, citou ele, após a crise de 1929, o objetivo da política migratória passou a ser a normalização da situação geral, o progresso para a criação de novos empregos e a eliminação gradativa do desemprego. Era o país dotado de condições excepcionais, extensa rede de estradas de ferro e de rodagem. Estes importantes fatores facilitaram as migrações internas e o governo pôde estimulá-las, porque possuía recursos e tecnologia avançada.

As migrações internas não solucionam as crises econômicas gerais e de raízes mais profundas, mas podem ser úteis como meio de elevar o padrão de vida das populações quando as colocam, devidamente amparadas, nos lugares mais próprios à sua recuperação econômica. As crises podem, no entanto, lembrou Roberto Simonsen, citando Cater Goodrich, em seu livro Migration and Planes of Living, provocar o inverso: levar os imigrantes de volta para as terras pobres de onde vieram porque, ou esperam aí viver melhor, ou porque lá existem terras baratas. As lições da Europa e dos Estados Unidos devem ser aproveitadas na orientação política econômica dos países do continente americano, pois a história mostra a interdependência em que vivem os povos e a necessidade de serem eliminados os núcleos de populações descontentes e sofredoras, para tranquilidade e paz mundial.

Felizmente, diz-nos Roberto Simonsen, o Brasil compreendeu a importância da colonização planificada, dos conhecimentos da geografia humana, econômica e das observações diretas dos fatos como condicionadores da aplicação de medidas incentivadoras de migrações internas, cien-

tificamente organizadas, e de imigrações estrangeiras adequadas ao seu desenvolvimento econômico. As empresas japonesas de colonização, em São Paulo e em outras regiões, são exemplos de como pode prosperar rapidamente o colono cientificamente orientado sobre as novas técnicas de cultura e emprego de equipamentos modernos. Também o comprovam as experiências realizadas com vistas ao progresso de vários núcleos coloniais criados pelos governos do Estado e Federal. A execução do grande plano colonizador para o Brasil exigia cooperação de técnicos especializados, vultosos capitais, localização dos maiores núcleos de população nas zonas mais produtivas, apoiados em infra-estrutura que permitisse ao governo diminuir o desperdício dos serviços públicos, proporcionar maior bem-estar, propiciar rápida formação de capitais e evitar despesas em zonas longínquas, onde o padrão de vida precário ainda permanecerá por muito tempo. Em alguns casos, poderá ser inevitável manter núcleos coloniais em pontos estratégicos a fim de assegurar a efetiva ocupação de terras; aí, então, justificar-se-iam os dispêndios com técnica e ciência para dar a essa população padrão de vida condizente com a dignidade humana. O governo também deveria intervir para corrigir os desequilíbrios provocados pela existência de regiões, umas com nível de vida relativamente alto e escassez de mão-de-obra, outras com nível de vida relativamente baixo, e elevado índice de desemprego.

A execução do programa de migrações planificadas impõe como complemento, reafirmou, o levantamento periódico dos índices dos níveis de vida, no sentido de possibilitar a avaliação dos efeitos de tal política. Esta idéia fora

lançada anteriormente e integrada como um dos dispositivos da Constituição de 1934, que estabelecia a obrigatoriedade de os poderes públicos efetuarem regularmente o levantamento dos níveis de vida em todo o país e sugeria que para isso se adotasse um método baseado nos rendimentos brutos agrícola e industrial por habitante e na contribuição de cada um desses elementos para o erário público. A falta de outros, esses dados permitiriam atingir os objetivos visados e indicariam à nação os itens relativos à produtividade individual e à produção per capita necessários à manutenção dos encargos públicos e, ao mesmo tempo, retirando desse índice o caráter estritamente individual, obter-se-ia o índice médio social que, posteriormente, seria utilizado no estudo comparativo entre os municípios e as diferentes regiões econômicas.

Se é verdade que o fator terra significa a utilização da força de trabalho na obtenção dos bens econômicos, primários, que a ocupação do solo pelo homem se inicia com a produção extrativa vegetal, animal e mineral, verdade é, também, que uma das condições importantes para a decolagem nos países subdesenvolvidos é o cultivo racional do solo, representado pela produção agrícola. Daí as idéias de Roberto Simonsen a este respeito, que desenvolveremos no capítulo seguinte.

Capítulo IV

OS FATORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Muitas vezes tem sido Roberto Simon - sen injustamente apontado como um dos causadores da decadência da agricultura brasileira. Os que assim o vêem baseiam-se na sua atitude de grande defensor da industrialização nacional. Num país em que até a década dos 30, inclusive, a principal atividade econômica era a agricultura, e onde no passado, os rendimentos deste setor financiaram a importação da maioria de produtos acabados, principalmente gêneros alimentícios, tecidos, artigos de tocador e perfumaria, entre outros, falava-se na vocação brasileira para a agricultura e na inconveniência de se desenvolverem indústrias artificiais, uma vez que dependiam de matérias-primas importadas, máquinas e equipamentos estrangeiros. A estes argumentos somava-se a falta de tecnologia racional, a responsável também pelo artificialismo e custo elevado da tentativa nacional de industrialização.

Não negava Roberto Simonsen a importância do esforço em prol do aperfeiçoamento tecnológico como valioso fator do desenvolvimento do país e o defendia, não apenas no campo industrial, embora reconhecesse o papel preponderante das novas técnicas e da normalização da pro-

dução na indústria e na expansão econômica.

Tecnologia e padronização andavam juntas, afirmou ele, em 1941, em discurso pronunciado sobre "As indústrias e as pesquisas tecnológicas" (1). O desenvolvimento da tecnologia exigia da normalização função cada vez mais essencial. O próprio princípio de seleção de espécies conduzia à padronização de seres vivos, em várias divisões e numerosas classes. Entretanto, a reorganização técnica ou científica diferia dessa seleção natural, nos seus aspectos essenciais; implicava na escolha deliberada de normas relativas à fixação de objetivos técnicos e econômicos para a pesquisa das formas mais apropriadas aos fins colimados; para o relacionamento e classificação dos diferentes atributos e tipos de produtos estudados, no sentido de destacar cientificamente aqueles cuja sobrevivência se devia ou não assegurar.

As vantagens da tecnologia tornavam im procedentes a crítica sobre o perigo da monotonia advinda do excesso de padronização da indústria moderna, em contraste com os tipos predominantes no artesanato. E, reafirmou Roberto Simonsen: a padronização, em larga escala, aplicada aos artigos básicos de consumo, no Brasil, produziria, graças às invenções e ao aprimoramento sempre crescente da cultura, nova variedade de criações, pois, facilitando o atendimento das exigências fundamentais da vida, concederia ao homem mais tempo para dedicar-se a inovações e a

1. SIMONSEN, R., "As Indústrias e as Pesquisas Tecnológicas", discurso pronunciado em 1941, in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, São Paulo, 1943.

elaboração de inúmeros produtos complementares.

A normalização, tendo por objetivo a simplificação, unificação e especificação baseadas em critérios essencialmente científicos, dizia o nosso patricio, vinha permitindo ampliar a produção em série, diminuir o preço do produto, e controlar, mais facilmente, a produção e qualidade dos bens fabricados, ensejando economia de capital e contenção do custo de produção. Uma vez que esse processo vigorava nos países altamente industrializados, o Brasil acabaria por implantá-lo efetivamente, porquanto o movimento já se iniciara com as primeiras convenções de laboratórios e atividades afins. A campanha de padronização dos métodos e das pesquisas deveria movimentar a opinião pública e integrar-se na Associação Brasileira de Normas Técnicas, órgão encarregado do aperfeiçoamento contínuo e progressivo da técnica, da indústria e da engenharia em nosso país. Propusera-se a Associação trabalhar intensivamente dentro e fora de seu âmbito social para dar impulso à tecnologia, às atividades profissionais e de produção relativamente à população e à extensão de nosso território. Não há dúvidas sobre o papel da organização técnica no funcionamento dos laboratórios de ensaios e no auxílio à produção industrial; facilita a produção e a aquisição de matérias primas, define os melhores produtos acabados e, dessa forma, prestigia a engenharia nacional. Indiretamente, a organização, através de influência reflexa, destacaria a crescente importância da base técnica; das pesquisas científicas na valorização e emulação do seu progresso e da elevação dos níveis em todos os setores de atividade.

Considerado um dos pioneiros no estudo da história econômica do Brasil, não podia deixar de reconhecer o papel imprescindível, as vantagens e as inconveniências da agricultura cafeeira na evolução da economia nacional, como atividade condutora da economia brasileira, na tese "Aspectos da História Econômica do Café" (2), apresentada no Congresso de História Nacional, em 1938, muito embora já tivesse defendido esse produto em artigo publicado no "Times" de Londres, "A Política Brasileira de Defesa do Café"(3), em 1928.

O café permitiu o reerguimento do Centro-Sul, após a crise provocada pelo esgotamento das minerações, pela formação da base econômica do império e pela constituição orgânica do próprio Brasil independente.

O declínio da mineração, atividade básica do Centro-Sul, demandou um reajustamento difícil da economia extrativista para a de agricultura, mas a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro tornou-o ponderável centro consumidor, gerando novos estímulos para o progresso da colônia.

Na expansão da cultura cafeeira destacou Roberto Simonsen cinco fases: a primeira reúne o período de criação do hábito de consumo do

-
2. SIMONSEN, R., "Aspectos da História Econômica do Café", separata da Revista do Arquivo, 1940.
 3. SIMONSEN, R., "A política Brasileira de Defesa do Café", in A Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

café e sua propagação nos centros culturais europeus, antes mesmo de existirem, no Brasil, a lavoura e exportação da rubiácea, época em que nossas atividades se restringiam à mineração, produção de açúcar e fumo e exportação de couros e especiarias.

Iniciado em 1727, no Pará, o plantio do café estendeu-se ao Amazonas e Maranhão, regiões de pequena produtividade. Por isso, fez-se a tentativa de cultivo no Rio de Janeiro, e essa transferência foi o marco da passagem para a segunda fase da história mundial do café e o começo da brasileira. Na Capital da província, era cultivado para consumo interno, em chácaras e sítios, hábito que facilitou a sua grande expansão posterior. Nesse período, D. João VI, com o intuito de incentivar os fidalgos ao uso e plantio da rubiácea, mandava distribuir sementes para serem cultivadas ao lado das culturas principais: açúcar, anil e fumo.

O rápido aumento do consumo e a alta dos preços do café no mercado do Rio de Janeiro despertaram o interesse por novas plantações. A cultura cafeeira aumentou a partir de 1810, principalmente no Rio de Janeiro, acelerou-se depois de 1820, expandiu-se pelo Vale do Paraíba e, posteriormente, pelo planalto paulista, transformando-se em nova atividade condutora da economia nacional.

O consumo europeu, no século XIX, não atingia um milhão de sacas e o valor de seu comércio não era elevado, mas a abundante produção brasileira provocou relativa redução de preços. A partir de 1830, a condição, do Brasil, de maior produtor mundial facilitou a adoção desse estimulante na Europa. A produção em grande

escala requeria solo apropriado, processos eficientes, meios de transporte adequados. Não obstante o seu esforço, holandeses e ingleses não conseguiram aumentar substancialmente a produção cafeeira, apesar de possuírem capitais, organizações administrativas e colônias, com mão-de-obra abundante e experimentada em trabalhos agrícolas.

A terceira fase vai de 1810 a 1870, é poca em que a grande expansão do café pelo Vale do Paraíba estabelece a união entre as antigas lavouras de cana-de-açúcar e as velhas regiões mineradoras de além Mantiqueira. No território fluminense a cafeicultura firmou-se definitivamente, apresentou os melhores resultados e determinou a formação de dois eixos principais de sua propagação: Rezende e Paraíba do Sul, núcleos de expansão cafeeira no setor ocidental, e São Pedro e Cantagalo e Santa Maria Madalena, de irradiação para a zona oriental do Vale do Paraíba. As plantações alcançaram as margens dos rios, as dos seus afluentes e as serras, estenderam-se para a zona da Mata, em Minas Gerais, atingindo as antigas regiões de mineração. As populações, os escravos e o gado, concentrados nas plagas do Centro-Sul possibilitaram-lhe rápida expansão. Tornou-se o pôrto do Rio de Janeiro o escoadouro dessa vasta região agrícola, e a transformação operada no interior foi um dos fatores que favoreceram o enriquecimento do centro urbano.

Após a Independência, o café constituiu o maior esteio econômico do Brasil, criou emprêgo para a mão-de-obra disponível na região Centro-Sul; pôs fim à crise provocada pelo declínio da mineração em muitas regiões e aos desequilíbrios decorrentes da volta à agricultura.

Foi, enfim, o veículo que permitiu às famílias mineiras deslocarem-se para a zona cafeeira com seus escravos, gado e tropas. O aumento da exportação do café alargou o âmbito da procura de mão-de-obra e intensificou o tráfico africano destinado a suprir a falta de braços. A entrada de escravos no país cessou em 1850, mas, após 1871, a estagnação da produção açucareira e o crescimento das populações do Norte facilitaram a obtenção da mão-de-obra para o novo surto produtor, mesmo porque a exportação do café manteve-se quase estável entre 1850 e 1866. A partir daí, a pressão da demanda de braços escravos para as lavouras do Vale do Paraíba e de São Paulo provocou uma elevação do seu preço e incentivou a mobilidade da população do Norte para o Centro-Sul. Era impossível a utilização de trabalhadores livres nos latifúndios fluminenses, em virtude das exigências dos europeus e das condições precárias derivadas da insuficiência de trato, da idade dos cafezais, da erosão, do cansaço da terra e da pequena produtividade. Quando a lavoura cafeeira, em São Paulo, passou a ser nova consumidora de mão-de-obra, canalizou as correntes de tráfico para essa região. Casa Branca, cidade paulista, tornou-se apreciável mercado distribuidor de escravos vindos de Minas Gerais e do Norte. Com a incorporação do centro produtor da zona da Mata de Minas Gerais, à economia cafeeira fluminense e às regiões do Sul ligadas ao oeste paulista, a pressão da demanda do elemento servil aumentou tremendamente.

Neste período difícil de pós-Independência, vários fatores originaram violenta queda do câmbio ouro, assim como a perda de boa parte dos mercados portugueses e de outros para os produtos do Norte. Estes acontecimentos alia -

dos à decadência da produção aurífera e às grandes despesas impostas pela organização política e administrativa do país, provocaram revoluções e agitações internas. Entretanto, a rápida expansão do café impediu a baixa paralela dessas cotações em mil réis, sustentou o entusiasmo fluminense pela sua cultura e importação de braços de Minas e da África, e justificou a manutenção de organização peculiar adaptada às condições e recursos locais da nova cultura cafeeira.

No Vale do Paraíba, as condições favoráveis do solo e do clima permitiram a cultura do café atingir a produtividade máxima, tornar-se a atividade dominante e elevar o Rio de Janeiro à categoria de centro econômico. Por consequência, induziu a abertura de muitas estradas-troncos, portos fluviais e estradas de rodagem secundárias destinadas a interligar as diferentes zonas e ao mesmo tempo facilitar o escoamento para os portos. Considerável parcela das rendas das províncias era investida na construção de meios de comunicação; empresas e particulares também se dedicaram a esse trabalho a fim de conseguirem um rápido transporte de café aos portos fluviais e daí, em canoas grandes e lanchas, para o Rio de Janeiro.

A rubiãcea deu hegemonia econômica à região ocidental do Vale do Paraíba, província fluminense, com a fundação de vilas e cidades do café, tais como Vassouras, Valença e Cantagalo, que concentravam fortunas e empresários, iniciando-se, desse modo, a formação da nobreza provinciana, elite de origem econômica e nova classe dirigente da política nacional. Mesmo a criação do Município neutro do Rio de Janeiro, por Ato Adicional, em 1834, destacando-o da pro

víncia fluminense, não teve grande repercussão sô bre a sua economia, dado o rápido enriquecimento dessa província e da sua população.

A construção de estradas de ferro, a partir de 1854, por iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá e de particulares incentivados pelo Governo central e provincial, tomou grande impulso e incrementou a exportação do café do Estado do Rio. No entanto, a inauguração da primeira estrada provocou crise nessa zona do Vale do Paraíba, rápido declínio no movimento de seus portos fluviais que, privados do café, entraram em decadência. As grandes obras e os armazéns tornaram-se inúteis, abalou-se a situação financeira de inúmeros fazendeiros e muitos outros, legando ao abandono as suas propriedades, perderam os capitais aí aplicados em moradias, terreiros e lavouras. Tais acontecimentos repercutiram na arrecadação e conseqüente mente na situação econômica do país. A produção fluminense começou a decair em 1860. Acentuouse de 1886 em diante, provocando prejuízos ao sistema ferroviário fluminense e as organizações portuárias, as quais se tornaram deficitárias. Face ao esgotamento e erosão de suas terras, o lavrador não pôde concorrer com a produção do planalto paulista, cuja expansão se dera a partir de 1870, início da quarta fase, caracterizada pelo predomínio da cultura cafeeira em Piratininga. Dotada de terrenos e clima excepcionais, favoráveis à adaptação da mão-de-obra, foi-lhe possível obter maior produtividade, melhor qualidade e custo mais baixo. No entanto, o aumento da produção do oeste paulista pressionou a baixa dos preços; empobreceu grande número de fazendeiros e famílias tradicionais, vinculadas às regiões do Alto Paraíba. Além disso, os desenten-

dimentos sociais dela derivados refletiram-se na política fluminense, nos negócios do país, diminuindo a importância da província fluminense, outrora o sustentáculo do Brasil Império. A ruína da classe agrícola deveu-se, também, à libertação dos escravos e, portanto, à extinção da organização escravocrata, seu principal esteio.

A produção cafeeira na zona oeste de São Paulo datava de fins do século XVIII, mas sua expansão fôra impedida pela escassez de população, de capital e das dificuldades de transportes entre o planalto e o Pôrto de Santos. O progresso do Rio de Janeiro animou os paulistas e, em 1838, a maioria dos distritos cultivava café para seu próprio consumo. Os seus maiores produtores: Areias, Pindamonhangaba, Jacareí, Lorena e Vila Bela utilizavam-se dos portos de Ubatuba e São Sebastião para as maiores exportações da rubiácea, demonstrando as qualidades excepcionais das terras bandeirantes para este tipo de produção. A partir de 1850, o café começou a fixar-se em nova região do planalto, ou seja, no Oeste (Campinas, Piracicaba, Itu e Sorocaba), onde superou a produtividade do Norte, que entrara em declínio. A exportação da produção dessa área, fazia-se pelo pôrto de Santos, único escoadouro das novas zonas paulistas. A grande produtividade, a qualidade dos cafés duros do Vale do Paraíba, e seus preços elevados, induziam os paulistas a abandonar outras explorações agrícolas e a concentrar seus escravos na cultura cafeeira. A deficiência de transportes, entretanto, cerceou seu desenvolvimento e, só em 1867, a inauguração sucessiva da estrada de ferro Santos-Jundiaí e de diversas vias desbravaram o planalto. Em resultado, a produção paulista que, em 1870, correspondia a 16% da na

cional, atinge 40%, em 1885. Santos passa a exportar metade desse total, continuando o restante a ser enviado ao exterior pelos portos fluminenses. São Paulo entra em fase expansionista, a população cresce rapidamente e emigra para o sertão, em busca de terras aráveis. Somente quando enriqueceram, as famílias paulistas regressaram para edificar seus palacetes, e quando se impulsionou a corrente imigratória, depois de 1887, iniciou-se o crescimento vertiginoso da cidade. A concentração da população e de capitais fomentou a criação do parque industrial paulista, na capital do Estado, para abastecer a grande população que possuía poder aquisitivo relativamente alto, em confronto com o resto do país.

O surto cafeeiro na zona oeste ocorreu paralelamente à expansão da rede ferroviária Santos-São Paulo e Santos-Jundiaí, e das linhas Paulista, Mogiana, Sorocabana e Noroeste, assim como de outras que, servindo zonas de terras virgens, provocaram o desenvolvimento rápido da lavoura paulista e a transformação do porto de Santos no maior porto mundial de exportação de café, suplantando o do Rio de Janeiro, o primeiro até 1892. Os rendimentos derivados do surto do café, foram parcialmente aplicados nessas iniciativas, em decorrência das garantias de privilégio de zonas, de juros ou de outras concessões oferecidas e da necessidade de prolongamentos, ramais e novas construções que se concretizaram, integrando o conjunto de vasta rede não vinculada a um plano geral previamente coordenado.

As duas maiores regiões produtoras de café, no século XIX, ou seja, as províncias do

Rio de Janeiro e de São Paulo, apresentavam elevada densidade demográfica. Naquela, a população cresceu rapidamente, nos primeiros trinta anos do Império, alimentada pelas imigrações de outras províncias, permanecendo estacionária num quase paralelismo à sua produção cafeeira. Em São Paulo, a população aumentou, principalmente na segunda metade do século XIX, após o início da cultura do café, ultrapassando a do Rio de Janeiro, em 1900.

A fazenda de café, como unidade de produção, diferia do engenho de açúcar. Neste, os capitais eram aplicados nos setores responsáveis pelo fabrico de moendas, tachos de cobre, carros, gado, e na aquisição de escravos, a qual correspondia a 15% do capital imobilizado na produção dos equipamentos. Sendo anual a plantação de cana, os senhores de engenho faziam contratos com diversos sitiantes para a compra da safra. Na fazenda de café, como vimos, os capitais eram investidos nos cafêzais e escravidão, nas tulhas, terrenos e aparelhagem adequada ao preparo e beneficiamento do fruto colhido. Outrora, utilizavam-se aparelhos rudimentares: pilão, monjolo, carretão, mas, devido à expansão das culturas, foram substituídos, principalmente em São Paulo, por processos avançados: maquinaria de notável aperfeiçoamento, com vários dispositivos, movida a vapor ou eletricidade, que colocaram a lavoura paulista na vanguarda das mais modernas agriculturas do mundo. O valor do escravo, em média, oscilava entre 35% e 40% do valor total do capital investido e as terras, que nos primeiros tempos só alcançavam pequenos preços, posteriormente atingiram grande valorização.

Entretanto, os grandes lucros oriun-

dos do café, e o clima adequado ao colono europeu, propiciaram a utilização do trabalho livre, iniciado pelas primeiras imigrações européias. De 1854 a 1863, cresceram lentamente, atingindo a média anual de 14 000 colonos. Em 1870, porém, diminuíram; as barreiras impostas pelas leis de imigração, o tipo de trabalho nas fazendas e o regime de quase servidão, tornavam impossível ao imigrante conseguir independência econômica e radicarse em terras brasileiras, pela posse de pequena propriedade. De 1876 até 1886, entraram, em média, 25 000 por ano e, após essa época, acelerou-se a imigração, como consequência da orientação dos paulistas e do emprêgo em grande escala em São Paulo e Minas, desse tipo de mão-de-obra considerada superior à escrava. O trabalho forçado ligava-se à administração cara e fiscalização intensa, porque o negro não tinha interesse, estímulo ou vontade de aprender os múltiplos serviços indispensáveis à vida agrícola; trabalhava mecênicamente e com pouco cuidado, não aumentando a sua produtividade e exigindo grandes gastos com alimentação, tratamento médico, vestuário etc. A fiscalização absorvia o fazendeiro e não lhe permitia dedicar-se à cultura e procura de mercado para a sua produção.

O trabalho livre demonstrou ser mais produtivo. Os sistemas adotados - de parceria, salário, contrato por número de pés tratados, entrega aos colonos do plantio e trato de fazendas abertas em terras virgens, durante 4 ou 5 anos, em troca da permissão de plantar cereais entre as linhas de café e reter o produto da primeira ou das duas primeiras colheitas - propiciavam-lhes grandes lucros, dada a qualidade das terras ainda não cultivadas, incentivavam à abertura de fazendas e a rápida expansão de novas culturas. Estas possibilidades de relativa indepen

dência e as facilidades de adaptação à terra estimularam a vinda de contínuas levas de imigrantes. A Assembléia Legislativa, a partir de 1876, tomou várias iniciativas em favor da Imigração : criou a Hospedaria dos Imigrantes, que lhes fornecia, durante uma semana, hospedagem e alimentação, enquanto aguardavam o seu encaminhamento para o interior, e fundou a Sociedade Promotora de Imigração, para seu fomento. Ao mesmo tempo, apareceram numerosas sociedades, no interior e na capital, com o objetivo de incrementar a imigração. Seu desenvolvimento decorreu, também, paralelamente ao das construções ferroviárias, e os lavradores do planalto paulista, interessados na contratação de grande numero de colonos, não temiam a abolição da escravatura. O maior emprego de trabalho assalariado agravou mais as condições deficitárias das lavouras fluminenses e apressou a seleção esboçada após a libertação dos escravos.

O crescimento demográfico provocado pela entrada dos colonos estrangeiros permitiu aquilatar o valor do fazendeiro, ao qual se atribuíam defeitos de excessiva autoridade e sentimentos nativistas. Proprietário e dirigente de um latifúndio, e pioneiro na exploração de terras novas, sua capacidade criadora e energia foram moldadas na evolução cafeeira. Por isso, pôde manter sempre firme a direção dos numerosos colonos e o sentimento nacional nos novos núcleos, facilitando a colonização e absorção do imigrante e de seus descendentes. Como poderoso agente nacionalizante, atuou na política da Assembléia da Província e interferiu decisivamente nos negócios públicos da República.

De 1890 a 1895, o Brasil produziu mais

de 50% da safra mundial de café, vindo a seguir os demais países da América (Antilhas, México, América Central) com 32%; ultrapassou a Ásia e África, que, então, perderam a supremacia, mantendo em 11% sua contribuição. O café passou a ser distribuído quase exclusivamente pela América e o consumo mundial o absorvia, porque a Europa e os Estados Unidos desenvolveram-se e alargaram o consumo da rubiácea.

O rush cafeeiro do planalto paulista e sua propagação nos sertões foram determinados por vários fatores:

1) Condições de clima e solo adequados à cultura; terreno ondulado, bem drenado e sem grandes declives; chuvas abundantes, sem excessos nas épocas de maturação e com estação seca no tempo da colheita; e clima propício ao colono europeu, proporcionando abundância de mão-de-obra.

2) A grande alta de preços-ouro do café, entre 1886 e 1896, provocada por pressão da demanda mundial coincidente com o apogeu da campanha abolicionista; o início da imigração em massa de colonos europeus; e a forte inflação nos primeiros tempos da República, a responsável pelas novas elevações nos preços em mil réis e pela desvalorização cambial.

3) Sistema de remuneração dos colonos e os ganhos excessivos provindos da exploração de cereais em novas plantações.

4) Rede ferroviária eficiente, possibilitando, desde 1890, fácil acesso às regiões apropriadas à cultura cafeeira e ao escoamento posterior das safras.

5) Concentração na monocultura do café, em razão dos lucros maiores oferecidos em relação às demais culturas.

Êstes fatores determinaram o rápido crescimento da cultura cafeeira e os aumentos sucessivos de produção foram absorvidos pelo consumo mundial até 1896. A partir de 1897, porém, a produção praticamente dobrou e entramos, então, na quinta fase, caracterizada pela acelerada e desordenada expansão da cultura em São Paulo, que passou a produzir 65% da safra nacional e acarretou a superprodução com todos os seus efeitos econômicos, sociais e políticos.

O espírito objetivo de Roberto Simonsen, porém, fê-lo condenar, não a agricultura em si, mas os exageros da monocultura cafeeira, que, em virtude dos lucros proporcionados no passado, sofreu desmesurada expansão, determinando a quebra brutal do preço-ouro do café. O tipo Rio caiu de 15,60 a 3,55 centavos, em 1902-1903; e em mil réis, de 14\$770 por 10 quilos tipo Santos em 1893-1894 baixou 6\$160, em 1900-1901, mantendo-se ao redor de 4\$000 no período 1905-1906.

Esta profunda alteração no mercado cafeeiro ocasionou a primeira crise de superprodução em São Paulo, agravada por diversas circunstâncias, tais como: a não manutenção dos contratos com os colonos; a suspensão de aberturas de novas lavouras; o arrefecimento da corrente migratória e a retirada em massa de colonos, entre os anos de 1902 e 1908, o que exigiu das autoridades paulistas novas medidas para fixação e intensificação da imigração subvencionada. Isto determinou desentendimentos entre fa-

zendeiros e colonos, tendo as reclamações repercutido no exterior. Em pleno início da crise, foi Campos Salles eleito Presidente do Brasil (1898-1902) e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, adota política deflacionista, apoiada nos funding dos empréstimos estrangeiros, mediante a côrd com os credores, para a suspensão dos juros por três anos e das amortizações por dez anos e inicia a incineração do papel-moeda. Tais medidas forçaram a alteração da taxa de câmbio sobre Londres, de 5,21/32 em 1897, para a taxa normal de 12 d. (dinheiro ou pence), em 1902, de sencadearam a crise bancária em 1900, que levou à falência cerca de dezessete organizações financeiras do país e cerceou a expansão creditícia. Além disso, a crise agravou as dificuldades dos cafeicultores e estes pressionaram o governo, exigindo proteção à lavoura cafeeira, repetindo o comportamento dos agricultores do Vale do Paraíba em suas reivindicações, dez anos antes.

O rush do café e não o subconsumo foi o determinante inicial do desequilíbrio entre sua produção e distribuição, e da superprodução existente até 1938, porque o consumo mundial somente cresceu, de 1896 a 1914, atingindo o dôbro, em quase vinte anos. O declínio começou ao término da Primeira Grande Guerra, quando crises sucessivas abalaram o poder aquisitivo de várias nações e obrigaram-nas a elevar as tarifas sobre a entrada do café ou os impostos sobre o seu consumo, chegando algumas a cobrar até dez vezes o valor do produto importado. Em 1925, retornou o consumo ao nível anterior e passou a elevar-se lentamente no decênio seguinte, à razão anual de 400 000 sacas.

A produção no século XX cresceu anualmente, duplicaram os estoques mundiais, provocan

do a queda dos preços em ouro e mil réis. Em 1902, a superprodução obrigou as autoridades a baixarem normas amenizadoras das consequências socioeconômicas derivadas de tal situação. São Paulo impediu a expansão das plantações mediante a incidência de um imposto de 2:000\$000 sobre cada alqueire de cultura nova de café, durante um quinquênio, suscetível de prorrogação por mais cinco anos. Essa medida não evitou a abundante produção de 1906-1907, provocada por condições meteorológicas favoráveis, de 15 408 000 sacas para um consumo mundial de apenas 16 milhões de sacas. O preço caiu, em Santos, a pouco mais de 3\$000 por 10 quilos, obrigando a intervenção oficial do Governo do Estado no mercado e à assinatura do Convênio de Taubaté com os Governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Visava tal convênio fazer o levantamento de um elevado empréstimo, sob a responsabilidade conjunta dos três Estados, para financiar a aquisição dos estoques e manter os preços em bases remuneradoras no exterior. Ao mesmo tempo, delineou-se a constituição da Caixa de Conversão, cuja finalidade era atuar junto ao câmbio e impedir flutuações prejudiciais à operação.

Mesmo sem aval do Governo Federal, São Paulo foi o único a defender o produto, realizando operações financeiras com negociantes e banqueiros para a compra, em 1908, de 10 milhões de sacas, esgotando, no entanto, todos os meios geradores de novos financiamentos. A florada, prenunciadora da pequena safra de 1908-1909, permitiu a programação de um empréstimo de 15 milhões de libras, com endosso federal para consolidação dos compromissos assumidos e escalonamento decenal do resgate com os fundos resultantes da venda dos estoques adquiridos. Em 1914, considerava-se o empréstimo praticamente solvi-

do; os três milhões de sacas estocadas na Bélgica e Alemanha foram consumidas durante a guerra e os balanços financeiro e econômico do plano de valorização do café apresentavam saldos positivos; o primeiro, proveniente da renda da taxa de 5 francos, instituída para pagamento dos juros do empréstimo e computada no seu crédito; e o segundo, pela técnica de impedir a queda brutal dos preços e a desorganização das finanças do Estado e do País, mediante a transferência de parte de seu custo aos mercados consumidores e assim obter a elevação dos preços de venda. O esquema adotado demonstrou a inconveniência da armazenagem no exterior por representar ameaça de concorrência inesperada para o mercado.

O pequeno aumento dos cafèzais paulistas atingira cerca de 21% no período de 1902 a 1918. Entretanto, com a deflagração do conflito mundial diminuíram as exportações, em decorrência do bloqueio da Europa Central e das dificuldades de transportes. Tais ocorrências e a florada de 1917, que prometia grande produção, a celeraram a depressão dos preços. Os agricultores de São Paulo compeliram o Governo do Estado, a intervir pela segunda vez, no mercado, mas, sendo inviável qualquer empréstimo estrangeiro, emitiu e colocou letras do Tesouro no mercado, obtendo empréstimo de 100 mil contos de réis, que foram gastos na aquisição de cerca de 3 milhões de sacas. Esta estocagem forçou artificialmente a alta de cotação para o tipo 4, em Nova York, que, de 9,47 cents em novembro de 1917, passou para 11,00 cents em abril de 1918. Em junho do mesmo ano, forte geada danificou vasta área de cafèzais e afetou sua produtividade por alguns anos. A valorização derivada desses fa-

tos, somada à alta da cotação em Nova York, atingiu 27 cents após o armistício e permitiu ao Governo de São Paulo liquidar a operação com grandes lucros e dividi-los com o Governo Federal.

O fim da Primeira Grande Guerra ocasionou a queda do poder aquisitivo externo e do consumo de café em muitos países europeus. Entretanto, a promulgação da lei seca nos Estados Unidos, com vigência de 1919 a 1933, elevou de 20% o consumo por pessoa, compensando parcialmente a exigüidade dos mercados europeus. Em 1920, a situação piorou: previa-se grande safra para 1920/1921, os preços em Nova York caíram de 23,5 para 9,5 cents, no início de 1921, e a taxa cambial acompanhou a queda dos preços-ouro. Tais ocorrências condicionaram as normas da política defensiva permanente do café, pois os dirigentes do país consideraram a importância de manter o equilíbrio de preços relativos para evitar flutuações nas cotações que, inexoravelmente, se refletiriam negativamente na economia e nas finanças públicas.

Foi apresentado projeto no Congresso Nacional, propondo a criação de um Instituto que deveria, permanentemente, desenvolver uma política capaz de contrabalançar, em poucos meses, as rápidas variações no volume das safras e de seu escoamento aos portos de embarque. Incluía a construção de armazéns reguladores no interior de São Paulo, a fim de facilitar o escoamento parcelado das safras para Santos, durante todo o ano, conter as chegadas nesse porto e atuar como controladores de mercado pela subtração das ofertas superiores às quantidades demandadas. O governo não executou a programação esboçada; apenas construiu os armazéns e parcelou os embarques, medidas insuficientes para a-

tender às reclamações contra a queda dos preços no exterior. Tal situação, considerada pelo Presidente Epitácio Pessoa como problema nacional, obrigou-o à terceira intervenção no mercado.

Elaborado o plano, o Governo Federal executou-o através da compra de café com recursos da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e, em 1922, o aumento da operação impôs um empréstimo exterior de 9 milhões de libras, para resgate em trinta anos, destinado à aquisição de mais 4,5 milhões de sacas. Entretanto, as condições do mercado possibilitaram a venda total do estoque adquirido em 1924 e esta forneceu os meios de pagamentos para o resgate do empréstimo dentro dos primeiros dez anos, consoante autorização no contrato. Da grande safra de 1923/24, o Governo reteve o excesso sobre as exportações normais, nos armazéns reguladores, e liquidou-o no ano seguinte, quando a produção foi menor.

Em 1924, o Governo Federal transferiu a direção da defesa do produto para o Governo Estadual e este iniciou a política protecionista permanente, criando o Instituto do Café do Estado de São Paulo, para atuar com fundo arrecadado mediante cobrança de taxa mil réis-ouro sobre o café em trânsito pelo Estado, nos seguintes setores: regularizar os embarques para os portos; financiar os agricultores com adiantamentos sobre as plantações e colheitas; e intervir no mercado a fim de se evitar flutuações bruscas nos preços e de se desenvolver métodos de propaganda visando a conquista de novos mercados e a expansão dos já existentes. Posteriormente, em 1926, o Instituto formou um patrimônio permanente para a defesa do café e, conjun-

tamente com o Banco do Estado de São Paulo, recém-fundado e ao qual incumbia financiar conhecimentos de café retidos nos armazéns reguladores e dar créditos hipotecários aos produtores, propagou a opinião otimista sobre a estabilidade da cultura cafeeira. Realmente, de 1924 a 1928, as cotações permaneceram altas e os cafeicultores conseguiram facilidades e abundância de financiamentos.

Em cinquenta anos, houve para o café quatro períodos de preços-ouro altos. O primeiro, e o mais extenso, entre 1886 e 1895, constituiu um dos fatores determinantes da superprodução brasileira; o segundo, de 1910 a 1914, derivou do 1º plano valorizador e teve seus resultados atenuados pela eclosão da Primeira Grande Guerra; o terceiro, provocou-o a grande geada de 1918 e a consequente intervenção do Governo Federal no mercado; por fim, o quarto, ocorreu logo após a aplicação da política de defesa permanente de 1922, pelo Instituto do Café de São Paulo, em cooperação com o Governo Federal. Tais medidas protecionistas ensejaram a expansão da rubiácea na zona virgem do oeste de São Paulo e uma excessiva produção porque a inexistência de política adequada manteve os fazendeiros na ignorância sobre o perigo da manutenção do estado de superprodução. Ao contrário, a mentalidade gerada pelas valorizações induzia-os a acreditar que as intervenções removeriam qualquer tipo de dificuldade.

A crise mundial de 1929 estancou o afluxo de capitais ingleses e americanos ao Brasil e acentuou a sua retirada, reforçada pela alta cotação do call money, em Nova York. Empenhado na política de estabilização, o Governo

Federal impressionou-se com a escassez de cambiais e com o declínio dos embarques de café em Santos, atribuindo-os às cotações elevadas. Realmente, a diminuição da exportação era reflexo da crise mundial. O Instituto do Café, por sua vez, após o esgotamento dos seus recursos financeiros, cessou a ação intervencionista no mercado do cafeeiro, provocando violenta baixa das cotações. A saca de 10 quilos, cotada oficialmente em Santos, passou de 33\$500, em outubro de 1929, para 20\$000 em dezembro do mesmo ano. A gravidade da situação, os grandes estoques acumulados e os créditos a curto prazo conseguidos no Banco do Estado levaram São Paulo, em abril de 1930, ao lançamento do empréstimo Coffee Realization Loan, de 20 milhões de libras, a ser amortizado em 10 anos, contra aquisição de 3 milhões de sacas, com garantia de caução do Banco do Estado sobre os conhecimentos do café, a 1 libra por saca. Os juros a pagar seriam coletados mediante a taxa de 3 shillings, incidente sobre o café chegado a Santos, e a amortização efetuar-se-ia pela venda mensal de 137 500 sacas, incluindo 25 000 sacas do estoque do Governo.

A partir do segundo semestre de 1930, vários fatores agravaram a situação do café: as grandes safras de 1924 a 1929 abarrotaram os armazéns reguladores; a cotação média caiu em Nova York, e a revolução de outubro de 1930 pressionou a situação cambial do Brasil e refletiu-se nos preços do café. Tal conjuntura obrigou o Governo Federal a retomar a defesa do café. Com o objetivo de adquirir os estoques dos armazéns reguladores, criou o "Conselho Nacional do Café" (CNC), composto de representantes de todos os Estados produtores. Como a baixa da co-

tação ouro do café deprimia continuamente o câmbio brasileiro, Charles Murray submeteu à apreciação do Governo Federal um plano em que propunha a formação de um fundo especial para aquisição e destruição do excesso do café durante três safras para elevar artificialmente o preço-ouro do produto. O fundo seria suprido por uma sobretaxa-ouro, cobrada sobre a exportação e a ser paga pelo consumidor. A ideia foi parcialmente aceita; com a arrecadação da sobretaxa do C.N.C., adquiriram-se os excessos de estoques destinados à destruição. Todavia, a elevadíssima superprodução exigiu a utilização de empréstimos bancários para manter o equilíbrio estatístico do produto.

Da produção excedente, ou seja, mais de 80 milhões de sacas, 65 milhões foram atirados ao mar ou queimados, permanecendo nos armazéns reguladores, hipotecadas aos banqueiros estrangeiros, mais de 20 milhões de sacas. A eliminação do excesso não consumido, admissível como solução a curto prazo, transformou-se em norma constante e redundou em atentado contra nossa posição econômico-social. Justificar-se-ia tal formulação caso oferecesse oportunidade de trabalho aos desempregados; mas havia escassez de mão-de-obra em culturas remuneradoras, como a do algodão e a de frutas, e os 300 000 trabalhadores mantidos no plantio, colheita, transporte e queima do café, apenas produziam a quota correspondente ao volume físico do café destruído. Com vistas a solucionar esse problema criado pela política cafeeira, Roberto Simonsen sugeriu, ao Conselho Nacional do Café, em reunião no Rio de Janeiro: arrancamento de cafezais, em número suficiente para eliminar a superprodução dos últimos anos segundo critério

científico e econômico, baseado em cadastro rigoroso; oferecimento de compensação razoável aos proprietários que erradicassem seus cafezais e de incentivos aos iniciadores de culturas diferentes nos terrenos liberados. Vale notar que tal solução somente nestes últimos anos passou a ser posta em prática.

Não é difícil compreender a oposição à defesa de uma política substitutiva de culturas em detrimento da outrora rica e fácil produção cafeeira, iniciada pelos líderes da agricultura paulista, principalmente por aqueles que, em lugar de investirem os lucros da produção e as divisas providas da exportação da rubiacea no setor industrial, preferiam recorrer ao Governo, solicitando proteção e reerguimento da antiga atividade condutora da economia nacional.

Sentiam-se espoliados e não protegidos os fazendeiros de café, principalmente por ter o Governo Federal, em 1931, paralelamente a destruição dos estoques invendáveis onerado com impostos proibitivos as novas culturas e impedido, no período de 1932 a 1939, a plantação da rubiacea. Em 1933, foi criado o Departamento Nacional do Café, subordinado ao Ministério da Fazenda. Com o intuito de ampliar seu campo de atividade e tornar mais eficiente a atuação do Governo Federal, absorveu as atribuições até então conferidas ao Conselho Nacional do Café. Esgotados os recursos providos da sobretaxa, o D.N.C. exigiu cotas de sacrifício dos produtores e retenção dos estoques no interior, como medidas capazes de evitar o afluxo de café nos portos e, conseqüentemente, a queda violenta dos preços de exportação. Essa política de artifícios implantada para manter o equilíbrio da pro

dução onerou grande número de lavouras de café, principalmente as de pequena rentabilidade. Para atenuá-las, o Governo Federal aboliu, em outubro de 1937, a maior parte das taxas de exportação e decretou, em 1938, novas cotas de sacrifício, assim como a queirna dos mencionados 65 milhões de sacas, ou seja, o equivalente à exportação de quatro anos, operação que se transformou num dos maiores empreendimentos efetuados em economia dirigida.

Aproveitaram-se outros países da inábil política cafeeira do Brasil e colocaram toda a sua produção no mercado, forçando o governo brasileiro a abolir os gravames sobre a exportação, a iniciar política de preços baixos e a liberar a exportação de café para reconquistar a sua posição no mercado externo. A política do D.N.C. permitiu relativo desafogo no mercado, aumento da exportação e melhores preços em moeda nacional. Em 1938, diversas causas facilitaram a redução de estoques: as condições meteorológicas diminuíram as safras brasileiras e as da América Central, as crises sucessivas no Brasil levaram muitos lavradores a abandonar os cafezais de baixa produtividade, e a broca prejudicou as plantações. Todavia, a escassez de mão-de-obra e a eliminação de vultosas sobras, não impediram a extinção da superprodução, cujas raízes profundas e malefícios ainda atuavam sobre a estabilidade econômica do país e sobre a estrutura política e social.

A luta entre as diferentes regiões econômicas, por sua vez, acentuou-se porque as recém-formadas, mais férteis, determinaram baixas no custo, a ruína das antigas zonas, desentendimentos entre políticos paulistas e intranquili-

dade dos trabalhadores agrícolas. Esses fatores repercutiram na vida do país e do Estado, provocando, pela incompreensão dos fenômenos econômicos, a desunião entre líderes das várias regiões e acusações recíprocas de erros administrativos. Tais dissensões causaram o enfraquecimento da representação paulista e o declínio da hegemonia política na Federação. Esta superprodução, dizia Roberto Simonsen, que se estende por quarenta anos, exigia medidas inteligentes para ser sanada.

Não parece dúvida que ele jamais condenou a atividade agrícola em favor de uma indústria desvinculada da terra. Ao contrário, foi o defensor da integração agricultura-indústria (4). Como Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, salientou este fenômeno e o suposto antagonismo, não justificando, entre as aspirações da lavoura e as da indústria. Estando os interesses do trabalho industrial profundamente entrosados com os da economia nacional, justificavam a fixação de diretrizes orientadoras de ampla política agropecuária industrial para se atingir as metas desejadas. A instabilidade na orientação econômica cerceava nosso progresso e a inexistência de critérios objetivos impedia a verificação do desgaste de capitais e energias.

Não admitia também a existência de antagonismo entre a indústria e o comércio internacional, pois devia o Brasil utilizar suas di-

4. SIMONSEN, R., "Possibilidades de Expansão Industrial Brasileira", in A Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937.

visas na compra de instrumentais de defesa e recursos destinados à sua infraestrutura econômica. Havia campo para o desenvolvimento industrial do país e para as importações imprescindíveis aos fins previamente fixados. Os inconvenientes somente surgiam quando as importações dirigidas por iniciativas individuais ou por interesses alienígenas canalizavam as nossas escassas cambiais para o pagamento de bens de consumo imediato e de luxo, pois estes se refletiam na produtividade do país.

Os problemas de crédito e os decorrentes da aplicação da legislação trabalhista, ressaltava Roberto Simonsen, poderiam ser resolvidos com medidas governamentais efetivas, tais como a racionalização da política fiscal, com a instituição e padronização oficial de exposições periódicas, de concursos nacionais e internacionais para a concessão de prêmios incentivadores ao melhor aproveitamento da matéria-prima. Outras medidas revelar-se-iam durante a execução da política econômica programada. No entanto, julgava oportuna a mobilização de pequenos capitais disponíveis, mediante a emissão de selos pelas Caixas Econômicas, com os quais se efetuariam pagamentos nesses mesmos estabelecimentos, dentro do território brasileiro; aproveitamento dos Correios para a distribuição de mercadorias, à semelhança das Mail Order Houses, dos Estados Unidos. Essas providências tornariam os serviços públicos mais eficientes; a simplificação do sistema fiscal, abolindo medidas vexatórias na sua arrecadação, intensificaria o comércio em todas as regiões brasileiras e criaria condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades produtoras.

Por um lado, reconheceu que, na produ

ção agrícola nacional, o êrro estava no caráter rotineiro da exploração apoiada em tecnologia quase idêntica à dos tempos do Brasil Colônia e Império e, por outro, no fato de ser a política agrícola delineada com vistas ao mercado externo, em lugar de o ser em função da expansão industrial. A produção de alimentos para consumo interno e a de matérias-primas necessárias à indústria nacional fortaleceria a agricultura, ampliaria e dinamizaria a sua estrutura e, desse modo, propiciaria o desenvolvimento econômico do país.

Citou, como exemplo, de quanto pode a agricultura contribuir para o desenvolvimento econômico; a economia dos Estados Unidos, onde a cultura da terra desempenhou, e ainda desempenha, papel preponderante. O Ministério da Agricultura norte-americano considerava essencial intensificar a produção agro-industrial e atribuía à agricultura as seguintes funções: fornecimento de matéria-prima e de capitais para a indústria, carreamento de divisas através da exportação e rápida valorização das terras. Neste sentido, transportou para o campo as técnicas científicas de organização industrial. Os agricultores passaram a dirigir suas fazendas como uma empresa industrial ou comercial, procurando aumentar a produtividade da terra e substituir o braço caro e escasso pela racionalização e métodos mais eficientes de trabalho, incluindo cultura intensiva, drenagem, irrigação, campos de experiência e demonstração, distribuição de sementes, e culturas a seco - dry farming - para recuperação de regiões áridas. Para lelamente, difundiram o ensino agrícola através de publicações gratuitas e propaganda de ensino, ampliaram as estradas de ferro, melhoraram as

de rodagem e fundaram Bancos especializados na concessão de crédito agrícola.

No Brasil, lembrou Roberto Simonsen, o exemplo desta eficiente maneira de encarar as relações entre a Agricultura e a Indústria e de antever as vantagens de uma diversificação estrutural da produção agropecuária, com vistas ao mercado interno e à indústria nacional, encontrava-se no chamado "milagre do algodão", ocorrido na década dos 30. O algodão substituiu o café, impediu o colapso total das fazendas paulistas e, ao mesmo tempo, favoreceu o surto da indústria têxtil em São Paulo e produziu sobras exportáveis. Deve-se ressaltar que, para o Autor, o problema algodoeiro não constituiu um simples episódio decorrente da crise de 30. Desde 1919, já compreendera a importância da produção algodoeira no Brasil (5). Naquele ano, representou o país no Congresso Internacional do Algodão, em Paris, e bateu-se pela vinda de uma delegação de peritos para estudar a cultura do algodão brasileiro. O pedido foi aceito pela Conferência Internacional do Algodão, em Paris, e confirmado no Congresso Internacional realizado em Zurich. Em 1920, chegava ao Brasil o inglês Arno Pearce, técnico em algodão, na época a maior autoridade no mundo. Aqui efetuou estudos sobre as possibilidades de expansão dessa cultura em solo brasileiro e publicou-os, em 1922, sob o título Brasilian Cotton.

Em 1924, em carta enviada à missão inglesa chefiada por Sir Edwin Montagu, que já es-

5. SIMONSEN, R., "Possibilidades Algodoeiras no Brasil", in à Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

tivera no Brasil, preconizou Roberto Simonsen o estudo da estabilização da moeda brasileira em torno de uma política algodoeira, considerando que, em vastas regiões do Norte, Nordeste e Sul, poder-se-iam obter as maiores plantações mundiais, mediante o auxílio de técnicas modernas, facilitadas graças à existência de estudos específicos e demonstrações experimentais sobre nos algodoais (6).

Em 1937, analisou o memorial enviado pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo e a exposição de motivos apresentada pelo Sindicato Paulista de Usineiros de Algodão, ao Conselho Federal de Comércio Exterior, assim como diversos fatos que a seu ver causavam ou aumentavam a apreensão dos produtores e exportadores desse produto: a queda das cotações, previsão de elevação da produção dos Estados Unidos e as resoluções da reunião de Mênfis, as responsáveis pela notificação do Ministro da Agricultura daquele país ao mundo que "estava disposto a manter a hegemonia no mercado algodoeiro e a reconquistar as posições perdidas". As modificações da política algodoeira norte-americana, passando da "paridade dos preços" à "paridade dos rendimentos", com promessas de bonificação dos plantadores de algodão, equivaliam a um prêmio de exportação correspondente a mais de 25% sobre o valor da produção.

Afirmava Roberto Simonsen que o aumento da exportação de algodão desejada pelos bra-

6. SIMONSEN, R., "Necessidade de Uma Política Algodoeira", in A Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937, nº 12.

sileiros não podia ser considerada pouco amistosa pelos Estados Unidos. Apoiava a sua afirmação no seguinte retrospecto histórico: em fins do século XVIII, exportávamos em escala superior à da América do Norte; de 1575 a 1800, constituímo-nos no maior fornecedor da Inglaterra; somente no começo do século XIX, fomos ultrapassados pela exportação norte-americana de algodão. Comparativamente aos Estados Unidos, o Brasil possuía terras mais baratas e produtividade superior com relação à cultura algodoeira e, ademais, urgia alargar o seu poder aquisitivo exterior para financiar a intensificação do intercâmbio com os norte-americanos. Tais condições determinaram o rápido crescimento da produção paulista. No entanto, a exportação brasileira representava parcela mínima do comércio mundial de algodão, e o esforço despendido para alcançar 10% do valor total da exportação algodoeira internacional, ou seja, aproximadamente 250 000 000 de libras, reforçaria, no ano de 1937, o ativo da balança comercial sem prejudicar os demais produtores, devido ao crescente consumo mundial do produto.

A seu ver, a resolução votada pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, com vistas a impedir o registro dos negócios até fins de 1937, gerou incerteza entre os produtores, porquanto os dados da Bolsa de Mercadorias de São Paulo e dos produtores do Norte mostravam que a paridade de custo de nossa produção e da americana dependiam das oscilações cambiais. Por isso, a política algodoeira do Brasil devia ter seu planejamento apoiado nas seguintes providências: pesquisas meticolosas sobre os preços de mercados; abolição dos impostos de exportação, com liberação total e definitiva das cambiais

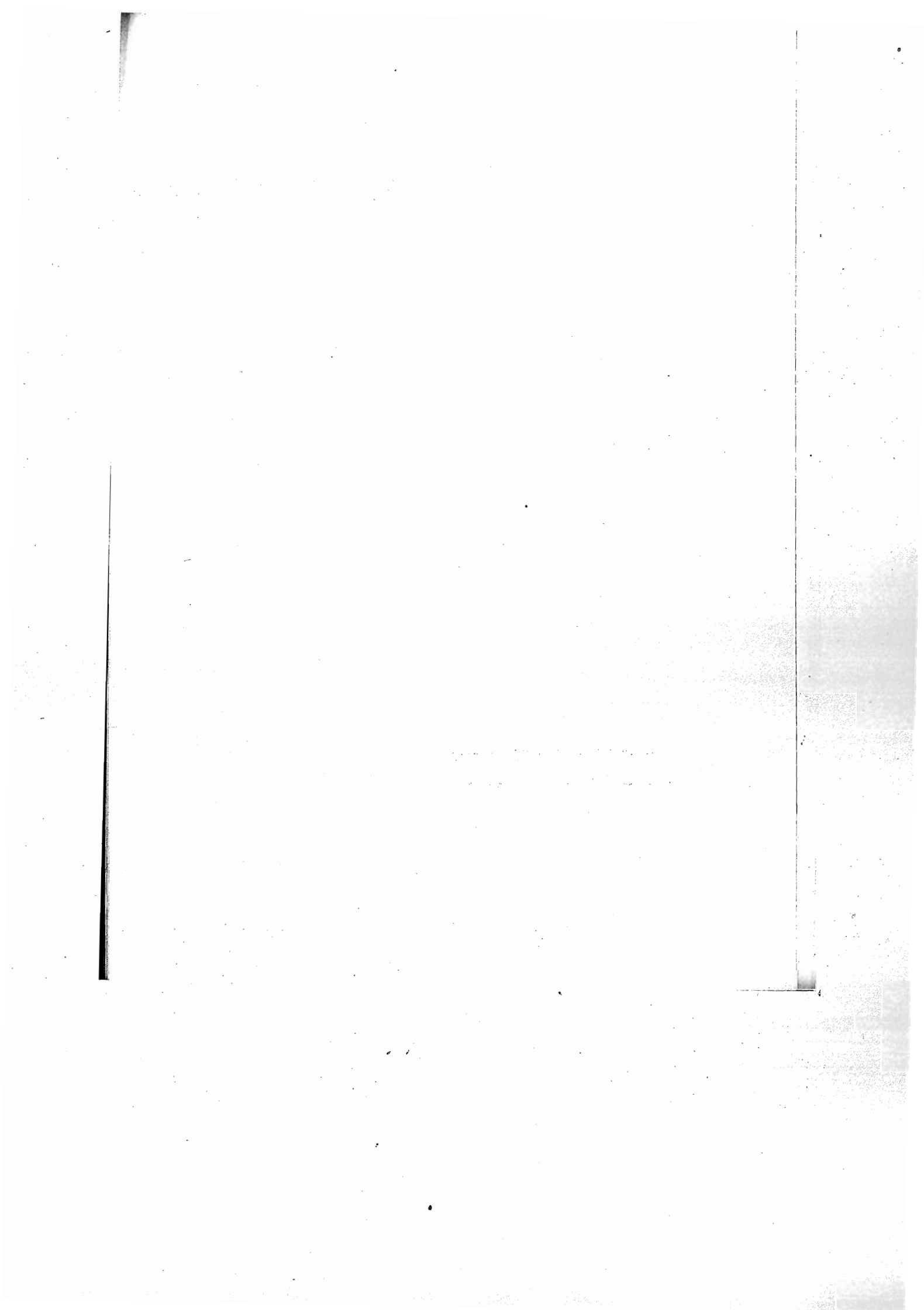
oriundas da exportação do algodão; elaboração de legislação adequada e concessão de financiamento restrito aos produtores de boas fibras, visando a melhoria de qualidade.

Em 1942, voltou a defender, em nome das indústrias paulistas, a idéia de o Governo intensificar a política, não só de regularização do mercado do café, como de amparo à lavoura algodoeira paulista, visto constituírem os setores básicos no embate às dificuldades de origem externa (guerra) e interna (intemperie), que requeriam para sua recuperação a ação conjugada do Governo e dos produtores (7).

Roberto Simonsen condenava, não a Agricultura, mas, sim, a existência de um sistema econômico apoiado exclusivamente em produtos primários extrativistas e na produção de alimentos e de matérias-primas industriais.

Secularmente prêsó à terra, teve o Brasil sua produção orientada mais para o mercado externo do que para o atendimento direto do consumo e bem-estar do povo brasileiro. O café, atividade condutora por excelência, sujeito, porém, a crises e aos efeitos de tôdas as ocorrências econômicas, sociais e políticas dos mercados compradores europeus e, depois, dos norte-americanos, tornou extremamente frágil e insegura a economia nacional, por haverem predominado os períodos de depressão, deterioração das relações de troca e pelo aviltamento constante dos preços.

7. SIMONSEN, R., "As Classes Produtoras de São Paulo e o Momento Nacional", in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, São Paulo, 1943.



Capítulo V

OS FATORES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A PRODUÇÃO INDUSTRIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Acompanhando a tese de todos os adeptos da doutrina do sistema de economia nacional, Roberto Simonsen sempre procurou destacar a indústria como um fator preponderante do desenvolvimento econômico de uma nação. Sem a indústria, não podia haver aumento da renda nacional. Baseado na observação do desenvolvimento das nações líderes e do próprio Brasil, afirmou em seu trabalho "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra" (1) que a elevação da renda nacional a níveis em harmonia com a extensão territorial e a população só podia ser conseguida mediante a industrialização intensiva.

A industrialização brasileira, no seu dizer, dependia de uma política nitidamente industrial, compreendida e apoiada pelos nossos aliados na Segunda Guerra Mundial. A análise

-
1. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial", in Roberto Simonsen e a Operação Pan-Americana, FIESP-CIESP, São Paulo, 1958.

geo-industrial realçava a absoluta interdependência dos elementos propulsores do surto industrial, e a justificação de seu início e localização em São Paulo, dada a conjugação do mercado regional, maior que o dos demais Estados, criado pela cafeicultura, com a utilização da energia hidrelétrica de Cubatão e importação de técnicos, facilmente adaptáveis às condições favoráveis do nosso clima.

No Brasil, a agressividade contra as empresas de serviços públicos e a ignorância sobre as causas de nossa pobreza, foram, segundo Roberto Simonsen, os fatores que dificultaram a expansão da capacidade hidrelétrica e a formação de uma consciência nacional com relação à política industrialista reclamada. No entanto, o protecionismo auxiliara o rápido desenvolvimento americano e, na Grã-Bretanha, desempenhara papel decisivo no amparo às indústrias, em épocas de crise. Realmente, a falta de política industrial autêntica e a insuficiência de capitais nacionais retardaram a expansão industrial.

A análise da economia nacional mostra que, nos últimos anos da vida de Roberto Simonsen, houve louváveis iniciativas governamentais, como, por exemplo, a construção da Usina de Volta Redonda, e a criação da Carteira Industrial do Banco do Brasil, destinada a financiar novos empreendimentos. Talvez por isso, julgou ele imprescindível aumentar a produção industrial, no mínimo cinco vezes, para gerar rendimento propiciador de um padrão de vida médio, adequado às exigências da civilização.

Reconhecendo a interdependência dos problemas complexos ligados ao desenvolvimento,

considerou que a agricultura, pela formação geográfica do Brasil, deveria progredir concomitantemente com a expansão industrial, mas, esta, por sua vez, dependia da política governamental e de fatores tais como mercados, capital, trabalho, combustíveis, transportes, fretes ferroviários e organização de negócios. Processava-se a evolução industrial com o predomínio das médias e pequenas indústrias, não obstante a premente necessidade de grandes indústrias de base, e essa estrutura devia ser estimulada com relação à indústria de transformação, porque, afirmava Roberto Simonsen, convinha-nos acentuar e defender os aspectos de democratização do capital e do trabalho. Não negava a existência de falsas indústrias no país ou em regiões onde os recursos materiais e humanos fôsem incompatíveis com a instalação de uma indústria consumidora de matérias-primas e de energia provenientes de seu próprio território. Mas, afora esse caso extremo, a indústria é sempre uma atividade essencial e fator indiscutível da grandeza do país.

Na inauguração da segunda feira da indústria (2), em São Paulo, os objetivos reais da indústria brasileira foram por ele destacados e assim se resumem: 1º) no aproveitamento eficiente dos fatores de produção; 2º) na preocupação de melhor atender a demanda consumidora; 3º) na aspiração de que o público enriqueça e diversifique os seus hábitos a fim de aumentar o consumo dos produtos e apoiar o esforço

2. SIMONSEN, R., "Segunda Feira Nacional da Indústria", in Ensaio Social, Político, e Econômico, Edição FIESP, São Paulo, 1943.

ço industrial. E, aduziu: o Brasil e os demais países subdesenvolvidos exigem relativa auto-suficiência e dependem, para a sua estabilidade e desenvolvimento, do alargamento de seus mercados internos. Política contrária a estas diretrizes colocaria a nação em situação vulnerável às flutuações dos mercados, às crises e aos efeitos da política financeira mundial, porque são fatores externos não controláveis e em dependência econômica internacional, que poderia afetar a própria soberania política. Não se podia almejar que a indústria de uma nação em vias de desenvolvimento iniciasse suas atividades com as mesmas dimensões das existentes nas grandes potências industriais do mundo. De fato, a transposição para o Brasil de plantas industriais de elevadíssima produtividade, podia, por um lado, aumentar consideravelmente a riqueza disponível mas, por outro, criar problemas muito sérios, decorrentes das características próprias de cada país.

Do ponto de vista tecnológico, os dois aspectos básicos do trabalho na indústria moderna são a adoção de processos contínuos e a crescente utilização de máquinas automáticas, dizia Roberto Simonsen (3). No entanto, o processo industrial e suas repercussões provocaram profundas alterações nas estruturas e regimes econômicos das nações desenvolvidas. Em vista da incapacidade de absorção dos mercados, as grandes indústrias recorrem à formação de cartéis e trustes nacionais e internacionais, no intento de resolver o problema do escoamento da produ-

3. SIMONSEN, R., A Engenharia e a Indústria, Gráfica Salles Oliveira & Cia. Ltda., FIESP, São Paulo, 1944.

ção. Para defenderem suas organizações, essas entidades comerciais e industriais constituíram-se em verdadeiras potências dentro de um Estado, ou, então, para conseguirem a vitória na luta que mantêm entre si, procuram apoio junto à organização política do país, atuando, às vezes, dentro dos próprios Paramentos. Por consequência, estimuladas pelos progressos tecnológicos, pela produção em grande escala e facilidade de financiamento, podem essas empresas ocasionar o desemprego, o esmagamento de capitais e das atividades, na média e pequena indústria, e a interferência indebita na vida política das nações, chegando até a perturbar e deturpar os verdadeiros fundamentos da democracia. Provocam competições internacionais entre as indústrias armamentistas, inclusive eclosão de guerras. Também são as responsáveis pela formação de concentrações operárias e do "proletariado", definidos por Roberto Simonsen como grandes aglomerações, que vivem em quarteirões padronizados e se mantêm, durante dezenas de anos, em irritante trabalho monótono, quase a transformar os seus componentes em autômatos, e contrariando, desse modo, as condições essenciais à alegria de viver.

Se, por um lado, é verdade que a industrialização depende de vários fatores (4): disponibilidades de capitais, custo dos combustíveis, matéria-prima, tecnologia empregada e

4. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial", in Roberto Simonsen e a Operação Pan-Americana, FIESP-CIESP, São Paulo, 1958.

quantidade produzida, e que nos países de infra estrutura inadequada, mercado interno e crédito deficientes, e com técnica atrasada, o custo é elevado, ao contrário do que ocorre com a produção nos países supercapitalizados, também é verdade ser imprescindível impedir que as manufaturas destes últimos asfixiem o desenvolvimento do parque industrial regional dos pouco capitalizados.

Ante a gravidade desses problemas, julgou Roberto Simonsen imprescindível a elabora-ção de um planejamento da política de industrialização, apoiado no fomento à média e pequena indústrias e na descentralização industrial (5). Tal política ajustava-se mais corretamente as nossas condições, que incluíam diversidade de recursos e de riquezas naturais, rarefação de população, escassez de capitais e deficiências de transporte. Ao mesmo tempo, criaria novos empregos, incentivaria o espírito de iniciativa e o senso de responsabilidade, possibilitando a elevação do padrão de vida dos brasileiros.

As críticas apontadas pelos economistas dos países desenvolvidos afirmam que o custo de produção da pequena e média empresa é mais elevado em relação ao da produção em escala e, portanto, encarece a vida, porquanto diminui ainda mais a relativa capacidade de compra das populações. Entretanto, a prática mostrou, repetidamente, que a diminuição exagerada e rápida dos preços é, muitas vezes, ilusória pois permite às populações adquirirem maior quantida

5. SIMONSEN, R., Engenharia e Indústria, Gráfica Salles de Oliveira & Cia. Ltda., São Paulo, 1944.

de de produtos e, ao mesmo tempo, provoca desequilíbrios através do desemprego, aumento da pobreza e dos impostos para dar combate a esse flagelo. Nos países novos, as mesmas consequências ocorreriam, caso fôsse abolida abruptamente a proteção do Estado à indústria nascente.

Tais argumentos reforçaram as idéias de Roberto Simonsen sobre as diretrizes da política industrialista nacional apoiada na multiplicação da média e pequena indústrias como estímulo aos processos de racionalização e cooperação entre as várias fábricas, a fim de que mutuamente se complementassem, no sentido de promoverem a especialização setorial, facilitando a elaboração do produto final. A grande empresa seria mantida para as indústrias de base, que, por sua vez deveriam ser estimuladas e controladas pelo Estado para evitar as inconveniências da concentração excessiva do poder econômico em mãos de pequeno número de indivíduos.

A implantação da indústria, dizia êle, requer planejamento da política econômica com vistas a criação e expansão do industrialismo, sem exclusão das demais atividades econômicas. Este fato outorga maior responsabilidade ao engenheiro brasileiro, indispensável ao parque industrial, cuja estrutura dificulta a racionalização generalizada, pois, graças à produção secundária foi que países europeus e a América do Norte se desenvolveram. Citou o exemplo dos economistas britânicos, os primeiros, no passado, a defender o industrialismo como o caminho mais rápido para o enriquecimento da Grã-Bretanha. Historiou a evolução das idéias sobre a importância desse setor (6): os povos consideravam li-

6. SIMONSEN, R., "As Finanças e a Indústria", in

mitada a capacidade de produção, e as guerras e conquistas, como meios normais de enriquecimento, visto permitirem a apropriação dos bens pertencentes a outras coletividades. A revolução industrial, entretanto, demonstrou que os processos científicos aumentavam a produtividade e abriam novos horizontes às nações.

Anteriormente, considerou êle, Mihail Manoilescu, em 1896, indicara a agricultura e a indústria como os setores responsáveis pelo enriquecimento de 22 países com renda total de 10 780 000 000 libras, porque 20% do total provinham de rendas agrícolas e mais de 35% da renda industrial (incluindo minas). Entretanto, a partir daquele ano, o aumento considerável da percentagem derivada da renda industrial permitiu a Woytinski constatar a supremacia do rendimento industrial (excluindo a mineração) comparada ao rendimento líquido derivado da agricultura nos países mais ricos: Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica, Suíça, Holanda, Canadá e Austrália. Desde então, passaram as indústrias a ocupar lugar preponderante nas finanças mundiais.

O industrialismo norte-americano, lembrou Roberto Simonsen, foi favorecido por inúmeros fatores e intensificado pelo mercado interno que abrangia 50 milhões de consumidores, em 1880, e, em 1920 elevou-se a 105 milhões. A insuficiência da mão-de-obra não só acelerou a mecanização e a padronização das peças de máquinas para uma rápida substituição em regiões afastadas dos centros produtores, bem como a im-

... À Margem da Profissão, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1932.

plantação do sistema de fabricação em série, facilitado pela uniformidade das necessidades e do gosto da população. Paralelamente, estenderam-se as redes ferroviárias, aperfeiçoou-se a aparelhagem mecânica das usinas e treinou-se intensivamente a mão-de-obra, empregando-se os métodos de Gilberth e Ford e os Frederick S. Taylor, considerados iniciadores do "Scientific-Management", de grande eficiência para as indústrias. Visava o taylorismo especializar e adaptar o trabalho do operário à máquina e fixar salário diferencial baseado na cronometragem do movimento despendido; o de Gilberth, através de utilização de modelos metálicos, ensinava aos trabalhadores os movimentos eficientes e aferia os seus efeitos sobre a fadiga provocada, determinando objetivamente por estudo da amplitude, extensão, duração e velocidade dos movimentos, o tempo ideal para a execução das tarefas; o de Ford favorecia o uso de fatores técnicos morais e sociais no sentido de se transmitir aos operários a noção da função social exercida junto à comunidade e de introduzir-se a técnica de deslocamento do produto ao longo da fábrica para sucessivamente ser trabalhado pelas diversas turmas encarregadas de uma tarefa predeterminada.

Ressaltou Roberto Simonsen na Evolução Industrial do Brasil (7) a importância de outros elementos responsáveis pela expansão norte-americana: a existência de minas de carvão e de ferro incentivou a produção das indústrias pesadas; o clima temperado e a localização próxima à Europa facilitaram a aplicação de novos

7. SIMONSEN, R., Evolução Industrial do Brasil, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1939.

métodos na produção de cereais, destinados à exportação aos centros industriais; o equipamento econômico e a maquinaria permitiram o cultivo, em grande escala, do Vale do Mississipi e a produção a baixo custo do algodão no Sul e Sudeste, para suprir as fábricas britânicas. A atração que os abundantes recursos naturais e o clima favorável exerceram sobre os colonos europeus, acentuada pela guerra política na Europa, no século XIX, foi a responsável pela evolução industrial. A vinda de imigrantes altamente qualificados não só aumentou a capacidade de produção como a de consumo do país. Todas estas causas, somadas à política tarifária protecionista, transformaram os Estados Unidos na maior potência industrial do mundo.

O industrialismo também desempenhou papel preponderante no enriquecimento da Alemanha (8), favorecido, no entanto, pela anexação das minas de ferro de Lorena, em 1871; pela existência de jazidas carboníferas em seu solo; pelo grande mercado consumidor interno; pelo operariado ligado a poderosos sindicatos de classes; pela aliança entre ciência e indústria, e adoção de protecionismo aduaneiro preconizado por F. List. O acelerado desenvolvimento desse país apoiou-se nas indústrias químicas e de eletricidade.

À medida que a industrialização se propagava nos países que compreenderam a sua importância, notava-se o esforço no sentido de promoverem, aos poucos, um aprimoramento tecnológico

8. SIMONSEN, R., "As Finanças e a Indústria", in À Margem da Profissão, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1932.

conducente, pelo menos em parte, ao desaparecimento das pequenas e médias empresas. Roberto Simonsen chamou a atenção para esse aspecto, por que considerava as pequenas e médias indústrias um elo indispensável entre o latifúndio e a grande empresa industrial e julgava impossível às nações subdesenvolvidas expandirem-se industrialmente, apoiadas apenas naqueles dois tipos de empresas. A concentração industrial, ao provocar o fechamento das indústrias marginais, permitiu uma certa poupança de capital e conduziu à organização do trabalho para acelerar o giro do capital circulante. Este fato levou-o a citar a comparação feita por Charles Roy, entre uma empresa e um moinho, cuja roda hidráulica, semelhante ao capital fixo, só podia ser movida pela massa d'água que, no caso, representaria o capital circulante. Na Alemanha, por analogia, o problema de acionar com quantidade limitada de água, ou seja, o capital circulante, as várias rodas hidráulicas correspondentes aos capitais fixos das diferentes empresas, exigiu a remoção de todas as resistências e obstáculos dos canais de alimentação das instalações para que a força do fluido motor atingisse o máximo de sua capacidade e permitisse utilizar a reserva de água ou capital para a construção de instalações mais aperfeiçoadas.

A grande empresa (9) trouxe em seu bô jo as tendências naturais para o crescimento in corporado na mesma organização, abrangendo desde a extração das matérias-primas até a elabora

9. SIMONSEN, R., "As Finanças e as Indústrias", in À Margem da Profissão, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1932.

ção do produto final. Assim se originaram os sete grandes trustes dos últimos anos do século XIX; petróleo, aço, cobre, fundição, açúcar, tabaco e navegação, e mais trezentos, resultantes da centralização de grandes capitais e da política de integração como meios de racionalização administrativa e defesa contra a concorrência excessiva. No início, a concentração vertical e horizontal gerou reação por parte dos consumidores e da opinião pública, e movimentos de estadistas a favor do consumidor e da Lei Sherman. Posteriormente, o público entendeu que a fusão das empresas resultava da evolução e dos princípios aplicados pela política administrativa, e não do poder industrial. Formou-se, em decorrência, novo conceito a respeito, favorável às modificações das leis americanas que, a partir daquela época, tornaram-se mais tolerantes em relação à concentração no setor industrial. Esta foi incentivada, especialmente no período posterior à Primeira Grande Guerra. Então, as empresas americanas puseram em prática novas técnicas para tornar o trabalho mais eficiente e produtivo e o Estado elaborou leis sociais preservativas da mão-de-obra, principal fator de produção. A crise do após guerra levou à campanha contra o desperdício e a favor da padronização e, em 1921, o trabalho Waste in Industry, da Federated American Engineering Society mostrava que 50% das perdas industriais provinham da má administração e, 25%, dos operários. Com o intuito de solucionar o problema, foi criado o Bureau of Standard para promover acôrdo entre os produtores, a fim de reduzir os tipos e modelos, os custos e ao mesmo tempo formar estoques e aumentar a produtividade individual.

A evolução do industrialismo nos Estados Unidos foi utilizada por Roberto Simonsen

para demonstrar não haver esquecido de que no passado se combateu; lá e aqui, o desenvolvimento das indústrias. Realmente, reconheceu que, por motivos políticos e interesses econômicos a alienígenas, a industrialização brasileira teve de lutar também com vários obstáculos, desde os primórdios de sua formação (10).

Assim, a inexistência de intercâmbio interno ativo, por falta de capitais e de organizações técnicas e por força do livre-cambismo seguido até 1844, impediu o crescimento das indústrias incipientes, representadas pelos estaleiros navais, na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, e pelos engenhos, únicos ramos da indústria nacional à época do Brasil Colônia.

Iniciada pela fabricação do ferro em barra, em dois engenhos e uma forja, na capitania de São Paulo, a siderurgia, em fins do século XVI, encerrou suas atividades em duas etapas: em 1609, com o fechamento dos dois engenhos e, da forja, em 1629, em decorrência da política da Metrópole impedir a manutenção de fábricas, e da restrita demanda e utilização do ferro. A mineração de ferro, chumbo e estanho foi novamente autorizada em 1765, na época do Marquês de Pombal. Em São Paulo, fundaram-se empresas para caldeamento desses metais mas, após funcionarem sete anos, desapareceram em 1776. No ano de 1795, o rei de Portugal liberou a abertura de metalurgias de ferro e revogou os impostos sobre a produção de espingardas e baionetas. Em 1814, construíram-se altos for

10. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil, 1500/1820, 4a. ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1962.

nos, por iniciativa de Varnhagen, que os pôs em funcionamento em 1818, mas estes foram fadados ao fracasso devido à inépcia dos diretores que se sucederam, acabando por serem liquidados em 1895.

No século XVIII, novas proibições emanadas de D. Maria I, referentes a ourivesarias e outras atividades industriais, visaram impedir o contrabando e a concorrência da colônia com a Metrópole. Tais medidas obstaram a elevação do padrão de vida no Brasil, enquanto os países da América Continental Inglesa, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e, posteriormente os da bacia do Rio da Prata enriqueciam. O aparecimento do café reativou o Brasil, pois captou divisas do exterior, deslocou o eixo econômico para o Centro-Sul e ensejou o grau de prosperidade alcançado no Brasil Independente.

Dêsse momento em diante, o combate à expansão industrial no país estribou-se na alegação de ser o Brasil essencialmente agrícola e, dada a limitação de recursos humanos, técnicos e financeiros, tornava-se impossível a expansão simultânea da agricultura e da indústria. Além desses argumentos, os líderes agrários insistiam em afirmar que os países, voltados por natureza, à atividade agrícola e industrial extrativa só poderiam criar falsas indústrias.

Roberto Simonsen procurou refutar essa idéia, salientando as vantagens da industrialização, tanto para o bem-estar da população em geral, como para a própria agricultura. Demonstrou a falsidade da tese do artificialismo da produção industrial no Brasil e de outros paí-

ses de estrutura agrícola no passado, bem entendido. Mas, reconheceu e, com exemplos tirados da nossa própria história econômica, comprovou a existência de algumas áreas mais favoráveis à implantação de indústria, e a exigência do condicionamento da expansão da produção industrial a uma programação adequada, eficientemente realizada, para promover o desenvolvimento global da atividade econômica. Voltarmo-nos contra o industrialismo, disse-nos ainda, é um erro que se vinha generalizando e repetindo em alguns setores da economia brasileira, através de campanhas contra a INDÚSTRIA BRASILEIRA, apontando-as como uma das causas que afligia o nosso país (11). Os defensores destas idéias, declarava, deturpavam a verdade e esqueciam-se de que: 1º) a indústria, durante a guerra, garantiu o suprimento às nossas populações privadas dos recursos provenientes da importação; 2º) a indústria representa grande valor social, pelas oportunidades de emprego proporcionadas a milhões de brasileiros, aprimoramento técnico e melhoria das precárias condições de vida existentes; 3º) a indústria brasileira desempenha papel relevante na civilização moderna, onde a força de um povo e sua capacidade de realização estão ligadas diretamente ao maior crescimento do parque industrial; 4º) a indústria é de importância decisiva na formação, preparação e estruturação da defesa nacional, considerando-se que as guerras modernas se desenvolvem apoiadas na produção industrial.

Propôs-se enfatizar as funções da in-

-
11. SIMONSEN, R., "Discurso pronunciado na Sessão de 20 de maio de 1947", in Discursos, SESI-DN, 1947.

dústria nas suas múltiplas formas, dentro dos quadros da economia brasileira, para restabelecer a verdade. Não compreendia críticas destrutivas e injustas no momento histórico em que todas as forças deviam ser mobilizadas em favor da recuperação integral, porque geravam ambiente propício a explorações demagógicas. Em 1947, na tentativa de esclarecer este mal entendido, vai defender a indústria têxtil, alvo de ataques e censuras constantes.

A indústria têxtil brasileira atuava como a maior consumidora de matérias-primas nacionais, pois como escola de formação de operários e como fonte de riqueza das mais importantes do país, incluía uma inversão de capital superior a 10 bilhões de cruzeiros, empregava 500 mil trabalhadores, e o volume de sua produção ultrapassava 15 bilhões de cruzeiros.

Durante a Segunda Guerra, o Brasil constituía-se na 3a. potência têxtil, nos suprimentos internacionais. Isto comprovava os efeitos positivos da expansão dessa indústria, composta de tecelagens instaladas em 18 Estados e a contribuição eficiente dada à estabilização da cultura algodoeira e seus reflexos nos demais setores da economia. Reduzindo a importação de tecidos, valorizou o poder aquisitivo interno e externo da moeda, fortalecendo a nossa posição cambial. As violentas crises que atingiram essa indústria no período anterior à guerra foram esquecidas e, nos centros consumidores, principalmente do Rio de Janeiro, acentuou-se insidiosa campanha com vistas a relacionar a alta dos produtos têxteis com o encarecimento da vida. Nessa época, as acirradas controvérsias sobre a política econômica aplicada ao setor têx-

til, as sérias reclamações dos produtores, impunham a verificação de seus fundamentos. E Roberto Simonsen afirmou que as tentativas no sentido de associar paixões políticas a interesses partidários concernentes a problemas que, por sua natureza, são vitais para a nação, deviam estar acima de partidos e pessoas. Tais idéias levaram-no a propor ao Senado a seguinte solução: levantamento de inquerito rápido e amplo através das comissões de finanças, agricultura, indústria e comércio, para exame da situação geral dessa indústria no país e da política que, em relação a ela, vinha sendo adotada. O exame devia abranger a posição das associações de classe do setor têxtil e os seus órgãos de orientação, com respeito às diretrizes econômicas seguidas pelo país. As conclusões do inquerito dariam ao Senado os elementos necessários para colaborar com o Poder Executivo, sugerir medidas adequadas para a política têxtil. Dessa maneira, poder-se-ia expandir a indústria têxtil, quer no mercado interno, quer no externo, e proporcionar um melhor atendimento dos interesses dos produtores e consumidores desse ramo.

No trabalho A Evolução Industrial do Brasil (12), mostrou a impossibilidade de se considerar o desenvolvimento industrial como mero capricho de um grupo de homens. É uma consequência própria da evolução dos povos, porque sempre houve superioridade dos países industrializados sobre os países produtores de bens primários. A diferença de remuneração entre os setores agrícola e industrial evidenciava a conve

12. SIMONSEN, R., A Evolução Industrial do Brasil, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1939.

niência e vantagem da expansão das indústrias e do contróle do comércio internacional, exercido pelas nações desenvolvidas. Nesse sentido, D. João VI, no começo do século XIX, numa tentativa de implantar a siderurgia no Brasil, convidou especialistas para procederem ao levantamento e estudo das fontes minerais, e das potencialidades existentes. Naquela época, as conclusões já indicavam a indispensabilidade de abundante produção de combustível e de matérias-primas para continuidade do abastecimento dessa indústria mas, ao mesmo tempo, e reconheciam o condicionamento da produção ao aumento da procura do ferro. As condições desfavoráveis, a localização das minas, distante da costa, as dificuldades de transporte e o pequeno consumo das empresas agrícolas tornaram impraticável tal iniciativa. Após a Independência, com a perda do monopólio português, a produção agrícola do Nordeste depreciou-se. Apareceram impérios coloniais criados pelos centros industriais e pressões políticas a forçarem o Brasil a adotar o livre-cambismo, até 1844. Esta série de acontecimentos, relatados por Roberto Simonsen, impediram a montagem de indústrias com escala de produção capaz de competir em preço e qualidade com as manufaturas inglesas. A situação econômica, precária até 1850, agravou-se. A importação, sempre superior à exportação, demandava constantes pedidos de empréstimos à Inglaterra para cobrir os déficits do balanço de pagamentos.

No entender de Roberto Simonsen (13),

-
13. SIMONSEN, R., "Orientação Industrial Brasileira", 1928, in A Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

a industrialização não podia significar retrocesso e miséria para alguns povos e para outros não, visto ser a indústria fator de riqueza e trazer uma série de vantagens, tais como: melhoria salarial, barateamento do produto, alargamento do consumo e enriquecimento social. O crescimento industrial aumentaria a riqueza do Brasil e, por consequência, intensificaria as relações comerciais, e aceleraria a expansão dos meios de transporte e a marcha da civilização.

Assim sendo, não podia haver conflito entre a produção agrícola e a industrial, em termos de trabalho. Haja visto o êxito do desenvolvimento de Marília, cidade paulista eminentemente agrícola, dizia o nosso eminente patricio (14). A medida que a indústria paulista se desenvolvia, impulsionava a economia daquela região, ao consumir elevada percentagem da sua produção. Em decorrência de suas extraordinárias atividades agrícolas, Marília evoluiu, constituindo-se em grande centro a atuar como foco de irradiação de trabalho agrícola, comercial e industrial. Esse crescimento simultâneo das safras do município e da cidade refletia o progresso pelo qual ansiava a sua população. As indústrias iniciadas e as outras que, em sequência, surgissem iriam garantir o ritmo ascensional que, por sua vez, impulsionaria as lavouras, tornando-as maiores consumidoras de produtos industriais.

Devia o trabalho agrícola ser racionalmente organizado e a agricultura apoiada em

14. SIMONSEN, R., "A Agricultura e a Indústria", Discurso, in Elos da Indústria, Gráfica Si-
queira, São Paulo, 1944.

política econômica eficiente, a fim de evitar, como ocorreu no passado, seu esmagamento pela concorrência impiedosa ou pela opressão financeira de organismos mais fortes e prósperos do que os nossos, defendia Roberto Simonsen. O aumento do poder aquisitivo do homem do campo era essencial ao fortalecimento do mercado interno e à intensificação do consumo de manufaturas. Apontavam os inimigos do industrialismo o surto urbano como antagônico ao progresso agrícola, dizia ele, e esqueciam-se da profunda inter-relação existente nesses dois tipos de trabalho. O estudo dos problemas rurais e das áreas industrializadas mostrava quanto eles são semelhantes, em suas linhas essenciais, e somente os interesses imediatistas ou a ignorância dos fundamentos econômicos podem pretender a existência de barreiras intransponíveis entre as duas zonas. A produção tem por função criar bens cuja utilidade seja o atendimento das necessidades humanas. Se o produto bruto significa riqueza, depois de elaborado terá, sem dúvida, maior utilidade para o consumo. Para melhor esclarecer este pensamento, citou o seguinte exemplo: o algodão em pluma transformado em fios, óleo e tortas oferece oportunidade de mais ampla utilização por parte dos consumidores e aumenta a probabilidade de absorção do produto e dos subprodutos. Assim, sucessivamente, o fio vai para a tecelagem e os subprodutos, com outras características e várias utilidades, aumentam o já extenso campo da demanda.

É a indústria preciosa auxiliar do homem do campo e os dois setores, agricultura e indústria, devem, portanto, desenvolver-se juntos. Esta verdade é reconhecida e proclamada pelos líderes da indústria paulista, afirmava

Roberto Simonsen (15). A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo sempre apoiou a agricultura, na busca de solução para os seus problemas fundamentais, e permaneceu a seu lado nos momentos difíceis que enfrentou, reivindicando providências para minimizar a tempo as crises do café; exigindo melhoria de transportes; procurando alargar, com a colaboração das fábricas, o consumo dos produtos da citricultura, quando ameaçados pela perda de mercados externos; pleiteando financiamento para as culturas algodoeiras após a eclosão da Segunda Guerra; propugnando, nos conselhos técnicos estaduais e federais, por política agrária de subsistência adequada, que fixasse preços mínimos para os produtos essenciais e criasse armazéns reguladores destinados a expurgo, conservação dos produtos e garantia de seu escoamento normal para os grandes centros e discutindo ou aprovando conclusões que interpretavam os desejos e reivindicações imprescindíveis à agricultura.

No Congresso Brasileiro de Economia realizado no Rio de Janeiro, em que a agricultura de São Paulo, devido a um equívoco, não se fez representar, os membros da FIESP aconselharam, como medida a ser introduzida na política industrial, o estímulo e a implantação das indústrias em locais próximos às zonas fornecedoras de matéria-prima, a fim de reduzir as diferenças de condições de vida entre o homem do campo e o da cidade e entrelaçar, cada vez mais, seus interesses, pondo termo a incompreensões injustificáveis.

-
15. SIMONSEN, R., "A Agricultura e a Indústria", in Elos da Indústria, Gráfica Siqueira, FIESP, São Paulo, 1944.

Relembrou Roberto Simonsen que os industriais sempre têm o cérebro, o coração e os braços abertos para uma política de cooperação com o produtor agrícola. Esperava que os homens de boa fé, criados na escola do trabalho, provindos das mesmas raízes e norteados por um único e elevado ideal, pudessem, mediante franco e leal entendimento, ajustar seus problemas dentro de um idêntico espírito construtivo, pois todos eles almejam o progresso ininterrupto do Estado e a crescente grandeza do Brasil. Essa grandeza seria compreendida somente como fruto de uma grande democracia de trabalho, onde fôsse eliminadas, definitivamente, as opressões política, social e econômica.

A oposição agricultura-indústria - argumento usado pelos adversários do desenvolvimento e da consolidação do parque industrial brasileiro - é tão falsa quanto a afirmação do artificialismo das indústrias brasileira e latino-americanas.

Não se justificava a alegação de que a indústria brasileira era em grande parte artificial, por importar vultuosa quantidade de matéria-prima estrangeira. Em 1928, o Brasil importava menos de 20% do valor global de sua produção. Segundo esse critério, dizia Roberto Simonsen, ao analisar a evolução industrial do Brasil (16), a Inglaterra não poderia ter-se industrializado, porque a sua importação elevava-se a 65% do valor dos seus produtos. E não se podia

16. SIMONSEN, R., "Orientação Industrial Brasileira", in A Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

negar que a riqueza daquele país, bem como seu poder político e prestígio mundial, estavam ligados as suas indústrias, sustentáculo do povo inglês e de sua marinha mercante. Daí a insubsistência da tese, aliás, corroborada pela política econômica adotada por outros países.

A Argentina, por exemplo, segundo Manuel Ugarte, promoveu campanha nacionalista a favor do desenvolvimento industrial, vivia sob tarifas protecionistas, produzia caro e aumentava o custo de vida para atingir a expansão da indústria. O industrialismo na Inglaterra também se expandiu sob o protecionismo, representado pelo monopólio do abastecimento industrial de suas colônias. No Brasil, observava-se o contrário: a industrialização era combatida, acusada de perturbar a mão-de-obra do setor agrícola, por provocar o êxodo rural, e permitir a formação de monopólios prejudiciais aos consumidores. O Brasil possuía condições especiais para o desenvolvimento industrial, representadas pelas riquezas potenciais, extensa área territorial, vastas reservas de inúmeras fontes de energia, combustíveis, matérias-primas e terras garantidoras de alimentação fácil e barata. Não podia a indústria brasileira ser taxada de artificial, por importar matéria-prima do exterior, pois não existe país auto-suficiente capaz de produzir toda a matéria-prima de que necessita e, também o fato de grande parte do valor da produção manufatureira destinar-se à manutenção da mão-de-obra nacional não justificava essa classificação.

Inexistia consenso geral a respeito das vantagens da industrialização e os homens ainda raciocinavam em termos de especialização de produção regional e nacional, apoiados na e-

xistência de algumas áreas mais favoráveis ao início e rápido desenvolvimento de atividades econômicas. Foi o que ocorreu no Brasil, declarou Roberto Simonsen (17). Assim, fatores propícios facilitaram a expansão da região Sul, em fins do século XIX. A zona temperada atraiu considerável movimento imigratório. A cultura do café provocou o afluxo de trabalhadores europeus, incentivou a formação do mercado interno e a importação de manufaturas. No século XX, a abertura de usinas possibilitou o aproveitamento de grande potencial de energia elétrica a baixo custo, em São Paulo e Rio de Janeiro, os quais desempenharam função semelhante a dos centros industriais apoiados no carvão da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Registraram-se a fabricação de equipamento mecânico moderno a preços relativamente baixos, alargamento do mercado importador, e melhoramentos nos transportes, em decorrência da construção de estradas de ferro e da rodagem. Todavia, a abundante mão-de-obra não absorvida pela cultura cafeeira sofria os efeitos da superprodução e nossas exportações primárias não forneciam divisas para a importação de mercadorias destinadas ao atendimento do consumo da população em processo de crescimento e diversificação de seu consumo. Esse contínuo desequilíbrio nas relações de troca, pela inexistência de meios de pagamento, constituiu elemento importante da nossa industrialização. Todos esses fatores condicionaram a expansão do setor industrial de algumas regiões do Brasil, principalmente São Paulo, cujas condi-

17. SIMONSEN, R., Evolução Industrial do Brasil,
Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais,
São Paulo, 1939.

ções eram completamente diversas das que determinaram o desenvolvimento nos Estados Unidos.

A impossibilidade de o país obter, através da exportação, as cambiais para o financiamento da importação determinou o aparecimento de indústrias desvinculadas da política interna favorável à sua instalação. A criação da indústria pesada era proibitiva porquanto exigia vultosos capitais e diretrizes econômicas governamentais como elementos integrantes de um plano previamente traçado, de política industrial, que, se adotada, teria efeito benéfico na estrutura econômica e na vida social do país. A implantação de indústrias básicas provocaria queda nos preços de inúmeros bens de consumo e incentivaria o uso de máquinas, ainda raras, no Brasil, no ano de 1939. As indústrias nascentes, principalmente a de São Paulo, passaram a pagar salários maiores que os demais setores econômicos. Em 1938, elevaram sua folha de pagamento a valor superior a 750.000:000\$000, sendo o salário médio mais alto pago pelos ramos metalúrgico, de material elétrico, transporte e artes gráficas.

Justamente porque o problema de energia, fator condicionante da expansão industrial, foi mais rapidamente solucionado no Centro-Sul, a industrialização brasileira começou nessa região. Na realidade, salientou Roberto Simonsen, no século XIX, a falta de combustível constituiu um dos principais pontos de estrangulamento à industrialização do Brasil. O progresso resultante da utilização da eletricidade e aproveitamento das quedas d'água realizou-se lentamente. A primeira usina hidrelétrica foi instalada em Minas Gerais, em 1883, com capacidade

de apenas 52 kw. Em 1900, o total das usinas montadas colocava à disposição da coletividade o poder total de 17 441 HP. A primeira grande empresa com potência de 8 000 HP foi instalada em 1901, em Parnaíba, Rio Tietê. Em 1910, 88 empresas forneciam 152 160 kw ao Brasil e, em 1920, as hidrelétricas atingiram o total de 356. A grande expansão foi alcançada em 1938; nesse ano, funcionavam 1 200 empresas com potência superior a 1 100 000 kw, assim distribuídas: mais de 60%, em São Paulo, seguindo-se o Distrito Federal (Guanabara) com 174 115 kw; Minas Gerais com 110 000 kw e Rio Grande do Sul com 144 kw. Dêsse total, 97% utilizavam-se do carvão suprido pelo Rio Grande do Sul, que produzia 33 778 kw. Do total de cavalos-fôrça, em 1938, o Grupo Tramway & Light, com capital superior a 75 000 000 de libras e instalações no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, gerava 800 000 HP. Entretanto, o desenvolvimento industrial de São Paulo forçou a The São Paulo Tramway, Light and Power Company a aumentar sucessivamente suas instalações e a seca de 1925 estimulou a construção das obras em Cubatão, que, em capacidade, passaram a ocupar o 8º lugar entre as maiores instalações mundiais e garantiram o fornecimento de energia abundante e barata.

O crescimento industrial de um país tende a irradiar-se das regiões com maiores recursos para as menos favorecidas. Expande-se das nações onde houve revolução industrial e conseqüente aperfeiçoamento da tecnologia para as demais que, gradativamente, tomaram conhecimento dos seus recursos potenciais e, através do trabalho nacional, transformaram a potencialidade existente em riqueza efetiva. O norte e o nordeste do Brasil, por exemplo, em relação ao centro-sul, citou Roberto Simonsen, ainda esta-

vam à margem do processo de industrialização, o que não significava a impossibilidade de, no futuro, virem a implantar empresas de transformação. As causas do atraso desse setor econômico nas duas regiões do Brasil eram várias: mercado interno muito restrito, sem atrativos para a instalação de indústrias; transporte inadequado; grandes áreas de economia de subsistência, as responsáveis pelo reduzido poder de compra de mais de 2/3 da população dessas regiões; abundância de alimento e clima ameno, propício a um menor consumo de roupas. As restrições internacionais sobre o comércio de produtos tropicais, impostas pelos países superdesenvolvidos, por sua vez, desestimularam o trabalho e as atividades agrícolas lucrativas, não só no nordeste e norte como em outras zonas brasileiras. No país todo, excetuando-se pequenas áreas, não havia ambiente para a mecanização. Em 1938, nosso índice de consumo de ferro e aço per capita era de 10 kg, quantidade irrisória em comparação com a registrada nos Estados Unidos, onde atingia mais de 400 kg. Se, por um lado, esses fatores demonstravam a pobreza do país, por outro, evidenciavam a viabilidade de criação de indústrias, assim como a necessidade da elaboração de normas políticas e econômicas adequadas, e de esforço conjunto, no sentido de auxiliá-lo a atingir rapidamente o desenvolvimento econômico.

Consoante o pensamento de Roberto Simonsen, o industrialismo exigia programação para evitar que o desenvolvimento industrial se processasse de modo irregular, cíclico, insuficiente e desequilibrado. O protecionismo alfandegário, assim o demonstrou a história do industrialismo mundial, é a condição essencial à expansão industrial. Obedecia a toda uma linha

doutrinária bem definida que, em parte, constitui o âmago da ideologia de Roberto Simonsen, como se verá na última parte do nosso estudo.

Certo é que a evolução da indústria brasileira, considerava êle, põe em evidência todos os elementos estimuladores do setor industrial do país. Os fatores geográficos, econômicos e político-comercial não favoreceram a sua aceleração, antes de 1885. Nosso primeiro avanço industrial, de 1885 a 1892, foi propiciado pelos capitais provindos da agricultura do café no Vale do Paraíba e São Paulo, aliados à nova política tarifária e inflacionista. O segundo período expansionista industrial, no início do século XX, originou-se da vinda de imigrantes para São Paulo e do êxodo rural, por força dos primeiros sintomas da superprodução de café, da depreciação cambial e da instalação de empresas hidrelétricas. Posteriormente, a Primeira Grande Guerra promoveu decisivamente a expansão industrial de São Paulo, e esta acelerou-se sob a pressão do aumento de consumo, derivado da diversificação das necessidades da população brasileira e da inexistência de poder de compra para aquisição de bens no exterior. A produção industrial, não incluindo o açúcar atingiu, nesse período mais de 12.000.000:000\$000, e o consumo nacional de matérias-primas, superou ... 4.200.000.000:000\$000, igualando-se seu valor ao dos produtos agrícolas exportados. Entretanto, os baixos índices de consumo comprovavam a existência de um parque industrial em estágio inicial, a absoluta exigência de uma política econômica adequada e a criação de indústrias básicas favoráveis ao desenvolvimento econômico. Por isso, o plano adotado deveria manter em harmonia os interesses agrícolas e os industriais,

a fim de atender, à grande população localizada no meio rural.

Está o progresso industrial intimamente ligado ao enriquecimento da agricultura, principal setor do mercado interno brasileiro, e a expansão agrícola, por sua vez depende do crescimento das indústrias consumidoras de matérias primas. A intensificação da industrialização do Brasil não iria ferir interesses econômicos dos países desenvolvidos, porque não poderíamos aumentar a importação de manufaturas estrangeiras sem criar ou alargar os mercados estrangeiros para nossos produtos.

Analisou Roberto Simonsen o desenvolvimento econômico do Brasil e, valendo-se dos dados levantados e avaliados em 1920, demonstrou que, no período de 1880-1884, já existiam 150 empresas industriais com capital de 58.338:000\$000; entre 1885-1889, esse número de indústrias subiu a 248, englobando um montante de capital no valor de 203.405:000\$000. Em 1889, os dados comprovaram um grande crescimento industrial: 636 indústrias com um capital de 401.631:000\$000, consumo de 65.000 HP, emprego de 54 169 trabalhadores e produção de mercadorias equivalente a 507.093:000\$000.

O capital aplicado no setor industrial estava assim dividido: 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação; 10% na química; 4% na de couro; 3,5% na de roupas e artigos de tocador; e 3% na metalúrgica. Entre 1890 e 1895 o recenseamento acusava a existência de 452 indústrias com capital de 213.715:000\$000. A partir de 1894, o país lutou contra movimentos revolucionários e crise econômica e financeira, sofrendo, inclusive, as consequências da

política deflacionista de Manuel Ferraz de Campos Salles. Entretanto, a imposição de tarifas alfandegárias (1889) a serem pagas parcialmente em ouro representou a adoção de protecionismo como medida de garantia à estabilidade industrial. Após 1905, ocorreu novo surto industrial, que se acelerou entre 1910 e 1944, registrando-se, em decorrência da Segunda Grande Guerra, impulso desusado no quadriênio 1915-1919.

Inicialmente, o protecionismo alfandegário não foi utilizado para proteger as indústrias nascentes. Assim, no século XIX, quase todas as tarifas fixadas eram de caráter fiscal ou visavam fornecer rendimento aos cofres públicos, e não a incrementar o desenvolvimento, como o fizeram os governos norte-americanos. Foi então que Joaquim Murtinho, Ministro da Fazenda de Campos Salles, adotou o sistema de pagamento parcial das tarifas alfandegárias em ouro, com o objetivo de utilizar-se de parte dessa renda ouro para saldar os compromissos exteriores do Brasil e manter uma certa proporção entre o valor da arrecadação tarifária e os valores dos bens nos respectivos países de origem. A reforma fiscal de 1934, no entanto, não seguiu a mesma orientação; aplicou medidas protecionistas com vistas a auxiliar as principais indústrias brasileiras e, para isso, criou diferentes tarifas máximas e mínimas, conforme os produtos, de maneira a facilitar os acordos comerciais. A fixação das taxas em mil réis (18), moeda instável, provocava diminuição contínua da relação entre o valor das tarifas e o das mercadorias

18. Mil réis ouro era moeda de conta, só utilizada para Transações internacionais.

nos seus países de origem e obrigava a anexação de numerosas listas de tarifas nos acordos comerciais. O caráter flexível introduzido no sistema previa a eliminação das tarifas que caducassem. Deveu-se o êxito alcançado à queda contínua da taxa cambial, que compensou, em certa proporção, os efeitos danosos da inexistência de uma política protecionista geral em nosso país. Vejamos a evolução dessa política no Brasil, segundo Roberto Simonsen (19).

Na época da proclamação da Independência, a atuação de brasileiros formados sob a influência da escola liberal inglesa levou-nos à prática do livre-cambismo, até 1844. A tarifa Alves Branco, a primeira de caráter um tanto protecionista, permitiu maior equilíbrio orçamentário e a implantação de várias indústrias. O surto industrial, no entanto, foi retardado pela inexistência de capitais nacionais e pela população que não dispunha de instrução e de técnicas para vencer os obstáculos impostos pelo meio hostil. Somente em 1850, destaca-se a tentativa de Mauá, no sentido de formar uma infraestrutura econômica e industrial destinada a firmar a posição do Brasil na economia mundial. Incompreendida por seus contemporâneos, sua iniciativa acabou por anular-se e o ciclo agropecuário prosseguiu até fins da monarquia. Então novos esforços voltaram-se para a economia interna, objetivando o atendimento da demanda interna. No início da República, Rui Barbosa pretendeu criar, por decreto, as bases que necessi

19. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Gráfica, São Paulo, 1935.

távamos, mas a instalação da indústria surgiu como imperativo inelutável na história de nossa economia.

Realmente, momento viria em que a produção agrícola, por sua natureza, qualidade e quantidade, já não poderia atender as necessidades crescentes dos brasileiros e em que nossa exportação não seria suficiente para cobrir a importação de produtos exigidos pela pressão da demanda. Estes dois fatores, independentemente dos erros da política, foram os responsáveis pela flutuação cambial. Tal situação induziu a industrialização, que só poderia ter sido antecipada mediante a imposição de política comercial aberta e francamente protecionista, nos moldes adotados pelos Estados Unidos da América, Alemanha e Inglaterra, com vistas a desenvolver as suas economias. Apesar de ser declaradamente contra a industrialização, Joaquim Murinho, através das diretrizes adotadas, concorreu para o fortalecimento da indústria, porque, ao majorar os impostos aduaneiros, visando objetivos fiscais, instituiu barreiras, em grande parte protecionistas; além disso, no organizar as finanças do Estado, permitiu maior afluência de capitais para o fomento industrial. Como já vimos, a Primeira Guerra Mundial também constituiu importante incentivo à industrialização. Efetivamente, o número de empresas industriais que, em 1889, totalizavam 636, aumentou tremendamente após a fundação de 6 946 empresas, no período de 1890 a 1914, e a esse total somaram-se 5 940 novas indústrias, na época da guerra, entre os anos de 1915 e 1919.

A maioria das empresas industriais brasileiras enquadrava-se no tipo médio, dimensão benéfica à nossa organização social, face às

dificuldades de transporte e das condições ambiente. Trazendo novas esperanças, o século XX marcou o início da fase agropecuária-industrial no Brasil, pois que a história econômica evidencia as vantagens da indústria como fator de enriquecimento dos povos e de intensificação das relações de intercâmbio comercial.

Aceitando o conceito de José Joaquim Cardoso de Mello Neto sobre o tipo ideal de nação normal - aquela em que harmoniosamente se equilibram os vários ramos da atividade humana - Roberto Simonsen julgava o Brasil em condições de atingir tal posição, porquanto não havia motivo para temer antagonismo entre as classes agrícola e industrial, pois suas atividades se completam e o progresso de ambas resultaria em aumento de riqueza do país.

Todavia, da análise da expansão industrial (20), ressaltou ele os fatores negativos e positivos.

Não considerando a atuação da política brasileira, o crescimento industrial foi prejudicado pela falta de combustível e energia, escassez de capital e inexistência de indústrias básicas. Em 1920, metade das indústrias não dispunha de motores e, no entanto, 356 empresas de energia elétrica já produziam 356 000 kw. A crescente utilização de eletricidade, em 1939, fornecida por 1 200 usinas em funcionamento, com capacidade de 1 100 000 kw, facilitou

20. SIMONSEN, R., Evolução Industrial do Brasil, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1939.

o crescimento industrial em São Paulo, apesar dos deficientes meios de transporte, da lenta formação de capitais e das dificuldades nas trocas internacionais, derivadas da política econômica internacional e da guerra que bloqueava a vinda de capital estrangeiro para a criação de indústrias de base em nosso território.

Foram vários os fatores positivos: aproveitamento intensivo da eletricidade como força motriz; baixos custos das máquinas operativas normais, além de outros de natureza local, os responsáveis pelo aparecimento de numerosas empresas médias em todos os ramos industriais. Por sua vez, o alto custo dos transportes, a escassez de capital e a diversidade de hábitos condicionaram o aparecimento de pequenas indústrias para o atendimento de mercados restritos.

Em 1941, a expansão industrial no Brasil encontrava-se praticamente em fase inicial⁽²¹⁾. As grandes empresas, em número reduzido, dispondo, porém, de maiores facilidades para a padronização dos produtos, colocaram em posição desvantajosa as médias e pequenas empresas. Em alguns casos, provocaram o seu desaparecimento, dada a impossibilidade de concorrerem com as grandes organizações. Não obstante, no Brasil, essa desvantagem era anulada pela sindicalização, que oferecia às médias e pequenas empresas de um mesmo ramo ou grupo, a oportunidade de aplicar normas comuns capazes de lhes facilitar a sobrevivência e expansão. Este aspecto ressaltava a

21. SIMONSEN, R., "Indústrias e as Pesquisas Tecnológicas", in Ensaio Social, Político e Econômico, Edição da FIESP, São Paulo, 1943.

urgência da aproximação entre os sindicatos de indústria e a Associação Brasileira de Normas Técnicas e do recurso às pesquisas tecnológicas intensivas. Apesar da valiosa contribuição prestada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e pelo Instituto de Tecnologia do Rio de Janeiro, no sentido de aumentar a rentabilidade da produção, não lhes foi possível acelerar a industrialização, uma vez que não contavam com auxílio governamental. Dispunham de pequenas verbas para a realização de suas pesquisas, e o baixo salário pago ao seu pessoal tornava-os dignos de serem considerados autênticos apóstolos da ciência. Tal tipo de pesquisas tecnológicas, imprescindíveis às indústrias deveria contar com o auxílio governamental.

O rápido retrospecto histórico da evolução industrial foi por vezes apresentado em meias tintas, com um certo toque de melancolia. Isto, porém, não significa que Roberto Simonsen tivesse sido um pessimista. Ao contrário, sempre acreditou no futuro do Brasil, especialmente na destacada posição à qual a indústria brasileira seria chamada a ocupar, não apenas no cenário nacional como também no internacional.

A indústria brasileira desfrutava de situação excepcional e todos os seus anseios coincidiam com os altos interesses da nacionalidade, porque os objetivos colimados incluíam um mercado interno desenvolvido, indispensável ao aumento da produção e à formação de capitais nacionais. Deveríamos consegui-los mediante elevação do poder aquisitivo interno, união mais intensa entre as regiões do país e crescente liberdade nas intercomunicações estaduais, afim de atingirmos a unidade e aumentarmos, cada vez

mais, a grandeza de nossa pátria (22).

Para cumprirmos êste destino julgava Roberto Simonsen, necessário, convencer-mos de que a indústria não era o próprio progresso, mas uma alavanca de progresso; por isso mesmo, deveríamos exigir o planejamento da política industrial seguido de programa de ação destinado a acelerar a industrialização (23). Inclui-
ria, como meta governamental, a realização de plano sistemático abrangendo o aproveitamento do potencial hidráulico, a exploração intensiva das nossas disponibilidades de combustíveis; a melhoria dos meios de transporte; o aumento da escala de cabotagem e ampla assistência técnica e financeira às iniciativas industriais. Tais medidas deveriam ser complementadas com a outorga de garantias para a formação de capitais nacionais, importação de capitais estrangeiros destinados a aplicações reprodutivas na indústria, e com a fixação de acôrdos internacionais precisos e objetivos. Aliado a uma legislação e orientação administrativa adequadas a industrialização do país, o plano concorreria para o desenvolvimento econômico tão desejado pelo Brasil.

A elaboração e a execução de políti-

-
22. SIMONSEN, R., A Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Grafica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937.
23. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica Mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.

ca industrialista intensiva repercutiria em todos os setores de produçao e exigiria reformas estruturais e funcionais no sistema bancario, no mercado de trabalho, na propria agricultura e, ate mesmo, em nossas relações com o exterior.

Como exemplo de medidas isoladas, citava Roberto Simonsen o projeto do Presidente da República sobre a criação de bancos industriais no país (24). A concessão de crédito às indústrias, apoiada na diminuição das garantias anteriormente requeridas, mas na exigência de emissão de debêntures e obrigações hipotecárias, tornou impraticável a organização desse tipo de organismo financeiro. Tais restrições provocaram reclamações por parte dos industriais, os quais se insurgiram contra a falta de crédito, contra as medidas contrárias à emigração de mão de obra qualificada e a aplicação da lei dos 2/3, face à inexistência de escolas profissionais no Brasil. Assim agiram, por considerarem os operários especializados fatores ponderáveis da produção e úteis à transmissão do aprendizado e treinamento dos artífices nacionais. Enquanto, no início da Idade Moderna, as nações industrializadas aplicavam sanções aos operários que emigrassem com o objetivo de transmitir conhecimentos industriais ou de organização de produção aos países concorrentes, o Brasil, ao contrario, dificultava ao máximo a entrada de artífices, com grave dano para o desenvolvimen-

24. SIMONSEN, R., "Possibilidade de Expansão Industrial do Brasil", in A Industria, em Face da Economia Nacional, Editora Grafica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937.

to industrial e rentabilidade de nossa economia.

Insistiu Roberto Simonsen sobre a inviabilidade de vencermos o subdesenvolvimento sem a industrialização. Seria esta o primeiro passo para a melhoria dos nossos mercados internos e alteração da política econômica, com relação aos demais países. A eliminação gradativa das características de atraso da economia nacional dependia de orientação apoiada num programa de alargamento intensivo de nossos mercados internos e do intercâmbio entre as diferentes regiões do Brasil. O aumento do poder aquisitivo devia alicerçar-se no comércio entre os próprios brasileiros porque nada se poderia esperar do comércio internacional, muito fechado, circunscrito aos países desenvolvidos e aos seus impérios coloniais. Comprova-o o tratado firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 1935 que, pôsto em execução, aniquilou algumas empresas industriais brasileiras e não incrementou a nossa exportação, nem em quantidade nem em valor.

Do exposto, evidencia-se quão improcedentes eram as preocupações dos defensores do antagonismo entre os interesses da indústria e os da lavoura do nosso país. No futuro, considerou Roberto Simonsen, o maior apoio da agricultura seria o parque industrial brasileiro, a través da aceleração do consumo de matérias-primas vegetais, animais e minerais que, por sua vez, dependeria de uma lavoura desenvolvida da qual proviriam capitais e consumidores, elementos básicos da evolução do setor secundário. Para atingir posição estável, a expansão industrial devia apoiar-se na ampliação do consumo interno e na intensificação da exploração dos

recursos potenciais. Iniciada em pequena escala, a exportação de produtos industriais aos países sul-americanos estava condicionada a uma série de medidas para o seu incentivo: revisão da lei sobre draw back, com vistas a facilitar a aplicação, e mesmo a redução, das tarifas, aduaneiras sobre matérias-primas complementares, in dispensáveis à manufatura de artigos exportáveis; concessão de créditos à exportação, baseada em critérios que impedissem transformá-los em arma outrora usada por vários países exportadores contra nós. Deveriam ser concedidos com facilidades excepcionais, pelo Banco Central, e poderiam, inclusive, ter a garantia do Estado, mediante a instituição de seguro com cobrança de taxa módica adicional sobre a exportação. Tal medida já fôra adotada pela Inglaterra, através do seguro oficial para as exportações dirigidas a todos os países, com o intuito de colocar a operação a coberto da mudança brusca nas condições desse comércio. O Banco Central determinaria as normas relativas aos créditos, visando a expansão do comércio brasileiro, principalmente para mercados novos e países de moeda mais fraca que a nossa. Ser-lhe-ia facultado cobrar juros pelos adiantamentos concedidos, em sentido competitivo com os juros que gravavam os produtos exportados pelos nossos concorrentes nesses mesmos mercados.

Em discurso pronunciado na abertura da II Feira Nacional da Indústria (25), em 1941, ressaltou Roberto Simonsen que o industrial moderno não se confundia com o antigo capitão de

25. SIMONSEN, R., "2a. Feira Nacional da Indústria", in Ensaio Social, Político e Econômico, Edição FIESP, São Paulo, 1943.

indústria, e não era apenas um ganancioso à procura de lucros fáceis, mas um homem consciente de suas responsabilidades sociais.

As grandes indústrias têm para com o público e o governo quase tantas responsabilidades de ordem moral, social e econômica quantas as próprias empresas de serviços públicos ou de atividades industriais estatais. Para evitar injustiças oriundas da incompreensão, é imprescindível às indústrias privadas manterem o público e o governo a par de suas principais atividades, explicarem e justificarem o seu progresso e atuação em benefício da coletividade. Quando essas responsabilidades forem compreendidas, desaparecerão os mal-entendidos que, frequentemente, se faziam sentir entre as empresas, os poderes públicos e os consumidores. Neste particular, o patrocínio de feiras de indústria, assim julgava Roberto Simonsen, podia ensejar aos líderes das indústrias oportunidades de demonstrarem a ação desenvolvimentista que exerciam.

Capítulo VI

MERCADO DE TRABALHO

E BEM-ESTAR SOCIAL

Todo o cuidado de Roberto Simonsen no analisar a produção, e a sua crença quase mística nas vantagens do desenvolvimento tecnológico e racionalização do trabalho tinham por principal objetivo o bem-estar social, a contribuição à felicidade do ser humano e o aprimoramento do mercado de trabalho. Se por um lado o trabalho eficiente é considerado fator de produção, por outro, é simultaneamente, causa e consequência da elevação dos níveis de vida das populações. Impossível, pois, produzir racionalmente quando o mercado de trabalho se apresenta insatisfatório, mas, também não se consegue boa rentabilidade se os trabalhadores não encontram condições para prosperar, nem se sentem satisfeitos com seus salários, padrão de vida e tipo de atividade. Embora em nenhuma parte de sua obra Roberto Simonsen tivesse feito referência expressa ao fenômeno da causalidade circular, o exame de seus escritos, a preocupação de sua vida como engenheiro, empresário e homem público, revelam um perfeito conhecimento de que a causa se torna efeito e o efeito transforma-se em causa. A estreita inter-relação entre elaboração da

produção e mercado de trabalho faz com que produzir se torne meio e consumir torne-se fim. E tudo isso ocorre, porque o homem é, ao mesmo tempo agente e paciente do processo econômico global.

A questão social, dizia o Economista português, surgiu da inexistência de uma economia bem organizada, da insatisfação decorrente de tecnologia inadequada e de utilização de mão-de-obra mal qualificada somados à má repartição das riquezas produzidas. É bem verdade que todos os analistas da chamada questão social insistem no aspecto da repartição. Poucos, porém, como êle, cuidaram de ligar esse aspecto à produção e ao aprimoramento da força de trabalho, mediante uma política mais realista para, em primeiro lugar, racionalizar a produção e, em seguida, no processo de repartição, cogitar em melhor distribuir a riqueza produzida. Elevar os padrões de vida não significava redistribuir paternalisticamente a miséria, dar alguma coisa a quem nada tem, à custa de diminuição de possuidores de pouca ou muita riqueza. No pensamento de Roberto Simonsen, a solução do problema social sintetizava-se na obra de formar o trabalhador consciente, qualificar a força de trabalho e aumentar a produção nacional para, a seguir, reparti-la, não apenas em função das necessidades de cada um, mas do grau de colaboração individual no processo econômico.

Para mostrar que a racionalização de produção e do trabalho (1) eram condições es-

1. SIMONSEN, R., "As Finanças e a Indústria", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

senciais à eliminação das deficiências dos meios de produção e dos obstáculos aparentemente intransponíveis, citou o exemplo da Alemanha, onde a racionalização fôra a responsável pela fabricação contínua e pela concentração das empresas. Era a fabricação contínua um sistema de produção apoiado no "trabalho em transportador", abrangia a padronização dos tipos de produtos e a especialização das fábricas sob a fórmula geral de produzir, acelerando o escoamento do capital circulante. O "trabalho em transportador" diminuía a quantidade de produtos, em dado momento, em elaboração no interior da empresa, e reduzia o valor do total correspondente ao capital circulante. Esta redução aumentava a liquidez das empresas, porque as verbas aplicadas no processo produtivo representavam bens, cuja realização isolada, caso necessário, só poderia ser feita com perdas. O aceleramento na fabricação provocava efeitos dinâmicos na economia, transformava a matéria-prima em produtos, incorporava a mão-de-obra e as matérias complementares e, por conseguinte, a contabilidade acusava o movimento progressivo do valor pela diminuição correspondente de outras verbas componentes do capital circulante. Citou também C. Roy e, concorde com esse autor, afirmou que o preço do produto aumentava em função do custo e, proporcionalmente ao tempo, em relação às despesas gerais, amortização e juros, mas, independente do tempo, para a utilização de acréscimo de mão-de-obra ou de matéria-prima. Vendia-se o produto acabado com o lucro integrado no preço, e o rendimento apurado na venda era incorporado ao capital circulante. O capital de movimento e como função do valor dos produtos em fabricação exigia sistema de organização industrial, visando a maior redução possível do valor dos bens em produção, a diminuição

automática ao mínimo do uso do capital circulante. A fabricação contínua objetivava reduzir o emprêgo de capital circulante pela aceleração de sua rotação, e dêsse modo aumentar o rendimento financeiro da indústria. A análise de C. Roy por êle detalhada para ressaltar o poder da técnica e da inteligência, como formas substitutivas das deficiências dos meios de produção que parecem constituir obstáculos intransponíveis aos países em vias de desenvolvimento.

Mas, segundo Roberto Simonsen (2), o trabalho na indústria deveu grande parte de sua eficiência ao bom aproveitamento do espaço útil nas plantas das empresas, pois a perfeita distribuição da maquinaria permitia sempre melhor aproveitamento da área ocupada; o desperdício do espaço significava imobilização de capital sem rendimento, e determinado custo por unidade cúbica. Quanto à tomada de decisão sobre o espaço suficiente para a instalação de uma empresa industrial, o critério adotado devia abranger a marcha da matéria-prima, o uso mais eficiente da maquinaria, a manutenção de proporções amplas e ambiente agradável, pois êstes elementos influem sobre a produtividade do operário.

Em países como o Brasil, o trabalho ainda não era devidamente valorizado, em virtude da herança social desfavorável, resultante do trabalho servil.

A escassez da força de trabalho se fez sentir desde o início da coloniza-

2. SIMONSEN, R., "Desperdício de Espaço", in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, São Paulo, 1943.

ção, historiou Roberto Simonsen (3). A natureza hostil, a inexistência de organização supridora de capitais suficientes ao atendimento de sua demanda até a produção alcançar nível ideal, levou o país a utilizar-se da escravidão vermelha, como fonte regional de riqueza e poder. O índio caçava, pescava, transportava material de construção, executava trabalhos forçados, serviços domésticos e inúmeras outras tarefas. O recurso à escravatura indígena provocou incessantes lutas contra a influência dos missionários que se propunham salvar os aborígenes do extermínio. Só o conseguiram graças ao auxílio de bulas e à evolução da legislação sobre captura, a impor, desde então, severas restrições ao apressamento de índios e a fixar-lhes salários e prazo de cativeiro.

O crescimento do primitivo vilarejo de São Paulo refletiu-se no aumento das necessidades a serem supridas, fazendo-se mister a intensificação do emprêgo do braço escravo nativo para prover a economia de subsistência, pois a inexistência de exportação impedia a compra de escravos africanos. De 1670 a 1680, a pressão da demanda de trabalhadores, por motivos econômicos, acelerou as "entradas" para apressamento de índios ou busca de metais preciosos. O apressamento no século XVI, por bandeiras, foi redobrado no século XVII e atingiu seu período culminante quando da investida contra as missões jesuíticas. Os dirigentes das expedições, "os armadores", adotavam organização militar, selecionavam homens, seguiam sócios capitalistas entre os elementos lo

3. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil (1500/1820), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 4ª edição, 1962.

cais e transformavam-nas em expedições destruídas. Por ser o índio mercadoria semovente - elemento precioso em época de carência de meios de locomoção - tais expedições buscavam-no para o trabalho da lavoura, provocando ao mesmo tempo o despovoamento de regiões densamente habitadas. Eram os nativos objeto de comércio exportador da capitania, destinados às fazendas ou aos mercados de escravos, respectivamente, como máquina de trabalho e artigo de comércio.

Os aborígenes aldeados, com noções de disciplina e trabalho organizado, representavam presas de valor para os mercadores da época, razão por que estes investiam contra as missões jesuíticas, tendo as sucessivas incursões dos bandeirantes provocado o recuo da divisa castelhana e acabado por levá-las a cooperar nas guerras primitivas nos sertões da Bahia e do Nordeste e na destruição dos quilombos.

Julgava Roberto Simonsen impossível uma avaliação precisa do rendimento global provindo das bandeiras, mas apesar de falhos os depoimentos, demonstrou ser o rendimento econômico pequeno e dificultoso por ter exigido grandes sacrifícios. O valor do índio correspondia a um quinto, em média, ao do escravo africano e se fosse considerado o apressamento expresso por 300 000 elementos de todo o ciclo despovoador, a média corresponderia a menos de 1% do valor obtido no mesmo período, com a produção do açúcar, e a pouco mais de 1% do valor ao produto da mineração, em 70 anos. A caça do índio era movida por imperativos econômicos, derivados da extrema pobreza dos colonizadores no Maranhão, da existência do monopólio real do ferro, aço, velório e facas, e da absoluta necessidade de bens

de consumo para resgates, como meio de suprir a escassez de recita indispensável para atender as despesas públicas.

A solução encontrada, ou seja, a introdução de escravos negros de Angola, por conta do Erário, e sua distribuição aos moradores para pagamento em três anos, foi bem aceita. As dificuldades financeiras da Metrópole obrigaram o Marquês de Pombal a ceder, através de contrato, o monopólio do comércio exterior e do tráfico de africanos à Companhia de Comércio do Maranhão. Esta, em abuso de seus poderes, prejudicou os pequenos comerciantes locais e o comércio exportador dos jesuítas, e, gerando antipatia e reação violenta, culminou na revolução do Maranhão, encabeçada por Beckmann. Por fim, entre outros atos praticados, expulsou os jesuítas. No entanto, como o Pará não acompanhara os revoltosos, estes, abandonados, pobres e endividados, sofreram tôdas as punições impostas pela Metrópole, inclusive a morte de seus dirigentes. Conseguiram, porém, a abolição do monopólio. Retornaram os padres que haviam sido expulsos para Pernambuco e, em 1686, assumiram o domínio absoluto sobre os indígenas, em regime das missões, durante 70 anos, e expandiram as atividades econômicas da região.

O regime de escravidão nunca pôde ser abolido. Foi atenuado, mas as entradas continuavam, e ao período de caça substituiu-se o dos "descimentos" e instalação de aldeias nas proximidades dos centros de colonização, funcionando em regime de trabalho previsto por lei. O árduo labor da cultura da cana e do fumo provocou elevado número de mortes entre os índios, extermínio da raça e agravamento da situação das grandes fazendas fadadas à miséria.

A libertação total dos aborígenes foi ordenada por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marques de Pombal, em decorrência do delineamento de uma política econômica forte e definida para Portugal. Confiando nos recursos e comércio do Brasil, atribuiu exagerado valor às riquezas das missões. Para consolidar sua posse efetiva e controlá-las, e julgando o trabalho dos índios livres mais produtivo do que o dos submissos, assinou os tratados de Madrid e Santo Ildefonso e, ao mesmo tempo, enviou instruções secretas limitando o poder temporal dos jesuítas. A execução dêses tratados tornou viável o estudo e levantamento dos grandes rios, e a fixação das divisas atuais da região amazônica. Instruções secretas baixadas em 1757 provocaram reações dos jesuítas, e as medidas de pressão adotadas resultaram em exílio e prisões de muitos deles, em Portugal, culminando com a abolição da Ordem, em 1773.

A liberdade total dos índios provocou anarquia e a destruição das missões, sem a esperada ocorrência de recuperação econômica e social. Foi criado o Diretório dos Índios e ao missionário substituiu-se um diretor, civil ou militar, a quem incumbia dar assistência ao comércio, regulamentar os preços das transações e repartir a mão-de-obra índia pelos moradores, em duas turmas alternadas: uma permanecia no povoado e a outra, indicada pelo governador, era distribuída, mediante salário. Péssima para os índios e colonos, tal reforma provocou desolação nos povoados novos, fuga de indígenas, exploração dos diretores, que se locupletavam com o trabalho dos nativos restantes, despovoamento e extinção da raça nativa. A reorganização, por ordem de D. Maria I, aboliu o Diretório, proibiu guerras ofensivas, exigiu a fixação de contratos de

serviços por acôrdo recíproco entre as partes, bem como a agremiação em organizações militares chefiadas por índios, ou portugueses residentes. Infelizmente, a execução de tôdas essas medidas, embora drásticas, não foi suficiente para impedir que o mais forte destruísse o mais fraco.

A política de Pombal, ao introduzir, a través da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, grandes capitais e o escravo negro, repercutiu na produção das duas regiões: criou a exportação de cacau, algodão e arroz para atendimento do aumento da demanda de produtos coloniais provocada pelo surto industrial da Europa. Em fins da era colonial, as economias assim formadas superaram o predomínio do Amazonas. Ao mesmo tempo, porém, demonstraram que o bem-estar e a prosperidade das aldeias missionárias resultaram mais da organização do que do rendimento de comércio exterior, e mais do contraste com a miséria da costa do que de seu valor absoluto.

A evolução do mercado de trabalho no Brasil foi descontínua. Quando a utilização do trabalho escravo índio e negro tornou-se insuficiente e proibitiva, defrontou a Metrópole um sério problema, a exigir regulamentação da emigração para as províncias ultramarinas, em virtude de o êxodo afetar a vida e o desenvolvimento do Reino. Ocorreram, entretanto, algumas emigrações por iniciativa do governo português que, lançando mão de vários recursos procurou despertar o interesse pelo Brasil. Posteriormente, D. João VI favoreceu a entrada de estrangeiros em geral, com o objetivo de preparar a abolição da escravidão.

Extinta a escravidão, as suas consequências imediatas continuaram a se fazer sen-

tir no mercado de trabalho. O labor servil propiciou ao fazendeiro manter-se afastado dos problemas agrícolas, desinteressado do valor de suas próprias terras e, até certo ponto, alimentou a ignorância da classe produtora, cujos efeitos negativos sobre a economia ainda mais se agravaram com a concorrência internacional. Eliminando os empresários menos capazes, a abolição promoveu forte seleção, considerou Roberto Simonsen (4). Entretanto, as condições socioeconômicas da massa escrava e a falsa noção de liberdade de que estava imbuída tornaram penosas a sua adaptação ao novo regime, levando o Governo e os particulares a intensificarem a migração europeia a fim de suprir com mão-de-obra mais eficiente as culturas do planalto. O antigo escravo foi rechaçado e atirado à vida das grandes cidades ou às regiões menos ricas, em condições de existência miserável. As imigrações, principalmente italianas, aliadas à posição favorável do mercado de café, condicionaram a rápida expansão da cultura nos sertões, a preponderância da monocultura cafeeira e o enriquecimento do planalto paulista.

Ao se deslocarem para novas áreas, ressaltava Roberto Simonsen, os homens levam consigo mentalidade própria, hábitos e aspirações, fatores responsáveis pelos diferentes aspectos das políticas colonizadoras: 1º) os imigrantes que se encaminharam para as regiões virgens, dispondo de capitais e conhecimento específico, ao encontrarem meio favorável, alcançaram posição econômica igual ou superior à ocupada em suas terras

4. SIMONSEN, R., "Escola Livre de Sociologia e Política", in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, São Paulo, 1943.

de origem. Assim aconteceu, por exemplo, aos colonizadores da Bahia e Pernambuco, com a implantação da indústria açucareira apoiada em capitais lusitanos; 2º) os imigrantes, sem grandes capitais e sem recursos iniciais, ao encontrarem riquezas naturais de fácil extração e boas condições de produção, rapidamente conseguiram bem-estar igual ou superior ao anteriormente desfrutado. No Brasil, houve alguns casos isolados de enriquecimento instantâneo, graças ao âmbar, encontrado na costa do Nordeste; 3º) imigrantes com recursos limitados, em meio hostil e pobre, ou degeneraram, ou fortaleceram-se acumulando energias para a busca de uma base econômica mais sólida. Foi este o caso das capitanias paulistas.

Na obra de Roberto Simonsen está afirmado o princípio de que o aperfeiçoamento da força de trabalho repousa na eficiência do sistema educacional, mas, infelizmente, tal idéia passou despercebida pelos defensores do abolicionismo. Liberdade política e de locomoção não bastam, se a sociedade não educar o homem para usar, com inteligência, da liberdade que lhe é outorgada e dela colher os frutos.

Deveriam os homens públicos aprofundar-se no estudo dos problemas brasileiros e sentir, como Roberto Simonsen, a premência de valorizar e elevar o padrão de vida da população através da educação e do desenvolvimento econômico para que se tornasse realidade a construção da grande nação ambicionada pelos abolicionistas e por todos os que amavam o nosso país. À elite cabia a responsabilidade de promover nova campanha abolicionista com vistas à emancipação econômica do Brasil e à conscientização, no sentido de concluir os brasileiros à cooperação necessária ao

desenvolvimento econômico e esclarecer quanto ainda se ignorava com relação aos nossos maiores problemas.

A emancipação do trabalhador brasileiro e sua valorização, proclamava Roberto Simonsen (5), não se consumam sem educação geral e técnica, e para tanto exigem-se grandes investimentos. Urgia, pois, qualificar a mão-de-obra do Brasil e assim aumentar a produtividade e consequentemente os rendimentos, que são os resultados compensadores de qualquer sacrifício em prol do aperfeiçoamento das classes produtoras. Ao Governo Federal, por sua vez, cumpriria incentivar a promoção de ampla política nacional nesse sentido e fazer cumprir, direta ou indiretamente, aos municípios do Brasil, a exigência de manter pelo menos uma escola profissional. Com a aplicação de tal medida, criar-se-iam no mínimo 500 estabelecimentos de ensino, os quais deveriam funcionar em harmonia com as possibilidades do meio. Este problema, dada a complexidade da vida econômica, não poderia ser encarado isoladamente. Deveriam as medidas governamentais entrosar-se com a política agro-industrial de coordenação e entendimento recíprocos, de forma a impedir os conflitos das iniciativas particulares e propósitos de colaboração com as medidas perturbadoras ou depressoras dessas atividades e intentos, como já ocorrera. Anteriormente, citou Roberto Simonsen, enquanto o governo dificultava a imigração de técnicos ou o emprêgo de técnicos estrangeiros, os países totalitários empenharam-se no retorno em massa de operários artífices residentes

5. SIMONSEN, R., "O Ensino Profissional do Brasil", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943.

em nossa terra. Essas decisões díspares trabalhavam contra nossa expansão industrial, à qual se interpunha a situação internacional.

No quadro social brasileiro, a percentagem mínima de profissionais habilitados evidenciava a existência de importantes problemas educacionais. Como consequência, atribuía-se baixo nível salarial à maioria da nossa mão-de-obra, constituída de trabalhadores não especializados.

Segundo Roberto Simonsen, sendo o salário o pagamento à força de trabalho aplicada, o mercado de trabalho só podia funcionar realmente quando os diferentes níveis salariais decorressem da eficiência do emprêgo dessa força potencial. Portanto, o desenvolvimento econômico dependia da tomada de consciência do trabalhador e de se considerá-lo não um escravo, mas, sim, um fator responsável pelo processo de produção. Por decorrência, o bem-estar e tranquilidade dos operários deveriam apoiar-se em política trabalhista e salarial, com vistas ao barateamento da produção, mediante redução da perda de tempo e de esforços não produtivos, ou seja, pelo aumento da rentabilidade do trabalho, e não à custa de redução dos salários e, sobretudo por uma disciplina mantida de maneira inteligente e consciente, e cooperação entre patrões e operários (6). Dêsse modo, reafirmava, os frutos da atuação conjunta beneficiariam a população e englobariam desde a execução de serviços, visando o rendimento máximo até o exame das condições de conforto e bem-estar dos trabalhadores, para que se traduzissem em maior produtividade.

6. SIMONSEN, R., "Pelo Trabalho Organizado", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda. São Paulo, 1932.

Cabia também às empresas enorme parcela de responsabilidade nessa tentativa de elevar o padrão de vida da população, tanto no plano nacional como no internacional. Sem incentivo, como poderia o operário aumentar a eficiência de seu trabalho? Não seria o mesmo que considerar uma peça de engrenagem a um ser inteligente, de quem se espera colaboração e a quem se deve atribuir o valor real de participante ativo do desenvolvimento econômico?

A administração empresarial, insistia Roberto Simonsen, deveria apoiar-se na organização industrial científica, como a denominaram os norte-americanos e que já estava sendo aplicada em todos os setores econômicos, pelos países mais adiantados. A organização industrial científica traduz-se na "máxima economia na produção, pela realização da máxima eficiência" e substituiu a antiga disciplina militar pela organização racional. Caracterizava-se pela cooperação entre patrões e operários, derivada do conhecimento destes com relação à natureza de seu trabalho e da certeza de que seus esforços seriam remunerados segundo o seu justo valor(7).

Já o dissemos e mais uma vez repetimos com Roberto Simonsen: para aumentar a produção e aperfeiçoar a força de trabalho nacional, cumpre racionalizar o trabalho. Daí a insistência do Autor em considerar a racionalização do trabalho um sistema de organização econômica, destinado a aumentar o bem-estar nacional

7. SIMONSEN, R., "Profissão de Fê", in À Margem da Profissão, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1932.

mediante baixa dos preços, acréscimo da quantidade e melhoria na qualidade dos bens produzidos, segundo a definição adotada oficialmente pelo governo alemão (8). A racionalização implantada na Alemanha, relatou, teve, além do objetivo econômico, uma finalidade social a cumprir, pois a produção e a circulação das riquezas visam colocar à disposição da coletividade bens a preços mais baixos. A racionalização aplicada ao ciclo total da produção iniciou-se tendo em vista o aspecto financeiro e promoveu novo tipo de concentração industrial, a fim de facilitar o controle e adaptação da produção ao consumo e evitar a dispersão das atividades e de capitais. Para isso, fez-se mister padronizar os produtos e a maquinaria, inclusive os tipos de trabalho fluente ou contínuo, tipo Ford ou outros. Para aumentar cientificamente a produção, foi adotado, conjuntamente com as medidas citadas, o recurso à psicotécnica, no tratamento do fator humano. Numa tentativa de alargar os mercados, analisava a vida social dentro de fórmulas técnicas, com vistas à aproximação dos povos e aos interesses internacionais e, desse modo integrar a sociedade, primeiro, no processo da produção interna e, posteriormente, no programa da expansão das concentrações industriais além fronteiras.

Possui a racionalização tal força construtora, lembrava Roberto Simonsen, que se admitia a possibilidade de, quando adotada num sistema de política trabalhista, podia fazê-la evo

8. SIMONSEN, R., "As Finanças e a Indústria", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

luir para um sistema político dominante, apoiado na doutrina da consecução de um justo equilíbrio, através da união da razão e da técnica, entre as aspirações e tendências das forças construtoras e econômicas de uma nação. Por conseguinte, a racionalização convence-nos de que o aumento real do bem-estar depende de uma acerta da orientação político-econômica.

Não considerem, porém, os defensores da obra de Roberto Simonsen e os que se recordam de seu esforço para tornar realidade o Serviço Social da Indústria e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - organismos, a seu ver, intimamente ligados e interdependentes - tenha o Autor julgado utopicamente, que, através da produção, da melhor repartição dos resultados e de um sistema educacional eficiente, poderíamos estabelecer a igualdade entre os homens. Vejamos como, a este respeito, ele se expressa (9): "Não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. A hierarquia social que se estabelece em função da capacidade dos valores individuais, nunca poderá desaparecer, em harmonia, aliás, com tudo quanto se observa na natureza. Podemos apenas influir para que, cada vez mais, essa hierarquia promane principalmente dos valores reais dos indivíduos, e não dos bens materiais que possuam. Essa hierarquia, que quase se apresenta como necessária, nas sociedades, para a formação de sua própria estrutura, não implica de forma alguma a ausência de uma rigorosa justiça social, o desconhecimento da paridade em -

9. SIMONSEN, R., "Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943, p. 169.

tre os homens perante a lei e sob o ponto de vista antropológico, quanto ao conceito de dignida-de dos direitos políticos e aos sentimentos religiosos."

Efetivamente, afirmava, os níveis de vida são determinados por causas individuais e nacionais, que os tornam dependentes do trabalho, capacidade e dons naturais dos indivíduos assim como da prosperidade geral da sociedade. Neste sentido, os Estados modernos deviam acelerar a expansão econômica, mediante ação política interna e externa para ampliar o mercado de trabalho e demonstrar a função social dêste como elemento básico na formação da economia nacional. Assim agindo, facilitariam a intercomunicação entre as forças espirituais, morais e materiais, impres-cindíveis para a evolução social a longo prazo.

A análise das atividades sociais evidenciava as diferenças qualitativas e quantitativas do trabalho realizado nas várias regiões do globo e elucidava a especialização do trabalho, com vistas ao atendimento da diversificação e avanço das civilizações. O trabalho no meio urbano difere daquele executado no campo; nas cida-des, a crescente especialização e eficiência exigem aumento na oferta de empregos para atendimento da demanda de colocações em emprêsas de serviços particulares e públicos. A multiplicação das necessidades da classe dirigente e orientadora da evolução técnica provocava a absorção de maior número de operários em decorrência da aplicação do princípio de divisão de trabalho.

No Brasil, observava-se a mesma tendência, relembra Roberto Simonsen; a agricultura, no meio rural, era pouco mecanizada e a indús -

tria desenvolvia-se com acentuada falta de técnicos, em virtude dos baixos índices educativos da população em geral. O regime de concorrência internacional condicionava o salário parcialmente à capacidade individual comparada com o padrão normal internacional do mesmo ofício e com a remuneração que, em outras regiões, se dava aos trabalhadores de categorias similares. Assim, a concorrência dos produtos tropicais africanos e asiáticos, utilizadores intensivos da mão-de-obra excessivamente barata, não permitia ao Brasil pagar salários mais adequados aos trabalhadores e, por sua vez, a falta de artifices qualificados impedia o barateamento de alguns produtos industrializados a níveis concorrenciais de outros centros com abundante mão-de-obra hábil e especializada.

Estas idéias levaram Roberto Simonsen à consideração de que sempre haveria desigualdade humanas e luta pela defesa de um padrão de vida digno das populações. Definiu padrão de vida digno como o conjunto de recursos e de cultura capaz de permitir ao indivíduo constituir família, garantir a sua subsistência e orientar-se convenientemente em harmonia com o progresso social (10). Também era de parecer que o crescer da civilização não admitia a restrição desse padrão ao atendimento das necessidades básicas da vida - alimentação e abrigo - e exigia constantes aperfeiçoamentos e produção de novos bens, cuja posse e uso deviam ser acessíveis aos membros da sociedade. Os níveis atingidos seriam difundidos pelas forças sociais encarre-

10. SIMONSEN, R., Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1934.

gadas de uniformizá-los e estendê-los, cada vez mais, a maior número de indivíduos. Essa tarefa social de reajustamento do homem ao meio, podia ser auxiliada pelos governos, desde que estes, a través de investimentos na educação soubessem impulsionar continuamente o progresso individual e o da coletividade. Ao mesmo tempo, ensejar-se-ia a oportunidade de divulgar o conhecimento da função social do trabalho e assim atenuar gradativamente os impulsos exagerados do egoísmo e intensificar o progresso moral, alicerces do aperfeiçoamento da sociedade. Por fim, a base resultante da intuição e do sentimento seria atingida com a remoção das causas dos desníveis.

Contaria a base material com a técnica, o produto da razão e do trabalho, como fator eficiente de cooperação no progresso moral, freio e meio de combate aos elementos dissolventes da sociedade e ao controle do uso das forças físicas e mecânicas, em favor do homem e da sociedade. Em reforço desta idéia, citou o conceito de Hobhouse sobre ser a técnica: a contínua e harmoniosa conciliação do homem com a sociedade, dos diferentes tipos de organização entre si e da sociedade em conjunto com o ambiente exterior. Esse entrosamento reflete-se em sucessivas melhorias nas condições de vida.

Como a civilização apresentava dois tipos de desigualdades, a do saber e a da riqueza, julgou certo orientar o desenvolvimento no sentido de atenuá-las através do ensino e de estimulá-las à criação e à extensão do uso de bens materiais à coletividade, como meio de acesso ao mínimo de bem-estar compatível com a dignidade humana.

A atividade econômica dependia da proporção existente entre os indivíduos ativos e a população total variável em função da fecundidade, salubridade e do grau de eficiência, dependente, por sua vez, do preparo, distribuição das profissões dentro do quadro social das qualidades técnicas, da tenacidade e da inteligência desses indivíduos. Mas, inexistiam no Brasil estudos rigorosos dessa natureza, acerca da população, assim como desconhecimento real das riquezas naturais e dos melhores métodos para a sua conquista, apesar de constituírem elementos indispensáveis ao estudo do mercado.

Os recursos naturais são valorizados diferentemente em relação a espaço e tempo e seus valores nacional e internacional não coincidem, porque o segundo é determinado nos mercados externos, pela relação de rentabilidade dessa riqueza, em confronto com as similares de outras zonas. O valor nacional depende de fatores internos de ordem política, social etc., referentes à vida do povo como nação autônoma, pois a exploração da riqueza interna pode propiciar meios preciosos à defesa do país e à melhoria do bem-estar.

Não pensemos, porém, que para Roberto Simonsen o mercado de trabalho é fruto de um automatismo, decorrente do livre funcionamento da liberdade de iniciativa e empreendimento. Saber conduzir uma política trabalhista eficiente é fruto de ação deliberada, dizia ele (11). Assim,

11. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, São Paulo, 1948.

economistas, engenheiros, sociólogos e estadistas desempenham o papel de clínicos que, esclarecidos pelos elementos colocados à sua disposição pela sintomatologia social,, podem evitar ou debelar eficientemente os desajustes econômico, social ou político, causas de sofrimento e miséria dos indivíduos dentro de um país. Vinha a experiência demonstrando a inépcia de doutrinas exclusivistas na solução dos males existentes. Se umas eram eficientes em determinado ambiente ou época, todas fracassavam, inexoravelmente, por força da explosão demográfica e do progresso tecnológico. Tais considerações destacaram a importância de orientar-se a educação de modo a sobrepujar as limitações doutrinárias e facilitar a melhor compreensão e discernimento da verdade, quer estivesse oculta ou revelada.

Árdua é a tarefa desempenhada pelos economistas; exige profunda cultura econômica a ser adquirida por meio de estudo contínuo dos problemas relativos ao tempo, baseado nos processos de investigação e pesquisas aprendidos nas Faculdades. O fracasso de muitas das doutrinas aparentemente duradouras não devia abater a confiança depositada nos princípios orientadores da ciência, mas, sim, reforçar o ideal de um regime democrático: procurarmos dinamizar as instituições de forma a atenderem permanentemente às necessidades sociais.

Entretanto, o maior problema dos engenheiros e administradores de empresas era a utilização econômica do trabalho. A indústria moderna evoluiu, declarava Rober

to Simonsen (12); deviam, pois, os industriais a abandonar os moldes antigos e atender as reivindicações dos operários, atribuindo-lhes justa remuneração, se não quisessem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema por vias políticas.

O descontentamento derivava das diretrizes propostas: pretendia a política da classe operária uma limitação da produção e ilimitação de salários, enquanto a dos patrões seguia sentido diametralmente oposto, produzindo-se, então, o choque de interesses estabelecidos como contrários. Daí resultava a luta no mundo industrial, que começava a assumir o gravíssimo aspecto de guerra de classes. Na realidade, esse antagonismo violento não se justificava e só se podia explicar pelo fato de as duas classes procurarem resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses sociais.

De fato, o patrão procurava pagar o mínimo possível por unidade de produção, mas o operário visava a máxima remuneração por unidade de tempo. Tais objetivos faziam sentir a urgência de uma solução satisfatória aos interesses de ambos a ser encontrada através de investigações científicas das condições reais do trabalho e aplicação das leis econômicas que regem a produção.

Para demonstrar a sua afirmação, historiou Roberto Simonsen a evolução da política salarial das empresas. Os ultrapassados sistemas

12. SIMONSEN, R., "Pela Organização da Produção!" in O Trabalho Moderno, Secção de "Obras" de "O Estado de São Paulo", São Paulo, 1919.

de pagamento e a má orientação dos patrões foram as causas determinantes de os trabalhadores organizarem-se em classes. Com raras exceções, nos velhos países industriais, os patrões tratavam os operários como massa única, não individualizada, procurada no mercado com menos interesse do que a matéria-prima. Tal situação induziu-os, naturalmente, a unirem-se para, assim fortalecidos, exigir melhoria de remuneração e de tratamento.

Eram as indústrias instaladas após estudos detalhados sobre a construção, localização e montagem do maquinismo; obedeciam a planos preestabelecidos e utilizavam-se de formas aperfeiçoadas de escrituração, e de laboratórios completos, especializados no exame de matéria-prima e produtos manufaturados. Mas, colocadas as plantas em atividade, não conseguiam os empresários a rentabilidade máxima da mão-de-obra por desconhecerem os meios de interessar os operários na produção e promover a sua cooperação cordial.

A má remuneração atribuída foi, também, a maior, senão a única causadora das greves. Estas observações, dizia Roberto Simonsen, levaram Gantt, no seu livro Work, Wages and Profits, a considerar que, por via de regra, o industrial pagava igual salário a uma mesma classe de operários, visto ser difícil avaliar a quantidade de trabalho efetuado individualmente. O salário correspondia ao valor de um trabalhador inferior à média. O único meio ao alcance do trabalhador hábil para se fazer pagar melhor era promover o aumento salarial de toda a classe. Esse o principal motivo de fundarem-se as associações operárias de resistência.

Os industriais deviam evitar que os operários, seus principais colaboradores, buscas-

sem, em conquistas políticas perturbadoras da produção, remédio para os seus problemas. E, para sanar esse mal, via o Economista brasileiro a necessidade de proceder-se a um justo pagamento de salário, o correspondente ao rendimento do trabalho. Além de recompensar com equidade o esforço pessoal, tal solução evidenciaria as desigualdades de produtividade existente entre os operários, com o intuito de os individualizar, interressá-los diretamente na produção e torná-los fator crescente da riqueza. Dêsse modo, por meios econômicos, o operariado incorporar-se-ia novamente na sociedade de onde fôra afastado por erros de ordem econômica.

As classes operárias e as patronais não conseguiriam resolver de forma estável as questões entre trabalho e capital, ainda que recorressem a tribunais arbitrais, geralmente porque ambas se formam com o espírito de luta. Uma classe procura vencer a outra, empregando processos de força disfarçados e os tribunais, embora bem intencionados, funcionam quase sempre, por motivos óbvios, com conhecimentos incompletos de causa.

A forma científica de administrar e de retribuir o trabalho, beneficiando corretamente ambas as classes, foi a solução que Roberto Simonsen indicou para fazer cessar as ações e reações inevitáveis nos antigos sistemas adotados, e, assim, promover a íntima cooperação entre patrões e operários em proveito de seus legítimos interesses.

A atribuição de salário justo devia ser fruto de política salarial bem organizada. Para chegar a esclarecer este ponto, começou

por analisar as formas de remuneração existentes em sua época, o jornal e a tarefa. A esse respeito, no seu trabalho "Pela Administração Científica" (13), teceu as seguintes considerações : O primeiro sistema, o jornal, é condenável na maioria dos casos, porque não considera o rendimento do trabalho, não estimula o esforço e não individualiza o trabalho operário, estabelecendo condições negativas favoráveis à baixa produtividade.

O segundo sistema, a remuneração por tarefa, usado com relativo êxito por várias empresas, tem sido, no entanto, a causa das grandes discordâncias entre as duas classes e o obstáculo à obtenção da produtividade desejada pelas empresas. Na maioria das vezes em que o "quantum" da tarefa é determinado mais ou menos arbitrariamente, os patrões sentem-se impelidos a reduzi-lo, quando o trabalhador consegue altos salários pelo aumento da sua produção. Tal fato provoca a indignação dos operários e leva-os a manter um ritmo de produção correspondente ao salário que, consoante sua experiência e intuição, indica não haver o risco de seus chefes disporem-se a reduzir-lhes a produção. As indústrias desenvolvidas, principalmente na Inglaterra, citou êle, procuraram resolver esses problemas mostrando aos operários as vantagens derivadas do seu interesse direto nas empresas e expressas em salários mais elevados. É, no entanto, um sistema falho por não se conciliar com as leis econômicas e pretender do operário a máxima eficiência no trabalho, em troca de promessa de ganho pro-

13. SIMONSEN, R., "Pela Administração Científica", in O Trabalho Moderno, Secção de "Obras" de O Estado de São Paulo", São Paulo, 1919.

blemático no fim de um ano financeiro. Ao invés de ser uma quantia dependente do próprio esforço, a sua remuneração, como total de serviços executados e tempo empregado, torna-se uma soma resultante da habilidade administrativa do patrão. Uma vez conhecido o fato, desestimula o trabalhador, e a recompensa prometida, mas longínqua, incerta e igual para todos os operários provoca o descontentamento dos mais eficientes.

Para evitar os inconvenientes dos sistemas anteriores, os industriais americanos criaram e estabeleceram escalas de salários baseadas em pesquisas científicas, procurando dar a cada homem o resultado de seu próprio esforço em relação à participação no processo produtivo e ao tempo gasto na produção.

Estabelecia esse método que, dando-se maior flexibilidade ao salário em função das exigências da natureza humana e das leis econômicas da produção, o acréscimo de ganho obtido pelo operário, em razão de sua maior eficiência, seria de fácil cálculo e contrêle. Deveria ser pago imediatamente, podendo o suplemento atin-gir qualquer soma, sem restrições. O aumento da produtividade assim conseguido beneficiaria o patrão e favoreceria a diminuição contínua do custo de produção.

Os processos de prêmio ou bônus, baseados ou no salário jornal ou por tarefa, são os determinantes científicos do tempo-padrão ou da tarefa-padrão na empresa. Os operários ao ultrapassarem os padrões fixados recebem prêmios proporcionais ao montante excedido. Entre os processos seguidores desses preceitos incluem-se os de Taylor, Gantt, Towne-Halsey, Emerson e outros.

O tipo de remuneração do trabalhador a traz descrito é justo e esclarece o operário sô-
bre o aspecto econômico do salário, pois demons-
tra ser este apenas uma parte do custo da produ-
ção. Observadas as leis econômicas e os princí-
pios de equidade, a repartição dos lucros, entre
os colaboradores da obra realizada em comum, po-
dia ser resolvida sem perturbações e atritos, à
semelhança das soluções encontradas para os pro-
blemas pertinentes aos conflitos entre produ-
tores e consumidores.

A implantação dêsse sistema no Brasil
difundiria os conceitos econômicos e possibilita-
ria a todos, num trabalho individualizado, con-
quistar independência econômica, do mesmo modo co-
mo adquiriram a sua independência política.

Tais concepções levaram Roberto Simon-
sen a defender a aplicação dêsse processo nas em-
prêsas e também na esfera federal, ao tentar ob-
ter do governo a fixação do salário mínimo.

Apoiado em preceitos administrativos ci-
entíficos, pretendeu reformar paulatinamente o
sistema de pagamento aos operários da Companhia
Construtora de Santos, empresa sob a sua direção.
Não era fácil a missão; entravava-a a grande di-
versificação dos ramos que explorava, o número
de categorias de operários empregados e os ser-
viços prestados. Mas, jamais perdeu a esperança
de vencer. Contava com o auxílio do pessoal ca-
tegorizado da empresa e com a cooperação dos o-
perários, conscientes dos objetivos propostos de
beneficiar as duas classes: a dos patrões e a
do operariado.

Exatamente por reconhecer a íntima re-
lação existente entre eficiência do trabalho e

níveis salariais, foi Roberto Simonsen um dos defensores da introdução no Brasil de uma política de fixação de salários mínimos (14).

A instituição do salário mínimo, a seu ver, selecionaria as empresas e, ao mesmo tempo aumentaria o desemprego, porque muitas delas seriam eliminadas da concorrência no mercado mundial, especialmente por regiões com trabalho fracamente remunerado, cujos produtos são colocados a baixos preços. A situação que esse estado de coisas acarretasse imporia a intervenção do governo. Esta se faria mediante a aplicação de política exterior adequada, com vistas a criar mercados para as zonas de custo mais alto, auxiliar a implantação de novas atividades rentáveis geradoras de novos empregos e, por consequência, promover-se-ia a emigração, de modo o alcançar uma proporção razoável entre o valor da produção e o número de habitantes e eliminar-se-iam os efeitos perniciosos da pressão demográfica. Essa política, insistia Roberto Simonsen, devia visar a valorização do homem pela técnica, pela alimentação e pelo resguardo de sua saúde. Desenvolvimento da economia nacional significa elevação dos níveis de vida para os brasileiros, nos mesmos moldes em que a Igreja abordava e orientava os problemas sociais. A Igreja não admitia orientação social destituída de espírito cristão, mas reconhecia a importância de uma economia desenvolvida e consolidada, para a boa organização social da instituição. A solução dos problemas econômicos condiciona a formação das elites, porque, uma vez assegurada

14. SIMONSEN, R., "Os Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, 1943.

a sua subsistência normal, o homem estará apto a compreender plenamente os problemas morais ligados à sua origem e finalidade, segundo a doutrina cristã, e a cooperar eficientemente na luta pela paz social e felicidade comum.

Os salários, observadas as proposições acima expostas, não podiam ser considerados apenas em termos de remuneração por horas de trabalho. Importante era o salário real, em termos de mercadorias e serviços postas à disposição do trabalhador, pois que apesar de ser cada vez maior o salário nominal, a inflação progressiva traduzia-se em elevação do custo de vida e empobrecimento do operário.

Eram as causas de nosso baixo nível de vida diferentes das encontradas em alguns países com densa população, abundantes recursos econômicos e grande progresso material e, onde a miséria provinha da má distribuição dos rendimentos. A pobreza do Brasil derivava, em grande parte, da escassa produção e do atraso e instabilidade do meio. Não há dúvidas de que tanto os patrões como os operários desejavam justa remuneração do trabalho para assim fazerem jus a uma vida condigna segundo os preceitos apontados na Rerum Novarum de Leão XIII. Mas, a determinação do salário estava ligada à própria produção, de pequeno valor em relação ao volume de mão-de-obra disponível. Da insuficiência de ganho decorrente, não da distribuição de proventos, mas, sim, e em especial, do problema de produção, originava-se o mal-estar de todas as classes, principalmente dos trabalhadores. A constatação de tais fatos levou Roberto Simonsen a propor solução ao problema, mediante as seguintes providências: levantamento periódico dos níveis de vida das diferen

tes regiões do país (medida anteriormente introduzida por êle na Constituição de 1934) e elaboração de avançada e mais adequada legislação social, pois esta, por evolução natural só podia ser melhorada em pequena escala, porque exigia grandes iniciativas de ordem econômica. A imprescindibilidade de tais dispositivos foi evidenciada quando o governo, com o intuito de fixar o salário mínimo, mandou proceder a indagações e inquéritos sobre os padrões de vida regionais. Os resultados acusaram que zonas industrializadas, onde se pagava salário acima do mínimo, lutavam com escassez de trabalhadores e outras onde se pagavam salários abaixo do mínimo, dispunham de mão-de-obra abundante, mas de fraca produtividade.

Achava Roberto Simonsen indispensável combater a elevação do custo de vida, embora defendesse a idéia de ser este fenômeno "muitas vezes característico de uma crise de crescimento, ou fenômenos de enriquecimento"(15). Em reforço das suas idéias, citou o pensamento do economista argentino Manuel Ugarte que, há muito tempo, já esclarecera seus patricios sobre o falso conceito de encarecimento, ao mostrar ser o custo de vida nos países pobres, geralmente baixo, e nos ricos, relativamente alto. Os exemplos, correspondentes aos casos mencionados foram o da China, por ser insignificante, e elevadíssimo o dos Estados Unidos. No entanto e apesar disso, o norte-americano vivia em "maiúscula" e o chinês perecia em "minúscula".

15. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, SESI, 1947, p. 12.

O aumento do custo de vida no Brasil derivava de causas acidentais, e por isso cumpria a todos os cidadãos e aos poderes públicos fixarem essas causas, combatê-las e socorrer os setores mais atingidos pela carestia.

Esse fenômeno, declarava Roberto Simonsen, não podia ser enfrentado com desestímulo à produção e agressividade às nossas instituições. Ao contrário, exigia incentivos à produção, combate à inflação, para assegurar salário condigno aos trabalhadores e meios de atenderem às suas necessidades, em harmonia com o preço dos produtos a serem adquiridos. Por ser a moeda um instrumento de troca e não um fim em si, declarava-se absolutamente contrário à contínua mudança do seu valor, cuja estabilização julgava de todo desejável. A manutenção da relação entre a moeda nacional e o dólar em torno de dezoito cruzeiros, como ocorreu durante muitos anos, permitia o reajuste de salários apoiados nesse valor.

Se a vida torna-se mais cara e a carestia não é combatida, os padrões de vida reduzem-se e causam graves perturbações à economia de um país, principalmente se for democrático. Não devíamos esquecer, porém, de que o problema do pauperismo não era novo e podia ser analisado em perspectiva histórica.

Assim, a miséria variou em seus aspectos, no tempo e no espaço e existia inclusive nas regiões ricas e organizadas. A pobreza, em seus limites, podia ser compreendida, dizia ele, segundo a definição de Gillin (16): "é o estado do indivíduo que, pe

16. SIMONSEN, R., "Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943, p. 160.

lo ganho insuficiente ou má orientação em seus gastos, não pode manter um padrão de vida capaz de assegurar sua eficiência física e permitir que ele e os que dele dependam, possam normalmente, preencher as funções que lhes compete na sociedade a que pertencem".

Este conceito também incluía os que viviam do auxílio integral da assistência pública ou de associações beneficentes; os que dependiam de auxílios parciais; a classe dos desempregados e a dos que se mantinham com recursos próprios nos limites do padrão de vida mínimo ao Homem.

Em 1891, 30% da população de Londres era constituída de pobres; nos Estados Unidos, a população dividia-se em seis grupos: 40,6% de pobres, 35,7% com um padrão mínimo de conforto, 13,7% com padrão moderado e 8,3% subdividida em três grupos com conforto e riqueza elevados. Essas cifras, citava Roberto Simonsen, mostravam a importância do conforto moral e da assistência material que a Igreja e as suas numerosas instituições devem prestar a diferentes países. Revelavam as pesquisas sociais como causas objetivas da pobreza as provindas da organização social, alheias à vontade e ao controle dos indivíduos, e as causas subjetivas resultantes da incapacidade ou insuficiência individual. Quanto a estas, seria necessária a utilização de meios eficientes para combatê-las em suas origens, visando a diminuição da pobreza e das repercussões por ela provocada na sociedade. A passagem do estado de pobreza para o de uma classe social mais elevada varia em forma e grau, segundo os diferentes povos. Assim, as populações em estágio de economia de subsistência eram equiparadas à classe pobre e deveriam ser orientadas para as tarefas so

cialmente produtivas porquanto estas determinam as classes e os padrões sociais.

Nas sociedades onde predominavam preceitos de moral e justiça severos, o bem-estar material estava subordinado à produção social correspondente à quantidade suficiente para satisfazer o consumo, e dependente da política econômica, dos recursos, equipamentos do país e da produtividade da população.

No Brasil, a política e a infra-estrutura econômica eram deficientes, fazendo-se imprescindível a cooperação de todos para o aumento da eficiência do trabalhador. Os países que não se equipam e promovem certo grau de progresso tornam-se presas fáceis para outros mais desenvolvidos materialmente.

Mas, não se deve concluir, apoiado nessas idéias, que Roberto Simonsen tivesse sido um fatalista a defender a perenidade da miséria. Ao contrário, reconhecia sua existência como o médico diagnostica a moléstia para cuidar do doente.

Não é possível, dizia êle, manter os trabalhadores de qualquer parte do mundo em condições de vida insatisfatórias, porque há correlação entre a estabilidade política e as condições de vida (17). As instituições democráticas só funcionam bem onde os padrões de vida são elevados e, inversamente, nos países de baixos

17. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1938.

padrões predominam a inquietação política, a instabilidade dos governos e a contínua violação dos direitos fundamentais do Homem. É a América Latina um exemplo frisante desse aspecto do problema. Inexistiam estatísticas sobre golpes de Estado e movimentos subversivos neste continente, mas, no que respeita a perturbações de ordem sociopolíticas, não se podia traçar paralelo com nenhuma outra parte do mundo independente. As agitações sempre de caráter local, não chegavam a abalar a ordem social; todavia, a crescente conscientização das massas com relação às suas próprias misérias punham em risco a ordem social interna.

As condições políticas do mundo faziam com que a ameaça à alteração social de um país afetasse a relação do poder internacional e facilitasse a tática do partido comunista, cujas bases se apoiavam na exploração e racionalização dos ressentimentos e da miséria das massas. O Brasil e os demais países da América Latina ofereciam campo propício às atividades subversivas desse partido e a luta contra as manobras dos seus adeptos requeria redobrado esforço do Estado e dos demais órgãos de controle social. Com raras exceções, lembrava Roberto Simonsen, o controle, dada a escassez de recursos, tendia a tomar caráter repressivo e por isso mesmo insuficiente, principalmente em se tratando de conflito internacional, pois dificultava ao país assegurar sólida frente interna e cooperação eficaz, no plano de defesa. Dadas as suas condições econômicas precárias, a luta das democracias contra o totalitarismo não podia contar com o apoio da América Latina e transformava-a em ponto vulnerável no sistema de defesa do continente americano. Os baixos níveis de

vida dificultavam a defesa continental, agravada pelas tensões internas e enfraquecimento da capacidade de resistência à infiltração subversiva.

Em sua obra, mais de uma vez, reconheceu Roberto Simonsen a legitimidade da elaboração e aplicação do direito social como uma provável solução ao pauperismo. Considerava a Igreja Católica uma das instituições responsáveis pelo trabalho em prol da implantação desse ramo do Direito, justamente porque reconhecia a emergência da questão social na Europa, nas regiões industrializadas (18).

No século passado, a população da Europa cresceu nas zonas industrializadas e houve formação de grande massa proletária mal paga e insatisfeita, em decorrência dos seguintes fatores: ambição de rápido enriquecimento dos empresários; forte concorrência entre os industriais; contínuas transformações e aperfeiçoamento dos meios de produção; inexistência, na grande evolução, de predomínio dos fatores morais e expressivo aumento das populações em relação à riqueza do país.

Essa massa proletária, esclareceu o nosso economista, foi sacrificada, forçada a trabalho excessivo, em condições inadequadas e submetida a privações por falta dos elementos essenciais à vida do ser humano. As violentas reações e a intensificação das lutas de classes,

18. SIMONSEN, R., "Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943.

incitadas pelas doutrinas extremistas, levaram a Igreja Católica a atuar constantemente e a estudar a situação a fim de fixar normas mestras do Direito Social. O empreendimento coroou-se de êxito através da União de Friburgo, das Encíclicas Papais, do Código de Malines e da programação de Semanas Sociais. Nos países industrializados, a questão essencial relacionava-se à distribuição mais justa e equitativa da produção e à aplicação de regras de trabalho compatíveis com a dignidade humana e à própria defesa da espécie.

A partir de então, o padrão de vida do operário melhorou sensível e rapidamente na maioria das nações européias, em consequência das reações provocadas, mas as medidas postas em vigor em virtude do regime concorrencial da sociedade capitalista deveriam ser estendidas simultaneamente aos demais países e dêsse modo evitar o aparecimento de condições desiguais na produção internacional.

A inclusão de normas de Direito Social no Tratado de Versailles e a criação do Bureau Internacional do Trabalho, com o objetivo de assegurar a execução dessas leis em todas as nações civilizadas demonstraram o acerto das novas diretrizes, cuja orientação, delineada por Leão XIII, então se propagava.

Ante tais acontecimentos, os países desenvolvidos elevaram o padrão de vida da maior parte da classe operária e proporcionaram-lhe relativa paz de espírito. Aos desempregados por motivo de mudanças tecnológicas ou cíclicas, oriundas da diminuição da produção, procuraram assegurar assistência e meios de subsistência.

Nos Estados Unidos, reafirmava Roberto Simonsen, país mais rico do mundo, havia realmente grandes desníveis nos padrões de vida e de conforto: a classe pobre correspondia a 40,6% da população e as classes ricas a apenas 8,5%. Tal fato explicava-se pela diferenciação entre os mais e os menos aptos, avultando sempre o número dos vencidos por causas várias e os que lutavam contra condições adversas.

Há na obra do economista patricio um aspecto de particular interesse para os países em vias de desenvolvimento. Quando estes, numa tentativa de avançar no tempo, dissociam a questão social da realidade econômica, podem promulgar leis e defender princípios que os eliminam da concorrência internacional por força da elevação provocada no custo da mão-de-obra. Com este raciocínio, porém, não queria Roberto Simonsen dizer que tais países devam abrir mão dos programas de humanização do trabalho, mas, exigir, isto sim, que as conquistas sociais sejam generalizadas e dêem lugar à criação do Direito Social Internacional.

Ao Direito Social, cujas normas visam instituir as bases de uma política distributiva racional dentro de cada país, devia corresponder uma Política Social Internacional capaz de, por meio de repartição mais equitativa dos meios de produção, remover as barreiras impostas à difusão da prosperidade no mundo. Uma Política Social Internacional assim idealizada devia conduzir a um Direito dos povos novos ou pobres e a um Estatuto Internacional que se traduzisse em confiança em si próprios a fim de que, Direito e Estatuto instituídos, atuassem como esteio ;

firme e sólido, da paz internacional (19).

Neste sentido, na qualidade de Presidente do Conselho Federal de Comércio Exterior, Roberto Simonsen recomendou a elaboração de uma doutrina e de um estatuto de direito que, considerando a política econômica internacional da sua época, servisse de base à formulação de um Direito Social Internacional.

Seu propósito, ao defender tal idéia, foi o de assegurar aos operários do mundo condições idênticas de vida e de trabalho, para evitar a exploração do ser humano e da miséria e a sua transformação em arma de subversão e de conquista de vantagens, no campo da economia internacional.

De há muito, já haviam os fisiocratas denunciado o comércio como uma atividade parasitária. Roberto Simonsen, porém, não compartilhava dessa opinião, mas, ao defender a criação de um Direito Social Internacional, reconheceu que, se tal não ocorresse, as instituições reguladoras das trocas internacionais não estariam em condições de impedir que as atividades industriais, nascentes e promissoras, viessem a desaparecer, ou até a cooperar, involuntariamente, para a efetivação dessa concorrência.

19. SIMONSEN, R., Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S.A., São Paulo, 1948.

Capítulo VII

O COMÉRCIO E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Em todos os seus trabalhos, salientou Roberto Simonsen a importância do comércio interno e internacional no desenvolvimento econômico e, principalmente, na industrialização. A seu ver, é o comércio uma atividade econômica essencial, não possuindo o caráter parasitário, que ~~de~~ há muito lhe vem sendo atribuído.

As atividades comerciais cooperam eficientemente nas várias etapas do processo econômico e, ao promoverem utilização fácil e rápida, agregam novos valores aos bens.

Não existe antagonismo, lembrava êle entre os diversos agentes atuantes nas várias fases que se sucedem a partir da elaboração dos produtos até o seu consumo final, visto a própria natureza do processo econômico exigir complementaridade entre êles. Igualmente, a defesa de nosso parque industrial não implica numa diminuição da capacidade de exportação externa dos produtos agrícolas porque é de tal vulto a demanda de importação de bens de produção a êle destinado, que a produção e exportação agrícola poderiam ser aceleradas para aumentar o

poder de compra indispensável ao pagamento das dívidas contraídas nessa transação (1).

Definindo o comércio como atividade terciária, promotora da circulação e distribuição das riquezas produzidas, desde a extração primária até o consumo final, Roberto Simonsen teve o cuidado de distinguir o comércio como instituição dos agentes operadores nos quadros comerciais. Salientou a atuação de comerciantes e comerciários, organizados em classe social bem definida, com função socio-econômica digna de prestígio, graças ao papel que vem desempenhando na expansão e divulgação das práticas mercantis utilizadas pelos povos civilizados.

Foi o comércio o primeiro setor a acelerar a expansão econômica nos tempos modernos, pois a revolução comercial precedeu a industrial. Citou Roberto Simonsen conceitos emitidos pelo Marquês de Pombal e J.B. Say, no tocante à importância e ao papel do comércio.

Em meados do século XVIII, afirmava Pombal "que nada pode ser mais útil, e necessário a hum Estado, do que o comércio: Porque elle hê a mais caudalosa, e inhexaurível Fonte, de que dimanam todos os cabedaes, que podem fazer hum Reino opulento, rico e respeitado; sem nunca se diminuir a torrente das riquezas e prosperidades, que dele se

1. SIMONSEN, R., "A Agricultura e a Indústria", in Elos da Indústria, São Paulo, Gráfica Si-
queira, São Paulo, 1944.

derivam" (2).

Após a revolução industrial J. B. Say definia o comércio "como sendo a indústria que tinha por escopo levar o produto ao alcance do consumidor" (3). No entanto, apesar de nunca ter sido negado seu valor como uma das etapas do processo econômico, os desequilíbrios entre a produção e o consumo induziram muitos indivíduos a considerá-lo atividade improdutiva e parasitária. Esse conceito errôneo foi posteriormente abandonado; o comércio passou a desenvolver-se tremendamente, adotando os países as mais variadas diretrizes para a conquista dos mercados e dos transportes marítimos.

O comércio interno, por sua vez, também é elemento propulsor das demais atividades econômicas porque se encarrega da distribuição dos bens, incorpora-lhes novos valores e permite aos produtores maior especialização nos seus próprios setores.

Ampliando a definição de J. B. Say, considerou Roberto Simonsen que a função do comércio continuava sendo a "de levar a todo ser humano, no local apropriado e no momento preciso, os artigos de que carece para manter o ritmo de

-
2. SIMONSEN, R., "Associação Comercial de São Paulo", in Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, 1943, p. 61.
 3. SIMONSEN, R., "A Associação Comercial de São Paulo", in Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, 1943, p. 61.

sua vida" (4). Da expansão do comércio dependiam tôdas as economias e, em sua opinião, o comerciante estava longe de ser um detestável onzenário. Embora tivesse em mira a finalidade imediata de auferir lucros, prestava à coletividade um serviço indispensável. Desta forma, as transações comerciais tornaram-se, cada vez mais, imprescindíveis como atividade terciária.

No sistema capitalista, o lucro era o objetivo do comércio. No entanto, o aprimoramento cultural acentuava no indivíduo o senso de suas obrigações e os comerciantes, esmerando-se nas suas tarefas acabaram por estabelecer códigos de honra para apoiar as suas diretrizes futuras.

Quanto à importância social do comércio, afirmava Roberto Simonsen, devia o comerciante ser obrigado a estar atento à evolução das transações a fim de adquirir condições de expandir seus negócios, valorizar o fator humano, elevar o papel que exerce na sociedade e abandonar a expressão business is business, já em desuso após a Primeira Guerra (5).

Em relação aos seus objetivos, tôdas as profissões são análogas e a finalidade do homem de negócios, segundo ele mesmo, é unicamente ganhar dinheiro, porque ignora a ação que lhe cabe na sociedade.

4. SIMONSEN, R., "A Associação Comercial de São Paulo", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, 1943, p. 62.
5. SIMONSEN, R., "A Função dos Homens de Negócios", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo 1932, p.115

Exercido com probidade, o comércio tem as mesmas características, importância e dignidade das demais profissões, ressaltava nosso Economista. O preconceito contra o negociante origina-se do fato de os seus conhecimentos terem sido adquiridos não em cursos, mas pela prática ou intuição. Todavia, a sua própria atividade exige conhecimentos cada vez maiores, para uma eficiente execução do seu trabalho. Assim é que, potencialmente ao menos, ele deve apresentar algo de cientista, advogado, administrador, juiz, confidente e amigo", porque nas relações com a clientela deve conhecer todos os problemas sociais que perturbam a sociedade. (6). Ao servir consciente ou inconscientemente à sociedade, desenvolve os negócios em função do bem-estar público, aplicando sua experiência na procura de meios para melhor satisfazer a demanda. Neste sentido, assegurou Roberto Simonsen, ao fabricar o automóvel a preço acessível, Henry Ford prestou grande serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, enriqueceu.

O trabalho dos comerciantes considerado como fator de bem-estar da pátria e de seu desenvolvimento equipara-se ao das chamadas carreiras científicas, porque os maiores problemas da vida social relacionam-se com as riquezas de um país e o aumento destas exige o intercâmbio comercial com o exterior.

Para encontrar soluções mais adequadas, os homens de negócios e os governantes devem optar pela escolha de medidas eficientes de defesa

6. SIMONSEN, R., "A Função dos Homens de Negócios", in A Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932, p. 117.

econômica nacional, capazes de obterem, nas permutas, valores correspondentes à realidade.

Se no mercado interno não existe dúvida a respeito da contribuição positiva do comerciante, o mesmo nem sempre ocorre em relação ao comércio exterior. Muitas vezes, medidas adotadas no mercado externo neutralizam as vantagens do comércio interno. A política comercial devia ser bem planejada a fim de evitar a desaceleração da industrialização do país e, como consequência, a redução da taxa de crescimento da renda nacional e do impulso desenvolvimentista. O otimismo de Roberto Simonsen no tocante ao comércio interno e ao papel positivo do comerciante desaparece, por assim dizer, quando passa a tratar do comércio internacional. A esse respeito, era bastante realista e bem compreendeu que, nos dias de hoje, o mundo está dividido em nações ricas e nações pobres, fortes as primeiras, fracas e inseguras as segundas (7).

Na realidade, dizia ele, o mundo compunha-se de economias independentes e, dada a existência do Estado, as fronteiras econômicas só poderiam desaparecer concomitantemente com as fronteiras políticas.

Conseguir permutas entre as economias nacionais, com vistas à expansão econômica e aumento do bem-estar da humanidade, tornou-se o objetivo da política econômica internacional. No trato desses problemas, os povos adiantados

7. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

fixaram as normas a serem seguidas nas migrações e no intercâmbio mundial de bens, capitais, idéias e transportes. Essas diretrizes podem sofrer alterações quando fatos internacionais o determinarem. Entretanto, até nesses casos seguem a mesma orientação visando o aumento do poderio da nação.

Segundo Roberto Simonsen, a teoria clássica do comércio internacional era falha, porque "quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada e outra, em que predominam como artigos de exportação os chamados produtos coloniais, ~~promove-se~~, de fato, a troca de produtos fracamente renumerados por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, os balanços de comércio e pagamento entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece sem dúvida o país mais industrializado. Tais tratados de comércio deveriam ser completados por entendimentos em que o país, que coloca em troca de produtos primários, artigos densamente remunerados se obrigasse a uma cooperação compensadora, de ordem técnica e econômica ao exportador de produtos primários" (8).

Apoiadas em suas estruturas econômicas e nas suas relações internacionais, as nações podiam ser classificadas em vários graus

8. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial", in Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S.A., São Paulo, s/d., p. 1, 2.

correspondentes às altamente desenvolvidas, industrializadas e exportadoras de mercadorias de elevado valor específico até as de economia incipiente, produtoras e exportadoras de bens primários de pequeno valor econômico. Era esta diferenciação que, julgava Roberto Simonsen, determinava a existência de altos níveis de vida nos países desenvolvidos e de baixos níveis nos países subdesenvolvidos, e donde provinha o predomínio dos primeiros no comércio mundial e pequena participação dos segundos, apesar de a economia destes estar voltada para fora e de dependerem do comércio exterior para o seu próprio abastecimento.

O intercâmbio entre ambas as economias provocava desvantagens, em termos de troca, porque a inelasticidade dos bens primários trazem desvantagens aos seus fornecedores, e os países produtores de manufaturados beneficiam-se com o elevado grau de elasticidade de seus produtos.

Outra disparidade surgia das flutuações dos preços que mais fortemente atingem os primários, pois além de provocar a queda do valor de troca desses produtos coloca-os na dependência dos países industriais, pois são estes os responsáveis, na maioria dos casos, pela fixação dos preços dos bens primários. Estes fatos demonstravam que a política dos países desenvolvidos, delineada nos acordos internacionais, obedecia, apenas em tese, à igualdade jurídica das nações, porque na realidade, mantinha a predominância dos interesses dos países desenvolvidos, não considerava os problemas dos menos evoluídos.

Na elaboração ou execução de acordos econômicos internacionais entre nações altamente

desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, a experiência tem revelado que a igualdade jurídica não concedia a estas as mesmas vantagens econômicas e sociais.

Esta contatação levou Roberto Simonsen a apresentar ao Conselho do Comércio Exterior, em 27 de setembro de 1947, parecer sobre a expansão industrial brasileira. No capítulo dedicado aos tratados comerciais, escreveu: "não quisemos ou não pudemos compreender, até hoje, que tratados de reciprocidade baseados na cláusula de nação mais favorecida, contendo condições jurídicas e teóricas iguais para ambas as partes contratantes, acarretam de fato, sob o ponto de vista econômico, uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada a mais poderosa" (9).

Durante o século XIX e meados do XX, fora o mundo ocidental fortemente marcado pelo liberalismo no comércio internacional. A política livre-cambista, dizia Roberto Simonsen, inicialmente preconizada pela Inglaterra, posteriormente pela França e outros países europeus, trouxe consequências negativas aos países subdesenvolvidos, retardando a sua decolagem para o desenvolvimento. As economias desenvolvidas adotaram nos tratados comerciais negociados os princípios de reciprocidade nas negociações tarifárias e a cláusula de nação mais favorecida.

Os brasileiros defensores da política livre-cambista esqueceram-se dos males que ela causou ao Brasil e à América Latina em geral, ao

9. SIMONSEN, R., Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S/A, São Paulo, s/d, p. 1.

enfraquecer as suas possibilidades de regateio no comércio internacional e ao diminuir o poder de troca que deriva da essencialidade dos produtos exportáveis, justamente quando tais países objetivavam intensificar e diversificar o seu comércio.

Na análise que fez dos Aspectos da Política Econômica Nacional, enumerou as medidas adotadas pelos Estados Unidos, Argentina e Brasil. Os Estados Unidos sempre se preocuparam com o comércio interno, mas, em 1821, já exportavam trigo, tabaco e algodão, em proporção correspondente a 65% da exportação total; em 1830, diversificaram a exportação, reduzindo a percentagem de participação do algodão após 1881 a menos de 30% do valor global exportado (10). Na Argentina, a exportação de lã constituía o item principal do comércio internacional, elevando-se, em 1884 a mais de 30% do valor global do intercâmbio para, em seguida reduzir-se: em 1903, não atingiu 23% e, em 1912, descia a 20%, igualando-se à exportação do trigo. Tal modificação na composição de seu comércio permitiu à Argentina acelerar a expansão econômica porque quando os produtos de lã, trigo e, posteriormente, a carne, entraram na pauta das suas exportações, tinham demanda certa e, por sua natureza, tornavam viável a aplicação da divisão de trabalho na sua elaboração, aumentando substancialmente a produção.

Situado em clima diferente, o Brasil

10. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

apoiava-se na monocultura e lutava com a concorrência da produção similar de colônias das grandes potências. Tais condições impediam a divisão do trabalho como meio de acelerar a participação do nosso país no comércio internacional, de forma que a impossibilidade de atuar como os dois países citados, fê-lo voltar-se para o alargamento do mercado interno.

A economia brasileira sempre se distinguiu pelo caráter aleatório e descontínuo de suas relações comerciais com o exterior, demonstrou Roberto Simonsen no seguinte relato (11): de 1500 a 1595, Portugal deteve praticamente o monopólio do comércio da Europa com a Ásia, e procurou intensificá-lo no Brasil, retirando da agricultura os elementos com que iniciar corretas exportadoras, aumentar suas riquezas e expandir suas conquistas. Manteve o comércio livre, pois não outorgou aos donatários o direito exclusivo do comércio exportador das capitânias, e criou monopólios reais do comércio apenas sobre alguns produtos: pau-brasil, pesca da baleia, sal, extração de diamantes e distribuição do tabaco em Portugal.

A perda do poderio e do comércio, com a tomada de suas colônias e sua submissão a Espanha, a destruição da marinha portuguesa pelos inimigos daquele país, determinaram, de 1595 a 1640, as primeiras restrições ao livre comércio do Brasil com o estrangeiro e as proibições de qualquer intercâmbio não realizado através de

11. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil, 1500-1820, Cia. Editora Nacional, 4a. ed., São Paulo, 1962.

Portugal (ciclo do açúcar e pecuária). Dentro desse período, a "Companhia Holandesa das Índias Ocidentais" obteve, em 1621, o privilégio do comércio com a América e Costa Ocidental da África, e licença para contrabandear com as possessões espanholas, apresar barcas luso espanholas e fundar colônias nos países desabitados. Este último objetivo levou à fundação do Brasil Holandês e só com a expulsão dos holandeses, em 1654, a "Companhia" foi dissolvida.

A restauração da coroa portuguesa, de 1641 a 1750, promoveu a abertura dos portos do reino ao comércio estrangeiro (1641), a negociação de tratados de paz e a restauração das relações comerciais com a França, Holanda e Inglaterra.

Posteriormente, em 1666, reafirmou-se a exigência de ser o comércio exterior do Brasil exercido através de Portugal, excetuado o comércio com o Rio da Prata. Concomitantemente, envidaram-se esforços no sentido de melhorar as manufaturas do país, tendo sido inclusive proibida a importação de tecidos.

Em 1678 e 1694, formaram-se em Portugal a "Companhia do Maranhão" e a "Companhia Geral do Comércio do Brasil", para explorar o comércio colonial dos Estados do Brasil e do Maranhão. Objetivava a segunda comboiar os barcos mercantes no seu percurso entre a Metrópole e o Brasil, auxiliar e defender a costa e os portos nacionais e restaurar as praças do Brasil e Angola. Manteve por vinte anos, no Brasil, o monopólio do comércio de vinhos, azeites, farinhas e bacalhau, por preços fixados nos seus estatutos, e gozava de poderes excepcionais, acima das

leis do país, em conflito com a soberania do Estado. Tal situação levou o governo a retirá-lo sucessivamente o monopólio, apropriar-se dos seus fundos e passar sua administração, como companhia oficial, para uma junta de nomeação régia, vindo afinal a extingui-la em 1720.

Visando explorar o comércio entre o Pará, Maranhão e a Metrópole, a Companhia do Maranhão introduziu escravos africanos como solução à crise de mão-de-obra, decorrente da oposição dos jesuítas à escravidão dos índios, e, por vinte anos, deteve o monopólio absoluto do comércio do Maranhão. Foi extinta em 1684, como consequência dos abusos cometidos terem provocado a revolta de Beckman.

No período de 1750 a 1777, a exportação melhorou por força das medidas tomadas por Pombal, o responsável pela execução da política eficiente e enérgica de D. José, rei de Portugal. Formou-se a "Companhia do Grão-Pará e Maranhão", em 1775 à qual incumbia realizar o comércio, manter os preços tabelados, vender a preços tabelados, vender a preços reduzidos alguns produtos coloniais e auxiliar a formação de uma esquadra, em caso de guerra. Obteve, mesmo, o monopólio de importação e exportação do Estado do Maranhão, exceto para vinhos e derivados; introduziu, com êxito, abundante mão-de-obra e capitais para intensificar a cultura do arroz e do algodão, os quais, mais tarde, tornaram-se a base do enriquecimento daquela zona. A Companhia foi extinta em 1778.

O reflorescimento do comércio ocorreu no reinado de D. Maria I, época em que a exportação ultrapassou a importação. Houve intensi-

ficação da navegação e desenvolveram-se a agricultura e as manufaturas, porque os produtos do Brasil contavam com mercado certo.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, o comércio, sujeito a prejuízos, ante os riscos da navegação, das guerras frequentes e da pirataria na costa da África exigia o transporte marítimo em comboios, e a saída de navios mercantes, em épocas prefixadas. As medidas no sentido de regularizar a partida e a chegada de frotas eram essenciais à redução dos danos ocasionados pelos atrasos excessivos.

Em 1765, dada a impossibilidade de manter frotas de 100 navios, Portugal passou a utilizar-se de naus de guerra no transporte de ouro e diamantes providos do Brasil. Novamente, em 1797, a guerra com a França e o reinício da pirataria exigiram a volta ao regime de frotas, prática abolida em definitivo somente em 1801.

A guerra da independência americana, as revoluções da América Espanhola e a guerra dos Estados Unidos com a Inglaterra incrementaram a exportação de couros, algodão, fumo e cacau. A vinda da família real forçou a coroa a fortalecer os elos econômicos entre o Brasil e os mercados mundiais e a suprimir os aspectos meramente coloniais da economia brasileira.

As providências tomadas melhoraram nas condições econômicas e foram as responsáveis pela criação de organizações que tornaram viável o funcionamento da nação política e administrativamente independente, sob o regime de monarquia absoluta.

Os atos responsáveis pelo funcionamento da máquina administrativa foram: 1 - abertura dos portos às nações amigas, em 1808, a fim de evitar a descontinuidade do comércio e ligar o Brasil diretamente aos mercados mundiais, sem intervenção da Metrópole; 2 - liberdade de fundação de empresas industriais no país; 3 - celebração de tratados de comércio com a Grã-Bretanha, detentora nessa época do monopólio de transportes marítimos. Assinado em 1810, o tratado impunha ascendência britânica a Portugal, e durante seis anos, garantiu à Grã-Bretanha o domínio no mercado brasileiro.

Apesar da abertura dos portos, o comércio exportador permaneceu relativamente estabilizado e, de 1808 a 1846, quando a política tarifária de Manuel Alves Branco atuou sobre esses excessos, a importação foi sempre superior à exportação.

Se, por um lado, os efeitos imediatos do tratado foram benéficos para o Brasil, como por exemplo, a baixa no custo de vida, por outro, foi-lhe prejudicial, pois mantendo o comércio brasileiro efetivamente nas mãos dos ingleses impedia as relações comerciais do nosso país com as demais nações. Os déficits da balança de pagamentos traduziam-se em flutuações cambiais (queda de 1819 a 1831) e em redução do poder aquisitivo da população, tornando aleatório o barateamento da vida ocorrido após a promulgação do ato e provocando o êxodo da nossa moeda metálica para o qual, ao contrário do que se dizia, nada contribuíram as pequenas quantias retiradas pela corte portuguesa, ao sair do Brasil.

A situação desvantajosa explicava-se

pela natureza dos produtos exportáveis: açúcar, algodão, couro, tabaco, arroz e especiarias; com a concorrência de outras colônias; distância dos mercados; falta de capitais e por outras circunstâncias responsáveis pela posição privilegiada dos colonos norte-americanos.

A ruína da navegação portuguesa, os tratados de comércio com nações européias na mesma base tarifária ajustada com a Inglaterra e a separação de Portugal-Brasil, do modo como se consumou, determinaram a perda, para nós, do único mercado seguro - o português - para os produtos do Norte e provocaram grande depressão nessa região. D. João VI utilizou para o Brasil de política comercial liberal, inadequada aos países que iniciam sua independência econômica. Na opinião de Roberto Simonsen, a política protecionista, semelhante à dos Estados Unidos no período de sua formação econômica, seria mais conveniente porque o Brasil, produtor de artigos coloniais, ante um mundo fechado por "polícias coloniais", não tinha condições para tornar-se o campeão do liberalismo econômico na América e, por consequência, foram péssimos os resultados dessa transformação de sistema colonial em avançado sistema econômico liberal. Somente com o aparecimento do café na região Sul, nossa Pátria pôde salvar-se.

No Brasil, lembrou ele, o europeu fixou-se pela cultura do açúcar, ocupou o sertão e partiu para a mineração, povoando o Sul. O seu eixo econômico deslocou-se ao sabor da demanda de mercado, das políticas comerciais e da evolução econômica dos países do continente europeu.

Quando se fez necessária a expansão

comercial, ocorreu o contrário. A política comercial das nações fortes, a concorrência norte-americana e o progresso da técnica restringiram os mercados de produtos tropicais, baixando a exportação per capita do Brasil.

Essa descontinuidade do comércio exterior brasileiro e o crescimento rápido da população, somados à falta de um intercâmbio interno, contínuo e desenvolvido, acentuaram a diferenciação das várias regiões econômicas do país. No século XVIII, o Vale do Amazonas com produção econômica estável, assegurava regularmente sua economia de subsistência, exportava cacau, especiarias e outros gêneros fornecedores das divisas indispensáveis às nossas importações, mas, econômica e administrativamente, escapava ao conjunto da vida colonial.

O grande progresso da costa nordestina, uma das mais ricas regiões, apoiava-se nas culturas de cacau, algodão, arroz e principalmente na economia açucareira.

A zona baiana participou das oscilações da economia açucareira, mas manteve sempre ativa a exportação de algodão, tabaco, ouro e alguns outros produtos agrícolas.

Na primeira metade do século XVIII, o Rio de Janeiro, como entreposto da zona da mineração, retirou seus maiores rendimentos da exportação de ouro e diamantes e canalizou toda a importação para o suprimento da região mineira. Sendo um dos portos principais, a vinda da família real portuguesa aumentou-lhe as transações e estimulou-lhe o desenvolvimento: intensificaram-se a exportação de açúcar, couros, tabaco,

anil e, posteriormente, a do café, resultando em maior estabilidade e volume de riquezas.

No Sul, só o Rio Grande abastecia o mercado interno de couros, farinhas e carnes salgadas. Nas outras zonas, tôdas pobres, mais da metade da população vivia da pecuária. O interior e demais regiões sustentadas pelo trabalho extrativista mineral entraram em decadência na segunda metade do século XVIII. Do Nordeste ao Sul, a pecuária, o comércio de gado e as tropas efetuavam as ligações comerciais entre os diferentes aglomerados humanos.

As frotas de comércio formavam um elo econômico no litoral brasileiro. A exportação, concentrada em poucos portos, não só aumentava o movimento de pequena cabotagem destinada ao atendimento do acúmulo de mercadorias como também a saída das frotas dos outros portos pela Bahia, para partirem comboiados, permitindo, desse modo, a harmonização dos interesses das várias regiões.

Os valores da exportação do Brasil e sua distribuição na era colonial, ou seja, desde o século XVI até o 1º quartel do século XIX, comprovaram a análise feita por Roberto Simonsen, ao evidenciar a posição relativa das várias regiões econômicas (12).

12. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil, 1500-1820, Cia. Editora Nacional, 4a. ed., São Paulo, 1962, p. 381.

Açúcar	£ 300 000 000
Mineração	170 000 000
Couros	15 000 000
Pau-brasil e outros	15 000 000
Tabaco	12 000 000
Algodão	12 000 000
Arroz	4 500 000
Cafê	4 000 000
Cacau, especiarias e outras Drogas	3 500 000
	£ 536 000 000

Era este valor relativamente grande se comparado à exiguidade da população, do capital disponível e da flutuação do poder aquisitivo do Brasil. Nos primeiros tempos, a distribuição desse rendimento variou: da maior parte apropriaram-se os negociantes e capitalistas da Metrópole. Mais tarde, a fixação de capitais e o espírito nativista nascente forçaram a permanência, na colônia, de proporção mais elevada do rendimento derivado do regime escravocrata. Pequena parte da população de determinadas zonas concentrava em suas mãos a maioria dos rendimentos. Ao mesmo tempo, havia desequilíbrio na distribuição e evasão da renda nacional, em decorrência de apoiar-se o sistema de formação dos preços internacionais no grau de essencialidade dos produtos exportáveis e de, em boa parte, a política econômica do império português repousar na produção agrícola brasileira, base quase exclusiva de seu comércio exterior.

Era Portugal centro consumidor e entreposto de distribuição do produto vindo do Brasil. Suas maiores receitas provinham das tarifas alfandegárias e da tributação da renda dos capitais lusitanos aqui investidos.

A economia colonial dirigia as principais atividades e mantinha capitais do Brasil nas mãos de elementos alienígenas mais interessados no desenvolvimento da Metrópole do que no bem-estar dos colonos. Foi essa despreocupação a responsável pela desatualizadas técnicas aplicadas em suas empresas.

A análise da política comercial brasileira evidenciava os males do livre-cambismo⁽¹³⁾. Descrevendo a evolução econômica do Brasil, Roberto Simonsen registra a série de prejuízos por que passou o nosso país, aos quais atribuiu como causas principais: o tipo de intercâmbio comercial efetuado nas várias épocas, o atraso no processo de formação de capitais nacionais, assim como a lenta capitalização relativa ao crescimento populacional.

No ciclo da mineração, as cláusulas do Tratado bilateral de Methuen, assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 1703, tornaram a Metrópole e suas colônias dependentes da indústria inglesa. O ouro canalizado para a Inglaterra acelerou sua expansão industrial, porquanto a extração, no Brasil, correspondia a 45% do total produzido na América, representando quantidade superior à dos demais continentes.

13. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935

O esgotamento das minas de ouro provocou violenta crise no Brasil: extinguiu a maior fonte de renda de Portugal; obrigou a colônia, no período de 1780 a 1845, a retornar à economia agrícola e a despendar redobrado esforço para recuperar-se.

As consequências políticas da crise foram resolvidas, de início, pela capacidade dos estadistas brasileiros, e as econômicas solucionaram-se com a cultura do café, fornecedora de novas oportunidades para o reingresso do Brasil no mercado exportador mundial.

O tratado de comércio anglo-português, assinado em 1810, em vigor até 1844, novamente oprimiu a economia brasileira, impedindo sua expansão industrial. Durante o Império, o Brasil enfrentou complexos problemas demográficos. A população colonizadora, em crescimento, insurgiu-se contra os obstáculos que a zona tropical interpunha às suas atividades, ocasionando graves consequências socio-econômicas.

Apesar dos benefícios derivados da conquista de outros mercados para nossas exportações, e patenteados no desenvolvimento econômico de várias nações, o Brasil atrasou-se em relação à intensificação do comércio internacional. No século XIX, a relação entre o crescimento da população e o comércio mundial atingiu 1:7, enquanto no Brasil alcançou apenas 1:3.

Os motivos acima apontados esclarecem a grande influência exercida pela política comercial sobre a vida econômica de um país. A economia brasileira não fugiu a essa regra, assim o demonstrou Roberto Simonsen; condicionada

pela sua evolução histórica começou a perder os aspectos fundamentais de colônia com a abertura dos portos e a adoção de uma série de medidas, algumas de caráter protecionista, como seja: a liberdade industrial estabelecida em 1808; o alvará de 1809, isentando de direitos aduaneiros a importação de matérias-primas e maquinaria; e o ato de 1811, reservando à bandeira portuguesa, a cabotagem das costas brasileiras, com vistas ao desenvolvimento econômico.

Os primeiros atos do governo de D. João VI foram positivos; incentivou a indústria de tecidos, que contava com matéria-prima abundante; aumentou o número de usinas de açúcar e de salinas e o cultivo de cânhamo e trigo, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas, os resultados obtidos foram praticamente anulados. O tratado de 1810 (português-inglês), ao reduzir as tarifas alfandegárias a 15% para os produtos ingleses, freou a nossa expansão industrial, já em situação difícil pela falta de capitais, de técnicos e de mão-de-obra. Assim, a pequena taxa ad valorem criou condições desfavoráveis às transações comerciais e, com isso, prejudicou o Brasil. As demais cláusulas do tratado sobre a atuação dos agentes consulares britânicos em nossas alfândegas, e a jurisdição de juiz conservador inglês nas pendências referentes ao intercâmbio Brasil-Inglaterra, favoreciam o comércio inglês em detrimento do comércio brasileiro.

Após a Independência, as condições políticas forçaram-nos a respeitar e renovar os principais dispositivos do tratado e a assinar, em 1826, convênio semelhante com a França. O governo brasileiro, por iniciativa de Bernardo de Vasconcelos, estendeu a taxa de 15% às importa-

ções em geral e o Brasil, em luta contra a pobreza e a crise econômica, logo após sua independência, passou a realizar o comércio apoiado no livre-cambismo. Durante a Regência, os efeitos negativos dessa política comercial levaram o poder Legislativo a reagir contra todos os tratados desse tipo.

Para compensar a inexistência de arrecadação alfandegária, propôs o governo, em 1836, a criação do imposto de 8% sobre a exportação (Lei Calmon). As lutas contra tais tratados prolongaram-se durante o Império, porque a liberdade de importação, em plena crise econômica, mantinha deficitária a nossa balança comercial.

Uma política errada, ao invés de gerar acumulação de saldos positivos formadores de capitais e riqueza pública, levava o país a fazer gastos superiores ao seu poder de compra.

A lei de 1844, tarifa Alves Branco, já citada, promulgada após o término do tratado com a Inglaterra, atenuou a política livre-cambista e marcou o início de nossa liberdade industrial e das sucessivas reformas tarifárias e fetuadas em 1857, 1858 e 1860, que até então tinham refletido a incoerência dos políticos brasileiros apegados ao falso conceito de liberalismo econômico.

As reformas continuaram: em 1869 tivemos as tarifas Itaborahy; em 1874 as tarifas Rio Branco; em 1879, as tarifas Affonso Celso; em 1884, as tarifas Saraiva e, em 1888, as modificações Belisário, e a de João Alfredo, de maior vulto por fixar taxas alfandegárias móveis, em relação às flutuações cambiais, e também

por diminuir as taxas que oneravam a agricultura, favorecendo-lhe a expansão.

Até 1884, permaneceu a taxa de 30% para a maioria dos artigos tributados e, a partir de 1888, a de 48%. Em 1890, as tarifas Rui Barbosa baixaram as médias das taxas cobradas sobre importação. A adoção de taxas flexíveis e a baixa de câmbio possibilitaram a implantação de política protecionista, mas, a insuficiência desta e as posteriores oscilações cambiais refletiram-se nas indústrias, as quais passaram a criticá-la. Por consequência, várias alterações tarifárias foram realizadas em 1897, 1898 e 1900. A situação precária decorrente das escassas rendas aduaneiras obrigou à criação do imposto de consumo como meio compensatório dessa deficiência. Joaquim Murinho, por sua vez, ao executar a política econômico-financeira, foi forçado a aumentar muitas taxas e a introduzir a tarifa ouro, ambas contrárias à industrialização do país. Tais medidas impediram a livre entrada de matérias-primas e maquinaria destinadas às nossas indústrias.

Para a economia nacional, as experiências livre-cambistas resultaram em déficits na balança comercial, criação de impostos de exportação e de consumo, êxodo das moedas de ouro (até 1810 as moedas em circulação eram de ouro e prata), agravado pelo empobrecimento geral e pela valorização artificial da prata, efetuada por D. João VI, a fim de aumentar os recursos do erário. Para a cobertura dos déficits do comércio internacional, substituíram o sistema monetário metálico pelo fiduciário, passando à emissão de moedas de cobre (subdivisionárias) e à moeda papel, utilizada principalmente no Rio de

Janeiro e adjacências. Posteriormente, esta foi declarada inconversível. Após a denúncia dos primeiros tratados comerciais, o Brasil não manteve política alfandegária adequada; procedeu a reformas tarifárias sem nexo, ora aumentando ora diminuindo as taxas, sempre para atender as agitações políticas e sob pressão dos grupos aqui atuantes. Essa evolução não atendeu aos nossos problemas econômicos; foi condicionada pelas determinações do meio, ou por imposições de diretrizes das políticas comerciais de outros países.

Comprova-o a assinatura de inúmeros tratados comerciais, com diversos países, entre 1931 e 1934 e a concessão da cláusula de nação mais favorecida à totalidade dos nossos produtos exportáveis. Criada por países industriais para colocar nos mercados os seus numerosos produtos novos, essa cláusula foi adotada no Brasil, país caracteristicamente diferente, sem capital próprio, contando apenas com seu trabalho e pequena exportação para o pagamento de suas importações, sem preocupar-se em garantir mercado a seu principal produto exportável, que estava fortemente gravado.

Não aprendemos ainda, dizia Roberto Simonsen, que a economia nacional exigia, para seu desenvolvimento e defesa do comércio internacional, harmonia completa, independência política e econômica e aumento do bem-estar social. Na prática, o livre-cambismo traduzia-se em predomínio absoluto dos mais fortes sobre os mais fracos.

Citou Roberto Simonsen ter O. Delle Donne, já em 1929, no livro European Tariff Policies after the War feito observações referentes ao encaminhamento da política econômica interna-

cional para o protecionismo e aplicação de medidas restritivas às importações, desconhecidas entre 1860 e 1914, e para o abandono do tratamento de reciprocidade, utilizado no período pré-guerra, que concedia a cláusula de nação mais favorecida sem reservas e limites.

A evolução da regulamentação do comércio externo do Brasil põe em evidência os empecilhos que a política comercial externa opôs à industrialização e, segundo Roberto Simonsen (14), foi a que se segue:

A reforma tarifária de 1934 apoiou-se no critério de fixação de tarifas máximas e mínimas, e concedeu maior autonomia ao comércio. Entretanto, os ajustes tarifários instituíram grande número dos direitos abaixo das taxas mínimas, mas destruíram os próprios fundamentos da lei, que representava um avanço na política comercial. A cláusula de nação mais favorecida, um dos aspectos da política livre-cambista, retirou das mãos dos comerciantes brasileiros poderosos elementos de defesa econômica.

Esboçado na Europa a partir de 1860, o livre-cambismo foi liderado pela Inglaterra, Holanda e França, países superindustrializados, não necessitados de proteção para sua expansão, mas que se beneficiaram dessa política, em detrimento dos países mais atrasados, resultando, para estes, em desestímulo, miséria e sacrifício do desenvolvimento. Não compreenderam os

14. SIMONSEN, R., "Possibilidade de Expansão Industrial Brasileira", in A Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937, nº 7.

os responsáveis por essa política que os tratados contendo a cláusula de nação mais favorecida incluíam condições jurídicas iguais, apenas teoricamente, para ambas as partes. Do ponto de vista econômico implicavam em dependência cada vez maior das nações menos desenvolvidas, pois que impediam a venda dos seus produtos no mercado internacional.

Em 1936, o governo brasileiro, ao transformar alguns de seus tratados comerciais em ajustes provisórios, fê-lo com vistas à modificação total da política comercial exterior, anteriormente retardada pela política internacional, ante a ação dos impérios coloniais, que fechavam os mercados.

Insistiu Roberto Simonsen na urgência de o Brasil ultimar essa revisão para elevar nosso poder aquisitivo externo e o padrão médio de vida, porque a pobreza decorria da pequena exportação per capita em termos reais, e estas impediam a aceitação dos tratados normais de comércio impostos pelas nações industriais e altamente capitalizadas. Para promover o desenvolvimento econômico, nossas condições exigem tipos de tratados especiais para atender as peculiaridades econômicas e políticas do nosso país. As exportações agrícolas não fornecem cambiais suficientes nem para a compra dos produtos indispensáveis, nem para a grande variedade de manufaturados que o mercado exterior, principalmente o dos Estados Unidos, nos oferece. Deviam as nações industriais concordar em que esses tratados promotores do intercâmbio determinavam constantes desvalorizações de nossa taxa cambial, aumentando, por consequência, a pobreza do povo e impedindo até a manutenção do fluxo habitual de compra dos produtos.

Com relação ao comércio Brasil-Grã-Bretanha, considerava imprescindível inter-relacionar o problema da circulação econômica à financeira. Julgava que a assinatura de um Tratado Triangular poderia atender e contornar as dificuldades comerciais entre a Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, aproveitando-se das condições naturais existentes em 1937. Possuía a Grã-Bretanha superavit em sua balança comercial com o Brasil; os Estados Unidos apresentavam superavits em relação à Grã-Bretanha, e o Brasil acusava saldo positivo nos Estados Unidos, visto ser a exportação superior à importação. O tratado fortaleceria a posição do Brasil nos mercados internacionais, face à concorrência dos demais cultivadores de produtos tropicais, pelo apoio em suas respectivas Metrôpoles.

As medidas protecionistas, as políticas de compensação e contingenciamento foram postas em vigor por vários países como meio de defesa contra as consequências da Segunda Grande Guerra, sem determinar desequilíbrios econômicos. As condições econômico-financeiras do Brasil não permitiam, porém, a aplicação das mesmas regras de política econômica utilizadas pelos países desenvolvidos, mas impunham a inter-relação da saída do fluxo de bens com a entrada de fluxo de moeda e a maximização da rentabilidade dos capitais estrangeiros já investidos aqui, para acelerar a expansão econômica.

Roberto Simonsen considerava fundamental ao desenvolvimento do país a elaboração e execução de um plano de rigorosa política econômica externa que ele próprio consubstanciou em projeto de lei e apresentou ao Poder Legislativo. No entanto, não logrou êxito na

sua aprovação, devido às reações de grupos políticos fortes que se sentiram atingidos em seus interesses.

Vítimas de uma falsa vocação histórica, não fomos, no seu entender, apenas um país agrícola ou extrativista, mas, pior do que isso, assentamos nossa economia, no passado, numa única atividade econômica condutora, donde se originava o caráter aleatório e descontínuo do comércio exterior brasileiro.

Analisando a evolução do comércio no Brasil, constatou que, nos séculos XVI e XVII, o comércio apoiou-se na exportação do açúcar, correspondente a mais de 50% do valor da exportação; no século XVIII baseou-se na exportação do ouro, com o quase abandono da agricultura e, nos séculos XIX e XX, na cultura do café, transformada praticamente no único produto exportável após a próspera e rápida era da borracha (15).

Chamou a atenção para o fato de também terem ocorrido surtos de exportação, de forma e duração incertas, como a de gado e seus derivados; a de minérios, a responsável pela entrada de 9% das divisas, em 1922, atingindo 16% em 1930, e retornando quase ao mesmo nível anterior (8%), em 1934; e a do algodão e frutas que, em 1933 e 1934, surgiram com boas possibilidades na pauta de nossas exportações. Contudo, o predomínio de um único produto foi a característica comum da exportação brasileira. Como, pois, rejei

15 SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

tar o protecionismo no Brasil, sob a alegação de que, desta ou daquela forma, cerceava por al gum tempo as permutas entre as nações? Como po diam os seus refutadores esquecer-se das inegã- veis vantagens dessa política para a formação de uma economia nacional sólida, diversificada e plenamente realizada dentro dos quadros do li beralismo?

Consoante as idéias de Roberto Simonsen, o protecionismo dava ampla liberdade de produção aos países; permitia a montagem de indústrias a qualquer cidadão, desde que sólida, mente alicerçada; e protegia as empresas contra os dumpings ou manobras dos concorrentes estrangeiros mais fortes. A proteção aduaneira não onerava os consumidores nem representava lucro para as empresas, pois, no decorrer do tempo, a concorrência interna o reduzia.

Visando o objetivo fiscal, o Brasil mantinha tarifa elevada, não propriamente protecionista, porquanto não facilitava a entrada de matérias-primas, medida que é a característica principal do sistema por permitir a redução dos preços dos produtos nacionais.

Os países desenvolvidos e superindustrializados realizaram sua independência e expansão econômica apoiados no protecionismo e, para demonstrá-lo, traçou Roberto Simonsen a evolução da política comercial da Inglaterra e França, como se segue: líder na aplicação da cláusula de nação mais favorecida e da liberdade de comércio internacional, a Inglaterra só pôde tomar tal posição após utilizar-se do protecionismo como auxiliar de sua industrialização.

Iniciada por Cromwell, em 1651, com o Navigation Act, além de assegurar aos navios ingleses o monopólio do transporte das mercadorias das colônias à Metrópole e desta a qual - quer parte do mundo, estabeleceu direitos proibitivos sobre a importação de produtos industriais, proibiu a exportação de máquinas e adotou medidas complementares em reforço de tal política. Em resultado da combinação do protecionismo com seus recursos naturais e avançada tecnologia colocou-se na vanguarda dos transportes e dos métodos produtivos, passando a ser a nação líder do mundo durante duzentos anos. A superioridade de condições e a influência da Escola de Manchester levou a Inglaterra a defrontar sem temor a concorrência dos demais países, e a adotar o livre-cambismo. A concorrência, principalmente da Alemanha e dos Estados Unidos, nos setores da metalurgia e de alguns produtos manufaturados começou a pressioná-la somente trinta anos após a efetivação dessa política e, em 1903, já se inclinava novamente para o protecionismo. Iniciada a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra constatou que, na realidade, os efeitos do liberalismo haviam-na colocado na dependência de outros países.

No pós-guerra, o governo readotou o sistema tarifário protecionista, com o intuito de recuperar e expandir a economia do país e abandonou definitivamente o livre-cambismo, por não mais atender aos interesses dos setores industriais e comerciais britânicos. Visando a defesa da economia, cessaram as divergências doutrinais e políticas e o protecionismo expandiu-se, tendo, em maio de 1932, sido criada a tarifa geral ad valorem, de 10%. Embora admittissem raras exceções, criaram sucessivamente a

dicionais após o acôrdo de Ottawa, para a consolidação da política preferencial dentro do Im-
pério e proteção à indústria metalúrgica, e, em 1933, impuseram o contingenciamento a importação de produtos agrícolas e outros, sempre com vistas ao engrandecimento da Inglaterra.

Evolução semelhante ocorreu na política comercial da França. O protecionismo perdeu até 1860, quando Napoleão III assinou tratado livre-cambista e convênios no mesmo sentido, com a Inglaterra e vários países europeus agindo também sob influência da escola liberal manchesteriana. As repercussões desfavoráveis sobre a economia francesa fizeram com que após seu término, em 1878, os tratados não fossem renovados. Reiniciada em 1881, a política protecionista foi aplicada sob o sistema de dupla tarifa, em 1892, mantendo autônoma a tarifa mínima, por representar o menor grau de proteção indispensável à economia. A política comercial foi satisfatória até 1913 mas a assinatura de tratados de comércio contendo a cláusula de nação mais favorecida, forçou a França a controlar a política aduaneira e o comércio externo. Em 1918, denunciava a França todos os tratados comerciais, a fim de programar a nova política. De 1918 a 1922, criou sobretaxas ad valorem, logo substituídas por coeficientes de majorações, que atuavam como multiplicadores na atualização do valor arrecadado e compensavam a desvalorização monetária. De 1922 a 1926, duas majorações de 30% neutralizaram a queda do valor da moeda, passando o governo francês a evitar, quando possível, a cláusula de nação mais favorecida, como meio de conseguir, e realmente conseguiu, as vantagens do comércio internacional. Em 1927, novas medidas protecionistas, traduzidas em au-

mento das tarifas, foram aplicadas à maioria dos acordos comerciais, voltando a França a aceitar a cláusula de nação mais favorecida. Na crise de 1929, visando a defesa de seu mercado interno, seguiu novas regras protecionistas, incluindo elevação tarifária, contingenciamentos, sobretaxas ad valorem, depreciação cambial, taxas compensatórias, acordos comerciais e rejeição da cláusula de nação mais favorecida.

Para manter uma economia forte, a França advogava a substituição do estado de guerra econômica por uma situação de paz, dada a multiplicidade dos interesses em jogo.

Afirmava Roberto Simonsen serem as apreciações sobre a política tarifária francesa de grande interesse, porque, para nós, aquelas práticas poderiam tornar-se um exemplo salutar. Contando com a produção agrícola e industrial equilibrada e sendo intensamente capitalista, a França utilizou-se, em época anormal, de medidas protecionistas para sua defesa econômica. No mesmo período, o Brasil, temendo represálias, outorgava indiscriminadamente a cláusula de nação mais favorecida, reformava suas tarifas, instituiu direitos específicos em moeda nacional de valor instável e, desse modo, impedia a defesa de nosso mercado. Os erros dessa política foram corrigidos, em parte, pela taxa cambial, que se tornou uma espécie de barragem de proteção ao mercado interno.

Os Estados Unidos da América, por sua vez, considerou ele, constituíram o exemplo mais recente de uma nação que se tornou livre-cambista e, ao mesmo tempo, manteve igualdade de poder de regateio com nações mais poderosas, após a-

poiar-se no protecionismo para diversificar suas atividades industriais. Na execução da política comercial como nação independente, iniciou a prática do livre-cambismo, substituindo-o logo, entre 1783 e 1789, pelo protecionismo rigoroso para promover o crescimento industrial e, assim, aumentar a demanda interna dos produtos agrícolas, seguindo as linhas fixadas por Alexander Hamilton, considerado no plano doutrinário, precursor de F. List.

Em 1833, os Estados Unidos voltaram ao livre-cambismo por exigência dos estados do Sul e o mantiveram até o ano de 1861, interrompendo-o no período de 1842 a 1846. A orientação protecionista norte-americana tornou-se definitiva a partir de 1861, sempre com o objetivo de intensificar o comércio internacional. Foi o Presidente Roosevelt o planejador e executor de um plano global de economia dirigida para enfrentar a grave crise que o país atravessava. A fim de reforçar a posição da economia interna, não hesitou em ordenar a mudança das diretrizes seguidas pela delegação americana, provocando o fracasso da Conferência Monetária de Londres. No plano interno, criou os códigos de intervenção nos setores agrícola, comercial e industrial; desvalorizou a moeda para, artificialmente, elevar os preços internos e assim facilitar a colocação dos produtos de exportação nos mercados externos, em paridade com os ingleses. Com o intuito de intensificar o intercâmbio comercial e conquistar novos mercados, negociou tratados que reduziam até 50% o valor das tarifas para os países dispostos a incrementar as compras de seus produtos.

Nas negociações com o Brasil, obedeceu às mesmas diretrizes traçadas para a defesa

dos interesses norte-americanos. Nesse período, por falta de uma política comercial eficiente, o governo do Brasil não conseguiu, com relação aos tratados, concessões asseguradoras da continuidade das atividades econômicas já iniciadas da entrada de artigos imprescindíveis à expansão industrial e, por consequência, o desenvolvimento econômico e o alargamento da exportação dos produtos agropecuários. Apoiada na lei tarifária de 1934, a política comercial brasileira viu apenas a defesa da produção nacional. Não tendo denunciado os tratados comerciais que concediam indistintamente a cláusula de nação mais favorecida a vários países, impediu a efetivação do protecionismo e garantiu o predomínio das diretrizes dos Estados Unidos no tratado assinado com esse país.

Na opinião de Roberto Simonsen, a solução poderia ter sido dada pelo Ministério do Exterior do Brasil, em cooperação com o Poder Legislativo, objetivando, primeiro, o desenvolvimento econômico interno e posteriormente a política exterior para a expansão no setor internacional. Apoiadas em estudos específicos, as autoridades responsáveis pela elaboração de tratados comerciais controlariam esses tratados a fim de assegurar os interesses vitais da economia brasileira e da produção norte-americana. A política comercial planejada foi exposta e executada com clareza, no sentido de expandir as importações norte-americanas porque, terminados os adiantamentos de capitais aos países estrangeiros, estes não poderiam continuar a importar sem exportar; portanto, não teriam cambiais nem novos créditos ou ouro para os pagamentos sem pôr em perigo toda a estrutura creditícia do país. A única possibilidade restante, com rela

ção ao plano internacional era a troca direta de mercadorias por mercadorias, através da aceitação de acordos bilaterais ou triangulares.

Tal situação, lembrava Roberto Simonson, demonstrou que os Estados Unidos, com o intuito de auxiliar os mercados externos, aumentaram sensivelmente suas importações, pois julgavam necessário que o aumento das importações americanas precedessem as suas exportações. Num brado de alerta ao país, Cordell Hull evidenciou, em 1930, os perigos de uma tarifa protecionista proibitiva - arma de dois gumes, no seu dizer - que bem poderia repercutir desastrosamente sobre a economia do país. As idéias desse estadista, relativas à recuperação econômica, foram referendadas, em 1934, pela 7ª Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Montevideu, pois traduziam o objetivo de modificar os atos e os usos internacionais dos diversos países. Era a solução do problema, porquanto, se, por um lado, evitava a destruição mútua, por outro, arregimentava auxílio recíproco, imperativo decorrente dos efeitos da crise econômica mundial de 1930.

Na prática, o primeiro passo dado pelos Estados Unidos, no sentido de implantar essa política comercial experimental com vistas à conquista de mercados, foi a autorização concedida pelo Congresso, ao Presidente para, sem sanção parlamentar, negociar acordos com países estrangeiros, pelo prazo de três anos, denunciáveis mediante aviso prévio de três meses. Foram concluídos acordos com Cuba, Brasil, Bélgica, Rússia e várias outras nações.

O acordo com o Brasil, assinado em 2

de fevereiro de 1935, partiu, segundo Roberto Simonsen, do seguinte princípio: os Estados Unidos e o Brasil tinham economias complementares, pois, nessa época 25,3% das importações provinham dos Estados Unidos, e 40,5% das nossas exportações encaminhavam-se para esse país. O acordo marcou o afastamento dos Estados Unidos com relação à política mercantilista e, apoiado na aplicação incondicional da cláusula de nação mais favorecida, iniciou a remoção dos obstáculos ao comércio exterior, tais como: contingenciamento, licença para importação, controle de câmbio e outros meios de estrangulamento do comércio.

O Comitê Econômico da Sociedade das Nações (S.D.N.) incluiu também o acordo Estados Unidos-Bélgica. Este caso, para o qual Roberto Simonsen chamou a atenção foi bem diverso: fizeram-se longas negociações para superarem os grandes problemas surgidos. Ora, a Bélgica tinha produção especializada em pequeno número de artigos, fato responsável pela exigência de numerosas cláusulas de defesa e salvaguarda das economias envolvidas.

No Brasil, a inexistência de uma política comercial definida permitiu a fixação de um tratado com um dos maiores amigos do continente americano - os Estados Unidos - sem lesar as atividades econômicas implantadas no país e, ao mesmo tempo, satisfaz os ideais das duas grandes nações e incrementou o intercâmbio entre economias complementares. Foi esta a opinião dos peritos da Sociedade das Nações sobre o tratado efetuado com o Brasil. Roberto Simonsen, porém, teve a coragem, na época, de opor-lhe severas restrições. Denunciando o interês-

se norte-americano, esclareceu-nos que esta manifestação livre-cambista adquirira forma mais refinada com a proposta da criação de uma Organização Internacional de Comércio e Emprego, em bases inteiramente liberais, apoiadas na atualização da velha teoria dos custos comparados. Contra este propósito, voltou-se êle e o fez com rara habilidade, podendo por isso ser considerado o precursor brasileiro da teoria da integração econômica.

Em seu trabalho O Direito Internacional Social (16) afirmou o seguinte: "A Carta Internacional de Comércio e Emprego, elaborada em Havana, implica no desenvolvimento de um neo liberalismo. Procura substituir, no plano das relações econômicas e internacionais os clássicos mecanismos automáticos do laissez-faire por um sistema racional, funcionando sob o controle de um organismo mundial. Poderia parecer a observadores superficiais que ficaram instituídas, mediante êsse instrumento, as bases de uma efetiva cooperação internacional. Todavia, a carta não reconhecia efetivamente as diferenças fundamentais, decorrentes da natureza e dos interesses das diversas economias. São muito vagas e sem eficácia os dispositivos, que implícita ou indiretamente contemplariam um tratamento equitativo. Na verdade, a Carta impôs um tratamento igual aos desiguais. Retira os meios de defesa própria das economias incipientes, sem simultaneamente proporcionar-lhes uma cooperação econômica compensadora."

16. SIMONSEN, R., O Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S.A., São Paulo, s/d, p. 3 e 4.

Contra êsse documento manifestou-se Roberto Simonsen, porque as obrigações previstas exigiam, comparativamente, maiores sacrifícios das áreas novas, economicamente subdesenvolvidas, e essas desvantagens eram compensadas, apenas pela declaração de princípios, sem eficácia prática, sobre a necessidade do desenvolvimento das referidas áreas.

A Carta Internacional de Comércio e Emprego foi uma consequência lógica das conclusões aprovadas na Conferência Internacional de Rye, contra a qual, deliberada e conscientemente, Roberto Simonsen bateu-se. Na tese por êle apresentada em 1943, como contribuição da FIESP, já dizia que se delineava grande movimento para auxiliar a rápida reconstrução das zonas devastadas pela guerra. Não existia, porém, o mesmo desejo de socorrer outros povos, em imensas regiões do globo, nas quais milhões de indivíduos viviam na miséria, ignorância, subnutrição e onde era elevada a taxa de mortalidade, em decorrência das infimas condições de vida. E indagava: Por que não colocar no mesmo plano o auxílio às nações pobres e dar-lhes o grau mínimo de conforto a que têm direito? Se nos congressos políticos internacionais reconhecia-se no estudo a diferenciação relativa à capacidade bélica dos povos, por que não diferenciar a aplicação de medidas e providências, segundo a necessidade e grau de desenvolvimento da estrutura econômica de cada nação?

Se o subdesenvolvimento até a década dos 50 não foi vencido, deveu-se à adoção do livre-cambismo, inclusive no mercado financeiro internacional. E foi essa política que, em seus efeitos mais remotos, provocou a grande

crise internacional de 1929, declarava Roberto Simonsen (17).

O movimento internacional de capitais provoca graves consequências, quando realizado com finalidades especulativas. Se um país mais rico cede capital a um mais pobre, visando auxiliá-lo no seu desenvolvimento, o empréstimo é condicionado à aquisição de seus produtos e, evidentemente, o credor receberá, além dos juros e amortização do capital, os lucros derivados das exportações de seus produtos industrializados. A história financeira internacional mostra, também, as dificuldades enfrentadas pelos países devedores e o afã de manterem-se em dia com os compromissos assumidos nesse regime. Durante a guerra de 1914, os Estados Unidos tornaram-se credores mundiais, graças aos grandes financiamentos industriais concedidos aos povos atingidos direta ou indiretamente pelo conflito. A crise de 1929, forçando violenta baixa dos preços dos produtos primários, colocou a quase totalidade da América Latina na posição de devedora impossibilitada de saldar com pontualidade os pagamentos referentes às transações efetuadas.

A proteção aduaneira em 1935, prosseguiu Roberto Simonsen (18), ressurgiu no campo

17. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.
18. SIMONSEN, R., "Aspectos da Política Econômica Nacional", São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

internacional e gradualmente tornou-se mais rígida em toda a parte, ao conscientizar em os povos que, além de desempenhar o papel de um instrumento de defesa contra a crise, constituía poderoso impulsor do desenvolvimento econômico. As tarifas americanas, em janeiro de 1930, elevaram-se a ponto de provocar protestos no mundo inteiro e represálias de vários países europeus. A recusa dos Estados Unidos em comprar produtos no estrangeiro impediu os seus devedores de saldar os compromissos assumidos anteriormente por dívidas contraídas. Os direitos americanos, vigentes de 1930 a 1933, correspondiam a 52,8% do valor das mercadorias taxadas. Em 1934, autorizado pelo Congresso a negociar tratados comerciais baseados em reciprocidades, o Presidente foi induzido, pela própria existência de uma grande margem tarifária, a modificar algumas taxas, mantendo, porém, nos tratados, as que não prejudicassem a economia norte-americana.

A abolição da lei seca e a aplicação de contingenciamento à entrada de bebidas alcoólicas possibilitaram a negociação de tratados comerciais apoiados na elevação das cotas de importação dessas mercadorias. Acordos semelhantes foram efetuados com a Itália, França, Polônia e Grécia.

A Alemanha, também citada como exemplo, controlou a entrada de mercadorias, criou o monopólio estatal para importação de vários produtos, principalmente matérias-primas com o objetivo de garantir baixo preço das matérias-primas essenciais à indústria, e defendeu o mercado monetário do país, atuando com a política dos marcos compensados.

No Brasil, ao contrário, lembrou o nosso ilustre patricio, houve grande receio em relação à utilização de protecionismo alfandegário em defesa da industrialização, pois julgavam nossos fazendeiros ser a política livre-cambista a mais adequada ao enriquecimento do país. Procurou Roberto Simonsen demonstrar o erro de tal raciocínio porque, mesmo nos países já industrializados, efetivara-se o aumento progressivo do protecionismo agrícola e pecuário, com resultados satisfatórios. Chegou-se mesmo a criar no sistema de economia nacional a defesa da agropecuária e da garantia de mercado interno para os produtos derivados dessa atividade. Na França, em 1933, os direitos sobre a carne foram fixados acima de 200% sobre os preços de carnes congeladas do Brasil e a mais ou menos 300% para as carnes resfriadas. Na Itália, elevaram-se a mais de 200% as tarifas das carnes preparadas e, em 1932, promulgou-se uma lei exigindo não só que 95% do gado abatido fôsse de origem italiana, assim como a elevação dos direitos tarifários para 400%, quando se tratasse de gado em pé, de procedência estrangeira. Na Bélgica, em 1932, a importação de carne ficou condicionada a licença prévia do governo, e a Inglaterra usava contingenciamento para as importações procedentes de países situados fora de seu império, tendo o Brasil sido nessa época pobremente aquinhado na distribuição das cotas. Tais medidas permitiram a expansão dos rebanhos europeus após a Primeira Guerra Mundial, mas o consumo de carne caiu sensivelmente devido a causas monetárias e à nova orientação adotada em matéria alimentar.

Na Europa, a agricultura e o protecionismo a esse setor de produção tiveram grande

desenvolvimento. Na Alemanha, foi drástico o protecionismo agrícola, em dezembro de 1934. O trigo era cotado pelo duplo dos preços internacionais; o centeio e a aveia, por quase três vezes, e o açúcar pelo quíntuplo do preço dos mercados externos, em comparação com os londrinos. A produção agrícola destinada ao consumo comum a toda a população, era pesadamente taxada e refletia-se no custo de vida. É fato incontestável ter sido a agricultura protegida em grande escala nessa época, nos países europeus, exatamente da mesma forma como sempre o foi nos Estados Unidos.

A respeito da integração econômica internacional, encontra-se na obra de Roberto Simonsen todo um programa de ação que, conforme dissemos, constituiu um esforço pioneiro no sentido de divulgar no Brasil o movimento de idéias existente na Europa. Os economistas europeus não se voltavam para a integração com o intuito de solucionar a crise de 1930, como o fez esse economista brasileiro. Somente depois da destruição provocada pela Segunda Grande Guerra, começaram os europeus a ver na integração econômica uma política salvadora. Apareceram então, de um lado, o Mercado Comum Europeu e de outro, a Associação Européia de Livre Comércio. Já havia, porém, Roberto Simonsen percebido o importante papel da integração econômica, desde 1936. Ao término da Segunda Guerra Mundial, seu pensamento particularizou-se ainda mais, como podemos ver em sua análise sobre os direitos econômicos do Homem (19).

19. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e ...

Com o intuito de corrigir as desigualdades econômicas, dizia ele, alguns estudiosos julgavam imprescindível nova declaração de direitos dos homens, de ordem econômica para, ao lado dos direitos políticos, assegurar a cada um o direito à alimentação, vestuário, habitação, assistência e educação, fundamentos mínimos de uma vida digna. Paralelamente, seriam fixados os deveres econômicos do indivíduo para com a coletividade e das coletividades entre si. A humanidade é uma. No entanto, alguns povos receberam melhor quinhão de terra, clima, matérias-primas etc., enquanto outros vivem em países subdesenvolvidos, em meio à pobreza, geradora de mal-estar e de desequilíbrios entre as sociedades, fatores que, muitas vezes, fomentam a guerra.

Compete, pois, às nações ricas, possuidoras de meios e recursos, o dever de enfrentar essas consequências e dar combate à pobreza dos países em vias de desenvolvimento.

O empobrecimento não é fruto de incompetência, diferenciações de raça, ou de determinismo de ordem geográfica, assegurava Roberto Simonsen. Os gastos das nações ricas com a defesa da civilização, eram um imperativo natural e justificavam a manutenção parcial das verbas dos orçamentos de guerra para combater a miséria e o atraso dos povos, elevar o nível de vida e criar uma consciência mundial de justiça social - elementos que, no futuro, poderiam im-

... Política Industrial, in Roberto Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.

pedir novos conflitos mundiais. A política de boa vizinhança e o pan-americanismo, instituídos por F.D. Roosevelt, continham princípios filia- dos a essas diretrizes. Aí estava o germe, do programa de ação que outorgava direitos priori- tários, nos tratados comerciais, aos problemas derivados do comércio e dos diferentes graus de desenvolvimento econômico entre os países, com a finalidade de evitar o aumento da defasagem entre os países industriais e os de economia in ciente.

Para a reconstrução da economia mun- dial, preconizava Roberto Simonsen o não enqua- dramento dos tratados comerciais internacionais em critérios rigidamente jurídicos, condiciona- dos às circunstâncias financeiras e comerciais, porque era inegável a tendência dos países líde- res tentarem controlar o mercado mundial atra- vés de suas instituições financeiras.

Como o mundo constitui uma só unidade, as nações mais ricas tinham interêsse em debel- lar os focos de pobreza, e assim exterminar as causas determinantes do descontentamento e re- volta. Em virtude de os problemas econômicos re- lativos à política nacional e internacional re- percutirem nos de ordem social, fazia-se mister a tomada de medidas conjuntas, econômicas e so- ciais, capazes de solucioná-los.

Defendia êle a inclusão, nos tratados, de uma apreciação qualitativa dos valores mone- tários, com vistas à aplicação de coeficientes de correção, ou melhor, concomitantement^e com o primeiro, elaborar-se-ia um segundo tratado no sentido de fixar as compensações de ordem econô- mica para os povos e regiões com padrão de vida

inferior ao normal. Os empréstimos externos destinados ao desenvolvimento só deviam ser concedidos para empreendimentos reprodutivos, e a transferência de juros e amortização correspondentes efetuar-seiam mediante a prestação de serviços ou exportação de mercadorias. Evidenciava-se, pois, a urgência da organização de mapas econômicos e sociais de cada nação, ressaltando os elementos básicos determinantes das correntes de inter-relações entre os vários povos orientadores dos acordos internacionais no pós-guerra.

A concessão de vantagens equivalentes para ambas as partes implicaria em oportunidade de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, compensaria as prováveis desvantagens derivadas da expansão do comércio mundial e da elevação progressiva dos níveis de vida nas áreas atrasadas. Na 12. Conferência de Comércio e Emprego, realizada em Londres, declarou-se o governo brasileiro a favor do princípio de redução de tarifas e de outras defesas, se condições complementares oferecidas às negociações tarifárias assegurassem equidade nas vantagens concedidas em função da estrutura econômica de cada país considerado. As seguintes palavras foram pronunciadas por Roberto Simonsen (20) sintetizam a proposta do Brasil: "A Organização deve possibilitar o levantamento de índices de renda nacional e de outros elementos característicos que revelem a situação econômica de cada país membro da Organização, e permitam, mediante franca e leal cooperação, reduzir progressivamente os desníveis econômicos existentes, bem como ajustar as condições espe -

20. SIMONSEN, R., Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S.A., s.d., p. 4 e 5.

cíficas de cada país às normas que visem facilitar o intercâmbio comercial."

Para atingir o desenvolvimento das áreas novas apresentava-se a alternativa: a utilização de adequada política de proteção interna ou a de cooperação internacional. Este processo, além de ser mais eficaz, possuía a vantagem de não diminuir o nível de consumo interno, não afetar a exportação e acelerar a expansão do comércio mundial. Roberto Simonsen elucidou essa idéia com dois exemplos: os empréstimos "lend-lease", os responsáveis pela continuidade e intensificação da preparação bélica na Europa e no mundo elevaram a produtividade nos Estados Unidos; e o Plano Marshall, espécie de subsídio oferecido à Europa para manter o comércio internacional em nível capaz de assegurar o pleno emprego e expandir o comércio mundial. Ambos os planos, porém, não consideravam os problemas específicos da América Latina.

O comércio exterior, dizia, prosseguindo na sua análise, representava grande parte das rendas nacionais dos países da América Latina, pois suas economias estavam voltadas para o exterior, mas com sua participação muito pequena no conjunto do comércio mundial.

A expansão das exportações dessa área dependia do incremento da renda nacional, e esta, do aumento de capitais reais e das exportações. Segundo alguns autores, esse comércio exercia função correspondente às das poupanças e investimentos dos países adiantados, evidenciando ainda mais a vantagem de seu incremento. Na realidade, o comércio é importante para todos os países. Quando, porém, constitui o principal fator de prosperidade econômica, as economias ficam à mer

cê das flutuações do intercâmbio e prosperam se o comércio se mantiver estável ou em expansão, mas enfrentam crises, caso haja retração.

Pelo motivo acima apontado, chamou Roberto Simonsen a atenção para o perigo do condicionamento da prosperidade interna à expansão comercial, tendo em vista que a capacidade de exportação da América Latina dependia de seu desenvolvimento interno, porquanto só o aumento da produção impulsionava o comércio. O Plano Marshall considerou as economias latino-americanas beneficiárias do aumento das exportações correspondentes às contribuições compulsórias ao Plano, o que segundo Roberto Simonsen, não tinha sentido, visto grande parte delas ser sem contrapartida em produtos ou moedas. Além disso, naquela situação inflacionária, o aumento das exportações, do tipo previsto pelo Relatório de Paris, em resposta ao Plano Marshall, representava uma redistribuição dos fatores produtivos, cujo efeito redundaria em diminuição da produtividade e, portanto, do desenvolvimento.

Estas idéias demonstram a indispensabilidade de um planejamento das exportações da América Latina, sem o qual se reduzem de imediato os níveis de consumo interno e, mediata - mente, a própria capacidade exportadora. Os Estados Unidos, líderes do movimento pan-americano, deveriam defender a integração econômica da América Latina, em benefício da consolidação da democracia liberal numa grande parte do mundo. Considerando-se o fato de ter o Brasil posição preponderante no continente latino-americano, dizia Roberto Simonsen, os Estados Unidos não poderiam furtar-se a maior amparo ao nosso país para concretizar, no futuro, a existência de um

mercado latino-americano e a integração econômica das Américas.

Ressaltou princípios hoje considerados como precursores da teoria da integração(21). A cooperação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos devia apoiar-se em diretrizes simples. Mediante utilização mais rentável dos recursos naturais e expansão acelerada de suas produções agrícolas e industriais, promover-se-ia, conseqüentemente, o aumento da renda nacional do Brasil. Dêsse acréscimo resultaria necessariamente a intensificação do comércio entre os dois países. Seus efeitos promoveriam o aumento da produção, fundindo-se assim causas e efeitos, com vantagens para as nações dirigidas por essa política, considerava êle.

Os países de renda elevada podem intensificar o comércio, em caráter permanente e estável, em função do valor de suas produções. Tal fato induziu-o a afirmar que o enriquecimento do Brasil multiplicaria seus laços comerciais e culturais com os Estados Unidos. Como o padrão de vida médio de um povo afere-se por sua capacidade de consumo, quanto mais elevado fôsse o consumo do povo brasileiro maior seria a demanda de trocas internacionais. A Capacidade de consumo no Brasil, em 1944, era cerca de 40 bilhões de cruzeiros ou de 2 bilhões de dólares. Para igualarmos nosso padrão de vida ao das nações de riqueza média, o consumo deveria atingir 300 bilhões de cruzeiros ou 15 milhões de dóla -

21. SIMONSEN, R., "A Indústria e o Intercâmbio Brasil-Estados Unidos", in Elos da Indústria, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1944.

res e, com relação ao padrão do povo norte-americano, necessitaríamos consumir um trilhão de cruzeiros, ou seja, 50 bilhões de dólares (22).

Utilizou-se dessas cifras para indicar que a política comercial entre o Brasil e os Estados Unidos não devia considerar como objetivo primeiro a substituição dos mercados, mas, sim, a efetivação da cooperação econômica entre os dois mercados como meio de aumentar as rendas dos dois países.

A elevação da renda originaria fluxos comerciais, sem alterar os existentes, não prejudicando, portanto, as nações amigas que, como o Brasil, precisavam consolidar sua respectiva capacidade de consumo. Apoiados no exemplo dos países mais industrializados, poderíamos atingir o resultado almejado mediante melhoria da eficiência e da remuneração do trabalho agrícola e rápido desenvolvimento da nossa industrialização, fatores que, no decurso do tempo, iriam intensificar o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, sem desvantagens para ambas as nações. As necessidades eram de tal vulto que simultaneamente estimulariam as atividades industriais americanas e brasileiras. Mas, a elevação do nível da renda nacional dependia da multiplicação do valor e da atividade econômica, máquinas, veículos, equipamento de transporte e bens de produção, que nossas indústrias, por muitos anos ainda, não estariam aptas a fornecer.

Expondo essas idéias, mostrava Roberto Simonsen não estar preocupado com os interesses

22. Dólar de 1944 = Cr\$ 19,70.

ses imediatos da indústria nacional, mas, sim, com o delineamento de uma política de cooperação intensa entre os Estados Unidos e o Brasil, visando a maior industrialização de nosso país. A programação do intercâmbio mais intenso já fôra compreendida por muitos homens públicos americanos e brasileiros. Maior desenvolvimento, porém, exige a colaboração de empreendedores, economistas, sociólogos e assistência técnica, a fim de criar, nesse sentido, uma consciência generalizada nas duas nações. Ao lado de tratados comuns, outros bem mais amplos de cooperação econômica deviam ser elaborados.

Em decorrência, reafirmava Roberto Simonsen, surgia a defesa do comércio interno e internacional brasileiro, sem prejuízo do seu desenvolvimento econômico. Lembrava que o equilíbrio da balança de pagamentos deveria ser interpretado em conjugação com a repartição do rendimento nacional. E insistia: o padrão de vida de uma população depende, em grande parte, da eficiência do trabalho e organização da nacionalidade dentro de suas fronteiras, assim como o esforço de industrialização depende de redefinição da política comercial, em termos de um protecionismo provisório e educador. Provisório, porque poderia e deveria desaparecer quando os níveis brasileiros de renda fôsem considerados satisfatórios e quando o poder de regateio com o exterior permitisse ao nosso país discutir as normas de intercâmbio, em igualdade de condições. Seria igualmente educador, porquanto convenceria o povo brasileiro de que a política livre-cambista indiscriminada e aplicada a uma estrutura econômica acanhada e inteiramente extrativista e agrícola, só poderia contribuir para manter a na

- 258 -

ção num estado de crescimento negativo e jamais em verdadeiro desenvolvimento.

Capítulo VIII
O PAPEL DA MOEDA E DOS BANCOS NO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Em sua obra, Roberto Simonsen considerou ponto pacífico a aceitação da moeda como instrumento a serviço da facilitação das trocas, numa economia de mercado. Na discussão dos problemas monetários sua teoria é atual quando salienta ser o valor da moeda de um país resultante de suas possibilidades de produção, ou melhor, possuírem os países a moeda que podem e não a que desejam. Queiramos ou não, a história econômica dos povos demonstra-nos esta verdade, aceita tanto no âmbito nacional quanto no regional ou internacional.

Na sua obra História Econômica do Brasil (1), chamou a atenção para o fato de a moeda portuguesa, por exemplo, ter sido no passado moeda de ouro, tanto para as transações internas como para as internacionais. À primeira vista, o exemplo parece contrariar a afirmação do Autor, de que a produção nacional ou regional é o fator determinante da natureza da moeda e do seu valor.

1. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil - 1500/1820, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 4a. ed., 1962.

A metrópole portuguesa não possuía jazidas auríferas, nem a sua produção parecia justificar o uso desse metal, para ser monetizado. De fato, antes do Descobrimento do Brasil e da conquista das Índias, a escolha do ouro como principal moeda do Reino fôra medida pouco acertada, afirmava Roberto Simonsen, como se pode depreender das constantes quebras de padrão e da evolução da política monetária de Portugal.

Após o Descobrimento, o Reino enriqueceu, primeiro à custa do comércio de especiarias e posteriormente com a produção de açúcar da Colônia, sem contar a rendosa exportação do pau-Brasil e diamantes. Mas, o que de fato consolidou, durante algum tempo, o prestígio da moeda portuguesa foi a descoberta do ouro no Brasil.

De 1525 até a época da exploração aurífera era a prata o metal precioso predominante na exportação sul-americana e a base dos sistemas monetários mundiais, nos séculos XVI, XVII e XVIII. A descoberta das minas de ouro contribuiu para a estabilização da relação dos valores de 1/14 ou 1/15 entre ouro e prata, e para a alteração da proporção entre os volumes de ouro sobre os da prata, pois, de 1601 a 1640, elevou-se de 32% para 72 1/2%. As décadas no período de 1721 a 1760 foram as do apogeu da produção brasileira. As flutuações nos valores dos dois metais, as dificuldades de extração e as péssimas condições de trabalho nas minas de prata determinaram a escolha do ouro como padrão monetário único, por ser de aluvião e de mais fácil alcance.

A abundância de metais preciosos, nos

primeiros séculos dos tempos modernos, influenciou a formação das economias capitalistas, por que a criação de capitais intensificou as correntes comerciais. O ouro do Brasil impulsionou a acumulação dos grandes estoques, entre 1700 e 1770. O efêmero rendimento das nossas jazidas atingiu o auge em 1760 e, em seguida, declinou rapidamente, oferecendo produção diminuta em fins do século XVIII. Apesar disso, surgiu em momento propício tanto para Portugal como para o Brasil, ou seja, na época em que a depressão geral dos preços na Europa e a concorrência do açúcar das Antilhas Holandesa, Inglesa e Francesa forçavam a baixa dos produtos brasileiros, dando origem a crise e graves dificuldades financeiras em Portugal. O aumento do ouro em circulação elevou os preços gerais na Europa, e no Brasil, criou mercado para escravos e gado, no Norte, assim como alto rendimento para os que trabalhavam deficitariamente no açúcar. Mas, se por um lado trouxe vantagem, por outro, prejudicou a indústria açucareira, ao possibilitar aos engenhos a retomada de sua antiga atividade.

No Século XVIII, época áurea para o Erário Régio, mais de metade do comércio exterior português foi mantido à custa de produtos brasileiros, razão por que os reis não necessitaram de quaisquer medidas financeiras para suprir as despesas do país. O câmbio português permaneceu ao par, ou mais elevado, nos períodos de abundância de ouro e de exportação de algodão e de outros produtos valorizados pelas guerras e alta dos preços. Os efeitos da descoberta do ouro foram mais favoráveis à Inglaterra do que a Portugal, em virtude de o Tratado de Methuen, em 1703, haver ligado a orientação po-

lítico-econômica portuguesa às diretrizes da política comercial inglesa. Portugal franqueava a entrada de tecidos e manufaturas de lã procedentes da Inglaterra e esta dava tratamento preferencial aos vinhos portugueses, em detrimento dos franceses, determinando o desaparecimento do parque industrial de Portugal e a manutenção da agricultura, apoiada apenas na viticultura. Como consequência, o ouro brasileiro escoou-se para pagamento das importações, visto a balança comercial de Portugal ser favorável à Inglaterra, em decorrência da demanda das novas classes sociais, de padrão de vida artificial, acima do que permitiam o trabalho e o rendimento da terra.

Na Inglaterra, o ouro brasileiro alargou o mercado de trabalho, dinamizou o comércio, concorreu para o progresso do povo, estimulou os preços em geral e, fortalecendo seu sistema monetário, ensejou não só a expansão e o acúmulo de capitais internos como o enriquecimento de muitos arrendatários da terra, transformando-os em proprietários, como, também, o aumento das populações urbanas e a melhoria das condições sociais e políticas britânicas.

Internacionalmente, o ouro brasileiro corroborou na passagem para nova etapa do capitalismo e no aparecimento do homem econômico moderno.

No Brasil, o ouro, apesar de não se incorporar a empreendimentos vultosos, provocou resultados positivos: incentivou a imigração para o Centro-Sul, com ocupação do sertão, facilitou a construção das primeiras cidades no interior e criou o grande mercado de gado e tro-

pas, induzindo os paulistas à conquista do Sul. Elevou a cidade do Rio de Janeiro a Capital e impulsionou seu progresso, favoreceu a concentração e formação de capitais em escravos e tropas, elementos responsáveis pela posterior implantação da cultura cafeeira no Vale do Paraíba e na região fluminense.

O apogeu da mineração (1735 a 1766) exigiu a abertura de casas de fundição, locais onde o ouro era transformado em barra e se forneciam guias para uso nas transações e pagamentos do quinto, dessa maneira evitando a circulação do ouro em pó e a fraude. A rápida decadência da produção aurífera levou à desorganização, ao dolo, a pesquisas inúteis e transformou o imposto sobre o ouro em um tributo vexatório e inquo. Sobre a população, constituída de aventureiros, o governo agia de maneira despótica: prendia, decretava penas capitais e fechamento de ourivesarias nas zonas de mineração a fim de impedir o desvio de ouro. Quando o quinto se converteu em oneroso gravame, estas medidas provocaram reações, como as revoltas de Vila Rica e a conspiração de Tiradentes. Em muitos casos, entretanto, os representantes da Coroa portuguesa não tinham elementos para verificar se a queda de contribuições resultava de fraudes ou de diminuição da produção.

Os novos capitais propiciados pela descoberta do ouro podiam ou não ter atuação positiva nas sociedades onde se formaram, dependendo do uso a êles conferidos. Podiam os proprietários consumi-los na compra de bens de uso imediato ou então exportá-los, no caso de pertencerem a uma sociedade não produtora dos elementos essenciais à vida, e assim adquirir os

bens que lhes eram necessários. Quando, porém, dentro de uma nação bem constituída, podiam investi-los no parque produtor, gerando benefícios à sociedade. No Brasil Colônia, foi o ouro utilizado segundo os dois primeiros tipos. Descoberto em regiões afastadas e êrmas, fêz-se mister a abertura de estradas rumo ao sertão a fim de auxiliar o escoamento de produtos para a bastecimento da população mineira. Mas a atividade extrativa teve como consequência o aparecimento de sérios problemas relacionados com alimentação, ordem pública e administração.

Em síntese, Roberto Simonsen demonstrou que o ouro aumentou o progresso mundial, enriqueceu a Inglaterra e, durante um século, proporcionou riquezas a Portugal. Foi nessa época que a Metrópole, dirigindo sua atenção à Colônia, sem contudo visar a extração do metal, tomou diversas e importantes medidas no sentido de favorecê-la: passou a custear-lhe as correntes imigratórias, a importação de escravos e a construção das primeiras cidades e estradas no sertão, o desenvolvimento do Rio de Janeiro e das correntes comerciais no interior do país e a colonização do Sul, assim promovendo a valorização do gado e, como reflexo, o renascimento das zonas do Norte, em decorrência do aumento dos preços de seus produtos no mercado internacional.

A história da moeda colonial do Brasil é outro exemplo utilizado por Roberto Simonsen, para corroborar a afirmação de que um povo não tem a moeda que deseja mas, sim, a que a sua produção permite. Os colonos brasileiros só puderam usar moedas de ouro quando passaram a receber moeda corrente da Metrópole em troca dos produtos vendidos ao Reino. Mesmo assim, a moe

da colonial de ouro era cunhada com pêsos 10% a 20% menor em relação ao da moeda metropolitana, e, em São Paulo, região pobre naqueles tempos, onerava-se a própria moeda colonial com um ágio de 20% a 30%. Já no Maranhão, a moeda não era de ouro, nem de prata, mas, sim, o fio de algodão, único artigo aceito nas transações.

Restrito era o meio circulante porque as principais atividades concentravam-se na agricultura e comércio exterior, sendo proibidas as indústrias, exceto a de tecidos grosseiros de algodão. Três foram os metais amoadados no Brasil: o ouro, a prata e o cobre. Os dois primeiros para as moedas principais, com cunho e giro ilimitados, e o último, para as moedas divisionárias. As diversas regiões faziam uso de moedas diferentes. As metálicas circulavam nos centros comerciais; o pó de ouro, nos distritos mineradores; e, comumente, o gado, na região agrícola. Em São Paulo, vários produtos serviram como mercadoria moeda: açúcar, farinhas, carnes salgadas, couro, algodão e pano de algodão. Só em fins do século XVII começou a moeda ouro a ser usada nas transações. Coincidiu com a época das crises derivadas da insuficiência de exportação, a responsável pelo êxodo da moeda e absorção da produção local de ouro.

Na Bahia e Nordeste, durante o ciclo do açúcar, a circulação metálica foi intensa. A partir de 1640, porém, as pressões financeiras, as guerras da Independência e as dificuldades do comércio impeliram o governo português a resolver os problemas econômicos por meio de medidas fiscais e desvalorizações monetárias. A baixa do preço do açúcar e a valorização interna - cional da prata ocasionaram a evasão da moeda

metálica da Colônia, porque os mercadores das frotas só recebiam o pagamento em metal, rejeitando os produtos da terra a fim de evitar que a disparidade dos poderes aquisitivos no Brasil e Portugal pudesse envolver riscos antes a flutuação dos preços daquelas mercadorias.

Receoso de instituir a moeda provincial para a Colônia, o governo português foi obrigado a fundar, em março de 1694, a Casa da Moeda, funcionando sucessivamente na Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e novamente no Rio de Janeiro, de forma permanente, para a cunhagem de moedas de ouro e prata. Somente as de cobre, destinadas à África, eram lavradas em Portugal.

O governo de São Paulo decretou sua própria política monetária e o restante do País obedecia às leis monetárias portuguesas e sofria os seus efeitos. Deliberadamente, a legislação monetária autônoma de São Paulo inflacionava as moedas vigentes e fixava o curso a vigorar nas trocas dentro de Piratininga e nas relações com as vilas vizinhas e povoações da serra. A moeda tinha valor de 20% a 33% acima dos padrões oficiais, e desobedecia à lei portuguesa de agosto de 1688, que determinava paridade entre moeda brasileira e portuguesa, com a finalidade de impedir a afluência da moeda de Portugal para cá. As tentativas governamentais de subordinar a moeda paulista aos valores das que circulavam no País causaram os motins da moeda, lutas, e até o assassinato de um dos chefes do partido inflacionista. Só o surto minerador, em maio de 1697, e o triunfo do partido defensor da volta à obediência ao rei, concorreram para a solução do problema monetário de Piratininga. Foi então que, segundo a legislação portuguesa,

a moeda paulista passou a ter valor correspondente ao pêsso, normalizando-se completamente a situação em 1698.

A vinda da família real, o crescimento da população, o aparecimento de novos hábitos, a abertura dos portos e o aumento da importação geraram déficits na balança comercial do Brasil durante mais de quarenta anos, provocando a evasão do ouro, a inflação de moeda divisionária, que expulsou as de ouro e prata, pela lei de GRESHAM, a queda da relação cambial luso brasileira e, conseqüentemente, a criação de novos meios de pagamento não-metálicos, tornando a circulação fiduciária. Fundado o primeiro Banco do Brasil, pelo ato-lei de 12 de outubro de 1808, foram-lhe delegadas as funções de instituir e emitir papel-moeda, receber depósitos e efetuar descontos.

Foram várias as causas responsáveis pelo excesso do meio circulante fiduciário, em relação às exigências das transações correntes: os gastos extraordinários com a nova administração, as arrecadações insuficientes de impostos, as guerras externas e revoluções internas, o dispendio da Côrte e os numerosos privilégios concedidos, tornaram o Tesouro deficitário. Posteriormente a 1815, a política emissionista e os déficits da balança comercial do Brasil refletiram-se nas taxas de câmbio, que começaram a cair e levaram à liquidação o primeiro Banco do Brasil, em 1829, após ter distribuído dividendos, reembolsado altamente os acionistas e prestado ótimos serviços à economia brasileira.

O valor da moeda era, pois, segundo Roberto Simonsen, determinado pela relação en-

tre a quantidade de meios de pagamento e o volume de produção realizado naquele momento ou período, cuja natureza dependia das potencialidades do parque produtor. É interessante notar que, não sendo da sua época a discussão entre quantitativistas e estruturalistas, o seu bom senso colocou-o num meio termo que eliminava o exagero dessas duas posições extremadas: a natureza da moeda depende da produção dominante em cada região ou país e seu valor resultará do enriquecimento decorrente da atividade econômica do povo.

Além disso, não bastava produzir, era preciso fazer a riqueza circular para atender ao consumidor. A moeda só tinha sentido numa economia de mercado, isto é, numa economia de trocas e como no mundo não existem países isolados, o valor da moeda, em última análise, não depende só da natureza, quantidade e qualidade da produção de um país, mas, também, das relações comerciais internacionais. O intercâmbio de produtos, resultante da abertura dos portos e do comércio exterior, afetara o valor da moeda. Daí haver Roberto Simonsen advertido contra a alteração artificial do poder aquisitivo da moeda, baseado no saldo excedente da balança comercial, por significar perturbações, prováveis, porém graves na produção e na ordem social do país (2). Pois, se o valor do dólar que, em 1947, era @ \$23,00, passasse a @ \$10,00, e o preço da borracha, cacau etc. baixasse 10% seria impossível manter esses produtos no mercado,

2. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, SESI, DN, 1947.

porque uma queda posterior os eliminaria de nossa pauta de exportação, a qual estávamos procurando proteger. A solução seria estabilizar a moeda e consolidar o seu poder aquisitivo. Tudo o mais é sonho e teoria, reafirmou.

Se, por um lado, o valor da moeda depende da relação entre meios de pagamento e volume, circulação e consumo da riqueza produzida, por outro, se este consumo, por sua vez, depende da capacidade aquisitiva do comprador, a conclusão, dizia Roberto Simonsen, é óbvia: a carestia de vida deveria chamar-se insuficiência de ganho e depreciação da moeda (3). Tratava-se, pois, do grave problema da inflação, resultante da falta de regulamentação na utilização do potencial monetário e também da baixa produtividade do trabalhador brasileiro. A inflação é um mal e deve ser combatida, porque causa, a um só tempo, problemas econômicos e sociais. A prova de que o problema monetário constitui, antes de mais nada, um problema de estrutura e eficiência da produção nacional, encontra-se nesta melancólica análise do economista brasileiro, onde se acha explícita, ao mesmo tempo, um diagnóstico e uma receita salvadora (4).

A nossa reduzida produção não nos proporcionava os meios financeiros para saldar os compromissos de um Estado Moderno. Várias regiões eram deficitárias e dependiam do auxílio

3. SIMONSEN, R., À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

4. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, DN, 1947.

de outras até suas populações tornarem-se aptas a viver do produto de suas próprias atividades. Pretendia o governo cobrir os déficits financeiros com a renda provinda da elevação do imposto sobre a renda e do lançamento de empréstimo compulsório, e assim atingir o equilíbrio orçamentário. O regime inflacionário encarecia nossos produtos comparativamente aos preços das principais nações com as quais comerciávamos. Entre 1939 e 1947, o custo de produção aumentou 90% em relação ao dos Estados Unidos; 122% em comparação com os da Inglaterra; e 126% face aos da Argentina. Essas diferenças refletiam-se negativamente na população, vítima dos efeitos da desvalorização interna da moeda nacional, e significavam vantagem aos produtores dos países que se dedicavam a atividades similares as nossas. Tais cifras, consoante a teoria da paridade do poder de compra, indicavam que, esgotados os estoques de divisas acumulados no estrangeiro, as taxas cambiais brasileiras tenderiam a declinar. A solução do problema, para Roberto Simonsen, estava no planejamento econômico, o qual, no devido tempo, promoveria a estabilidade do sistema monetário e a valorização da moeda, mediante a intensificação do trabalho nacional e evitaria a flutuação das taxas cambiais e seus reflexos negativos sobre a produção, o mercado de trabalho e a vida social do país. O plano para a valorização interna da moeda deveria apoiar-se no regime democrático, na melhoria da produtividade e organização econômica, e na manutenção de um clima de segurança. Todos esses elementos eram indispensáveis para acelerar a produção e fortalecer a paz social.

Ante o processo inflacionário e sua atuação perturbadora sobre a vida econômica do

país, não podíamos menosprezar o seu caráter da
noso e limitar-nos a afirmar, como frequenter
te se ouve, que a inflação é um mal inevitável,
consequente ao desenvolvimento, afirmava em seu
trabalho "A Agricultura e a Indústria" (5). São
graves os perigos da inflação. O aumento do cus
to de vida provocado principalmente pela desva
lorização monetária, agravado pela falta de
transporte e ação dos especuladores reflete-se,
inicialmente, sobre uma determinada classe mas,
gradativamente, atingirá todos, porque a eleva
ção dos preços dos produtos industriais cria si
tuações artificiais das quais os produtores tam
bém serão vítimas. Os períodos de inflação pre
judicam as empresas produtoras organizadas e as
que operam normalmente em mercados controlados.
As repentinas elevações dos preços indicam ser
imprescindível a revisão contínua da política de
preços dos produtos básicos, para ajustá-los às
variações do valor da moeda no mercado interno.
As entidades superiores representantes da indús
tria e comércio, citou Roberto Simonsen, previ
ram estes acontecimentos e de há muito pleitea
vam junto ao Poder Público Federal a criação do
Conselho Nacional de Preços, constituído de re
presentantes de todas as classes, para atuar co
mo órgão competente na elaboração e execução de
uma política de preços conveniente e racional.

No entender de nosso economista, o
combate à inflação era, ao contrário, sinônimo
de programação para a industrialização e, ao mes
mo tempo, como consequência, significava adoção

5. SIMONSEN, R., "A Agricultura e a Indústria",
in Elos da Indústria, Gráfica Siqueira, São
Paulo, 1944.

de um conjunto de medidas com vistas a iniciar ou acelerar o processo de desenvolvimento econômico. Ao poder público, um dos grandes usuários da moeda, cabia grande parte da responsabilidade pela inflação. No caso brasileiro, a história financeira demonstrou que, no sistema tributário nacional e na distribuição de rendas não se procedia de maneira realista. Depois do advento da República, adotamos uma constituição federativa mas conservamos atitudes e normas de ação centralizadora da época do governo colonial, ou das posteriores, correspondentes ao Brasil Império.

Revelou-se um municipalista por convicção, ao considerar o município a unidade básica da nacionalidade e a sede onde se processava a produção (6). Assim, julgava que o poder central do Estado realçava a importância do município na valorização do nosso homem; impunha o estudo do quadro social dentro de cada municipalidade e a determinação de sua base geo-econômica, de modo a elevar o padrão de vida local; exigia a fundação de escolas profissionais municipais para aperfeiçoar a mão-de-obra e capacitá-la a utilizar e aproveitar mais eficientemente os recursos locais. Além da tutela política, deviam os prefeitos orientar os municípios, no sentido de conseguir rápida expansão e elevação do padrão de vida em sua região. Esta a razão, considerava, por que os cursos de engenharia, direito e medicina deveriam desempenhar papel ativo no desenvolvimento, mas para isso fazia-se indispensável a inclusão de cadeiras especiali-

6. SIMONSEN, R., "Escola Livre de Sociologia e Política", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1937.

zadas, que analisassem a realidade brasileira, ao invés de transmitirem os programas destinados a sociedades desenvolvidas e com ritmo de evolução normal completamente diverso do Brasil. Deveria o Governo Central, por sua vez, promover a instalação de organizações que permitissem a todos os núcleos municipais do país valer-se dos conselhos de técnicos nesses assuntos e utilizar-se dos especialistas graduados em Ciências Sociais como cooperadores naturais dos profissionais liberais.

O estudo do municipalismo, prossegue Roberto Simonsen, conduzia ao importantíssimo problema das discriminações de rendas entre os poderes federal, estadual e municipal. A solução da questão seria um passo decisivo não só para resolver o problema inflacionário como também para incentivar o enriquecimento do País.

A discriminação de rendas, problema de grande complexidade, interessa às nações em geral. Nos Estados Unidos, citava ele, a renda pública federal correspondia a $1/3$ da receita pública total; a municipal a $1/2$ e a estadual, apenas a sexta parte. No Brasil, em 1936, a renda federal correspondia a mais da metade da arrecadação total; as estaduais a mais de $1/3$ e as municipais a pouco menos de $1/10$. Esse flagrante contraste e diferenciação de proporções derivavam da nossa pobreza. A receita federal abrangia alta percentagem, mas não a suficiente para suprir as falhas dos serviços públicos do País, oriundas de equipamentos técnicos deficientes, falta de especialização da mão-de-obra que utilizava a maquinaria em trabalhos pouco rendosos, ligados à terra e à produção de artigos tropicais. Existiam outras causas derivadas

da natureza hostil de certas regiões, com áreas densamente populadas rentabilidade praticamente nula, de forma a tornar fortemente deficitária a manutenção dos poucos serviços públicos ali instalados. Nos Estados Unidos, ao contrário, o alargamento da fronteira flutuante de Leste para Oeste proporcionou os recursos indispensáveis à população que se deslocava. Ao mesmo tempo, a natureza pródiga e o trabalho qualificado forneceram ao erário federal os meios para manter os serviços públicos sem onerar a população.

Historiador da economia nacional, Roberto Simonsen conhecia como ninguém o caráter crônicamente deficitário dos orçamentos públicos. Explicou este fato, mas não se deixou impressionar por ele. Mostrava-se otimista, desde que certas medidas fossem tomadas com rapidez e eficiência por adequada política financeira. Daí ter afirmado no Senado que pelo menos no século XX, não só o Brasil como todos os demais países ver-se-iam forçados a dispêndios superiores à arrecadação fiscal (7).

O âmbito das funções impostas aos Estados Modernos ampliava-se, mas as verbas usuais não permitiam fazer face às obrigações decorrentes do direito social, num país como o Brasil, possuidor de vastas regiões altamente deficitárias.

Roberto Simonsen alvitrava três sugestões, no caso de o Estado não poder lançar

7. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª. Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, SESI, DN, 1947.

mão do crédito público: ou taxaria as classes produtoras com impostos excessivos e deste modo retardaria a expansão econômica; ou emitiria papel-moeda, acelerando continuamente o ritmo inflacionário; ou executaria o planejamento econômico, com a cooperação de capitais estrangeiros, criando problemas de transferência de cambiais para o pagamento de obras, serviços e maquinaria. Para atendimento das regiões pobres, tornava-se evidente, portanto, a necessidade da concretização de planos de obras públicas e de fomento à economia, numa tentativa de habituar os brasileiros a comprarem títulos de dívida pública, apoiada no restabelecimento do crédito nacional, em bases sólidas, para inspirar confiança e facilitar a captação de meios de pagamento exigidos pelo Estado. Deviam ser estas as principais metas da política financeira do governo.

O combate a deficits mediante arrecadação compulsória de empréstimos públicos, lembrava o ilustre economista, seria a forma aparentemente mais rápida, fácil e cômoda de superar as dificuldades do Tesouro Nacional. Mas esta medida a médio e longo prazo tem-se revelado ineficaz na solução dos problemas financeiros, porque repercute nas finanças privadas do País.

Os empréstimos forçados concorriam para a desmoralização das cotações dos títulos públicos. E exemplificava: todas as grandes nações, cujos parques de produção foram danificados pela guerra, recorreram ao lançamento de títulos públicos para financiar a sua reconstrução. Os Bancos Centrais e as organizações governamentais mantinham altas as cotações des

ses títulos, drenando somas consideráveis das poupanças populares. Também ao Brasil fazia-se imprescindível reimpôr um clima de confiança porque o total de nossa dívida interna consolidada não era discrepante do valor do orçamento público e dos saldos correspondentes ao trabalho nacional. A emissão de títulos apoiada na garantia de estabilidade de valor, pagamento de juros, garantia de seu resgate e outras condições atraentes, conseguiria substancial aplicação de capitais nacionais em investimentos públicos dessa natureza.

Para Roberto Simonsen, o problema financeiro decorrente da inadequação da moeda, atingia não apenas o poder público mas todos os participantes do sistema econômico (8). Por isso, julgava premente a solução do problema relativo à defesa do equilíbrio orçamentário, através de medidas elaboradas pelos ministros, e grupos políticos majoritários e minoritários das Assembléias, no sentido de vencer os déficits acumulados - mal que nos perseguia desde os primórdios de nossa nacionalidade - porquanto desorganizavam as finanças públicas, eram os responsáveis pelas dívidas flutuantes, perturbavam e arruinavam numerosos ramos de comércio legítimo, acarretavam a inflação com todos os seus malefícios e diminuían a autoridade moral dos governos.

Estava convencido de que o equilíbrio orçamentário, independente da solução dos pro -

8. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

blemas econômicos só poderia ser mantido transitóriamente, em curtos períodos e à custa de grandes sacrifícios e esforços. A impossibilidade de elaboração de orçamento nacional equilibrado, afirmou, não nos deveria apavorar, pois sempre podemos encontrar soluções satisfatórias(9). As cifras e os saldos deficitários no orçamento federal não o impressionavam. Acreditava na eficiência da boa política na promoção do saneamento das finanças, mediante elevação razoável do impôsto sôbre a renda; reavaliação dos capitais das empresas nacionais; reajustamento das tarifas aduaneiras e levantamento de empréstimos baseados em critérios apropriados para restabelecer a confiança do povo nos títulos públicos.

Também julgava indispensável um ôrgão controlador dos meios de pagamento, pois ao Brasil não bastava possuir uma rêde bancária: fazia-se mister articulá-la e diversificá-la de modo a proporcionar um atendimento eficiente às exigências nacionais. Tais objetivos evidenciavam a premência da criação de um Banco Central, ao seu tempo ainda inexistente (10).

Os problemas de circulação econômica, interna e externa, em nosso país, destacou Roberto Simonsen, estão mais inter-relacionados

-
9. SIMONSEN, R., Discurso pronunciado na 23ª. Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, SESI, DN, 1947.
 10. SIMONSEN, R., "Possibilidade da Expansão Industrial Brasileira", in A Indústria em Face da Economia Nacional, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, nº 7, São Paulo, 1937.
-

aos da circulação financeira, dentro e fora dele, do que os de outras nações. Quando economicamente fortes, podem os países controlar a circulação por intermédio dos organismos financeiros, mas os economicamente fracos, como o Brasil, não têm conseguido estabilidade monetária através desses mecanismos. A situação do nosso país ressaltava a urgência de conjugar a criação do Banco Central com medidas desenvolvimentistas, tais como a concessão de créditos, implantação de seguros, melhores facilidades na exportação e instituição de fundos de garantia de transferência para desagravar a exportação, bem como a aceitação de redesconto para a produção legítima, a fim de se dar a máxima flexibilidade ao nosso meio circulante. Entre os dois setores monetários e de produção, os países em vias de desenvolvimento deveriam manter-se ir-restritamente do lado da produção, pois a preeminência da defesa da moeda cabia aos países desenvolvidos.

Reconheceu a necessidade de ser criado um órgão regulador do sistema monetário e concordou, nos pontos principais, com o projeto elaborado pelo Ministro da Fazenda. Considerava, porém, as atribuições conferidas a esse organismo como um desdobramento das funções confiadas anteriormente ao Banco do Brasil, com a vantagem de ser o Banco Central autônomo e com poderes para dar flexibilidade à política monetária e creditícia. No entanto, chamou a atenção para os problemas de produção, moeda, crédito e transferências, os quais, intimamente ligados, tornavam inviável instituir o Banco Central no Brasil, sem inter-relacioná-lo com as medidas de política comercial conducentes à solução do

problema de transferências e aos da economia geral (11).

Não era aconselhável, ponderava êle, uma política comercial apoiada no confisco das divisas provindas da exportação, com a finalidade de transferir o numerário ao serviço dos empréstimos públicos. No passado, fôra criada pelo Ministro Joaquim Murtinho a tarifa ouro com o objetivo de atingir o equilíbrio orçamentário, constantemente afetado pelas transferências. A supressão da tarifa, porém, levou insensivelmente à imposição do confisco cambial, para se atingir a mesma meta. Esta medida, que retirava os gravames da importação e onerava pesadamente a exportação, não era acertada, nem adequada aos interesses da economia nacional, porque colocava o Brasil na situação de um dos únicos países do mundo a facilitar a importação e dificultar a exportação.

Os índices econômicos atestavam nossa pobreza; deveríamos, portanto, concentrar nossas energias e empenho na expansão econômica. Os problemas econômicos devem ter primazia sobre os financeiros e esta idéia induziu Roberto Simonsen a discordar do relatório apresentado por Otto Niemeyer, sobre a organização no Brasil de um órgão arrecadador de impostos, com vistas a assegurar os juros e amortização dos capitais estrangeiros aqui investidos. Deveu-se ao desconhecimento de nossa problemática a proposta

-
11. SIMONSEN, R., "Predominância dos Fatores Econômicos", in A Indústria em Face da Economia Nacional, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, nº 7, 1937.

feita pelo financista inglês, considerou Roberto Simonsen. Os esforços despendidos pelas autoridades em exercício nessa época, no sentido de comprimir as despesas e incrementar a receita, não puderam ser contestados. No entanto, não conseguiram suprimir os deficits orçamentários, porquanto derivavam, principalmente, da nossa pobreza econômica e não de desonestidades praticadas pelos governos ou de emissões resultantes de desmandos financeiros.

Na década dos 40, o poder aquisitivo do brasileiro era muito baixo; 25 vezes menor que o dos Estados Unidos, exemplificou Roberto Simonsen. Portanto, qualquer organização que visasse solucionar apenas o aspecto financeiro dos problemas brasileiros, como fizera Otto Niemeyer, não poderia obter êxito, apesar da rigorosa base técnica. O esquema Oswaldo Aranha, apoiado em acôrdo com os credores, terminaria em 1937 e a produção nacional não tinha condições para alimentar o confisco cambial a que esse esquema a submetera. Não contestava nosso analista econômico a possibilidade de certos produtos suportarem o ônus do imposto de exportação, durante mais tempo que outros. Tal política, embora aplicada como solução de emergência, por parecer eficiente, e que afinal conduziu a uma tributação permanente sobre a exportação, não estava certa. A evolução econômica e financeira do Brasil ressaltava a urgência da mudança de rumo. Ante tal situação, insistiu Roberto Simonsen junto ao então Ministro da Fazenda no sentido de se conjugarem o projeto do Banco Central e a decretação de uma série de medidas visando o equacionamento e a solução dos problemas fundamentais da economia nacional.

Não bastaria, porém, a existência do Banco Central para que a moeda fôsse posta a serviço do desenvolvimento. Roberto Simonsen preconizou também a criação dos Bancos de Desenvolvimento Econômico, para atender ao setor industrial (12).

O sistema bancário brasileiro, comentava êle, composto de bancos de depósitos, não favorecia e não financiava a produção. Por sua própria natureza, não podiam aplicar nem emprestar o seu encaixe a longo prazo. Além disso, nos períodos de crise, restringiam as operações bancárias, porquanto eram os primeiros a ser atingidos e, dêste modo, agravavam a situação do comércio e da produção. Nos países desenvolvidos, os bancos de investimento e os públicos, financiavam a produção e utilizavam-se dos mercados de valores para colocar ações preferenciais e títulos de crédito da indústria e agricultura.

A reforma bancária estudada por Otto Niemeyer, a pedido do nosso governo, devia ter considerado as condições do Brasil e o financiamento às indústrias. Consoante sua idéia, defendia Roberto Simonsen o projeto da criação de Bancos Industriais para atuarem como intermediários entre as indústrias e o público, pois teriam a função de captar as poupanças dêste e encaminhá-las ao parque industrial nacional. E especificou: a localização dêste tipo de Banco em São Paulo, por exemplo, exigiria um departamento técnico para assessorá-lo com estudos sô-

12. SIMONSEN, R., "As Finanças e a Indústria", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., 1932.

bre a liquidez da indústria que recorresse ao financiamento, mediante a verificação da rentabilidade do capital real e do montante de capital de giro da empresa interessada. Recebendo como trastes do público tomador as garantias reais oferecidas pelas indústrias, o próprio Banco asseguraria, conforme o caso e de acordo com a determinação dos técnicos, o lançamento de ações preferenciais ou de obrigações hipotecárias. Por outro lado, o apóio de ampla publicidade e de documentação correta concorreriam para restabelecer a confiança do público em nossas empresas industriais. As funções do Banco Industrial deveriam ser: financiar as empresas que oferecessem garantias reais; fomentar as poupanças a fim de restabelecer e expandir o mercado de valores e, dessa forma, pela interdependência de interesses, contribuir para o desaparecimento de luta de classes; exigir do país serviços estatísticos preciosos como o fazem os países desenvolvidos, para orientar as classes produtoras na elaboração de sua "meteorologia econômica".

A seu ver, os deficits orçamentários deveriam ser eliminados, não com o sacrifício da exportação, mas, sim, pela reforma da estrutura bancária, reformulação da política de crédito e pela administração racional, pois todas essas medidas refletir-se-iam positivamente na produção. Tais reformas, no entanto, não seriam suficientes para manter estável o valor da moeda nas democracias liberais, cujas empresas constituem a "célula mater" do seu sistema econômico. Seria necessário promover a racionalização financeira das empresas como solução ao problema inflacionário.

A inexistência de capitais internos,

indispensáveis ao funcionamento das fábricas, levou os seus administradores a recorrerem a empréstimos externos. As cláusulas de empréstimo de capital estrangeiro eram rigorosas e não aceitavam por garantias o capital fixo das empresas supercapitalizadas. Tal procedimento exigia nova política operacional visando a racionalização financeira com eliminação dos excessos improdutivos nos balanços das empresas e diminuição dos capitais fixos pelo reajustamento dos valores. Essa redução elevava o rendimento financeiro calculado pela relação entre os rendimentos líquidos e os capitais investidos nas empresas e fixava normas seguras para o trabalho. Foi a reorganização industrial que atraiu o capital estrangeiro, principalmente para os Estados Unidos da América e permitiu-lhe solucionar o problema financeiro. Com relação ao Brasil, assim julgava Roberto Simonsen, a solução poderia ser obtida mediante a mesma técnica.

Estava ele ciente de que muitas das discussões sobre o valor da moeda circunscreviam-se ao mercado interno, como se uma nação vivesse em regime de economia fechada. Tratava-se de um recurso simplificador e não constituía um mal em si, desde que o analista não se esquecesse de ampliar seu raciocínio, para introduzir os fatores reais. Estávamos num mundo de trocas internacionais, os mercados mantinham-se abertos e as ocorrências no comércio e nas finanças internacionais afetavam o poder aquisitivo das moedas nacionais.

Sendo a moeda um instrumento a serviço da economia, a alteração de seu valor em função dos fluxos de riqueza no país provocaria perturbacões tais no setor do trabalho, que impossibilitaria a expansão da produção. Citou como

exemplo o afluxo proveniente das exportações, nos primeiros meses de 1947, graças a circunstâncias acidentais: a alta considerável dos preços do café, algodão e de alguns produtos tropicais do Norte. Se o Brasil mantivesse essa alta de preços, retiraria da riqueza canalizada por seu intermédio os meios para atender aos setores carentes.

No entanto, defender a obrigatoriedade de alterar o preço da moeda a cada modificação do fluxo de riqueza não seria o mesmo que admitir terem os Estados Unidos, no passado, valorizado continuamente o dólar, pelas mesmas razões ?

O Brasil e outros países em vias de desenvolvimento, mesmo quando reorganizavam seus sistemas monetários e bancários, racionalizavam seus serviços públicos e adotavam sistema mais coerente na discriminação de renda pública. Não podiam, no entanto, dispor de poupanças suficientes para promover a diversificação da produção e a industrialização em grande escala e, dessa forma vencer a luta contra o subdesenvolvimento. Recorriam ao capital estrangeiro cercando-se, porém, de certos cuidados a fim de não desnacionalizar o país, dar segurança e garantia a esses capitais e impedir a remuneração excessiva que absorvesse parcela considerável do fruto de nosso trabalho (13). Mais tarde, ao tratar das finalidades da engenharia nacional, salientou que o investimento de capitais estrangeiros no país

13. SIMONSEN R., "Orientação Comercial Brasileira", in À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., 1932.

significava a utilização de um determinado valor de bens acumulados por outros povos (14). E acrescentou: Nos Estados Unidos, foram êsses capitais os propiciadores dos meios para a revolução industrial acompanhar com pequeno intervalo a ocorrida na Inglaterra, e da qual as indústrias norte-americanas aproveitaram invenções e mão-de-obra. O Brasil, no século XIX, quase exclusivamente agrário, com culturas tropicais, não atraía colonos europeus, nem capitais. Deficitária até meados do século, a balança comercial demandou empréstimos da Inglaterra para financiamento das importações das próprias manufaturas inglesas, mas tornou-se favorável, na segunda metade do século, graças à exportação do café. Entretanto, a Guerra do Paraguai consumiu tôdas as disponibilidades. Posteriormente houve grande afluxo de capitais para investimentos em obras públicas, construção de estradas de ferro, portos e saneamento. Estava a remuneração do capital condicionada à expansão agrária e a monocultura cafeeira não podia fornecer indefinidamente divisas para cobrir a demanda de uma população crescente em número e exigências.

O exame da posição cambial efetuado por êle comprovava a deficiente integração da economia, a falta de reservas de capitais de giro e mobilizáveis, e a dependência econômica de nosso País.

Desde 1840 até quase 1943, o valor das exportações em moeda nacional era praticamente

-
14. SIMONSEN, R., "Objetivos da Engenharia Nacional", in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, São Paulo, 1943.

igual ao da nossa circulação e continuou a análise: Joaquim Murtinho calculava a taxa cambial pela seguinte fórmula:

$$C = \frac{\text{exportação em pences}}{\text{circulação em mil réis}}$$

dando o Brasil o certo e determinando-se a taxa de câmbio em Londres. Por isso, atuava no setor cambial, ordenando a incineração do papel-moeda para diminuir o denominador e aumentar a taxa. No século XX, a partir de 1929, a violenta baixa dos preços dos produtos agrícolas e as discriminações impostas pelas políticas comerciais dos impérios coloniais provocaram a queda das exportações, em sentido inverso ao do crescimento acelerado de nossa população e às necessidades de consumo de produtos industriais.

As taxas cambiais brasileiras desvalorizaram-se e os empréstimos externos, dado o pequeno poder aquisitivo da moeda, tornaram-se inaccessíveis.

O desconhecimento sobre economia e finanças contribuiu para a formação do ambiente hostil aos capitais externos que, no serviço de sua remuneração, consumiam parcialmente nossos meios de pagamento, resultando em estancamento do afluxo de capitais ao Brasil. Nosso progresso requeria ou uma modificação de tal situação ou uso de capitais próprios, cuja formação, lenta por várias circunstâncias, não foram enumeradas por Roberto Simonsen.

Aliás, o problema do ingresso de capitais no país apresentava-se menos complexo do que em regiões de colonização mais recente por-

que, desde o ato da abertura dos portos às nações amigas, capitais de países desenvolvidos têm demandado o Brasil e colaborado com o desenvolvimento econômico de nossa terra.

Para se evitarem os ataques contra a entrada de capitais estrangeiros no país, fazia-se necessária maior disciplina em seu uso. No seu livro, Aspectos da Política Econômica Nacional (15), aventou diversas soluções: procura de alianças entre os investidores estrangeiros no Brasil e os empresários nacionais, os responsáveis pela oferta de trabalho; interligação dos problemas de exportações com os de pagamento dos nossos compromissos no exterior; esclarecimento aos credores externos sobre a remessa dos juros e dividendos obtidos pelos capitais investidos; reajustamento do valor, tomando-se por base de avaliação, ou o câmbio médio correspondente às taxas vigentes à época da entrada dos capitais no país, ou a uniformização dos juros às taxas correntes nas praças onde os empréstimos foram contraídos, sem eliminar, no entanto, a viabilidade de eventual racionalização parcial desses compromissos. Estancado o afluxo de capitais, não mais podíamos compensar os investimentos econômicos, que passariam a depender principalmente da exportação em valores aproximadamente iguais aos necessários para as remessas, até que a execução de uma política desenvolvimentista assegurasse a decolagem do país.

Poder-se-ia efetuar o reembolso anual a nossos credores com a soma do acréscimo de

15. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

nossa exportação, dizia êle, baseado, por exemplo, na média do valor exportado no último decênio (1925-1935) ou em índices de preços de matérias-primas de consumo corrente internacional.

Os totais em moeda nacional consignados nos orçamentos públicos e calculados consoante o processo acima descrito seriam empregados na compra de cambiais equivalentes ao excesso de exportações. Liquidar-se-iam as contas anualmente e os saldos seriam aplicados em bônus para incentivar a exportação de produtos novos, ou utilizados para formar cotas acima dos mínimos preestabelecidos para o atendimento dos compromissos assumidos. O capital estrangeiro existente no país seria investido em atividades autofinanciadoras, com o intuito de acelerar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo contrabalançar a paralisação da entrada de novos capitais.

Para a execução desse programa, julgava Roberto Simonsen imprescindível a criação do Instituto Nacional de Exportação, órgão coordenador semelhante ao existente na Alemanha, encarregado da transferência dos valores internacionais provenientes do aumento da exportação, somente que o nosso atuaria em escala muito menor ao do órgão congênere alemão.

Mantido com capitais resultantes de convênio entre todos os Estados e entidades comerciais exportadoras, o fundo do Instituto teria por função pagar as quantias excedentes das remessas do comércio normal, podendo transferir as divisas entradas pela exportação de artigos novos ou as correspondentes a cotas de bonificações, e desse modo facilitar a exportação de

determinados produtos não acessíveis aos mer-
cados externos.

A política de exportação do Instituto seria orientada e fixada por um conselho administrativo, presidido por brasileiro categorizado, e constituir-se-ia de especialistas em mercadologia, além de representantes da agricultura, indústria, comércio e bancos nacionais. Poderia ainda, concluiu Roberto Simonsen, coordenar e executar muitas medidas arbitradas pelo Conselho de Comércio Exterior, Federação Rural do Rio Grande do Sul, Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Cacau, Departamento Nacional do Café e Instituto do Café de São Paulo.

Em conclusão, não pode o problema monetário, em suas relações com o desenvolvimento econômico, desvincular-se dos aspectos macroeconômicos que o antecedem e explicam. A formação da renda nacional e sua distribuição necessitam ser conhecidas para a compreensão da problemática do desenvolvimento econômico, onde o valor da moeda e a inflação devem aparecer ao mesmo tempo, como causas e consequências. Demonstrou a história econômica ser impossível o desenvolvimento de qualquer país no século XX, sem uma programação. Daí a ênfase dada por Roberto Simonsen ao desenvolvimento programado, a partir do conhecimento da renda nacional.

Capítulo IX

RENDA NACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PROGRAMADO

Para promover o desenvolvimento econômico programado, Roberto Simonsen percebeu que o planejamento exigia financiamento e que os recursos disponíveis para esse fim dependiam do volume e repartição da renda nacional, ou seja, renda nacional entendida como o agregado total de bens e serviços produzidos pela população de um país, em um ano. Podia, portanto, ser avaliada, aproximadamente, em termos monetários, por processos diretos ou indiretos. Diretamente, a estimativa se apoiava em dados referentes aos insumos dessa produção, ou ao total de salários, ordenados, rendas, lucros e juros recebidos pela população, em remuneração das suas atividades produtoras. Os processos indiretos, porém, considerava-os fundamentados na observação de uma série de fenômenos ligados à produção e consumo. Do ponto de vista de Marshall, ela devia ser calculada de acordo com a produção e, segundo Fisher, com a capacidade de consumo da população. (1).

-
1. SIMONSEN, R., "O Conceito da Renda Nacional e sua Influência na Elevação dos Padrões de Vida. Cooperação Econômica entre as ...

Conclui-se, pois, dizia êle, que desta ou daquela forma é a renda nacional a fonte de onde se retiram os recursos para assegurar o bem-estar das populações. Se nessa renda se efetuasse qualquer intervenção injustificada, com o objetivo de distribuí-la artificialmente entre as várias classes, retardaria-se a evolução e aumentaria o empobrecimento da nação. Igual tratamento entre as regiões de diferentes rendas per capita e nas relações econômicas internacionais, concorreria para tornar permanente os desequilíbrios existentes ou, até mesmo, para agravá-los.

O aumento da renda nacional envolvia aspectos econômicos, sociais e políticos complexos e dependia de vários fatores: posição geográfica do país, existência de recursos naturais, produtividade do povo, disponibilidade de capitais e entidades técnicas e econômicas da nação.

Os países que, no passado, contaram com fatores favoráveis rapidamente evoluíram e estruturaram suas relações econômicas internacionais, obedecendo às diretrizes expansionistas. O desnível entre os índices de riqueza das diversas nações e o exame dos elementos determinantes e multiplicadores das riquezas demonstraram que, pelos processos normais, os países pobres, em sua maior parte, só muito lentamente poderiam atingir um grau mínimo de bem-estar e partir para um estágio superior de progresso.

-
1. ...Nações. Medidas para auxiliar a Elevação dos Níveis nos Países Pobres", in Problemas de Política Econômica, Departamento de Economia Industrial, Gráfica Siqueira, 1944.

Entretanto, na opinião de Roberto Simonsen, os povos mais ricos e desenvolvidos, através de seus recursos, capitais e técnica, poderiam auxiliar os mais pobres e acelerar seu desenvolvimento econômico. É do interesse dos países evoluídos agir dessa forma, visto ser in divisível a prosperidade real da humanidade e constituírem-se os focos de problemas e miséria em núcleos perturbadores da paz internacional. Os investimentos por eles efetuados em áreas subdesenvolvidas reproduzir-se-ão no espaço e no tempo pela intensificação das correntes comerciais. As planificações adotadas pelos países em guerra e idealizadas com o propósito de mobilizar seus recursos bélicos, como as da União Soviética, Turquia e outras nações, demonstraram que a política, a ciência e a técnica das nações líderes do mundo podem proporcionar os meios necessários para a elevação do nível de vida de qualquer região do globo desde que estas os apliquem eficientemente.

Ao tratar do planejamento da economia brasileira, Roberto Simonsen (2), com bastante propriedade, insistiu em que nações depauperadas, ao invés de publicarem estatísticas de seu comércio internacional, deveriam calcular e divulgar os índices de crescimento da sua renda nacional. Grandes eram as dificuldades a vencer para o cálculo desses dados, pois exigia pesquisas e cadastros como os existentes apenas em raras nações, bem como uma série de cuidados no sentido de evitar a dupla contagem na determinação do valor total dos bens e serviços produzi-

-
2. SIMONSEN, R., Planejamento da Economia Brasileira, réplica a Eugênio Gudín, Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

dos. A natureza de muitos dos elementos componentes varia segundo a estrutura econômica de cada povo, mas o total pode ser calculado pelos processos usuais. Entretanto, ao mesmo tempo, outros fatores tornam complexa a avaliação, como por exemplo: a inflação, e os lucros artificiais, difíceis de serem distinguidos dos legítimos.

Os obstáculos ao levantamento da renda nacional derivam da exigência de agregar produções líquidas agrícolas, mineradoras e industriais aos valores dos transportes, serviços públicos, comércio, outras atividades distributivas e os serviços governamentais. Também é árduo quantificar os valores distribuídos em salários, ordenados, rendimentos dos empregadores, rendas das propriedades, juros e dividendos ou então encontrar critério eficaz de cálculo pelo valor do consumo. A fim de contornar esses empecilhos, sugeriu Roberto Simonsen a utilização de um índice da renda nacional, passível de ser calculado com relativa facilidade pela maioria das nações.

O índice seria dado pela produção global agrícola, expressa em termos de preços alcançados pelos produtores, somada ao valor da produção industrial, da produção extrativa mineral mais o valor da importação, de cujo total se subtrairia o valor das exportações. Esse agregado inclui duas vezes o valor das matérias-primas utilizadas, mas por sua vez, não abrange os valores representativos dos serviços prestados pelo comércio, transportes, entidades diversas e pelo poder público. Este último grupo de valores depende, em grande parte, da eficiência e produtividade dos vários povos e, portan-

to, no cálculo da renda nacional, seu cômputo conduz a situações paradoxais.

Em regime de inflação, quanto mais caros os serviços de distribuição de mercadorias ou de transportes, maior a renda nacional deles derivada e quanto mais elevado o número de funcionários prestadores de serviços, maior a renda nacional produzida. Na fonte, os valores das produções agrícola, mineral e manufatureira são regulados pela lei da oferta e procura. Toda produção não absorvida pelo meio social não se efetua, razão por que seus valores são relativamente controláveis. E, acrescentou Roberto Simonsen: o índice de renda nacional assim calculado para a maioria dos países representaria cerca de 70% do valor real desse dividendo. Para atender à contabilidade de capitais cuja formação e investimento nas nações fortemente capitalizadas representam elemento ponderável da renda nacional, e cujo fluxo nos países devedores poderia aparecer sob a forma de importações anormais, sugeriu um fator de correção a ser acrescentado ou diminuído do índice de renda nacional. Com relação aos países devedores, representaria esse fator a importação anormal oriunda de empréstimo internacional contraído com os países credores, e a exportação de capitais. A fórmula seria (3): Índice da renda

3. SIMONSEN, R., "O Conceito de Renda Nacional e sua Influência na Elevação de Padrões de Vida. Cooperação Econômica entre as Nações. Medidas para auxiliar a Elevação dos Níveis de Vida nos Países Pobres", in Problemas de Política Econômica, Departamento de Economia Industrial, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1944, p. 15.

nacional = (Produção agrícola + produção extrativa mineral + produção industrial) + (importações - exportações) $\pm$ movimento de capitais, ou seja:

$$IRN = (Pa + Pm + Pi) + Imp - Exp \pm Mov. de cap$$

O uso generalizado do índice permitiria registrar as oscilações da renda nacional e compará-las com as outras nações. A fixação de uma unidade padrão seria facilitada pela relativa estabilidade monetária internacional, prevista em Bretton Woods, e também a unidade escolhida poderia ser ponderada pela razão entre os índices do poder aquisitivo interno do país considerado e o do país fornecedor da moeda base.

Ao propor a técnica acima descrita, estava Roberto Simonsen evidenciando que o rendimento disponível de um país depende da sua produção e dos saldos líquidos da balança comercial. É curioso notar que neste ponto utilizou a palavra índice no sentido vernáculo e não estatístico; inverteu a posição do minuendo e subtraendo da equação de equilíbrio e, em lugar de procurar saldos credores, subtraindo dos valores da exportação o valor das importações, ou seja, das divisas disponíveis para futuros compromissos financeiros, fez o contrário. Muito embora não encontrássemos em sua obra um satisfatório esclarecimento para esta inversão, acreditamos ter sido ele movido pela idéia, hoje bastante aceita, de que um país, com suficiente crédito externo, pelo endividamento consegue movimentar recursos provenientes de economias de outros países. Dessa forma está, pois, lançando mão de crédito internacional com o objetivo de transformar em poupança própria uma parcela dos saldos devedores não liquidados e, por isso mes

mo, aumentando a renda nacional disponível. É bem verdade que, para o futuro, o endividamento cumulativo poderá esbarrar com sérias dificuldades cambiais, como vem ocorrendo atualmente. Não obstante, quando um país pobre deseja lutar pela conquista do seu desenvolvimento, deve recorrer a todos os recursos possíveis, onde quer que estes se encontrem.

Dirigindo-se aos estudantes (4), Roberto Simonsen advertiu-os sobre o fato de o futuro de nosso país estar condicionado à mobilização de suas forças potenciais, mediante introdução racional de técnica que visa a modificação da estrutura econômica, ainda com traços colonialistas.

A exemplo do Brasil, os países de desenvolvimento incipiente, não se podem beneficiar, como os desenvolvidos, de política comercial livre-cambista que reclama, sobretudo, a abolição das tarifas que são indispensáveis a etapas que se encontravam em seu progresso econômico.

A participação das áreas novas no mercado interno depende do seu grau de desenvolvimento e, unicamente o aumento dos capitais reais, a melhoria dos níveis tecnológicos e a elevação da produtividade, conseguirão reforçar-lhe o poder de consumo que, posteriormente, se refletirá na ampliação de suas compras externas. A capitalização ou industrialização de tais países, considerava nosso Autor, poderia ser acele-

4. SIMONSEN, R., "Saudação Acadêmica", 1948, in Digesto Econômico, nº 43, junho de 1948.

lerada por dois processos: o primeiro mais lento e mais rigoroso, consiste numa adequada proteção que lhes assegure o controle do mercado interno; visa, o segundo, a cooperação internacional, dentro de um novo conceito de direito internacional social e novas fórmulas positivas de auxílio econômico técnico e financeiro, capazes de proporcionar um seguro e rápido aumento da produtividade.

A Europa, citou ele, desenvolveu - se graças à tecnologia que anulou as agruras do clima frio, portanto, os latino-americanos só avançariam mais rapidamente no plano de vivência econômico-social, após dominarem o calor tropical.

Foi Roberto Simonsen muito combatido em nosso país, inclusive por não participar do falso otimismo dos saudosistas e declarar com sinceridade e abertamente que o Brasil era uma nação pobre. O reconhecimento do estado de pobreza constituía uma tomada de consciência indispensável para a aplicação do desenvolvimento programado no país.

Em 1935, ao procurar inventariar a renda nacional (5), mesmo lutando contra as deficiências de nossos cadastros e estatísticas, comprovou ser o Brasil subdesenvolvido; determinou a cifra de 75 milhões de contos de réis, correspondente aos valores investidos nas atividades econômicas brasileiras, assim distribuídos:

5. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

(dólar = 8\$000)

Capitais estrangeiros investidos em empréstimos públicos e empresas particulares	25.000.000:000\$000
Capitais nacionais aplicados em empréstimos públicos....	4.500.000:000\$000
Indústria agrícola e pastorel.....	20.000.000:000\$000
Ações de estradas de ferro nacionais e emissões de debêntures.....	1.000.000:000\$000
Comércio nacional e bancos..	10.000.000:000\$000
Indústria em geral.....	6.500.000:000\$000
Imóveis.....	8.000.000:000\$000

Na análise da evolução econômica demonstrou a lenta formação de capitais nacionais provocada pela deficiência de saldos, em relação à população e à extensão do território nacional, e teceu as seguintes considerações:

A observação, sem preconceitos, do panorama mundial e das doutrinas professadas pelas escolas econômicas mais avançadas levava à conclusão sobre a necessidade do desenvolvimento econômico das nações. A respeito das divergências quanto à posse e utilização dos capitais, conquanto alguns julgassem que deviam ser manipulados pelo Estado e outros achassem aconselhável a sua distribuição pelo maior número possível, ou então concentrados em poucas mãos, não se podia negar o papel dos capitais na expansão das economias, como também o empenho de todos os povos em atraí-los e deles retirar a máxima rentabilidade.

É perfeitamente plausível a idéia de combater os abusos do capitalismo, pois se os capitais não forem investidos segundo determinação das regras e proporções, como todo e qualquer fator de progresso, poderão em certas circunstâncias, tornarem-se nocivos à economia.

É inegável, com relação ao Brasil, a importância dos problemas derivados não apenas das dívidas externas contraídas para a vinda de capitais estrangeiros, como também da posição da economia nacional face à desvalorização cambial crescente, uma vez que tais fatos afetavam nossas relações com outros países.

Estes problemas, a seu ver, demonstram ser imprescindível a adoção de diretrizes mais condizentes com a nossa política comercial, porquanto a insuficiência de capitais nacionais nos induzia a atrair capitais externos; obviamente, estes, por sua vez, elevam o montante de nossas remessas para o exterior. Entretanto, a não intensificação da exportação brasileira coincidiu com a paralisação do afluxo de novos capitais e, como consequência inevitável, ocorria a depreciação contínua do valor ouro de mil réis. Não admitia Roberto Simonsen a possibilidade de os credores desses países novos imporem cerceamento à liberdade de negociar tratados comerciais, porque deveriam esses capitais ser considerados, no mais amplo sentido da expressão, como elementos a serem incorporados ao progresso e, nesse sentido, inexistia motivo para antagonismo.

Os fatores relacionados com a economia brasileira podiam ser interpretados pelas equações da balança de pagamentos e do padrão

de vida nacional, considerava o Autor. A primeira é expressa pela equação:

$$\begin{array}{l} \text{Exportação + Entrada} \\ \text{de Ca-} \\ \text{pitais} = \text{Importação + Pagamento de} \\ \text{Dívida Pública + Remessas} \\ \text{para Remuneração de capi-} \\ \text{tais particulares + Remes-} \\ \text{sas de Côlonos + Remessas} \\ \text{Diversas.} \end{array}$$

Êsses elementos utilizados na determinação da posição da balança de pagamentos revelam o porque da nossa dependência da economia internacional.

A segunda, a equação do padrão de vida, deriva da relação:

$$\begin{array}{l} \text{Rendimento Nacional} - \text{Remessa de Rendimen-} \\ \text{tos Líquidos Estran-} \\ \text{geiros} \end{array}$$

População

correspondente ao índice de poder aquisitivo nacional e dependente, em grande parte, da eficiência do trabalho e da organização da sociedade. As duas equações completam-se por força da interdependência entre os vários fatores em seus termos. A primeira facilitava a análise da nossa política econômica, pois comprova que o saldo da balança comercial, acrescido da entrada de capitais, tem que atender às remessas do passivo da nossa balança de contas. Assim, exemplificou, o passivo totalizou 39 1/2 milhões de libras, mas como o saldo médio na balança comercial foi de 11,360 milhões de libras no período de 1925 a

1929 e, no quinquênio 1930-1934, de 13,086 milhões de libras, fazia-se mister, para a manutenção do equilíbrio cambial nesse último período, o afluxo de capital externo anual de mais de 20 milhões de libras. Em 1928, Roberto Simonsen avaliou a entrada de capitais estrangeiros em 18 milhões de libras. No entanto, entre 1918 e 1930, atingiu 200 milhões de libras, ou seja, $\frac{1}{3}$ do total do capital estrangeiro investido no País. Uma vez cessado o afluxo, sobreveio profundo desequilíbrio em nossa balança internacional de contas.

O exame da segunda equação do padrão de vida do Brasil, expresso em moeda nacional, facilitava a verificação dos índices do poder aquisitivo, do bem-estar de nosso povo e sua flutuação, mesmo com a existência ou não de remessas para o exterior. A falta de braços com que lutava São Paulo, as receitas públicas, a ausência de desemprego, a relativa estabilidade interna do valor da moeda e vários outros fatores, constituíam provas eloquentes do progresso econômico. Tal situação deveu-se principalmente aos estímulos provocados pela baixa cambial sem, contudo, adquirir caráter estável.

A análise conjunta das duas equações permitia, segundo ele, afirmar que, naquele momento, não estávamos totalmente impossibilitados de remunerar em bases justas os capitais nacional e estrangeiros investidos aqui. Nosso problema resultava da impraticabilidade de transferir para o estrangeiro qualquer remuneração ou rendimento, dada a feição da evolução econômica nacional, face às economias dos demais povos.

Para o atendimento das remessas correspondentes ao intercâmbio econômico, dizia Roberto

Simonsen, admitindo a hipótese de suspensão na balança comercial de saldo superior a 17 milhões de libras, fazia-se necessário efetuar o pagamento total dos serviços das dívidas. Nossos compromissos no exterior exigiam o envio de ouro e a adoção de cota cambial de sacrifício correspondente a mais de 10% do valor das exportações das principais mercadorias.

A supressão pura e simples do confisco cambial, consoante esquema elaborado por Oswaldo Aranha, com a finalidade de resolver esses problemas, não julgava aconselhável, pois, além de não os solucionar, poderia ocasionar ao Brasil grande prejuízo, colocando-o na posição de devedor incapaz e expondo-o a possíveis represálias advindas das economias prejudicadas.

A substituição do confisco pela apropriação das quantias suficientes para saldar as dívidas no exterior constituiria um ato contrário à nossa cultura e civilização; em nada nos beneficiaria, pois é sabido que a riqueza só é incorporada à sociedade quando deriva dos esforços e dos trabalhos reais empregados na sua aquisição.

Citou Roberto Simonsen o caso acontecido com Portugal e Espanha, bastante elucidativo da questão em foco, porquanto ambos receberam vultuosas somas para eles canalizadas; o primeiro, durante o ciclo da mineração brasileira e o segundo, quando exauriu a fabulosa riqueza dos incas. O exemplo acima esclarece muito bem que todo esse ouro apenas serviu para desenvolver a economia dos povos fornecedores de bens de consumo à Espanha e Portugal. O Brasil, considerava o Economista patricio, podia pagar suas dívidas;

haja visto a sua capacidade de trabalho e produção, o desejo de saldar os compromissos assumidos por contrato e de restituir o valor que nos fôra emprestado. Não tínhamos condições para enviar parcialmente ao exterior o produto do esforço e trabalho com que valorizamos os capitais a nós confiados; no entanto, eram as transferências imprescindíveis ao pagamento dos compromissos. Mas se dentro do país iniciássemos a acumulação de quantias representativas dos serviços de nossas dívidas externas, a espera de possíveis remessas adviriam obstáculos ao fomento da economia interna ou então a situação moral - mente insustentável dos congelados.

Os problemas brasileiros relacionados à renda nacional interna têm características diferentes dos existentes nos países ricos (6). Apoiado nessa constatação, Roberto Simonsen teceu as seguintes considerações relativas a tão importante aspecto da economia nacional:

A renda nacional, insuficiente, correspondia, em 1943, a mais ou menos 40 milhões de contos de réis e a menos de 1 conto de réis per capita, enquanto a renda nacional nos Estados Unidos atingiu, em média, 24 contos de réis per capita e 3 bilhões de contos de réis anuais.

Nos Estados Unidos, em virtude da política restritiva ao supérfluo e da disciplina

6. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

no consumo da população, pôde o govêrno despend^{er} metade da renda nacional na Segunda Grande Guerra e, não obstante, manter um alto padrão de vida. O caso do Brasil foi bem diverso: o gasto de vultosas parcelas durante a guerra agravaram o nível médio da pobreza do país. Além disso, com o objetivo de prestar maior colaboração às nações aliadas no programa de reconstrução do após-guerra, apoiado na justiça e paz social, foi-lhe mister pleitear a cooperação delas para a aceleração do crescimento do seu rendimento nacional. Assim, poderia o Brasil implantar uma política econômica interna eficiente, a fim de melhorar a redistribuição do trabalho e provocar reflexos benéficos no exterior.

A escassa renda nacional, lembrava Roberto Simonsen, fôra a causa de nossos baixos salários e das pequenas receitas públicas. Não recultaram de pressão das classes patronais, tampouco da falta de sua contribuição ao erário público. O mesmo aconteceu com o rendimento individual, pois bem sabemos da existência de diferentes graus de remunerações e de riquezas dentro de um país e entre as nações. Quando a atividade social da população está concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor e inferior o nível de vida, em relação aos das sociedades industriais onde o progresso introduziu inventos, novas organizações e elevou o padrão de vida médio e a riqueza da nação, expressa pela soma da riqueza de seus componentes.

A rápida e generalizada elevação do padrão de vida é algo complexa. O progresso econômico nos países supercapitalistas depende do acúmulo de poupança, do trabalho, de maquinaria e técnicas - fatores que ampliam e multipli

cam a produção individual - gerando maior acúmulo de riqueza e saldos não consumidos. Entretanto, ao se considerar que o bem-estar econômico não é o único valor da vida, mas, sim, parte preponderante das preocupações das classes menos favorecidas e mais numerosas, fazia-se imprescindível, na sua opinião, equacionar os problemas sociais e econômicos por scientific ap-
proaching.

A análise do desenvolvimento de uma comunidade, região ou nação, exige, no exame dos dados sobre a produção, o conhecimento da renda individual da população ativa e a produtividade per capita. Apontou Roberto Simonsen, como exemplo, o estudo efetuado por Colin Clark, in The Condition of Economic Progress, sobre o progresso econômico relacionado com a estrutura social dos diferentes países, no qual o autor considerou como regra geral o seguinte: uma alta de renda real média por indivíduo sempre está associada à grande percentagem da população empregada nas indústrias, por ele denominada de terciárias, e nos países em expansão a proporção das populações engajadas nas indústrias primárias diminui e a que trabalha em indústrias "secundárias", após alcançar determinado limite, começa a decrescer, aumentando proporcionalmente a parcela que se desloca para as atividades terciárias, em busca de maior remuneração.

Só em casos excepcionais, afirmara Clark, verifica-se a coexistência de atividades primárias e terciárias sem a passagem pela fase de industrialização secundária, como ocorreu na Argentina e Austrália, países de solo fértil, de fácil exploração cujos proprietários da terra enriqueceram formando centros especializados

em atividades terciárias. Entretanto, como a inexistência de indústrias torna o equilíbrio econômico instável, o normal será a evolução por etapas através dos três estágios.

O trabalho de Colin Clark reforçou as idéias de Roberto Simonsen sobre a escolha das bases da política desenvolvimentista a ser aplicada na solução dos problemas decorrentes da Segunda Guerra (7). Achava que a política no a-pós-guerra devia ser orientada por duas indagações fundamentais: como elevar a renda nacional a um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que aspiramos? Como assegurar a cada habitante do país um mínimo de recursos para a existência digna?

Se hoje o mundo divide-se em países ricos e pobres é porque algumas nações, com maior rapidez, alteraram suas estruturas econômicas e organizaram um sistema educacional voltado para a criação e consumo da riqueza. Desta maneira, promoveram o desenvolvimento e proporcionaram a seus povos um padrão de vida mais elevado.

Não chegou êle ao exagero de afirmar que o desenvolvimento era, antes de tudo, um estado de espírito, mas reconheceu que, para vencer a pobreza, era preciso, em primeiro lugar,

7. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra, Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

admitir a sua existência para depois, combatê-la. Colocava-se, talvez, dizia Roberto Simon - sen, sob este aspecto um dos pontos altos da co - laboração da Igreja na solução dos problemas des - ta metade do século, principalmente após o ca - taclismo socio-econômico representado pelo Se - gundo Grande Conflito Mundial.

Com relação ao processo de desenvolvi - mento econômico, julgava que a Igreja, com o au - xílio dos seus poderosos elementos de divulga - ção, podia desempenhar importante papel, escla - recendo todos os brasileiros sobre nossas ver - dadeiras necessidades, explicando à massa sofre - dora que a pobreza não decorria, na maioria dos casos, da compressão exercida pelas classes mais favorecidas e, ao mesmo tempo, prestando coope - ração, em escala maior do que o tem feito, ao ensino profissional e educação em geral, com o objetivo de transmitir à sociedade os sentimen - tos de caridade e solidariedade social - os mais belos postulados da religião cristã (8).

Analisando a viabilidade do desenvol - vimento econômico (9), Roberto Simonsen apontou os quatro fatores fundamentais ao progresso ma - terial das nações: 1) aprimoramento técnico; 2) produtividade da população; 3) abundância dos recursos naturais; e 4) estruturação econômica.

8. SIMONSEN, R., "Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, 1943.

9. SIMONSEN, R., A Engenharia e as Indústrias, Gráfica Salles Oliveira & Cia. Ltda., São Paulo, 1944.

O progresso tecnológico resultante do aperfeiçoamento dos processos e da capacidade inventiva acelera o ritmo da evolução. Nos Estados Unidos, exemplificou, anualmente eram concedidas 50 000 patentes de invenção, muitas das quais desempenham papéis atuantes na marcha dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais da humanidade, como o automóvel, o telefone, o avião, o cinema, o rayon e o concreto armado, e que exerceram e exercem influência marcante na formação das cidades e na direção de qualquer atividade humana.

A introdução, no mercado, de produtos plásticos revolucionou setores importantes da economia industrial, a exemplo das resinas sintéticas, algodão artificial, lã de celulose, borracha sintética, metalurgia e outros. Destacam-se, no setor de transportes, as transformações nos motores de explosão, energia provinda de substâncias carburantes e os novos meios de propulsão aeronáutica; nos de comunicação e audição, e os aparelhos aperfeiçoados, principalmente os bélicos.

No setor agrícola, tanto o aperfeiçoamento da maquinaria, como a implantação de processos atualizados demonstraram a interdependência das várias atividades separadas e classificadas artificialmente pelos homens. O grande número de inventos tecnológicos, obtidos em menos de 70 anos, refletir-se-ia na futura ordem social, política e econômica dos países.

Se fôsse possível prever as reações sociais que o grau de concentração humana, a densidade do trânsito e os novos produtos iriam ocasionar, declarava Roberto Simonsen, a ciência

urbanística teria surgido há mais tempo; como consequência, as cidades teriam sido construídas segundo diretrizes mais adequadas à sua expansão, ou seja, com aplicação de planos apropriados de viação, traçados de estradas em condições técnicas viáveis e, questão primordial, reger-se-iam consoante legislação social elaborada no sentido de evitar os angustiosos problemas em que nos debateamos.

Desenvolvimento econômico significa aumento de produtividade, mediante intensificação de criação dos capitais reais. No Brasil, cita-va o Economista brasileiro, a taxa de acumulação de capitais, em período normal, antes da Segunda Grande Guerra, era de 5% sôbre a renda nacional. A manutenção dessa taxa possibilitava à economia nacional, excluídos certos efeitos imprevisíveis, dobrar as rendas reais per capita num prazo aproximado de 15 anos. A duplicação no mesmo prazo não poderia ser conseguida se fôsse mantido o esquema para renovação e ampliação do auxílio previsto para a Europa no Plano Marshall. Dada como suposta a execução dêsse Plano de recuperação, sem o qual o desenvolvimento mundial posterior a apresentaria menor intensidade, far-se-ia imprescindível estabelecer a magnitude do plano de desenvolvimento (10).

Referindo-se aos países subcapitalizados (11), afirmou êle que as atividades estavam

10. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana - Problemas do Desenvolvimento Econômico Latino-Americano", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.
11. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no....."

concentradas na indústria primária e as populações não conseguiam recursos asseguradores de um padrão de vida razoável, devido à coexistência de uma classe de ricos proprietários de terras e miséria generalizada das populações. Dentre os povos mais evoluídos, a técnica e os meios de produção funcionam como capitalizadores e afastam a preocupação do atendimento de necessidades essenciais à vida. O Estado só interfere na liberdade com relação à obrigatoriedade do serviço militar, tendo por escopo a defesa do país contra inimigos externos.

A democracia, apoiada na moral cristã, não admite restrições à dignidade do indivíduo, tampouco um estado consciente de miséria ou pobreza. Por esses motivos, o país organizado devia dispor de renda nacional que garantisse, em conjunto, o abastecimento da nação e um sistema de distribuição apto a proporcionar iguais oportunidades tanto para a conquista do bem-estar, como para a obtenção de um mínimo de recursos próprios a uma existência digna.

Para muitos economistas, empresários e homens públicos de sua época Roberto Simonsen foi um herético. Quando no Brasil - e por que não dizer em toda a América Latina - travava-se acirrada luta entre as vantagens do livre-câmbio, por um lado, e a necessidade imperativa de um protecionismo, por outro, sempre predominava a primeira corrente. Em virtude de, historicamente, terem sido os países socialistas os primeiros a a-

..... Período de Após-Guerra, Geografia Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

dotar a programação econômica, fazendo-o de maneira empírica pelo processo de tentativa e erro, o mundo capitalista teceu críticas e apontou falhas àqueles planos de desenvolvimento econômico.

Imerecidamente, dizia Roberto Simonsen, associava-se à elaboração de planos econômicos de desenvolvimento a implícita aceitação da doutrina socialista e de mudança do sistema econômico capitalista para a socialista. Quantas e quantas páginas não se escreveram para provar ao mundo ocidental que capitalismo era sinônimo de livre concorrência absoluta, enquanto socialismo e comunismo significavam planificação? No primeiro caso, acreditava-se no mecanismo automático auto-regulador da economia, representado por um sistema econômico apoiado em mercados livres e em concorrências. No segundo, pura e simplesmente, duvidava-se da existência desse automatismo de mercado. Ao tempo em que viveu Roberto Simonsen, poucos homens, no Brasil pelo menos, seriam capazes de lançar dúvidas sobre as vantagens do liberalismo.

Se o mercado não era perfeito, em virtude da existência de concentrações econômicas que transformavam o regime de concorrência perfeita, pura ou absoluta, em concorrência imperfeita ou monopolística, em oligopólios e oligopsonios - chegando até ao extremo do monopólio bilateral - estes regimes efetivos de mercado, embora reais, eram anomalias a serem combatidas. Para tal fim elaboraram-se as leis antitrustes, que condenavam e coíbiavam as fusões, e também as leis contra o abuso do poder econômico, visando restabelecer as condições de atomização do mercado e de indiferença nas trocas,

condições para o restabelecimento do mercado perfeito, vale dizer, do mecanismo auto-regulador e automático salvador do capitalismo.

Roberto Simonsen discordou de tal atitude. Não se deixou envolver pela capciosa distinção entre plano e programa e dirigiu-se, decisivamente, para a programação econômica, por julgar que só a técnica e a política poderiam promover o desenvolvimento econômico.

Respondendo a Eugenio Gudín (12), expôs o seguinte: a posição do intervencionismo na teoria da programação, ressaltada por Lorwin, em Time for Planning, esclareceu que em vários países do mundo os governos tendiam a delinear a programação intervencionista, sob o aspecto econômico-social, em quatro modelos característicos. No primeiro, o Estado tornava-se proprietário e administrador de todos os recursos naturais e econômicos e agia consoante um plano nacional total. É o padrão do Estado Socialista ou do Estado Capitalista, como a União Soviética e outros países da Europa. No segundo modelo, o governo assumia o papel de guia; prestava auxílio à realização de programas industriais e sociais e agia através do sistema fiscal e monetário, e da política industrial e legislação trabalhista, sobre os preços e modo de operar. É o padrão de economia dirigida que se expandira na Grã-Bretanha e em outras regiões do Império Britânico. No terceiro, a ação governamental processava-se no

12. SIMONSEN, R., O Planejamento da Economia Brasileira, réplica a Gudín na Comissão de Planejamento Econômico, Indústria Gráfica Síqueteira, São Paulo, 1945.

sentido de compensar a iniciativa privada. O governo interferia cada vez mais, como árbitro dos diferentes grupos no corrigir as falhas e defeitos da economia nacional, resultantes do desperdício, concorrências desleais e práticas monopolistas. É o tipo que se observava nos Estados Unidos. O quarto modelo caracterizava-se por uma organização econômico-social mista onde se mesclavam alguns aspectos do capitalismo e do socialismo de Estado, do cooperativismo e da iniciativa privada compensada. Este modelo, provavelmente, exemplificou Roberto Simonsen, seria aquele que se desenvolveria na Índia, China e em alguns países da América Latina. Nos quatro modelos, os governos teriam que harmonizar as bases da democracia com determinada liberdade de ação e deveriam criar, em bases científicas, técnicas modernas de administração pública.

Teve Roberto Simonsen a suprema coragem de declarar-se abertamente intervencionista. Para ele, o Estado não era mero juiz das regras do jogo, mas, sim, agente atuante na economia de um país.

Por isso, acentuou (13) que a ação do Estado no campo econômico podia processar-se direta ou indiretamente. Poderia agir diretamente executando obras públicas, explorando os serviços públicos, instituindo organizações de crédito, regulamentando o comércio, intervindo na administração de empresas privadas ou, então,

13. SIMONSEN, R., Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras, São Paulo Editora Ltda., 1934.

constituir-se em produtor industrial ou comercial ou organizador de núcleos coloniais.

Agiria indiretamente dando garantias aos empreendedores, ministrando ensino especializado e profissional, incentivando pesquisas e montagem de laboratórios técnico-científicos e a formação de fazendas-modelo e campos experimentais, ou organizando a rede de transportes, a legislação geral, especialmente a tributária.

O planejamento das atividades econômicas estatais, na obra de Roberto Simonsen, é considerado como um meio de defesa e fortalecimento do próprio capitalismo liberal.

A tecnologia, afirmava êle, é importante fator de progresso, e o planejamento representa coordenação de esforços com vistas a determinado fim (14). De fato, a técnica e a ciência moderna fornecem o instrumental essencial para, dentro de um planejamento racional, corrigir o atraso expresso pela baixíssima renda nacional e níveis de vida miserável em numerosas áreas.

Pleno de recursos naturais e terras não aproveitadas, o Brasil estava em condições de ser submetido a um planejamento que não se prendesse obrigatoriamente a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas. As democracias vêm, há muito tempo, planejando seus diversos setores, por considerar tal técnica como a mais adequada à so

14. SIMONSEN, R., O Planejamento da Economia Brasileira, réplica a Gudin, na Comissão de Planejamento Econômico, Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

lução de complexos problemas. E Roberto Simonsen chamava a atenção para o fato de, apesar de ser considerada nova, a expressão planejamento, na realidade, é antiga e de comprovada eficiência, pelos enormes progressos verificados na tecnologia e nas ciências econômicas e sociais.

O maior controle dos meios de previsão facilitou a difusão do planejamento, ao tornar mais precisa a determinação da inter-relação dos fenômenos e as relações de causa e efeito. Esse instrumento de ação econômica e social, capaz de solucionar graves problemas não foi ra entendido pelos "saudosistas", apegados ao conceito de que a riqueza só poderia ser apreciada e usufruída por determinada parcela da população de algumas nações privilegiadas.

O planejamento não excluía os empreendimentos particulares. Muito ao contrário, afirmava Roberto Simonsen, torna-os mais eficientes quando ligados ao direito de propriedade, por que este só permanecerá enquanto a maioria da população de uma democracia estiver convencida de que a propriedade privada representa o verdadeiro interesse da sociedade como um todo.

Além disso, o planejamento dá ensejo aos países para lutarem contra a instabilidade econômica, assegura a sobrevivência das instituições políticas, das médias e pequenas empresas, facilita o controle e o combate aos trusts e proporciona a melhor utilização da propriedade individual em benefício da coletividade.

A obra de Carl Landauer, da Universidade da Califórnia, Teoria do Planejamento Econômico Nacional, conheceu-a Roberto Simonsen a-

pôs a apresentação do seu parecer sobre Planejamento ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, e reforçou suas idéias sobre essa questão, quando fez ver as vantagens do planejamento econômico total para os países desenvolvidos, como meio mais eficaz de vencer as depressões e as crises cíclicas e induzir à evolução econômica, com um mínimo de imprevistos e perturbações. Landauer, além de considerar o Planejamento como a orientação das atividades econômicas exercidas por um organismo central, mediante a utilização de um esquema de previsão qualitativa e quantitativa do programa de produção a ser executado durante determinado período, aconselhava a manter a produção em poder da iniciativa privada e a executar o planejamento por meios suasórios, e não compulsórios, e por negociações entre o órgão planejador e empresas particulares.

Já se tornou sobejamente conhecido que a atividade econômica passou a ser ação planejada. A programação tornou-se um imperativo de nossa época, até mesmo no tocante à eliminação dos grandes obstáculos derivados das densas concentrações urbanas.

Não podemos permanecer tranquilos perante a coletividade nacional, dizia Roberto Simonsen, se não tentarmos disciplinar, no bom sentido, a crise do crescimento através de uma corajosa política de combate ao pauperismo (15).

15. SIMONSEN, R., "Discurso pronunciado na 23ª. Sessão Ordinária do Senado, in Discursos, SESI, DN, 1947.

São inúmeros os exemplos de planejamento inteligente e de seus resultados positivos em qualquer região natural, por mais hostil que se apresente, quando aplicado em conexão com os grandes meios à disposição das culturas modernas; e citava: a reconstrução planejada do reflorestamento do Vale do Tennessee, os planos quinquenais russos, as transformações rápidas das regiões norte-africanas etc.

A ação política democrática, com o objetivo de proporcionar prosperidade às populações rurais e urbanas, devia reger-se consoante regras que atendessem aos anseios humanos e as atividades econômicas mobilizáveis.

Muitas vezes, o anormal crescimento de certas cidades acarretava o desequilíbrio entre o mínimo indispensável à vida da população e os recursos próprios conseguidos pelo seu trabalho. Este fato era o responsável pela elevada percentagem de indivíduos pobres que vivem miseravelmente em meio a aglomerações urbanas e pela agressividade dos consumidores com ganhos insuficientes contra o trabalho dos produtores, redundando em prejuízo para os legítimos interesses nacionais.

O planejamento econômico compreendia, também, providências relativas ao descongestionamento dos grandes centros, mediante o reajustamento das populações aos recursos em disponibilidade e criação de condições para eliminar os focos geradores de movimentos contrários à sobrevivência de nossas instituições democráticas. Já no "1º Congresso Brasileiro de Economia", Roberto Simonsen, em nome da FIESP e das indústrias, defendeu, em tese, a descentraliza-

ção. Nessa ocasião, ressaltou, como medida necessária ao descongestionamento das grandes cidades, uma melhor distribuição de progresso pelas várias regiões do Brasil.

O planejamento estava sendo adotado em inúmeros países, e exemplificou: a Argentina já entrara em ação, visando ampliar os seus recursos e, dêsse modo, transformar-se na maior potência industrial sul-americana; mediante a execução do Plano Monet como denominador comum, a França assegurou a sua reconstrução econômica; a Liga das Nações promoveu a recolonização da Macedônia, abrigando refugiados em regiões anteriormente julgadas inóspitas e proporcionando-lhes, através da aplicação de técnica e organização, os meios econômicos dignos do ser humano.

O planejamento econômico em nosso país devia envolver todos êsses problemas para recolonizar o Brasil, no bom sentido, entendamos, pois, ressaltava o nosso Economista, todo brasileiro consciente, embora rico ou vivendo em região mais desenvolvida, não podia deixar de sofrer ante a situação precária com que defrontam seus irmãos menos favorecidos pela sorte. As aglomerações humanas e a miséria provocam efervecência social. Há quantos anos tentava Roberto Simonsen alertar, através do Conselho de Política Industrial e Comercial do Ministério do Trabalho, sobre a necessidade de ser introduzido o planejamento no país!

Fora do Conselho, porém, inexistiam ambiente e compreensão para seu projeto ser coroado de êxito. Ademais, opunha-se êle ao plano dos grupos filiados à ortodoxia do liberalismo econômico em moldes clássicos, doutrina combati

da até no país de origem dos seus próprios criadores.

Achava conveniente ao Brasil seguir o exemplo da França e Argentina, e preparar em ambiente democrático a criação dos organismos básicos e propiciatórios ao seu desenvolvimento, mediante a efetivação de ampla planificação econômica nacional, ao lado do planejamento técnico propriamente dito. Via a necessidade de impor o lançamento das bases fundamentais à construção da estrutura econômica imprescindível ao nosso País.

Aos nossos olhos, Roberto Simonsen aparece, pois, como industrialista planejador que previu no planejamento da produção brasileira o mais adequado recurso, ou talvez o único, capaz de transformar o Brasil em país líder da América do Sul, como se infere de sua obra Aspectos da Política Econômica Nacional (16).

Consoante suas idéias, o plano geral, com vistas ao desenvolvimento da produção agrícola e industrial, devia abranger não só as possibilidades do mercado interno como também as oferecidas pelo mercado externo, utilizando o auxílio do Instituto Nacional de Exportação, órgão a ser criado para esse fim. As relações comerciais existentes, as exportações normais continuariam a fazer-se livremente. Quanto às importações, dever-se-ia implantar política restritiva, idêntica à dos países desenvolvidos, inclusive com aplicação de controle cambial, sem

16. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1935.

considerar posições doutrinárias ou de escolas, e que obedecesse somente às contingências do momento.

A importação deveria corresponder aos valores normalmente exportados, diminuídos da cota reservada a determinados pagamentos no exterior, e efetuar-se-ia unicamente quando houvesse cambiais para a sua cobertura.

O Banco do Brasil regularia a concessão de "créditos confirmados" a importação e estabeleceria ordem de preferência, concedendo prioridade às matérias-primas a serem transformadas pelas nossas indústrias, trigo, combustíveis, produtos farmacêuticos, e outros essenciais ao desenvolvimento econômico. Fixar-se-iam exceções às importações, quando acompanhadas de capital estrangeiro financiador de seu pagamento. De tal plano resultaria, por determinado tempo, um decréscimo das importações, mas, as aquisições no exterior seriam pagas sem recorreremos aos congelados, e, dessa forma, desafiariam o nosso mercado cambial.

Os capitais estrangeiros transformar-se-iam em aliados do progresso brasileiro, e a cota cambial, gravame da exportação nacional, poderia ser eliminada gradativamente, à medida que os congelados fôssem liquidados, ou seria mantida enquanto a defesa dos preços internacionais de nossa produção o exigisse. Tal programação promoveria o fortalecimento da nossa estrutura econômica, dada a existência de mercados para os produtos tropicais e subtropicais nos grandes países consumidores.

Em relação à média de 1931, o consumo norte-americano e europeu desses produtos era

aproximadamente 12 milhões de toneladas. O Brasil, em 1934, exportara 200 000 toneladas, correspondentes a 1 200 000 de libras ouro e, considerou Roberto Simonsen, caso obtivéssemos a participação de 5% do consumo total de 12 milhões de toneladas, passaríamos a fornecer 800 000 toneladas ao mercado internacional. Este acréscimo aumentaria o valor de nossas exportações e fomentaria a expansão nacional.

A atuação, no sentido de fortalecer a aliança com os detentores de títulos de dívidas nacionais nos vários países do continente setentrional americano e setentrional europeu, forneceria os meios para atender os compromissos financeiros, melhorar a infra-estrutura e elevar o padrão de vida do Brasil.

Em se tratando do caso brasileiro, a defesa do planejamento levou o nosso país a reconhecer que a complexidade dos problemas de ordem política, econômica e social exigiam essa técnica, considerada fundamental para o alcance da máxima rentabilidade dos fatores de produção. País de vasta extensão territorial e pequena densidade demográfica, o Brasil poderia aumentar intensamente a disponibilidade e a qualificação do fator homem, visando a utilização mais eficiente do fator terra, afirmou ele (17).

O planejamento econômico, nos moldes em que o defendeu no Conselho de Política Industrial e Comercial e na Comissão de Planejamento

17. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas, 1948.

no Rio de Janeiro, permitiria a formulação das bases indispensáveis para atrair a cooperação de capitais e técnicos estrangeiros. Consequentemente, elevar-se-ia a produção nacional ao nível almejado e, em decorrência, a renda do país seria aumentada, promovendo a um mais alto grau o padrão de vida do Brasil. Declarou Roberto Simonsen que apesar de ser combatida a sua idéia sobre o planejamento tinha convicção de sua posterior adoção. O fato de os Estados Unidos atingirem elevado desenvolvimento sem o uso do planejamento constituía um argumento a favor e não contra a sua tese. Realmente, aduziu, em conjunto, a nossa área territorial delineou-se anteriormente à dos Estados Unidos, mas não somos muito mais novos como nação independente. Entretanto, circunstâncias especiais da evolução mundial permitiram a esse país, de clima temperado e terras mais férteis, o afluxo de milhões de europeus que ali encontraram meio apropriado à exploração de determinados produtos agrícolas e esses fatores asseguraram a rápida expansão norte-americana. Tais condições não ocorreram com relação ao Brasil e evidenciaram, claro está, a necessidade de procurarmos outros meios para acelerar o seu processo desenvolvimentista.

O desenvolvimento programado exige enorme dispêndio de recursos e, por isso, no espírito de Roberto Simonsen colocaram-se duas indagações essenciais: como obter financiamento a empreendimento tão vultoso e até que ponto seria viável utilizar o intervencionismo de Estado para a concretização dos planos?

As respostas, encontram-se em seu

estudo A Planificação da Economia Brasileira (18).

Para o início do financiamento de tal programa via êle a possibilidade de o Brasil utilizar pelo menos 50% das disponibilidades existentes no estrangeiro e assim evitar a deflação, tão prejudicial quanto a inflação que de há muito enfrentávamos. A aceleração da produção diminuiria os efeitos das emissões realizadas e agiria como fator de contenção à utilização de novas fontes inflacionistas. Os recursos para o financiamento geral poderiam ser negociados com os Estados Unidos, pois os suprimentos anuais de que necessitávamos incluíam maquinaria e equipamento a serem importados, atingindo o total quantia inferior a 0,2% da renda nacional norte-americana.

As negociações deveriam ser estabelecidas consoante o espírito de cooperação econômica, em moldes diversos dos empréstimos habituais, quanto à fixação de juros, prazo e amortização. Inicialmente, substituir-se-iam os juros pela participação, com prazo determinado, nos resultados das explorações industriais e, eventualmente, nos saldos das novas exportações em geral, evitando, assim, a super-capitalização dos investimentos por acréscimos de despesas meramente financeiras. As amortizações dos empréstimos seriam condicionadas ao aumento da produtividade decorrente da reorganização econômica do país.

3. SIMONSEN, R., A Planificação da Economia Brasileira, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1944.

O planejamento exige a mobilização coordenada das forças vivas, a fim de atingir determinado objetivo. Como a renda nacional retira as disponibilidades para atender ao Tesouro Público e distribuí-la equitativamente a todos que trabalham, o seu valor reflete, por certo, o grande progresso alcançado pelo País.

Ante a necessidade de aumentar a renda nacional brasileira per capita, o Conselho de Política Industrial e Comercial propôs o seguinte: quadruplicar a renda nacional em um decênio (1945-1955), com vistas a atingir um índice de vida satisfatório. Tal resolução impunha um programa coordenado para o aproveitamento mais eficiente de nossas riquezas naturais e utilização harmoniosa dos demais fatores da produção.

Os recursos financeiros garantidores da realização de um programa de tamanha envergadura seriam formados por capitais nacionais e estrangeiros. Fazia-se mister conseguir dos brasileiros, durante algum tempo, que concentrassem a aplicação de suas poupanças nesse plano de compressão de gastos supérfluos e de intensificação do trabalho. Dêsse modo, poder-se-iam obter fundos em proporção suficiente para o país cobrir as enormes despesas previstas com a execução do projeto, à semelhança do Plano Monet, que conclamou o povo francês a entrar em conjunto no regime de austeridade.

Não bastava, acrescentou Roberto Simonsen, apelar para as gerações presentes, no sentido de poupar e fazer sacrifícios em prol do desenvolvimento econômico. Não bastava, também, defender a idéia da programação como método para vencer a carestia e promover a generalização

do bem-estar. Era imprescindível que se estabelecesse um sistema de prioridades.

As maiores verbas deveriam ser investidas na planificação, na eletrificação, na mobilização das várias fontes de combustíveis e na organização dos equipamentos de transporte. Estaria incluída no referido programa a criação de moderna agricultura de alimentação e os meios adequados à expansão da produção agrícola em geral. Caber-lhe-ia, também, promover a instalação de indústrias-chaves metalúrgicas e químicas, destinadas a garantir relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e à sua sobrevivência na competição internacional. Ao lado destas, outra série de providências correlatas seriam tomadas: instalação de novas escolas de engenharia, divulgação de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas, intensificação do ensino profissional, bem como a fundação de bancos industriais e outros organismos de financiamento.

Simultaneamente cogitar-se-ia do incremento à imigração selecionada, constituída especialmente de técnicos e operários eficientes, a serem encaminhados para as diversas atividades produtivas. Como consequência, tais medidas reforçariam e alargariam rapidamente o mercado interno nacional, dado o alto padrão de consumo a que estariam eles habituados.

De tal maneira estava Roberto Simonson imbuído da idéia de que só se conquistaria uma paz duradoura quando as profundas desigualdades de riquezas entre as nações fôsse eliminadas que ousou logo após a Segunda Grande Guerra, censurar os Estados Unidos por estabelecerem

absoluta prioridade econômica, social e política aos programas de reconstrução européia, deixando em segundo plano a luta contra o subdesenvolvimento. A seu ver, o Plano Marshall deveria ser ampliado com vistas à solução simultânea de dois problemas: reconstrução e desenvolvimento (19).

A participação da América Latina no Plano Marshall aduziu êle implicaria na redução da sua produtividade e, por consequência, na diminuição da capitalização decorrente da transferência de prioridades concedidas aos produtos de setores de maior rentabilidade para os produtos primários de exportação. Grande parte das exportações (4,8 bilhões de dólares), equivalente à cota da América Latina, não tinha contrapartida na importação. Ora, esta transação provocaria escassez interna e recrudesimento da inflação, cujos efeitos seriam a redução da produtividade e da taxa de formação de capitais. Afim de evitar os referidos efeitos e garantir o desenvolvimento normal da economia latino-americana (5%) fazia-se necessário que os excedentes da exportação a serem remetidos para a Europa recebessem através da importação a contrapartida equivalente de bens de produção.

Deveriam os saldos gerados nessa transação ser distribuídos proporcionalmente entre bens de consumo e de produção, segundo a estrutura das importações brasileiras em 1946. A ma

19. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana", in Roberto Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

nutenção do ritmo de capitalização, sem prejuízo dos níveis de consumo, exigiria o acréscimo de uma importância destinada a cobrir a parte dos saldos que corresponderiam à procura de bens de consumo. A quantia adicional, estimada em 300 milhões de dólares teria por objetivo alargar a capacidade de exportação do Brasil.

Para a América Latina, em conjunto, a soma atingiria 1 700 000 000 de dólares. Os efeitos da redistribuição dos fatores de produção anular-se-iam pela aumento da produtividade das indústrias de exportação e os efeitos inflacionários também desapareceriam pela elevação da produção real dos demais setores industriais. O plano de desenvolvimento atingiria a importância correspondente ao excedente das exportações sobre a importação latino-americana para a Europa, ou seja, 4 800 000 000 de dólares, mais os superávits daquele intercâmbio já existentes nos dois últimos anos: 1945 e 1946.

Portanto, a soma total seria de 6,5 bilhões de dólares. No Brasil, do ponto de vista de sua participação no comércio com os países europeus, a quantia destinada ao plano desenvolvimentista alcançaria a cifra de 1 154 000 000 de dólares, aos preços de 1947. Em conclusão: a ajuda externa necessária para a América Latina recuperar-se economicamente e auxiliar a Europa em sua reconstrução sem prejudicar seu próprio desenvolvimento posterior, atingiria a soma global de 10 500 000 000 de dólares.

A segunda indagação, relativa ao grau de intervencionismo que poderia ser adotado no sentido de promover o desenvolvimento programado, será tratada no Capítulo X.

Capítulo X

A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL E A LIDERANÇA NORTE-AMERICANA

Como desenvolvimentista adepto da programação, achava Roberto Simonsen que qualquer programa de ação decorre de uma política econômica. Percebia, porém, que, neste campo, não seria possível separar o aspecto técnico do ético. Além disso, o ritmo veloz das comunicações modernas, proporcionando o mais completo e rápido entrelaçamento cultural até então conhecido, muito contribuiu para que toda política se conduzisse através de fundamentos doutrinários.

Considerava ponto pacífico a existência de duas grandes doutrinas, no mundo atual, a imprimirem seus rumos à política econômica, quer nacional, quer internacional: a do sistema capitalista, liberal e a do sistema comunista, coletivista. Reconhecia outrossim, que a Igreja Católica cabia a primazia de chamar a atenção dos governantes para os fundamentos morais da política econômica (1).

1. SIMONSEN, R., "Níveis de Vida e a Economia Nacional", in Ensaio Social, Político e Econômico, FIESP, 1943.

Segundo expôs Roberto Simonsen, Leão XIII, na segunda metade do século XIX, declarou ser impossível negar a interdependência existente entre fatores econômicos e espirituais; e citou as seguintes causas dentre as responsáveis pela intervenção dos Estados no campo econômico social, no desenvolvimento industrial e técnico: alterações no relacionamento patrões-operários; aumento do número de proletários descontentes; concentração de riquezas nas mãos de pequeno grupo; o despertar do espírito de classe, orientado no sentido da criação de associações; corrupção de costumes por excesso de materialismo; inversão dos valores, com relação aos bens materiais e morais. Além dessas, considerou como causas determinantes a falta de união nacional e o desentendimento entre os homens, provocados pela corrida desenfreada em busca da riqueza. Acrescentou também, a concorrência sem limites e o materialismo sem finalidades espirituais.

Não sendo a sociedade regida apenas por fatores espirituais, fazia-se mister a conjugação harmoniosa dos dois aspectos - o espiritual e o material - para a elaboração de diretrizes razoáveis com vistas a proporcionar felicidade aos homens. Tais fatos justificavam a interferência do Estado com o propósito de zelar pelo bem comum temporal, dignificar a evolução econômica e promover, por todos os meios, a eclosão e o desenvolvimento dos fatores indispensáveis à elevação do nível social. Em toda sociedade economicamente desenvolvida e apoiada em bases morais apropriadas, ocorre uma contínua formação de elites intelectuais, essenciais à propagação das grandes verdades conducentes ao bem comum espiritual, afirmava Roberto Simonsen.

Como nacionalista, jamais pôde compreender uma política desvinculada do sentido de nacionalidade. Para qualquer nação, a política econômica seria sempre um conjunto de regras conducentes à afirmação da nacionalidade (2). Da sua orientação deveriam constar as seguintes interrogações, destacava êle: de onde viemos? o que somos? a que aspiramos, no futuro, como povo e como nação? Ninguém pode viver isoladamente e agir egoisticamente segundo suas conveniências, pois, cada vez mais, adquirimos consciência do que somos e pretendemos ser. Estaremos aptos a exercer uma atividade ou profissão somente quando pensarmos e agirmos de acôrdo com os interesses da coletividade, sobrepondo a tudo os mais altos e sagrados interesses da Pátria.

O nacionalismo, porém, não podia ser compatível com a doutrina comunista, considerava Roberto Simonsen, porquanto esta visa a internacionalização de um nôvo modo de vida e de uma nova escala de valores. Para a conquista do poder, o Partido Comunista não mede esforços, tampouco se detém ante qualquer obstáculo, visto ser sua tônica a idéia de que os fins justificam os meios. Comprova-o a maneira pela qual, após a Segunda Grande Guerra, a União Soviética pôs em prática os planos de recuperação dos países sob a sua orientação (3).

2. SIMONSEN, R., "Contribuição Inglêsa para o Ensino do Brasil", in Ensaaios Sociais, Políticos e Econômicos, FIESP, São Paulo, 1943.
3. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e suas Prováveis Repercussões Econômicas na América Latina", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, FIESP, São Paulo, 1958.

As nações atuaram independentemente ao aplicar seus esquemas de recuperação, dizia Roberto Simonsen. Assim procederam a União Soviética, Tchecoslováquia, Hungria, Irã, Turquia, Holanda, Bulgária, Polônia e Iugoslávia. A União Soviética entretanto, sob o pretexto de garantir suas fronteiras ocidentais, interveio aberta ou disfarçadamente nas atividades de quase todos os países vizinhos, transformando-os em seus satélites. O bloco assim constituído conseguiu, com relativa facilidade, acelerar o movimento de recuperação, mediante disciplina ditatorial imposta ao trabalho, produção abundante de gêneros alimentícios e utilização de mão-de-obra nacional, a fim de compensar a falta de capitais, matérias primas e meios de transporte. Não obstante, posteriormente, foi obrigado a limitar a produção de gêneros alimentícios, como consequência das novas e profundas reformas efetuadas.

Anticomunista convicto, nosso Autor chegou mesmo a denunciar ações subversivas, quando partidários da doutrina coletivista tentavam expandi-la no Brasil, principalmente em São Paulo. Consoante o seu relato, em 1947, ocorrera o seguinte incidente: conforme constou na ocasião, alguns marinheiros norte-americanos, quando percorriam as ruas da nossa Capital, foram incivis com uma senhora que transitava pelo centro da cidade. Dêsse pretexto valeram-se os elementos comunistas: agiram violentamente contra os norte-americanos e, na confusão reinante, aproveitaram-se da oportunidade para provocar desordens até nos bairros periféricos. O conflito degenerou em verdadeiro motim e só foi vencido graças à enérgica intervenção das autoridades e de populares contrários aquela manifestação. Assim agiram os comunistas em obediência ao seu comando central, pois, dos superiores internacionais fôra emanada

a ordem de hostilizar os norte-americanos. Frequentemente verificavam-se idênticas agitações, quando a indústria nacional defrontava com graves problemas. Para eles era esse o momento ideal de fazer ouvir a pregação comunista, com a finalidade de atribuir ao imperialismo norte-americano a situação angustiosa por que passava a nação.

Não podemos dar ao Partido Comunista no Brasil, insistia Roberto Simonsen, as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição, por que esta agremiação utilizava-se da liberdade com o objetivo de dissolver nossas instituições, exacerbar antigas tentativas de conflito entre a liberdade e a justiça, acentuar a separação das classes patronais e operárias - problemas que os verdadeiros democratas procuravam solucionar mediante a prática da justiça moral. São Paulo, representado pela maioria de sua população, não podia deixar de aplaudir a ação patriótica quando, posta em execução a lei do governo Eurico Dutra e do Superior Tribunal Eleitoral, foi cassado o registro do Partido Comunista do Brasil (4).

Na luta empreendida contra essa infiltração ideológica em nosso país, foi, na qualidade de líder dos grupos empresariais, um elemento polarizador das classes produtoras; seus propósitos democráticos destacaram-se nas regras contidas nos "Princípios Morais Orientadores da Ação Social da Indústria", sendo recomen

4. SIMONSEN, R., "As Classes Produtoras do Brasil e o Partido Comunista", In Discursos, SESI, DN, 1947.

dados pelo Conselho Consultivo do Serviço Social da Indústria de São Paulo. Constituíam-se o Conselho de líderes patronais, jornalistas, professores universitários e cidadãos dedicados a estudos dos problemas sociais, da pessoa humana e do equilíbrio das atividades sociais. Tais princípios foram assim enunciados (5): "Nenhum governo, organização, partido, entidade, empresa, corporação ou indivíduo pode impedir ou restringir, por qualquer forma, a liberdade econômica, política, doméstica e espiritual, desde que fique perfeitamente entendido que 1º) a liberdade econômica não permitia a exploração do Homem pelo Homem, nem a escravidão ou servidão num mesmo emprego, nem o salário de fome, nem os lucros desmedidos, nem monopólios de produção, distribuição e consumo, nem dificulte a participação justa dos assalariados e menos afortunados, nos diferentes resultados e lucros dos empreendimentos, nem impeça que auxiliares executivos tenham voz na sua administração, e nem impossibilite que venham a ter co-propriedade da empresa; 2º) a liberdade política não admite a ação subversiva contra as liberdades individuais ou a obrigatoriedade de pertencer a um certo partido; 3º) a liberdade doméstica não deve ser interpretada como o amor livre e poligamia, o abandono da família legítima, o descuido de sustentá-la e ampará-la, ou que a comunidade não cumpra o dever de ampará-la, sempre que houver necessidade; 4º) a liberdade espiritual não implique na obrigação de adotar certa concepção de vida e seguir determinada filosofia ou religião imposta por governo, partido político ou qualquer organização".

5. SIMONSEN, R., "As Classes Produtoras do Brasil e o Partido Comunista", in Discursos, SESI DN, 1947, p.8.

Como claramente se depreende, êsses postulados exprimem a crença na viabilidade de introdução, na sociedade brasileira, de um regime apoiado na Democracia Cristã, onde o capital e o trabalho estão intimamente associados pelo reconhecimento generalizado de que a vida econômica, política, doméstica e espiritual resultam da eficaz comunhão de pessoas humanas de diferentes condições, cada qual gozando de seus legítimos direitos e cumprindo reciprocamente seus deveres.

Não acreditava Roberto Simonsen na vitória do comunismo em nossa terra; julgava-o mesmo infenso as condições favoráveis a sua penetração, devido a determinadas peculiaridades de nosso país: não existiam castas privilegiadas e tampouco grandes fortunas; os elementos improdutivos da população não integravam a burguesia; era mínima a nossa produção e diminuto o poder aquisitivo. Daí suas indagações: o que iriam repartir os comunistas nacionais? a que padrão de miséria seria o Brasil levado, se fôsse efetuada uma experiência comunista?

Admitia, porém, o perigo da massificação das coletividades (6). Insistia em que o homem-massa não raciocina e torna-se propenso à aceitação de todos os extremismos, tanto de esquerda, quanto de direita. Concordava plenamente com as idéias de Ortega y Gasset, expostas na Rebelião das Massas, obra na qual o autor

6. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, 1948.

ressaltou a desarmonia existente entre o avanço da ciência e da cultura; a violenta explosão demográfica o surto do homem-massa, ambicioso e irreverente, a quem esclareciam sobre os benefícios da técnica moderna sem, contudo, o elucidarem no tocante aos esforços que se exigiam d'ele para melhor merecê-los, usufruí-los e desenvolvê-los. Claro está: essa orientação materialista e imediatista tampouco recebia os elevados ensinamentos da doutrina de Cristo, em cuja meditação o homem-massa não se detinha.

Em resultado, relembrou Roberto Simonsen, adviria cada vez mais, a insatisfação das massas, em decorrência da ampliação de seus conhecimentos relativos ao progresso econômico e da conscientização de sua diminuta acessibilidade ao aumento de bem-estar. Explorada pelos doutrinadores extremistas, ávidos de apresentar às massas soluções simplistas, a insatisfação gerava revoluções e retrocessos, de consequências imprevisíveis. Ante tal atuação, impunha-se uma enérgica tomada de decisão das classes produtoras, no sentido de impedirem a transformação do trabalhador brasileiro em simples elemento dessa massa amorga.

As várias organizações criadas no Brasil comprovaram o exercício da ação anticomunista da classe patronal; dizia Roberto Simonsen: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, mantido e dirigido por uma dessas classes orientava, em 1947, cerca de 80 estabelecimentos de ensino profissional e abrigava em suas oficinas e laboratórios técnicos maior número de alunos do que a totalidade das escolas profissionais e oficiais. Numerosos elementos da classe patronal exerceram e exercem, graciosamente, verda-

deiro apostolado na direção do SENAI. Fundado em 1946, o Serviço Social da Indústria realizou e realiza imensa e produtiva contribuição para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do País. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) documentam os seus propósitos, visando as mesmas metas no setor comercial.

Entretanto, fatos cotidianos refletiam sobre essa atuação no campo assistencial as perturbações provocadas pelos comunistas, comentou Roberto Simonsen; eles tentavam introduzir a sabotagem organizada nas fábricas, muitas delas equipadas com eficientes serviços sociais, por julgarem seus dirigentes indiferentes à solução dos problemas sociais. Por isso, estimulavam o descontentamento entre os operários, como meio de fomentar idéias favoráveis à revolução, imprescindível no entender deles a uma mudança de sistema econômico. Assim, procuravam utilizar-se dos empregadores interessados no advento da justiça social, a fim de perturbar o ritmo da produção e a política contraproducente aos objetivos revolucionários.

As células comunistas, aduziu ele, cuja ação se processava dentro das empresas industriais, mediante metódico trabalho subterrâneo de demolição, visavam desvirtuar e desordenar nossas instituições democráticas. Infiltrando-se também na imprensa, a tática comunista deturpava a publicidade educativa e procurava sabotar o noticiário desligado dos propósitos de intoxicação social. Estendeu-se ao interior do Estado com o intuito de desorganizar os serviços do campo e, arditamente insinuava-se entre os lavradores, procurando convencê-los das vantagens dos centros urbanos sobre os rurais.

Doutrinados pelos comunistas e com promessas de vida melhor, os trabalhadores deslocavam-se dos campos para as grandes urbes, onde defrontavam com a falta de habitação e de empregos adequados. Tais manobras perturbavam o agricultor, elevavam a densidade demográfica das cidades, induziam à revolta contra nossas instituições e, ainda mais, responsabilizavam-nas por deixarem ao abandono numerosas famílias, em contraposição à situação privilegiada daqueles que, na mesma cidade, viviam confortavelmente.

Na luta contra a atuação comunista, ponderava Roberto Simonsen, não bastava, dar assistência ao trabalhador. Era preciso criar condições para que a melhoria do seu padrão de vida derivasse naturalmente do desenvolvimento econômico e não de medidas paternalistas. O país exigia uma política econômica autêntica, infelizmente ainda não adotada (7).

Segundo Roberto Simonsen, não deveria mos transpor para o Brasil normas e diretrizes econômicas de países mais adiantados; tal prática provocar-lhe-ia ruinosos danos, pois nas nações de baixo rendimento o governo devia ter por finalidade precípua o fomento da produção. Nos países de produção elevada todos os esforços convergiriam para a política de melhor distribuição de renda e proteção ao consumidor.

-
7. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra, Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

A falta de autenticidade no planejamento nos tem feito cometer graves erros, tanto no plano interno, quanto no internacional.

A análise da política econômica brasileira, em seus diferentes aspectos, demonstra, através de inúmeros exemplos, os riscos causados pela imitação indiscriminada, relatou êle (8). A nossa política monetária e financeira não facilitava a entrada, em grande escala, de capitais estrangeiros. A política aduaneira mantinha tarifas específicas em papel-moeda e abandonava as ad valorem legadas pelo Império, mais eficientes por consistirem na cobrança de taxas móveis que acompanhavam a flutuação do câmbio. Além disso, aboliu a taxa ouro, instituída por Joaquim Murinho, no regime republicano, cujo efeito benéfico ficou positivado no equilíbrio orçamentário do país.

O Brasil chegou ao paradoxo de quase adotar o total desarmamento aduaneiro, mantendo taxas, em média, inferiores a 10% do valor das mercadorias importadas. Mas, em contrapartida, a escassez de dólares, a carencia de vários produtos e a disparidade entre o poder aquisitivo interno e externo da moeda nacional impediram o esmagamento de muitos ramos da indústria e agricultura pela produção concorrente norte-americana.

8. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

A pressão sobre o nosso mercado cambial obrigou-nos a entrar no regime de licença prévia; não obstante, fêz-se imprescindível a inclusão de uma cláusula escapatória, a fim de atendermos às diretrizes endossadas pelo Brasil, em conclave internacionais.

Nos acôrdos de Bretton Woods, lembrava Roberto Simonsen, admitimos a estabilidade financeira sem o cuidado de comparar os custos reais com os dos países nossos competidores naturais e, em Genebra, negociamos acôrdos tarifários em função do nosso desequilíbrio monetário, na base de pouco mais de 10%, em média, sobre os valores das mercadorias importadas.

Várias causas impediram-nos de prever com realismo, na conjuntura internacional fatores, tais como: necessidades efetivas de reequipamento do parque produtor e as possibilidades de intercâmbio comercial do Brasil. A inexistência de uma política econômica, bem como a confusão e hesitações reinantes levaram-nos a crer que as soluções tomadas pelas nações vencedoras da Segunda Grande Guerra nos fariam recuar até o nível do antigo colonialismo ou nos precipitariam ao desemprego.

Em boa parte, tal mentalidade resultou, ainda que inconscientemente, da propaganda de origem estrangeira. Sejam os claros, disse Roberto Simonsen, as informações colhidas nos convênios econômicos de que o Brasil participou provinham de fontes internacionais e refletiam os interesses não peculiares aos países novos, como o nosso. Direta ou indiretamente, a maioria julgava que, por amor à divisão internacional do trabalho os países não desenvolvidos po-

diam permanecer na posição de economias exportadoras de matéria-prima.

Nosso espírito de imitação provocou severas críticas, pois economistas e homens públicos brasileiros não tiveram suficiente perspicácia para perceber que a política comercial internacional favorecia apenas os países desenvolvidos.

No seu entender, os tratados comerciais firmados entre as nações industrializadas e as exportadoras de "produtos coloniais" garantiam a troca de bens de pequeno valor específico por outros altamente remunerados, beneficiando as primeiras, mesmo quando o valor monetário permanecia equilibrado nas balanças de comércio e pagamento. Examinada do ponto de vista jurídico, a cláusula de reciprocidade entre duas nações, parecia ser rigorosamente equitativa e constituía ilusório júbilo, se nos conservássemos em um rígido conceito de soberania. Na realidade, porém os tratados deviam ser complementados por entendimentos que obrigassem o país mais industrializado a cooperar, de forma compensadora, técnica e economicamente, com o exportador de produtos "primários". Daí sua crítica à política econômica internacional.

Nos planos extra-oficiais do Após-Guerra, ressaltava-se a conveniência de manter a estabilidade da moeda ou de outras sugestões no sentido de resolver esse problema, inclusive o apelo à volta ao livre-cambismo. Tais idéias correspondiam ao ponto de vista dos grupos industriais capitalistas de outrora, possuidores de sólida base financeira, e interessados em manter o ritmo de progresso de seus países medi

ante a intensificação do comércio mundial e remuneração eficiente de seus capitais (9), analisou Roberto Simonsen. No entanto, fazia-se necessário salientar que a desvalorização da moeda nem sempre decorria de erros administrativos, pois, às vezes, refletia a defesa automática de uma economia empobrecida por circunstâncias independentes da sua vontade. A supressão das barreiras alfandegárias e a exigência de moeda de valor estável retiravam do país em início de industrialização os meios de defesa contra as nações desenvolvidas, produtoras a baixo custo e, portanto, com poderes de dominar o mercado internacional. Além disso, tal supressão obrigava os países pobres a recorrer a financiamentos externos destinados à aquisição de produtos de consumo imediato. Consequentemente, criava-se um padrão de vida artificial, sujeito a flutuações e a violentas crises, que, dessa forma, aumentavam a vulnerabilidade da economia. Claramente se depreende que tais empréstimos deveriam ter sua aplicação condicionada aos empreendimentos produtivos.

Como instrumento de troca, a moeda utilizada tanto no comércio interno como no internacional está sujeita a manipulações. Destas, o controle e a desvalorização cambial são medidas que podem ou auxiliar um país ou dificultar-lhe o desenvolvimento. Neste campo, os países desenvolvidos sempre souberam proteger-se mais do que os subdesenvolvidos.

-
9. SIMONSEN, R., "Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil, no Período de Após-Guerra, Geografia e Política Industrial", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

Na maioria das nações, dizia Roberto Simonsen, a política econômica exterior empregava o protecionismo e a desvalorização monetária (10). Assim, a Bélgica, exemplificou, sofreu profundamente, em 1935, as consequências da política internacional. Ao invés de tentar a redução dos custos, mediante racionalização interna, optou pela depreciação cambial, a fim de manter o volume de exportações e, desse modo, assegurar o volume das importações ao mesmo nível. Forçou a redução, chegando, em alguns casos, até a própria eliminação dos lucros da indústria, induzindo-as a aumentar os preços no mercado interno e, resultando, evidentemente na redução do consumo nacional.

Ao término da Primeira Grande Guerra, os Estados Unidos, aplicando a doutrina de Monroe, criaram a União Pan-Americana e assumiram a liderança continental. Liderança benéfica, na aparência, ao futuro das nações latino-americanas, foi, no entanto, mantida pelos norte-americanos no setor político das relações jurídicas internacionais, e relegada a segundo plano a co-operação econômica interamericana.

As características políticas da União Pan-Americana não foram debatidas na Conferência do Rio de Janeiro, realizada em agosto de 1946, lembrou Roberto Simonsen (11), como também, por vários motivos, não o foram os aspectos

-
10. SIMONSEN, R., "Saudação Acadêmica", in Digesto Econômico, nº 43, julho de 1948.
 11. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

econômicos das relações interamericanas: preocupações concernentes a problemas políticos, falta de informações concretas sobre o programa da recuperação européia relativas ao papel que desempenhariam os países americanos e a rígida orientação da delegação americana no observar a agenda da Conferência.

Previu para a seguinte Conferência Interamericana, o mesmo comportamento, condicionado a uma agenda elaborada com vistas a dar predominância aos aspectos políticos continentais e colocar em plano secundário os prementes problemas econômicos da América Latina. Não obstante, a divulgação do relatório do Comitê de Cooperação Econômica Européia, propondo programas de recuperação aos países da Europa Ocidental, no qual se incluía a colaboração da América Latina, forçou a alteração do Temário de Bogotá, no sentido de apreciar as condições econômicas dos países sul-americanos. Tal atitude também foi incentivada pelos violentos distúrbios ocorridos em Bogotá, em 1948, na época da conferência, em repulsa à predominância dispensada aos fatores políticos.

Bastante realista, reconhecia Roberto Simonsen não ser fácil estabelecer as bases para a cooperação econômica interamericana(12). Apoiavam-se seus argumentos no fato de grande parte dos parques produtores dos países da América Latina produzirem mercadorias similares,

12. SIMONSEN, R., O Plano Marshall e suas Prováveis Repercussões Econômicas na América Latina", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

próprias das regiões tropicais. A intensificação do comércio regional não poderia superar, por muito tempo, as nossas permutas com os países industrializados das zonas temperadas. Uma união aduaneira latino-americana não teria os mesmos fundamentos, justificativas e resultados de uma união dessa ordem entre países europeus. Consoante as suas idéias, a cooperação econômica entre nós devia apoiar-se em bases que incluíssem não só a utilização em comum de recursos naturais e determinados equipamentos econômicos como também as mudanças das condições de trabalho e treinamento técnico, a fim de elevar a produtividade latino-americana.

O decidido apoio concedido pela América Latina aos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, evidenciou a complementaridade das economias das Américas, afirmou êle. Portanto ao término do conflito, esperava-se, pois, que os Estados Unidos se sentissem inclinados a auxiliar os seus aliados sul-americanos, com o objetivo de consolidar o capitalismo liberal e, assim, evitar ou impedir a penetração comunista em toda a América do Sul.

A visão errônea da Europa com referência à importância da América Latina, considerou Roberto Simonsen, conforme o exposto no Relatório do Comitê de Paris, em resposta ao Plano Marshall, partiu de uma concepção estática de economia mundial, pois abrangia apenas unilateralmente as necessidades européias. Através destas, foi examinada a função econômica das demais áreas, sem abordarem os efeitos provocados nas mesmas pelas transformações de correntes da guerra e os que derivariam da reconstrução européia.

Sem dúvida a guerra alterou a estrutura da economia mundial. Não obstante, não se poderia admitir a tentativa de recomposição de um sistema internacional idêntico àquele que fôra o responsável pelas perturbações ocorridas, em detrimento da evolução estrutural de áreas subdesenvolvidas. A reestruturação da economia europeia deveria basear-se em uma divisão internacional do trabalho mais adequada, com vistas a reerguer os padrões de vida das populações eu ropéias e principalmente os das zonas ainda mer gulhadas em níveis muito baixos.

Como contribuição da América Latina no após-guerra, aduziu êle, o Relatório Europeu estabelecia que se fornecesse à Europa e dela se comprasse, em um determinado prazo, as mesmas mercadorias que, no passado compunham a pauta de intercâmbio entre ambas. Não se consideraram: 1) a redução a níveis mais baixos de consumo a que a América Latina fôra forçada a efetuar para transformar rapidamente a sua estrutura econômica, devido à interrupção do comércio exterior durante a guerra e 2) nem a desvantagem que o simples retôrno ao tipo de intercâmbio anterior lhe traria, por não mais correspon der à natureza de suas economias. Seria um retrocesso e, como tal, não atendia aos interêsses da América Latina, e tampouco aos da economia mundial como um todo, pois traduzia-se em queda de produtividade regional e, consequente mente, de mundial.

Mais difícil de aceitar foi a atitude assumida pelos Estados Unidos, após tão grande auxílio recebido no seu esforço de guerra, por parte dos seus aliados da União Pan-Americana e, no entanto, defenderam o mesmo ponto de vista

dos europeus. Não compreenderam o erro da prioridade concedida aos programas de reconstrução. Todavia, com êsses argumentos, não pretendia Roberto Simonsen menosprezar a importância estratégica do socorro aos países destruídos pela guerra (13). Apenas, julgava essencial a substituição do critério adotado, ou seja, de uma política de troca fixada em bases rigorosamente econômicas por outro de cooperação real, abrangendo as correlações de ordem política, econômica e social, a fim de evitar que a marcha normal do desenvolvimento dos povos aprofundasse os desníveis econômicos, na órbita internacional e, conseqüentemente, permitisse aos países ricos enriquecerem cada vez mais e aos pobres evoluírem lenta e inseguramente, expostos, por conseguinte, às agitações sociais.

Julgavam os europeus e norte-americanos que a reconstrução da Europa Ocidental funcionaria como nova Maginot (que falseou psicologicamente a situação da Europa Ocidental) na defesa da civilização ocidental. A América Latina, no entanto, dizia êle, não poderia suportar indefinidamente os baixíssimos índices de vida de suas nações, e tampouco as superestruturas políticas e militar vigentes aí, dada a debilidade de suas bases econômicas. O Plano Marshall, ao desconsiderar esta situação, haveria de provo -

13. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um novo Critério nas Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP - FIESP, São Paulo, 1958

car a perda de largo setor da retaguarda (14).

No seu entender, os Estados Unidos deveriam aliar o financiamento da reconstrução à assistência técnico-financeira para a decolagem das economias subdesenvolvidas (15).

Finda a Segunda Grande Guerra, relatou Roberto Simonsen, os Estados Unidos, auxiliados por centenas de técnicos do Departamento de Estado, dedicaram-se à ampliação do seu programa de política econômica internacional. Na sua elaboração, em Bretton Woods (1944), fixaram medidas de caráter financeiro e, através do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, decidiram conceder prioridade aos investimentos na Europa, continente devastado pela guerra e cujos mercados eram mais convenientes aos seus produtos. Em Londres, Genebra

-
14. Na reunião do Fundo Monetário Internacional, realizada em 1967 no Rio de Janeiro, foi analisado o discurso de R. Prebisch, pronunciado na Conferência da ONU sobre o Comércio e o Desenvolvimento (ONUCED), em 16.8.1967, que comprovou estas previsões de Roberto Simonsen. Os desníveis econômicos aumentaram com o tipo de cooperação adotada pelos organismos internacionais. Estes estudos, feitos vinte anos após, provam a largueza do horizonte intelectual do engenheiro Roberto Simonsen.
 15. SIMONSEN, R., A Importância Econômica das Ciências, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, São Paulo, 1948.

e Havana, na Conferência de Comércio e Emprego, procuraram, pela Carta Clayton, assegurar sua superioridade nos mercados mundiais.

No Brasil, continuou êle, as classes produtoras rapidamente elaboraram e apresentaram nessa conferência internacional, um anteprojeto de Carta Brasileira, sugerindo diretrizes válidas para os países de inadequada estrutura econômica, à semelhança do nosso. Nos debates travados, o Brasil foi vencido em suas proposições fundamentais, pois os países desenvolvidos exigiram observância da cláusula incondicional de nação mais favorecida. Entretanto, os Estados Unidos combateram essa condição durante todo o período em que, como nação independente, eram importadores de capitais e participavam em pequena escala do mercado internacional relacionado com o volume de seu comércio interno. Naquela oportunidade, porém, ao lutarem contra as restrições quantitativas e os acordos regionais, lideraram a defesa do desarmamento alfandegário, principalmente porque a orientação geral da conferência obedecia aos interesses econômicos dos países de maior poder aquisitivo. No Brasil, a inexistência de política econômica definida, impediu-nos de sustentar a luta contra tais diretrizes e de defender os legítimos interesses dos países pouco desenvolvidos. Após ingentes esforços da Delegação Brasileira, unidos aos de alguns outros países em condições semelhantes ao nosso, restaram-nos algumas cláusulas escapatórias e promessas mal definidas de prováveis compensações econômicas.

A escassez mundial de dólares e as restrições às importações adotadas por muitas nações, em 1948, demonstraram estar os princípios

fundamentais, defendidos nas últimas conferências internacionais pelos países desenvolvidos, em desacôrdo com a realidade dos fatos.

Com relação à Conferência de Comércio e Emprêgo, o Plano Marshall representou um desvio na orientação da política econômica discutida na reunião preparatória, em Londres, pois havia sido escolhida, como um dos seus fundamentos, a reciprocidade, segundo a concepção dos norte-americanos. O Plano permitia, sem contrapartida, a inversão de grandes capitais na Europa, em discordância com o princípio de reciprocidade anteriormente anunciado. Lembrou Roberto Simonsen que as considerações tecidas pelas classes produtoras do Brasil sobre os erros decorrentes desse critério unilateral aplicado ao setor internacional constituíram-se num brado de alerta às populações dos países pobres que, ao mesmo tempo, tomavam consciência da indispensabilidade do desenvolvimento e clamavam por medidas mais consentâneas com a defesa dos seus legítimos anseios.

Na realidade, na opinião de Roberto Simonsen, a América Latina fora abandonada pelos Estados Unidos, preocupados somente com os programas prioritários da reconstrução européia; esqueceram-se, no entanto, de um ponto primordial: embora o plano tentasse colocar a economia latino-americana em nível de desenvolvimento idêntico ao que estaria desfrutando se não tivesse havido a guerra, êle seria insuficiente para elevar a produtividade e, por conseguinte, os padrões de vida dos países pobres, de modo a assegurar a contínua expansão do comércio mundial. Em se tratando do Brasil, julgava imprescindível o aumento das rendas reais per capita

de 14%, percentagem representativa da evolução natural que deveria ter havido, de 1940 a 1945, se não deflagrasse a guerra (16).

O plano de recuperação européia foi encarado por Roberto Simonsen de dois pontos de vista: 1º) em função do desenvolvimento econômico latino-americano baseado em seus próprios recursos; 2º) em função do plano Marshall de renovação e ampliação, com a participação da economia latino-americana, na forma anteriormente exposta (17). O incremento das rendas reais per capita da economia nacional observaria os seguintes comportamentos nas duas modalidades examinadas: na primeira, o desenvolvimento natural, sem ajuda à Europa, seria de 3,9%, de 1946 a 1951; e, com aplicação do plano Marshall, sem auxílio à Europa seria de 4,7%; na segunda modalidade, o desenvolvimento natural com ajuda à Europa seria de 2%; e, com a efetivação do plano de renovação e ampliação e concessão de doação à Europa, 3,5%. De qualquer modo, o efeito da participação latino-americana no financiamento da reconstrução européia seria o de diminuir o ritmo de capitalização, pois a execução do plano não reabilitaria a economia nacional e tampouco cobriria, sequer, o custo daquele auxílio. A hipótese do

16. SIMONSEN, R., Sugestões para uma Política Pan-Americana; Problemas do Desenvolvimento Econômico Latino-Americano", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

17. A análise que se segue é, válida apenas para o Brasil, dada a falta de dados relativos à América Latina.

desenvolvimento na proporção de 4,7%, significaria que a taxa de crescimento das rendas reais, a longo prazo (20 anos), não seria suficiente para igualar os padrões de vida aos dos níveis médios europeus. Nesse ritmo de expansão, afirmou ele, seriam necessários de 15 a 20 anos para que as mesmas rendas reais per capita, aos preços de 1940 (igual a 66 dólares), duplicassem e se nivelassem às dos mais pobres países da Europa, em 1940.

O abandono das idéias que haviam dado origem à criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e, principalmente, das propostas para a formação da Organização Internacional de Comércio e Emprego provocou danosas consequências. E acrescentou Roberto Simonsen(18): o Plano Marshall admitiu, desde o início, a hipótese de a América Latina financiar as suas próprias exportações para, no futuro, ~~ser~~ beneficiada com a recuperação dos seus antigos consumidores nos mercados europeus.) O Conselho Interamericano de Comércio e Produção, em Petrópolis, alertara contra a repercussão de tal Plano na economia e progresso da América Latina, pois a maioria dos países que a constitui não poderia custear as suas próprias exportações para a Europa. A incompreensão dos europeus e norte-americanos com relação à verdadeira situação da América Latina foi provocada pela deficiência dos níveis culturais centro e sul-americanos.

18. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um novo Critério nas Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

Não soubemos expor com clareza, segundo ele as causas e as condições reais sócio-econômicas, e tampouco as medidas de amparo imprescindíveis ao reerguimento das nossas populações. A inexistência de uma política econômica interna definida impediu-nos de reivindicar a cooperação externa. As críticas manifestadas na reunião de Petrópolis, em uníssono com as da América, não o foram contra a execução do Plano Marshall, julgado indispensável à restauração de grande parte do mercado de trabalho mundial. Visavam as unilateralidades de um Plano organizado à revelia da América Latina, porquanto se previa que iria provocar, como realmente ocorreu, desequilíbrios estruturais econômico e social e retardamento de seu desenvolvimento econômico, mantendo-a indefinidamente numa condição semicolonial.

Realmente, as repercussões do Plano Marshall na América Latina, informou Roberto Simonsen, foram posteriormente debatidas por uma comissão de representantes da Argentina, Colômbia, Bolívia, Cuba, Uruguai e, nas suas conclusões, levadas em tese à Conferência de Bogotá, em 1948, afirmavam que a maioria dos países latino-americanos não possuía meios para autofinanciar suas exportações. E em inúmeros casos, as exportações exigidas pelo Plano eram superiores às possibilidades das nações; assim sendo, desencadeariam a inflação interna com a consequente elevação do custo de vida. E, fato grave, o deslocamento induzido de fatores de produção daria a alguns países uma efêmera ilusão de enriquecimento mas, posteriormente, gravaria as suas depauperadas economias.

No caso específico do Brasil, arrolou o ilustre Economista os seguintes problemas, cru

cientes para o nosso país: a pobreza e a debili-
dade quase total da população; o enorme desgas-
te de nossos equipamentos ocorridos durante a
guerra; os prejuízos decorrentes do afundamento
de parte da frota mercante nacional e paraliza-
ção do reequipamento, fazendo-se imprescindível,
segundo estimativas, um enorme esforço nos se-
tores básicos de exportação, sem levar em con-
ta as exportações requeridas pelo Plano Mar-
shall, a fim de obter 401 milhões de dólares
anuais, assim distribuídos: gêneros alimentí-
cios, 277 600 000 de dólares; manufatura e maté-
rias-primas, 123 400 000 de dólares. Entre os
produtos incluídos na primeira classe colocavam-
se o café, cacau em amêndoas, arroz e açúcar;
na segunda, manufaturas e matérias-primas, al-
godão, e madeiras preparadas ou em bruto. Tais
cálculos, baseados no consumo obrigatório euro-
peu e nas possibilidades reais da produção na-
cional, demonstravam a inviabilidade de o Bra-
sil auxiliar a Europa sem contrapartida técnico-
econômica e financeira.

Apesar da mudança de atitude dos pro-
gramadores da recuperação européia, a evolução
na política norte-americana, comprovada nos dis-
cursos em Petrópolis, nas declarações na Confe-
rência de Bogotá, e nas leis votadas no Congres-
so Americano, não fôra incluída a isenção do
convite à América Latina, para contribuir com o
financiamento de suas exportações, mas também
não se solicitara claramente esse sacrifício.
Houve dúvidas relativas à capacidade de expor-
tação de alguns produtos, entre os quais ci-
tavam-se: fumo, açúcar e cacau, como passí-
veis de inclusão imediata nas exportações para
atendimento do Plano Marshall. O Brasil tam-
bém muito sofreu com a prioridade conferida à

reconstrução da Europa e com o desamparo a que foi relegado, sem possibilidades, ainda, de recorrer ao auxílio norte-americano, relatou Roberto Simonsen (19).

No Brasil, exemplificou, a percentagem de renda nacional destinada a manter as forças armadas aproximou-se da taxa de formação líquida de capitais. A elevação da primeira retrairia os níveis de consumo já baixos e, a longo prazo, graves consequências fariam sentir, porquanto diminuiria o ritmo de capitalização. A garantia do mínimo de segurança nacional foi conseguida graças ao esforço e abnegação das classes armadas e ao sacrifício dos padrões de vida. A duplicação desse esforço seria insuficiente para manter a defesa, pois ultrapassaria a capacidade dos países latino-americanos e acarretaria redução dos níveis de subsistência; desemprego qualitativo; agitação das massas; perturbação das instituições políticas; recrudescimento das manifestações antiamericanas; enfraquecimento da economia interna e fomento das ideologias antidemocráticas.

O analfabetismo, prosseguiu Roberto Simonsen, facilitou a difusão das idéias subversivas e a formação de ressentimentos. A América Latina reclamava sistemas educacionais mais amplos e eficientes, mas não podia mantê-los, em virtude da fragilidade de sua estrutura.

-
19. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana - Problemas do Desenvolvimento Econômico Latino-Americano", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, São Paulo, 1958.

ra econômica. No Brasil, em 1947, citou, as verbas oficiais destinadas à educação correspondiam a 1/3 das despesas militares; 20% da população em idade escolar frequentava escolas; aproximadamente 56% dos jovens com mais de 15 anos eram analfabetos, e o custo da educação não alcançava 2% da renda nacional. O aumento de investimentos na educação significaria queda do índice de analfabetismo, assim como elevação da produtividade nacional, e, desse modo, o país estaria preparando sua defesa contra a agressão externa e a agitação subversiva interna. Entretanto, não soube o governo norte-americano compreender que o auxílio à América Latina significava, ao mesmo tempo, um sistemático combate ao comunismo e a concretização da posição política internacional dos Estados Unidos.

Segundo nosso Autor, a política exterior norte-americana deveria evoluir nas Américas no mesmo sentido mantido na Europa Ocidental: deveria ter por escopo a expansão econômica dos países. E convenhamos, acrescentou, não foi o enfraquecimento da estrutura econômica e social neste hemisfério e no Velho Continente o responsável pela infiltração comunista? A manutenção da ordem e da paz não era um problema de áreas ou continentes, mas de âmbito mundial, por quanto a interdependência econômica faz com que a transformação econômica de uma região repercuta com maior ou menor intensidade sobre outras.

Às alterações da política européia, lembrou ele, cabiam a responsabilidade pela inclusão das questões econômicas na agenda da Conferência de Bogotá, uma vez que no Plano de Ajuda à Europa, para o qual a América Latina devia contribuir, não foram consultados seus legi-

timos interesses. Os efeitos derivados dessa resolução seriam contraproducentes: debilitariam a estrutura econômica da região e diminuiriam o grau de resistência interna contra a fermentação de ideologias antidemocráticas.

Roberto Simonsen teve a franqueza de afirmar que a política pan-americana, sob a liderança dos Estados Unidos, estava fundamentalmente errada. Nenhum plano de defesa do continente americano poderia dissociar-se de um programa de desenvolvimento econômico. Os objetivos políticos, aqui, talvez mais do que na Europa, deveriam considerar os problemas econômicos em primeiro plano e exigir a mudança da política norte-americana com relação aos países da América Latina.

O bom êxito do plano de recuperação européia dependia da eficiente articulação de três agentes: economia européia, Estados Unidos e de outras áreas entre as quais a América Latina.

Dai a preocupação de o insigne Economista defender a criação de um plano Marshall para a América Latina (20). Julgou necessária a elaboração de uma nova Carta Econômica das Américas com o objetivo de fixar um amplo programa de cooperação, em bases justas e sólidas, e preparar o advento do espírito pan-americano.

20. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, São Paulo, CIESP-FIESP, 1958.

Delineou as seguintes diretrizes para a elaboração do trabalho Sugestões para uma Política Econômica Latino-Americana e para as conclusões apresentadas ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção: A ajuda reivindicada pela América Latina, diversa da concedida à Europa, seria sob a forma de um adiantamento, com compensações adequadas à promoção do desenvolvimento, criação de riquezas e mobilização dos fatores de produção potencialmente existentes.

A América Latina, por sua vez, remuneraria convenientemente os capitais e técnicos estrangeiros que contribuíssem para a sua expansão econômica e os pagaria consoante fórmula flexível, adaptada às condições social e política reais e não segundo as formas de pagamento tradicionais utilizadas pelas instituições econômicas e financeiras. Não solicitava dadas; buscava a cooperação construtiva, benéfica a todos os participantes, traduzindo-se na prática do verdadeiro pan-americanismo.

O movimento nacional e internacional exigia franqueza e lealdade, qualidades que nas relações exteriores não deviam ser compreendidas como humilhação ou hostilidade, mas como reconhecimento de uma necessidade. Fazia-se mister reclamar a cooperação econômica e técnica a que tínhamos direito adquirido, decorrente dos sacrifícios impostos pela guerra, graças ao nosso esforço na defesa do Continente e da democracia. Caso contrário, seríamos considerados apenas benfeitores e logo esquecidos; todavia, ao mesmo tempo, retardaríamos o desenvolvimento latino-americano e as populações permaneceriam na luta contra seus baixos níveis de vida. As cotas de bens escassos a nós destinadas não se-

riam concessão de favores, mas um legítimo direito a que fizêramos jus. Tinham, pois, que ser reclamadas.

E concluiu: na América do Sul, a posição privilegiada do Brasil deveria ser objeto de maiores considerações por parte do governo norte-americano, em seu próprio interesse e no da consolidação da unidade das Américas. O nosso país precisava de maiores recursos para o próprio financiamento de sua produção. Admitida a participação dos Estados Unidos no financiamento dos planos de desenvolvimento, apesar de serem realizados com gastos crescentes para enfrentar a diminuição gradativa das contribuições de cada nação da América Latina ao Plano de Recuperação da Europa, e consideradas as taxas de capitalização e de crescimento demográfico do Brasil, seriam indispensáveis cerca de 20 anos para duplicar o capital real per capita de nossa economia. A redução nesse ritmo de capitalização, como consequência inevitável de planos de defesa a curto prazo, determinaria a estagnação ou o retardamento no desenvolvimento econômico e menor capacidade de defesa a longo prazo (21):

Depreendemos, pois, que não foi por simples imediatismo, tampouco por incompreensão, que Roberto Simonsen se voltou contra o Plano Marshall, combateu a criação da Organização Internacional do Comércio e Emprêgo e denunciou a

-
21. SIMONSEN, R., "Sugestões para uma Política Pan-Americana - Problemas do Desenvolvimento Econômico Latino-Americano", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

debilidade e a fragilidade da política adotada pela União Pan-Americana. Prevendo o conflito doutrinário com o qual o mundo se debateria no século XX, tomou posição em prol do liberalismo e encarou a política econômica como um instrumento de defesa e de propagação de uma doutrina.

Capítulo XI

O LIBERALISMO E O INTERVENCIONISMO

Embora, pela sua formação, tivesse sido liberal, Roberto Simonsen não era, porém, ortodoxo. No seu entender, o desenvolvimento econômico programado exigia a aceitação e a defesa de uma doutrina que o inspirasse e amparasse, pois o futuro de um país jovem estava na dependência da mobilização das forças potenciais e da introdução racional e eficaz de técnicas capazes de eliminar os traços de colonialismo ainda existentes em sua economia.

Nações como o Brasil, de desenvolvimento incipiente, lembrava êle, não poderiam obedecer à política comercial liberal que reclama, sobretudo, o desarmamento das defesas tarifárias indispensáveis ao seu progresso econômico. A participação das áreas novas no intercâmbio comercial dependia do grau de desenvolvimento alcançado, do incremento do capital real e da melhoria dos níveis tecnológicos, pois a elevação da produtividade alargaria seu poder efetivo de consumo, fator conducente à ampliação das importações externas.

Ao saudar o estadista belga, Paul Van Zeeland, em discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, teve ele a oportunidade de fazer uma profissão de fé (1). Abjurou o liberalismo ortodoxo e o livre-cambismo, por reconhecê-los como nocivos ao interêsse dos países em desenvolvimento. Assim, dizia ele, a experiência Van Zeeland, realizada em 1935, inspirada na filosofia político-econômica individual, baseou-se na profunda análise da natureza intrín-sica da estrutura econômica da Bélgica e na corajosa comprovação da perigosa impotência do liberalismo ortodoxo, quando abandonado ao automa-tismo de suas próprias normas.

Na política brasileira, a falta de uma correta compreensão do conceito de economia nacional e da sua intransigente defesa deveu-se, em grande parte, à lamentável interdependência que se pretendia estabelecer entre o liberalis-mo político e as teorias livre-cambistas, moti-vadas por preocupações doutrinárias. No entan-to, a experiência demonstrou que o liberalismo político visa a igualdade dos direitos políti-cos dos indivíduos dentro de uma pátria e o res-peito inviolável aos direitos políticos da pró-pria nação e que o livre-cambismo representa a predominância dos povos organizados e fortes no campo econômico e também a possibilidade de le-var os indivíduos e países a beira da servidão econômica.

Não há dúvidas, continuou Roberto Si-monsen, ter Adam Smith em reação ao excesso in

1. SIMONSEN, R., "Saudação Acadêmica", in Diges-to Econômico, nº 43, junho, São Paulo, 1948.

tervencionista do mercantilismo pôsto em destaque o individualismo, num mundo transformado em vasta cosmópole comercial, onde o Homem, guiado pelo livre jôgo de interêsses privados, determinaria a ordem natural das coisas. Os demais adeptos do liberalismo clássico defenderam o pre domínio dêsses interêsses privados, sem, no entanto, preverem as perturbações a serem exercidas pelo livre-cambismo sôbre as atividades econômicas de uma nação, pois, no século XVIII, não se conheciam rápidos meios de transporte nem processos de fabricação em série, ou melhor, os métodos modernos de racionalização e de negócios (2).

Se, por um lado, o nosso Economista re conhecia virtudes no sistema capitalista apoiado no liberalismo, por outro, foi bastante prudente e autêntico para admitir a veracidade dos seus abusos.

A análise sem prenoções da situação mundial e das doutrinas que constituíam a base filosôfica das escolas econômicas mais atualizadas esclareceram-no sôbre a necessidade absoluta de formação e investimentos de capitais, a fim de impulsionar o desenvolvimento econômico.

Houve várias divergências quanto à posse e administração dos capitais, explicava e le. Segundo uns, deveria a sua manipulação ser privativa do Estado; segundo outros, melhor seria se estivessem em mãos do maior número de pessoas; outros, ainda, admitiam constituirem

2. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo Editôra, São Paulo, 1935.

privilégio concedido a um pequeno grupo. Não obstante, não se podia negar a sua importância e o esforço dos países para os atrair e investilos, com vistas a maior rentabilidade possível. Entretanto, o capitalismo, como todo e qualquer elemento de progresso, quando não utilizado de conformidade a determinadas regras e proporções, provoca consequências nocivas e, por isso, deve ser combatido. Não poderiam ser ignorados os problemas decorrentes do investimento de capitais estrangeiro, no Brasil, pois, o aumento das dívidas externas e a crescente desvalorização de nossos produtos, em termos de moeda internacional, demandavam a elaboração de diretrizes mais convenientes à política comercial brasileira. A insuficiência de poupanças nacionais levava o Brasil a atrair capitais estrangeiros, aumentando as exigências de remessas para o exterior; mas, surgiram desvantagens com a coincidência entre a impossibilidade de aumentar a exportação brasileira e a paralisação do afluxo de capitais, que provocaram, como consequência inevitável, a depreciação contínua do valor ouro da moeda nacional. Não éramos nós os responsáveis pela situação internacional, tampouco podíamos compreender as restrições impostas por nossos credores à liberdade de negociar tratados de comércio, uma vez que êsses capitais haviam sido importados com duplo objetivo: acelerar o progresso nacional e impedir o antagonismo entre credores e devedores.

Roberto Simonsen, porém, continuava um neo-liberal. Embora reconhecendo os defeitos do capitalismo, jamais pensou em trilhar o caminho oposto e aliar-se ao comunismo. Muito ao contrário, repelia-o veementemente, porquanto acreditava ser impossível ao mundo moderno

apoiar-se apenas em valores materiais, que podiam transformar nações em civilizações desumanas, desprovidas de valores éticos, culturais e simbólicos. À América Latina competia defender os fundamentos históricos vinculados ao Latium, berço de sua civilização, e evitar o imperialismo tecnicista, suficientemente forte para inverter a ordem nacional e dominar os valores espirituais, submetendo-os à máquina (3).

Era favorável à correção e não ao abandono do capitalismo liberal, mesmo porque tanto a América Latina como o Brasil, desde as suas origens, tiveram formação capitalista. Para comprová-lo, na História Econômica do Brasil (4) delineou a sua evolução: na era dos descobrimentos, o capitalismo substituiu o objetivo de produzir para o consumo imediato e atendimento das necessidades mínimas do homem, pelo aumento crescente da posse de riquezas, tornando impessoais a produção, o comércio e o crédito. Para evoluir, fazia-se mister ao sistema capitalista apoiar-se em liberdade individual, política, de locomoção e de aquisição de propriedade; esta última foi um estímulo às novas iniciativas, à competição e ao desenvolvimento em geral.

A população da Europa, paralelamente a estas mudanças, cresceu rapidamente e alterou

3. SIMONSEN, R., "Saudação Acadêmica", in Digesto Econômico, nº 43, julho, São Paulo, 1948.

4. SIMONSEN, R., História Econômica do Brasil - 1500/1820, Cia. Editora Nacional, 4ª edição São Paulo, 1962.

o seu padrão de vida; incentivou o comércio, reclamou uma diversificação e o barateamento da produção. Durante o século XVIII, o aumento da extração de metais preciosos, especialmente o ouro, no Brasil, deu ensejo a implantação da revolução industrial, que impulsionou a evolução capitalista e o surto industrial da Europa e Estados Unidos; todavia, acentuou a diferenciação e a divisão do trabalho e, por consequência, surgiram os países agrícolas, e as nações desenvolvidas passaram a executar políticas coloniais.

Tais motivos econômicos, bem como o espírito mercantil das grandes potências, visavam o acúmulo de riquezas e foram as causas determinantes da exploração da América.

Em Portugal, a desorganização da economia interna, gerada pela manutenção altamente dispendiosa do Império, falta de mercados, dificuldades de transporte, guerra e outros fatores que absorveram os seus lucros anteriores, impossibilitou-o de custear a conquista das terras descobertas. Findo o ciclo de sua expansão comercial, os portugueses encontraram-se face à necessidade de voltar a sua atenção para o Brasil, colônia que fôra considerada de pequeno valor, em virtude dos obstáculos aqui encontrados para a implantação de atividades agrícolas.

O sistema de monopólio estatal, adotado por Portugal nas relações comerciais com as Índias e Brasil, significou novo problema no tocante à expansão comercial e marítima recém iniciada pelos povos europeus; no entanto, admitiu o intercâmbio a curto prazo, apenas com produtos exóticos, pau-brasil, canafistula, bugios, papagaios e aves. O tráfico de indígenas

não despertava idéia de lucros para Portugal, e a exploração da terra não lhe oferecia atrativos. Em 1501, constatada a utilidade do pau-brasil, a Metrópole declarou-o monopólio da Coroa e a sua extração passou a ser exclusiva das feitorias. À consecução de tal projeto fêz-se necessário o emprego de diplomacia e até de força junto às autoridades marítimas da França, a fim de impedir a incursão de expedições francesas e de corsários no comércio desse produto.

A retirada sistemática de riquezas vegetais, através de métodos primitivos provocou a destruição de vários espécimes. A indústria extrativa, por diversas razões, não trouxe benefícios ao Brasil, devido principalmente ao relativo atraso e isolamento de sua cultura e à ignorância sobre o valor exato dos produtos nativos. Também as condições de Portugal muito contribuíram para a dilapidação de nossas riquezas pois, apesar de monopolizar o comércio com suas colônias, o país era pouco populoso e de incipiente industrialização.

Do comércio do pau-brasil, no Reinado de D. João III, resultou uma renda correspondente a menos de 5% da receita total do erário público português, não cobrindo sequer as despesas obrigatórias à defesa das terras brasileiras e do comércio lusitano.

Visando maior lucro e pretendendo evitar os riscos decorrentes do investimento de capital, naufrágios, pirataria, irregularidades de suprimentos etc., a Coroa arrendou o monopólio. Tal situação manteve-se mesmo após a Independência do Brasil, época em que o comércio do pau-brasil foi extinto em decorrência do apri-

moramento da indústria química e da inexistência de defesa de nossas plantas tintoriais.

Nessa mesma obra, prossegue Roberto Simonsen com a demonstração sobre o tipo de sistema econômico do Brasil: o sistema de donatárias implantado em nosso país era capitalista; não se assemelhava pois, ao feudal. O estudo dos elementos históricos não só mostram que o feudalismo representava um retrocesso em relação às conquistas políticas da época como também que os portugueses vinham ao Brasil em busca de fortuna e melhoria econômica. Portugal, em 1500, já não vivia em regime feudal, mas sim capitalista. Capitalista foi seu rei, D. Manuel: utilizou-se da política de navegação, de regime de monopólios internacionais e de suas manobras econômicas, com vistas à eliminação do comércio de especiarias até então dominado por Veneza. Seus vassallos também o foram. Lançavam-se em conquistas com o fito de enriquecer o país e torná-lo uma potência. Os donatários dedicavam-se às explorações, e as concessões recebidas do rei facilitavam-lhes o empreendimento, cujo objetivo era o lucro. É este o segundo elemento a diferenciar os dois sistemas, porquanto o feudal não visava o lucro: o povo, dividido em classes, recebia remuneração atribuída em função da condição de cada extrato social, para manter o seu padrão de vida. Como o número de pessoas de cada classe era mais ou menos limitado, o artesão ou seu filho não almejavam tornar-se fidalgo e as trocas realizavam-se em conformidade a uma divisão preestabelecida de profissões.

A hereditariedade das capitânias também não apresentava cunho feudal; constituía

simplesmente uma concessão a prazo ilimitado. Nem mesmo os grandes poderes outorgados aos donatários tinham êste sentido: equivaliam aos poderes concedidos ao chefe de uma esquadra em alto mar, ou aos comandantes de exércitos, em campo de batalha.

No entanto, dizia êle, podemos notar alguns pontos análogos entre as donatarias e o feudalismo: a hereditariedade comum a ambos, a semelhança dos termos utilizados e o aspecto jurídico que configurava o direito de propriedade, pois o possuidor de mina gozava das prerrogativas de concessionário.

O regime comercial mantido no Brasil Colônia contrastava com o sistema de monopólio estatal da mesma época. Os donatários podiam exportar livremente qualquer produto da terra para o Reino ou para mercados estrangeiros, sem pagar impostos, exceto os artigos considerados como privilégio da Metrôpole. Os navios que aqui fizessem carregamento e seguissem rota com destino a portos estrangeiros pagariam dízimos ao Brasil ou a Portugal; à mesma prática obedeciam os navios do Reino e os senhorios que aportassem com mercadorias em terras brasileiras. Nos portos da capitania, os navios não podiam carregar e tampouco sair sem licença dos donatários. O comércio interno, efetuado entre os moradores estava isento de todo e qualquer tarifa.

Apesar dos esforços despendidos, os donatários, por vários motivos, não obtiveram êxito: acidentes marítimos; lutas contra o exterior e mesmo contra o interior, provenientes da adversidade do meio; falta de um órgão coor-

denador que impedisse o empreendimento de tarefas acima de suas forças. Não foi um fracasso, do ponto de vista dos portugueses, porque com o fito de oferecer auxílio e proporcionar segurança e garantias à ordem e cooperação entre as do natarias, eles instituíram o Governo Geral, em 1549. A força da fixação imprimida por êsse sistema colonial ao nosso país foi demonstrada pela posterior evolução econômico-social e através da própria divisão política territorial do Brasil.

Na evolução do capitalismo, destacou Roberto Simonsen como elementos característicos de nossa formação econômica colonial: a subordinação do nível de vida à exportação de produtos agrícolas ou extrativos, sujeitos à concorrência de povos, cujas condições de trabalho eram inferiores aos padrões médios internacionais; a insuficiência de capitais internos para o transporte e escoamento da produção; a iniciativa de exportação e distribuição pertencente a estranhos, geralmente da mesma nacionalidade que a dos próprios mercados consumidores; e a inferioridade de recursos técnico, econômico e financeiro utilizados na defesa da produção, em relação aos demais países com que se efetuavam as trocas.

A prosperidade do século XVIII incentivou a eclosão dos primeiros sentimentos nativistas, a integração dos colonizadores, a formação de capitais na Colônia e o despertar da percepção de sua capacidade de autonomia econômica. Nessa época, duas eram as realidades: a riqueza e a produção do Norte, e a pobreza e a economia de subsistência do Sul, esta última, obrigando a população a amoldar-se aos recursos

locais, desde o ciclo da mineração até o do café.

O Descobrimento do Brasil coincidiu, portanto, com as primeiras manifestações da era capitalista. O período colonial, quase todo, processou-se dentro de uma de suas etapas - a revolução comercial - com sucessivos prodomínios de diferentes produtos no comércio internacional: séculos XV e XVI, especiarias; séculos XVII e XVIII, metais preciosos, açúcar, fumo, madeiras e couro. Em fins do século XVIII, graças aos progressos técnicos, a utilização do algodão e da navegação ampliaram-se, permitindo o comércio, grandes migrações, transportes de cereais, carnes salgadas e manufaturas. As zonas temperadas da América e de outros continentes intensificaram seu comércio com as nações européias, pois o industrialismo exigiu maior importação de cereais, cuja produção caíra no século XIX, devido ao êxodo dos camponeses e ao consequente abandono da agricultura.

O Brasil independente iniciava seus passos paralelamente à fase da revolução industrial e não lhe seria fácil a conquista do progresso econômico, face a outros povos e regiões, cujos elementos básicos se valorizaram graças a esse aspecto da evolução mundial; além disso, produtores concorrentes de artigos similares aos nossos achavam-se amparados por poderosas metrópoles, no mercado internacional. A sólida estrutura social estabelecida no período colonial impediu que as dificuldades e a diminuição periódica do intercâmbio entre as várias regiões afetasse a sua unidade política, demonstrando o papel preponderante exercido pelos fatores econômicos nessa determinação.

Uma vez liberado de suas desvantagens e limitações, o capitalismo continuava sendo o sistema econômico que melhor preservava a democracia, mas, defendia Roberto Simonsen, a correção de seus erros envolvia a intervenção do Estado na economia. Como exemplo, para reforçar seu pensamento, citou a intervenção neoliberal, aplicada em 1935, na Bélgica, não com o caráter de regra ou um fim em si, porquanto não substituiu a iniciativa privada; pelo contrário, foi efetuada com o objetivo de completá-la, promovê-la, restabelecê-la e prestigiá-la (5).

Capitalismo e democracia liberal eram para ele sinônimos e remédio. Daí defender a democracia (6), afirmando que no regime democrático - o mais avançado dos sistemas políticos - o verdadeiro conceito de liberdade exprime-se mais amplamente e a divisão do trabalho se estabelece, originando maior desenvolvimento material da sociedade. Efetivamente, a revolução industrial e a divisão do trabalho, ao acelerarem a expansão econômica, levaram os povos a incentivá-la. Assim, os ingleses, em obediência a leis naturais, preferiram o setor industrial para impulsionarem seu desenvolvimento; as elites dirigentes da Alemanha e Estados Unidos, mediante política adequada, protecionismo e progresso técnico, procuraram criar grandes parques industriais. Favorecidos pelos seus recursos

-
5. SIMONSEN, R., "Saudação Acadêmica", in Digesto Econômico, nº 43, junho, São Paulo, 1948.
 6. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais, in Simonsen e a Operação Pan-Americana, CIESP-FIESP, 1958.

naturais, corajosa política imigratória e abundante entrada de capitais, constituíram-se os Estados Unidos no maior produtor manufatureiro do mundo. A União Soviética, por sua vez, usando de poder ditatorial e trabalho forçado, executou intenso programa de industrialização, com o objetivo de melhorar o nível de vida da população e alcançar poderio militar capaz de garantir-lhe a tendência imperialista.

Mas, na realidade, é preciso ressaltar que Roberto Simonsen considerava esse regime político como um modo de vida; comprovam-no principalmente as suas afirmativas contidas no discurso pronunciado no Senado Federal, ao justificar o fechamento do Partido Comunista Brasileiro (7).

Nessa oportunidade esclareceu que, na qualidade de senador por São Paulo, conhecia a atuação do partido junto ao meio operário, onde os comunistas concentravam suas atividades nocivas; portanto, não poderia deixar de aprovar a medida determinada pelo Superior Tribunal Eleitoral, relativa à cassação do registro do partido, pois acreditava na eficácia da democracia quando praticada integralmente de acordo com seus postulados fundamentais. Definiu a democracia como o regime político que emana direta e livremente da vontade popular, no sentido de orientar e solucionar os problemas derivados das relações individuais e coletivas, com flexibilidade asseguradora da evolução econômica e social

7. SIMONSEN, R., As Classes Produtoras do Brasil e o Partido Comunista, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.

do povo. Não impõe padrões rígidos de organização social de governo ou de sistemas econômicos e muitas de suas instituições têm caráter experimental e mobilidade para atender aos anseios das populações. Na prática, diferencia-se em função do grau de cultura e de civilização dos povos. A democracia inclui o respeito à personalidade humana, sem distinção de nascimento, cor, crença, riqueza, ou hierarquia social; não outorga quaisquer privilégios sociais e proporciona iguais oportunidades a todos. Suas instituições políticas, econômicas e culturais, relembrando, são orientadas para assegurar o cumprimento de seus propósitos; exigem efetiva e ampla expansão do ensino em todas as modalidades e graus; esforça-se por intensificar as pesquisas científicas e as prospecções sobre os recursos naturais disponíveis, visando um maior aproveitamento e aumento do bem-estar dos membros integrantes da comunidade e a fixação e divulgação dos índices de vida a serem progressivamente alcançados pelo indivíduo e pela coletividade.

No seu entender, o governo em regime democrático devia estar a serviço exclusivo do povo, garantir-lhe a liberdade, promover a elevação de seus níveis culturais e o desenvolvimento econômico, mediante utilização da técnica e da ciência. A política geral subordinada à vontade da maioria, livremente expressa através de sufrágio universal, de representação proporcional e da pluralidade de partidos. Este conceito repelia a existência de partidos políticos ou de qualquer organização que objetivassem, quer por sua atuação quer por seu programa, a própria destruição. A política administrativa autêntica devia, portanto, ser instituída de for

ma que os governantes pudessem sentir as reações e os anseios dos povos, cuja felicidade lhes cumpre assegurar. Um regime assim constituído resguardaria a liberdade condicionada por doutrinas de ordem moral concidentes com as tradições e interesses da sociedade. Mas, se os seus executores não sobrepuserem a todos êsses princípios os de honestidade intelectual e moral intransigente, aptos a persuadir as consciências na prática da verdade, mesmo o regime bem estruturado não sobreviverá.

A doutrina coletivista é inconciliável com a democracia, em virtude do seu conteúdo e do modo de ação do comunismo. Não se justificava, pois, a seu ver, o período ditatorial como fase de transição à sociedade comunista. A sua inevitabilidade visara assegurar o expurgo dos elementos insubmissos aos rígidos princípios delineados pelos chefes do partido e, nesse interim, amoldar a população segundo suas diretrizes e etapas preliminares à implantação dessa pseudo-democracia. O regime comunista é contrário à natureza humana, menospreza as forças espirituais - bases essenciais à vida - e pode perdurar, afirmava êle, enquanto o suportarem os homens dominados pela força. Muitos tiveram a impressão de haver alcançado a liberdade, mediante as conquistas liberais do século XVIII, mas o excessivo individualismo agravou a diferenciação de classes e a exploração dos fracos pelos fortes. Foi êste aspecto que induziu Marx a construir sua doutrina, apoiado em dados circunstanciais retirados da observação das lutas de classe e das condições de comando patronal na Inglaterra. Muito embora procurasse demonstrá-la com inteligência e conceituação científica, sofreu influência das características dominantes do seu meio ambiente.

Essas considerações foram feitas por Roberto Simonsen, para destacar a inadmissibilidade da exploração do homem pelo homem, pois justiça e liberdade são conceitos complementares. Portanto, a coação econômica tende a desaparecer, graças à atuação da justiça social inspirada na conciliação entre meios e fins, proposta pela moral cristã. Daí resultaria o sensível enfraquecimento da mística comunista nos países onde existe justiça social. Os analistas, ao enfocarem esse fato social sob diferentes ângulos, não podem admitir a idéia de ser a doutrina marxista capaz de gerar um regime compatível com as necessidades fundamentais do homem.

Para reforçar seu pensamento, citava a Escola de Sociologia e Política, onde coexistiam ensino e pesquisa das Ciências Políticas, Econômicas e Sociais em harmonioso equilíbrio, ao lado da presença praticamente nula de elementos comunistas nos corpos docente e discente. Tais fatos comprovavam que a ciência e a pesquisa desmentiam as pretensões políticas do marxismo.

Até 1947, os alunos daquela Escola consideravam o comunismo como um dos ramos do socialismo reacionário e compreendiam sua razão de ser, limitada porém à época de sua idealização. Ao investigarem a contribuição do marxismo como método de abordagem e esclarecimento de inúmeros problemas sócio-econômicos contemporâneos reconheceram a sua ideologia antidemocrática, no momento em que assumia caráter de doutrina política, com propósitos de implantar-se pela violência, no governo dos povos livres.

As classes produtoras no Brasil, relatou-
ê, vinham observando, na esfera nacional, o efei-
to dissolvente da ação comunista - em obediência
ao comando internacional - produzido pela aplica-
ção de técnicas rigorosamente estudadas. Uma vez
introduzidas nas instituições políticas, econômi-
cas e sociais, a sua presença atuava como fatores
desagregadores e obstrucionistas, visando impedir
o funcionamento normal das organizações e a pró-
pria evolução econômica do país.

A classe patronal jamais respondeu a es-
sas provocações com atos de força, ou reação vio-
lenta, ressaltou o nosso Autor; pelo contrário,
cooperou com os poderes públicos na elaboração e
aplicação da legislação trabalhista, no sentido de
promover entendimento entre as classes e assegu-
rar-lhes os anseios de paz e justiça social. Sô-
bre o assunto, não se pode esquecer a atuação de
seus representantes no 1º Congresso Brasileiro de
Economia, em 1943, 1º Congresso Brasileiro da In-
dústria, em 1944, Conferência de Teresópolis, em
1945, que bem evidenciaram os propósitos de ampli-
ar a assistência às classes trabalhadoras e garan-
tir-lhes o justo salário real, necessário para en-
frentarem as dificuldades derivadas do regime in-
flacionário, existentes no Brasil.

Os países em vias de desenvolvimento tam-
bém não podiam aceitar o liberalismo em sua forma
clássica. Urgia estimular a liberdade de iniciati-
va, mas a liberdade de concorrência, ainda que de-
fendida e amparada, devia conservar-se nos limi-
tes do atendimento do bem-estar social.

Sobretudo no plano internacional se-
ria impraticável aos países novos manterem-
se livre-cambistas, sem proteção contra os
exagêros, por vezes até contra a opressão
da concorrência internacional e pelas condi-
ções de desigualdade, decorrentes das caracte-

rísticas de suas economias (8).

Dai, afirmava Roberto Simonsen, a conveniência de manter em equilíbrio, na balança de pagamento, os rendimentos obtidos através da indústria e da agricultura extrativa, uma vez que com relação a este segundo setor os produtos sofrem violentas flutuações de preços. Isto se explica pelo fato de os mercados compradores e a política internacional de preços serem dirigidos por instituições econômicas e financeiras dos países desenvolvidos.

A própria organização econômico-social da agricultura e a exportação de produtos primários constituem empecilhos à remuneração adequada dos seus insumos e, assim sendo, não proporcionam meios para a elevação geral do nível de vida. Em alguns casos, a exaustão progressiva da terra e das minas incentivou o avanço da técnica. A criação de substitutos artificiais prejudicou a colocação dos produtos naturais, entre eles a borracha, anilinas, seda natural, pois aqueles invadiram os mercados como sucedaneos, principalmente dos produtos brasileiros.

Tais fatos ressaltavam a importância da defesa da intervenção e do protecionismo, no plano internacional. Considerou Roberto Simonsen ter o Plano Marshall demonstrado a viabilidade de completar-se e compensar os acordos comerciais com planos de cooperação econômica. A

8. SIMONSEN, R., "O Plano Marshall e um Nôvo Critério das Relações Internacionais", in Simonsen e a Operação Pan-Americana, FIESP-CIESP, São Paulo, 1958.

mobilidade dos fatores de produção causado pela guerra, os planos nacionais e regionais de industrialização, as competições políticas, os planos internacionais de cooperação e reabilitação deviam ser considerados na fixação da política econômica externa do Brasil. Também, na política econômica interna, tornara-se imprescindível a revisão dos acordos negociados e da política comercial, com o propósito de adaptá-los à novas realidades.

Quando Roosevelt, em 1933, observou que a política adotada não era a melhor para o seu país, como agiu o Presidente dos Estados Unidos? Modificou as diretrizes internacionais, dando prioridade à economia de seu próprio país. Mais tarde, no entanto, transformou-se no maior arauto do verdadeiro pan-americanismo, ao defender a cooperação econômica, política e social entre os povos democráticos.

Finda a Segunda Grande Guerra, continuou Roberto Simonsen, compreenderam os Estados Unidos que o automatismo de mercado preconizado pelo modelo de concorrência perfeita, da escola liberal, exigia condições mínimas de equilíbrio de poder e relativa igualdade nas condições de regateio.

Assim, observou ele (9), quando o poderio econômico de duas nações ou regiões fosse extremamente desigual, fazia-se necessário minimizar ou eliminar as discrepâncias e, desse modo, possibilitar o retorno do livre funciona-

9. SIMONSEN, R., Direito Internacional Social, Gráfica Paulista S.A., São Paulo, 1948.

mento do mercado. Isto exigia a transposição da política intervencionista interna do mercado de trabalho para o plano internacional das relações econômicas bem como a atuação da política social, através de programas de assistência social, a fim de atenuar a disparidade existente entre os padrões de vida dos vários grupos sociais. Sua aplicação proporcionou satisfatória correção, mesmo nos países de lenta acumulação de capitais e de baixos índices de "relação subsistência" (10), onde tal prática era julgada inadequada.

No setor internacional, parecia viável a idéia de um comportamento semelhante que, através de corretivos econômicos, políticos e sociais, diminuísse os desníveis entre as nações, agravado, ainda mais, pela concentração técnica e capitalista e pelo regime de intercâmbio vigente.

Essa política social, considerou o nosso Economista, não tinha finalidade filantrópica; fazia-se indispensável ao equilíbrio econômico mundial e ao bem-estar das nações mais poderosas. O Plano Marshall revelara o espírito de solidariedade do povo norte-americano e representava, ao mesmo tempo, política realística e transações a longo prazo por incluir operação comutativa de prestações e vantagens bilaterais, ou uma inversão reprodutiva.

O intervencionismo, como doutrina orientadora da programação para o desenvolvimento,

10. Índice "relação subsistência" significava o quociente da relação entre os bens e serviços divididos pelo volume da população.

não era um mal em si, tampouco incompatível, em princípio, com a liberdade de iniciativa, segundo do Roberto Simonsen (11).

Do seu ponto de vista, o grau de intervenção mais conveniente ao país deveria ser estudado com as várias entidades de classes para que, dentro do preceito constitucional, a iniciativa privada utilizasse plenamente sua capacidade, e as empresas em funcionamento não fossem prejudicadas com a introdução de novos empreendimentos concorrentes. Ao mesmo tempo, o Brasil obrigaria-se a proporcionar meios indispensáveis a renovação da maquinaria existente, caso optasse pela planificação intensiva. Além disso, fazia-se mister modificar as normas de política comercial pois, durante a fase de desenvolvimento, o país estaria sobrecarregado com problemas da infraestrutura econômica, razão por que sua produção não teria condições para concorrer com a produção em escala de origem alienígena.

Admitia-se, cada vez menos, lembrava ele, a política do livre jogo das forças econômicas e mais se enfraquecia o otimismo superficial, com relação ao livre-cambismo. Os países intensificavam os planejamentos parciais, nacionais e regionais, a fim de efetuar correções de ordem física, econômica e social.

11. SIMONSEN, R., "Planificação da Economia Brasileira", parecer apresentado no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, in O Planejamento da Economia Brasileira, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

Os Estados Unidos, país em que seus cidadãos gozavam de plena liberdade e a democracia exercia-se em toda a plenitude, aplicavam medidas intervencionistas, quando indispensáveis à preservação da própria liberdade (12).

Para comprovar a afirmação acima, vejamos como Roberto Simonsen descreveu a evolução do intervencionismo naquele país: por mais de 120 anos, os Estados Unidos utilizaram as tarifas protecionistas como o instrumento de planejamento que o transformaram de nação agrícola em uma potência industrializada, no século XIX. Várias medidas intervencionistas foram conjuntamente adotadas: regulamentação dos monopólios a fim de estimular e manter a concorrência entre as pequenas empresas, bem como o interesse dos consumidores; legislação trabalhista propiciadora de segurança à vida dos assalariados: fiscalização dos gêneros alimentícios, com vistas à proteção ao consumidor; defesa dos recursos naturais para garantir sua conservação, continuidade e utilização eficiente, e criação de serviços públicos destinados a suprir a falta da iniciativa particular em setores onde existia probabilidade de lucros.

A crise de 1929 levou o país a uma nova série de intervenções parciais, sob o nome de New Deal, e assim conseguiu atenuar os efeitos econômicos e solucionar os problemas sociais mais graves decorrentes da crise. A Segunda Guerra Mundial obrigou-os a adotar o planejamento, cu-

12. SIMONSEN, R., "O Planejamento da Economia Brasileira", réplica a Gudin, Gráfica Si-queira, São Paulo, 1945.

jos resultados positivos evidenciaram que esta técnica representa o tratamento de assuntos econômicos de um ponto de vista pragmático. De há muito, os Estados Unidos vinham implantando o planejamento nos vários setores sociais e regionais, como meio de intervir na vida econômica e amparar a agricultura. Exemplificando, citou a regulamentação do uso da terra e dos recursos naturais, com a suplementar redistribuição de terras aos colonizadores, contida no Homestead Act, de 1862, e a campanha de Theodore Roosevelt, em prol da conservação das terras não cultivadas. O Agricultural Adjustmente Act (A.A.A.) promulgado com o objetivo de debelar os efeitos da crise sobre a agricultura, inaugurou um programa de proteção as colheitas, baseado num acordo entre colonos e fazendeiros, pelo qual tanto uns como outros comprometiam-se a limitar a produção a um determinado número pré-fixado de cotas. Declarado inconstitucional o A.A.A., o Congresso norte-americano reestabeleceu os principais serviços criados anteriormente naquela lei, por julgá-los imprescindíveis à agricultura e à comunidade. Outro planejamento econômico e social executado, o do Tennessee Valley Authority, beneficiou 2 000 000 de norte-americanos e 4 000 milhas quadradas de terra e possibilitou a recuperação econômica do vale, com a construção de açudes, estações geradoras de força, controle de enchentes, medidas responsáveis pela recuperação econômica de uma zona pobre.

No setor trabalhista muitas leis foram promulgadas, configurando o caráter intervencionista do Estado, visando substituir o livre jogo das forças econômicas e elevar o padrão de vida dos trabalhadores norte-americanos.

Em 1887, foi intensa a atuação dos Estados Unidos no campo industrial: criaram a Interstate Commerce Commission para fiscalizar a política ferroviária; a Federal Power Commission e a Federal Communication Commission para controlar os serviços de transportes, água, oleodutos, empresas de eletricidade, telégrafo, telefone e rádio.

O Public Utility Holding Act interveio nos holdings, obrigando-os a registrarem-se na Securities and Exchange Commission, órgão controlador das organizações financeiras; a Lei Sherman agiu junto aos trustes e monopólios e a Federal Trade Commission foi criada para tornar efetiva essa ação.

Em 1933, a National Industry Recovery (NIRA) representou a intervenção máxima nas indústrias, com os objetivos de proporcionar trabalho aos desempregados; elevar o poder aquisitivo da população; incentivar as inter-relações industriais e abolir a concorrência desleal, mediante atos de planejamento industrial. (Abolida a N.I.R.A., a indústria norte-americana, pouco depois, foi mobilizada por um planejamento de guerra.

Nos setores bancários e de crédito o governo norte-americano interveio mais intensamente: o Federal Reserve System controlou e regulamentou a moeda e o crédito em todo seu território. A Reconstruction Finance Corporation (RFC), em 1930, combateu as consequências financeiras da crise de 1929 e atuou através da concessão de crédito às municipalidades, bancos e empresas industriais impossibilitados de conseguir-lo através dos meios comumente utilizados.

O governo transformou-se em credor dos bancos, das estradas de ferro, das companhias de seguro e das empresas industriais. A R.F.C. tornou-se, pois, um poderoso órgão financeiro e, durante a Segunda Guerra, desempenhou papel decisivo na aceleração da produção. Organismos especiais de crédito também foram criados, a fim de expandir o setor de construção imobiliária e outros destinados a aumentar os serviços urbanísticos. No pós-guerra, centenas de entidades estudaram planejamentos econômicos e sociais, privados e oficiais, visando a reconversão à economia de paz.

O planejamento dos Estados Unidos, ponderou Roberto Simonsen, não atendeu aos mesmos objetivos, nem possuía a amplitude que se impunha a um país empobrecido como o Brasil. Na condição de maior potência econômica e financeira do mundo, o seu planejamento abrangia os setores onde a iniciativa privada mostrava-se incapaz de solucionar os problemas com que a nação ia defrontar no pós-guerra; almejava o pleno emprego e usava o intervencionismo do Estado apenas quando o julgava necessário à sua economia. Infelizmente, no Brasil, a intervenção estatal nem sempre fora compreendida. Por esse motivo, recorria-se a planejamentos parciais e a intervenções transitórias e descontínuas.

O país vivia, praticamente, apoiado no regime de monocultura e exploração de alguns produtos, em virtude da insuficiência e insegurança econômica. O comércio dos principais artigos estava sob a intervenção do Estado, tanto para financiamentos e regularização da produção, como para assegurar preços mínimos. Em 1945, entre os produtos submetidos ao protecionismo, si

tuavam-se o café, algodão, açúcar, cacau, borra-
cha, sal, mate, carne e outros, para produção e
comércio; os cereais incluíam-se em um plano de
emergência, que visava intensificar sua produ-
ção.

As intervenções, lembrava êle, inicia-
das quase sempre a pedido e com o apóio dos pro-
dutores, posteriormente eram criticadas ou repe-
lidas pelos próprios solicitantes, quer pelo des-
virtuamento das primitivas finalidades, quer pe-
la incompreensão por parte do público. O Esta-
do controlava o sistema monetário, o crédito, o
mercado de câmbio, a distribuição de energia e-
létrica e os principais meios de transporte. O
nosso problema, como se depreendia, situava-se
na escolha do tipo de intervencionismo mais ade-
quado às exigências brasileiras. Mas, como a-
gir para evitar consequências nefastas? Evitan-
do as intervenções parciais, desligadas do pla-
no de conjunto, julgava Roberto Simonsen. O in-
tervencionismo, na verdadeira acepção da pala-
vra, deveria atender à interdependência dos vâ-
rios fatores econômicos, harmonizar os interê-
ses em jogo e observar as prescrições de ordem
técnica. Além disso, a sua execução deveria ser
entregue somente a homens capacitados, que agis-
sem sob o contróle efetivo da comunidade.

Do ponto de vista de Roberto Simonsen,
a solução dos principais problemas nacionais de-
pendia da união entre os brasileiros e de se pos-
sibilitar aos homens públicos o livre acesso aos
dados relativos aos padrões de vida das diferen-
tes regiões. Dessa maneira, poderiam proceder
à elaboração de programas definidos sobre o a-
proveitamento adequado de nossas principais re-
servas naturais e melhoria da produtividade do

trabalho. Em decorrência, a escolha de medidas econômicas, sociais e técnicas, mais eficientes ao rápido e substancial aumento da renda nacional, demandava, também, estudos sobre a localização dos imigrantes e redistribuição da população, em função da disponibilidade dos recursos econômicos potenciais das diferentes regiões. Tais dados tornam-se imprescindíveis quando se planeja uma verdadeira revolução econômica, com o propósito de combater o pauperismo brasileiro.

A programação e a política econômica deviam partir da aceitação de princípios doutrinários sólidos, conscientemente aceitos e livremente defendidos. Não podíamos aceitar o comunismo, reafirmava Roberto Simonsen, tomando por base os efeitos que nos eram dado verificar objetivamente sobre a vida dos soviéticos (13). Julgavam os comunistas que uma nova forma de repartição nivelaria as desigualdades sociais, mas a expropriação dos bens dos ricos e a transferência de toda a produção ao Estado redundou em miséria geral. Mínima era a cota correspondente a cada indivíduo e a desorganização no processo econômico provocou a diminuição de produção e a elevação dos seus custos. Tais fatos trouxeram à luz a verdade: a riqueza de uma nação e o padrão de vida da sua população dependem do poder aquisitivo do indivíduo, o qual, por sua vez, deriva da posse de bens sociais. Este conceito devia ser observado na fixação de novas diretrizes de um país; é necessário produzir para depois repartir. Em resumo, declarava ele: a salvação não está na repartição.

13. SIMONSEN, R., À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

Por outro lado, consoante suas idéias, também não podíamos aceitar incondicionalmente o capitalismo liberal. No século XIX, acreditava-se ser a riqueza da nação igual à agregação das riquezas materiais dos seus habitantes; por conseguinte, o indivíduo, ao melhorar sua própria condição econômica, automaticamente aumentaria a riqueza da comunidade em geral. A atividade econômica era auto-reguladora, e permanecendo a iniciativa particular sob o controle de seus próprios interesses, dispensava a fiscalização governamental no regime de trocas (14).

No século XX, relatou êle, muitos fatores, tais como: a devastação das riquezas naturais, a inexistência de defesa contra os fenômenos meteorológicos, as crises econômicas, a miséria em meio à abundância, a concentração de riquezas em pequeno número de mãos, a exploração do homem pelo homem, os problemas sócio-econômicos da aglomeração urbana, a profunda diferenciação entre nações ricas e pobres, a impossibilidade de o sistema de preços refletir, em dado momento, as condições prováveis de mercados futuros, demonstraram a insuficiência do automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos.

Consequentemente, surgiram, com maior frequência, as intervenções estatais, visando corrigir inúmeras injustiças sociais, pressões e sofrimentos geradores de crises e de guerras.

14. SIMONSEN, R., O Planejamento da Economia Brasileira, réplica a Gudin, Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

Apoiados em dogmas e doutrinas, alguns negavam o direito de o Estado pesquisar os aspectos econômicos e sociais da vida comum, a fim de elaborar o planejamento adequado ao desenvolvimento do país. As empresas particulares, em contraste com esta atitude, lembrava Roberto Simonsen, efetuavam pesquisas e estudos de organização, com o propósito de pressentir as necessidades da população e planejar a expansão de suas plantas de produção e, por conseguinte, a conquista do mercado.

Os Estados, cujos dirigentes não possuíam suficiente formação política, achavam-se impossibilitados de manejar a técnica de planejamentos metódicos para a expansão econômica; assim sendo, numa tentativa de corrigir os males apontados, adotavam, cada vez mais, medidas intervencionistas que equivaliam a verdadeiros planejamentos parciais dos governos liberais e, por vezes, atingiam a forma do total intervencionismo da União Soviética e dos regimes totalitários. Estas constatações levaram Roberto Simonsen a afirmar que a solução do problema doutrinário e a opção por este ou aquele ponto de vista filosófico deviam ser orientados pela análise científica dos fatos decorrentes da aplicação dos sistemas correspondentes às diferentes doutrinas econômicas. A ciência mostrava-nos a impossibilidade de sermos irrestritamente liberais e ao mesmo tempo provava a viabilidade de sermos intervencionistas, sem destruir o primado da liberdade de iniciativa.

Demonstrou-nos êle, por sua vez, que não devíamos deixar os problemas à discrição das ações e reações das forças naturais e dos livres fatores econômicos. Isto equivaleria a

manter, por muito tempo, o país numa servidão econômica, quase tão penosa quanto a sujeição política, em benefício de nações mais desenvolvidas. E, acrescentou, o intervencionismo devia ser utilizado não para combater as leis naturais, mas para criar situações em que o Brasil, por exemplo, pudesse aproveitar os resultados dessas leis. A ampla liberdade no intercâmbio comercial, pela atuação natural de fatores conhecidos, conduzia ao predomínio das nações economicamente mais fortes e eliminava as mais fracas do mercado internacional (15).

Roberto Simonsen chamou a atenção para o fato de, tanto no Brasil como em outros países, ter havido polêmica estéril ou, por vezes, até mesmo nociva, entre seus adeptos ferrenhos, que procuraram opor o protecionismo ao livre-cambismo e o intervencionismo ao liberalismo.

A transposição da discussão protecionismo e livre-cambismo para o Brasil, concluiu o nosso Economista, era lamentável, pois a adoção de doutrinas imitadas ou improvisadas e não aplicáveis às nossas condições acentuava a depressão econômica brasileira.

O estágio de desenvolvimento e da política internacional na década dos quarenta não admitia a eliminação do protecionismo. A afirmação de que, em condições econômicas satisfatórias, o Brasil só produziria café denotava - em contraposição ao pedido de abolição de barreiras alfandegárias para o alargamento do mer-

15. SIMONSEN, R., À Margem da Profissão, São Paulo Editora Ltda., São Paulo, 1932.

cado consumidor de café - o desejo de obrigar o país a permanecer na monocultura cafeeira e a provocar o desmoronamento das outras atividades, o rebaixamento do padrão de vida e o recuo de nossa civilização.

A implantação do livre-cambismo significava troca entre nações que imporiam suas decisões, em detrimento dos interesses e do nível de vida dos países menos favorecidos. As nações em vias de desenvolvimento deviam, de qualquer forma, evitar posições extremadas. Evidenciava-se que para ser liberal também era necessário ser desenvolvido.

Portanto, impunha-se a intervenção do Estado, dizia Roberto Simonsen, onde aparecessem falhas ou incapacidade da iniciativa privada e não implicava em escolha entre capitalismo e socialismo. O combate ao monopólio, o controle rigoroso das empresas de utilidade pública e a execução de numerosos serviços públicos pelo Estado constituíam medidas pertinentes aos governos liberais e, ressaltava, não eram inconciliáveis com o sistema econômico apoiado na livre-iniciativa.

As limitações e correções de certas deficiências na iniciativa privada estavam sendo resolvidas pelo Estado, mediante subvenções ou impostos, conforme o caso. Poder-se-ia compensar o desperdício oriundo da má orientação dos empreendimentos com a concessão de crédito seletivo emanado de um planejamento geral. Mas a deficiência do empresário ou do empregador particular só o governo poderia corrigi-la, substituindo-a por empresas autárquicas ou de eco-

nomia mista (16), declarou Roberto Simonsen.

Tais tipos de intervencionismo de Estado não eram incompatíveis com o regime de iniciativa privada, base essencial do sistema econômico capitalista. Em reforço desta idéia, citou os seguintes exemplos: foi a doutrina protecionista que permitiu aos países da Europa vencerem as barreiras do subdesenvolvimento. Aplicada à economia norte-americana, libertou os Estados Unidos da dependência dos mercados europeus e nos ensinou serem o intervencionismo estatal e o intervencionismo alfandegário condições essenciais para a instituição de um sistema de economia nacional (17).

As vantagens dessa doutrina, historiou ele, foram expostas pelos seus precursores e fundadores: Rodbertus criticou a divisão do trabalho, base da expansão comercial para os clássicos e colocou-a em seus devidos termos, procurando destacar o aspecto social, a formação histórica e o papel preponderante que desempenhava no exercício dos direitos sociais e, sobretudo, a preocupação do fortalecimento do Estado.

Frederic List e os adeptos de sua Escola reagiram contra esse conceito, introduzin-

16. SIMONSEN, R., "Planejamento da Economia Brasileira", Réplica a Gudin, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

17. SIMONSEN, R., Aspectos da Política Econômica Nacional, São Paulo, Editora Ltda., São Paulo, 1935.

do nas relações econômicas as individualidades distintas resultantes de determinados processos de formação histórica e combatendo o excesso de materialismo dos clássicos, no tocante ao ponto em que relacionavam o progresso da sociedade somente ao desenvolvimento econômico sem levarem em consideração a existência de outros fins elevados.

A evolução dos estudos científicos econômicos, continuou Roberto Simonsen, em sua análise, demonstrou que, na realidade, a divisão do trabalho se processara sob a forma de trabalho social, tanto mais acentuada quanto mais civilizado o meio. Referia-se o trabalho social à produção social, ou seja, à renda da sociedade. Tal mudança de enfoque possibilitou aos economistas a compreensão da crescente importância da economia nacional, como conjunto de atividades de um povo, visando satisfazer as necessidades do país, do grupo social e dos indivíduos que o integram. Cada vez mais, seus interesses se inter-relacionam pela legislação e outras causas múltiplas, dentro de uma mesma fronteira.

Citou o trabalho pioneiro de dois economistas: Adolph Wagner, em sua obra Fundamentos da Economia Política, como o primeiro estudioso a precisar os conceitos, universalmente aceitos, de economia, capital e renda nacionais; e Felipe Carli, que, no mesmo sentido, apreendeu os dois pontos principais de um sistema nacional: a população que tem de viver e os meios de que se utiliza para viver. Os meios criados pela população ativa derivam da produção e constituem a renda do país ou o poder aquisitivo do povo. Isto equivalia a afirmar: quanto maior a

produção de bens sociais, maior seriam o poder aquisitivo e o bem-estar das populações e, por conseguinte, mais elevado o seu padrão de vida. A produção destinava-se ao atendimento do consumo interno e externo; uns voltam suas economias para o exterior, derivando da exportação a maior parte de sua renda. Outros, quando não conseguem aceitação intensa de suas mercadorias no mercado internacional, deslocam suas atividades para o mercado interno quando contam com as riquezas naturais e com os demais fatores geradores de um nível de produção mais elevado.

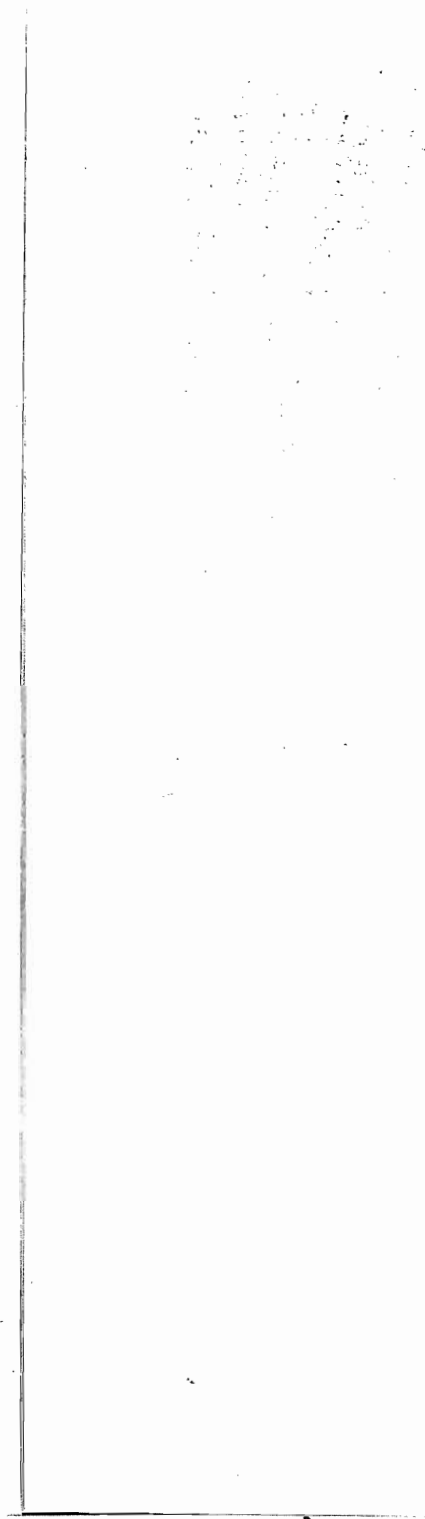
Na América Latina e principalmente no Brasil, ponderou Roberto Simonsen, a forte aversão ao protecionismo decorria do fato de nossos economistas e estadistas não distinguirem o protecionismo fiscal do industrial e manterem-se presos ao primeiro, a fim de solucionar as dificuldades momentâneas do erário. No entanto, a história econômica e financeira do país encarregou-se de demonstrar o fracasso das tentativas no sentido de resolver as dificuldades orçamentárias do governo, mediante o protecionismo fiscal. Exigia-se alteração da estrutura econômica do país, expansão econômica apoiada em sólida, oportuna e legítima industrialização, pois sem essas medidas, os expedientes fiscais funcionariam em sentido oposto, isto é, ao invés de garantirem proteção econômica, agiriam em detrimento do desenvolvimento do país.

Fazia-se, pois, imprescindível, a substituição do protecionismo fiscal pelo industrial. A adoção de um sadio protecionismo in

dustrial, diz-nos o Autor patricio (18), não só teria acelerado o crescimento do setor industrial e elevado o padrão de vida médio acima do nível alcançado, como também manteria a moeda nacional mais valorizada. Após 1919, as lições da Primeira Grande Guerra já haviam demonstrado a Pandiá Calógeras o papel preponderante da indústria brasileira, tornando-o um propugnador do nosso industrialismo. Os reflexos do protecionismo comprovaram a sua eficiência sobre os diferentes setores econômicos, especialmente no tocante ao parque industrial nacional, por constituir um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico.

Dai ter nosso Economista reafirmado que, no futuro, o povo compreenderia a importância do protecionismo como doutrina de defesa das economias das nações. Tornar-se-ia, então, o mais importante fator determinante da elevação do padrão de vida, se transformado em um roteiro para o desenvolvimento, desde que apoiado numa prévia e adequada programação.

-
18. SIMONSEN, R., "As Possibilidades de Expansão Industrial Brasileira", in a Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Revista dos Tribunais, nº 7, São Paulo, 1937.



SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Roberto Simonsen completou o curso superior na primeira década deste século e sempre reconheceu a profunda influência que sobre ele exerceram os professores Antonio Francisco de Paula Souza, Horácio Berlinck e Alfred Slater.

Tendo estudado Contabilidade, antes de realizar o curso de Engenharia Civil, pôde melhor preparar-se para a difícil tarefa de administrador de empresa.

Como engenheiro, compreendeu o papel da técnica em benefício do mundo, e considerou sua profissão um serviço em prol da humanidade.

Ao obter o grau de bacharel, foi-lhe dada a oportunidade de optar entre um cargo público e a atividade particular. Seu penhor pelas realizações e o espírito nato de empresário encaminharam-no para a empresa privada.

Tôda a vida pública de Roberto Simonsen foi pautada pelos relevantes serviços prestados em investimentos de caráter social e privado. No exercício do cargo de presidente atuante de diferentes empresas pôde impulsionar a indústria e servir seu país como homem público.

Constituiu o exemplo vivo de que o intelectual não está necessariamente divorciado da atividade prática, pois as suas inúmeras iniciativas no setor privado provam ter sido um homem realizador, dotado de alto espírito prático. Historiador e economista, legou-nos uma contribuição de tal ordem que enriqueceu o currículo de ensino superior com uma nova disciplina, a História Econômica do Brasil.

Interessou-se por todos os problemas socio-econômicos nacionais, almejando para o Brasil, em futuro próximo, não só uma posição de igualdade entre os países desenvolvidos, como sua liderança no movimento de integração latino-americana.

A Engenharia condicionou sua formação econômica, razão por que a interpretava como técnica aplicada ao aperfeiçoamento da produção. Daí o caráter finalista das idéias orientadoras de sua vida; mesmo o conteúdo desse pensamento econômico teve caráter pragmático, porquanto aceitava como objetivos econômicos gerais de qualquer sistema econômico ou comunidade, por menor que fôsse, os seguintes: aumentar a produtividade; reduzir o custo de produção; aproveitar eficientemente os bens materiais; combater a escassez de recursos materiais; preparar e estimular o homem como agente do processo produtivo; elevar a renda nacional para melhorar o bem-estar dos povos.

Não se limitou a ser somente um notável engenheiro e economista; tinha o sentido de colaboração e da fecundidade do trabalho em equipe. Proclamava a necessidade de intensa publicidade junto à classe dos engenheiros, visando

do integrá-la no ambiente econômico brasileiro e conseguir a cooperação dos seus membros na elaboração de leis e aplicação de medidas indispensáveis ao desenvolvimento do Brasil.

Na época, estas idéias possuíam grande valor, pois os conhecimentos de Economia eram recebidos com desdém pela mocidade acadêmica e nenhuma preocupação havia com a formação específica do analista sócio-econômico. Roberto Simonsen, porém, defendeu a reformulação do currículo das Escolas no sentido de fazê-lo abranger um conjunto de ensinamentos científicos, econômicos, políticos e sociais inter-relacionados. Constituiria uma base inicial a ser ampliada, sem interrupção, para tornar os jovens aptos a exercer a sua profissão.

Em seus trabalhos, partiu sempre da análise dos fatos. Afirmou que as atividades econômicas de um país refletem os seus estádios de progresso, cuja evolução acha-se integrada aos acontecimentos sociais e políticos. Tendo vivido entre duas guerras e sentindo o sofrimento gerado pelas crises econômicas que culminaram na depressão internacional de 1930, toda a sua obra é uma resultante da maneira pela qual ele via o mundo, a América Latina e o Brasil.

Nacionalista lúcido, observou constituírem-se os acontecimentos do século XX no mais vivo desmentido das harmonias econômicas de Frederic Bastiat, aceitas por todos os liberais ortodoxos. Por isso foi combatido. No entanto, sua obra permitiu-nos apreender o sentido real do internacionalismo, ou seja, o condicionamento da harmonia mundial ao completo entendimento entre as nações, conducente ao aproveitamento

das potencialidades de cada país. Consequentemente, sobreviria um padrão de vida condigno ao gênero humano e igualdade de oportunidade para todos, sem excessão.

Devem, portanto, os países desenvolvidos voltar a sua atenção para as nações empobrecidas e particularmente para a América Latina, pois não poderá haver equilíbrio duradouro no comércio internacional enquanto subsistirem disparidades gritantes entre os níveis de produtividade nas diversas áreas do mundo. Preocupado com a América Latina, compreendeu Roberto Simon sen que o desenvolvimento neste continente dependia de atualização técnica e ampliação das estruturas.

No Brasil e nos demais países latino-americanos fôra relativamente pequeno o uso de máquinas, em um século de enormes progresso tecnológico mundial. Impunha-se substituir o nosso equipamento obsoleto mas, por outro lado, eram poucos os produtos exportáveis e bastante acanhados os mercados internos, por falta de industrialização e inaproveitamento dos recursos potenciais, o que exigia mudanças estruturais.

O Brasil tinha vivido à custa de instituições políticas trazidas dos países desenvolvidos da civilização ocidental. Formavamos uma casta política de administradores divorciados da realidade social e econômica de nosso país. Tais fatos agravavam os desequilíbrios provocados pelas crises econômicas, deficiência de equipamento técnico, preparo profissional da população e insuficiência de mercados externos para nossa produção. Externou o Autor este pensamento com relação ao Brasil, mas estamos con-

victos de que não teria dúvidas em estendê-lo a tôda a América Latina e talvez ao terceiro mundo como um todo.

Roberto Simonsen defendia a idéia da im possibilidade de solucionar os problemas de repartição sem que, antes, se expandisse a produção; e para produzir, imprescindível se fazia a utilização do elemento humano - criador e responsável pelo emprêgo dos fatores materiais de produção.

Como homem de empresa foi, antes de tudo, um produtor e, por isso, soube distinguir o aspecto financeiro, aparente e ilusório da economia de um país, do aspecto real. O rendimento real é formado pela conjunção de bens postos à disposição de um povo, constitui a riqueza efetiva e não se confunde com o valor montário dêsses mesmos bens.

Hoje mais do que nunca, cabe repetir tal advertência, pois tanto é verdade que o bem estar depende do aumento do rendimento real do país, como o é, também, o inconveniente de expressá-lo em termos de rendimento nominal, porquanto permanece sujeito às flutuações do valor da moeda.

Aceitou a teoria do ótimo de população como ponto de partida para explicar o enriquecimento de um povo, assim o bem-estar resultaria do equilíbrio harmonioso entre o homem, o ambiente e os recursos econômicos. Daí o valor das migrações que, além de desafogarem os centros superpovoados, ocupam os vazios demogrâficos de outras áreas. Os países europeus, ao facilitarem as emigrações do excesso das popu-

lações, não só melhoraram o nível dos remanescentes como também proporcionaram novas oportunidades aos imigrantes.

As características básicas de uma economia dependem fundamentalmente da maneira pela qual o elemento humano ocupa o solo disponível. A História Econômica do Brasil tratou deste problema; mostrou o caráter empírico e desordenado das relações entre o homem e sua terra, a regionalização das produções responsáveis pelos desequilíbrios regionais, desigualdades de povoamento e concentração dos núcleos populacionais ao longo da zona costeira.

A ocupação histórica do nosso território resultou na formação de duas regiões: a costa e hinterland, com características bem diversas. A primeira beneficiou-se do intercâmbio com o exterior, progrediu e conheceu relativo grau de prosperidade e bem-estar, enquanto a segunda, oprimida por inúmeros obstáculos, enfrentou a miséria, o isolamento, a incompreensão e falta de oportunidade.

O movimento bandeirante de São Paulo, bem como as entradas no nordeste do país, alargaram as fronteiras, concorreram para a unidade nacional de língua e religião, mas não conseguiram promover a integração e eliminar o desequilíbrio entre ambas as regiões.

Os desequilíbrios regionais decorrentes das diferenças na ocupação do solo brasileiro demonstraram que as populações do Brasil apesar de relativamente pobres, possuíam vários níveis de vida.

Tais observações não se referiam apenas ao Brasil mas, sim, a muitas outras nações latino-americanas, pois a ocupação européia seguia a mesma diretriz do período pré-colombiano: nomadismo e deslocamento das populações, em função do esgotamento dos recursos econômicos das regiões onde temporariamente se fixavam.

Roberto Simonsen justificou o seu culto pela história econômica: a história relata a situação de interdependência entre os povos e mostra a necessidade de se eliminarem os núcleos de população descontente e sofredora, para a tranquilidade do mundo.

Se o fator terra significa utilização da força de trabalho na produção de matéria-prima imprescindível à indústria de transformação, se, na realidade a ocupação da terra pelo homem começa pela produção extrativa, certo é também que só se pode fazer uso do solo nacional pela produção sistematizada e racionalizada da agropecuária, uma das importantes condições para a decolagem dos países subdesenvolvidos.

Por defender a industrialização, foi Roberto Simonsen muitas vezes injustamente apontado como um dos responsáveis pelo declínio da agricultura brasileira. No entanto, defendia o desenvolvimento da tecnologia, não apenas no campo industrial, mas também na agropecuária. Tecnologia e normalização caminhavam pari-passu e propiciavam a caracterização de tipos uniformes de peças ou instrumentais, a exemplo do próprio princípio da seleção natural que indicava a tendência a enquadrar os seres vivos em várias divisões e a classificá-los em numerosas espécies.

Pioneiro nos estudos da História Econômica do Brasil, reconheceu o importante papel, as vantagens e as desvantagens da agricultura cafeeira na evolução da Economia Nacional. O café promoveu o reerguimento do Centro-Sul, após a perda do mercado açucareiro e esgotamento da mineração. Produziu divisas utilizadas na construção da rede ferroviária brasileira, a partir de 1854 e estimulou a expansão do trabalho livre, constituindo-se em exemplo do poder da organização capitalista aplicada à lavoura.

Apesar disso, o seu espírito objetivo fê-lo condenar, não a agricultura em si, mas os exageros da monocultura cafeeira que, em virtude dos grandes lucros proporcionados no passado, atingiu desmesurado crescimento.

Jamais condenou a atividade agrícola em favor de uma indústria desvinculada da terra. Ao contrário, foi o defensor da integração Agricultura-Indústria. Admitiu que, na produção agrícola, o erro consistia no caráter rotineiro dessa atividade econômica, apoiada em tecnologia ultrapassada, quase igual a dos tempos do Brasil Colônia e Império. Além disso, a política agrícola fôra esboçada com vistas ao mercado externo, ao invés de realizar-se em função da expansão industrial.

Ressaltou a importância de se transportar para o campo os ensinamentos da moderna organização industrial e científica, a fim de que os nossos agricultores passassem a dirigir suas fazendas como um empreendimento industrial ou comercial. Procurariam multiplicar a produtividade de suas terras, substituir o braço caro e escasso pela inteligência, mediante a apli

cação de métodos mais eficientes de trabalho, inclusive cultura intensiva, drenagem, irrigação, campos de experiência e demonstração, seleção de sementes, etc.

Vemos, pois, que para Roberto Simon - sen, a atividade agrícola e a industrial, além de se completarem, eram interdependentes.

Acompanhando a tese dos adeptos da doutrina do Sistema de Economia Nacional, sem pre procurou salientar o papel propulsor da indústria no desenvolvimento econômico de um país. Sem ela não poderia haver aumento da renda nacional.

A evolução industrial brasileira processou-se apoiada na média e pequena empresa, não obstante a premente necessidade de grandes indústrias de base. Não se tratava de substituir alguns tipos por outros; os pequenos e médios empreendimentos devem ser estimulados, pois ace leram a democratização do Capital e do Trabalho. Entretanto, podem existir falsas indústrias em um país ou região onde os recursos materiais e humanos são incompatíveis com a instalação de empresas manufatureiras. Mas, desde que uma indústria esteja apta a utilizar-se de recursos regionais, matérias-primas, fontes de energia, mão-de-obra, tratar-se-á de atividade econômica essencial e de indiscutível fator de aceleração do desenvolvimento.

A industrialização em países pobres não pode ser iniciada com grandes plantas, come çando com elevadíssima produtividade no ponto em que se encontram as grandes potências industriais do mundo.

Devido à produção em massa, as grandes indústrias tendem à formação de cartéis e trustes nacionais e internacionais, como solução ao problema da colocação do volume produzido. Nos países em desenvolvimento, os baixos níveis salariais, as dificuldades de capitalização, a insuficiência do mercado de trabalho tornam acanhado o mercado consumidor.

Era importante dimensionar a indústria em função da capacidade de escoamento dos seus produtos, para depois, através do incentivo ao espírito de iniciativa, senso de responsabilidade, possibilidade de criação crescente de empresas e da conquista de melhor padrão de vida, incrementar, ao mesmo tempo, indústria e mercado.

Nota-se, pois, que em 1944, Roberto Simonsen já desenvolvera este raciocínio, que só mais tarde se constituiria na Teoria do Desenvolvimento Econômico Equilibrado.

A grande diferença entre R. Nurkse e Roberto Simonsen é, por exemplo, que o primeiro, adepto da referida Teoria, acreditava ser possível conciliar o desenvolvimento com o automatismo do mercado e a livre concorrência, enquanto o nosso Economista, mais realista, radicado em um país subdesenvolvido, descrevia as virtudes miraculosas da concorrência perfeita, e defendia a intervenção de Estado e a programação para promoção da industrialização crescente.

Conforme consta na História Econômica dos países desenvolvidos, a pequena e média indústria representam o elo entre a grande agri -

cultura e a grande indústria, mas este tende a enfraquecer-se ante as vantagens derivadas da concentração econômica e das economias de escala. A industrialização traduz-se em benefícios para a agricultura e aumento do bem-estar dos povos.

Roberto Simonsen, porém, não perdia de vista o fato de o crescimento industrial iniciar-se pela exploração dos recursos naturais e transformação de matérias-primas em produtos alimentícios originários da agricultura.

Não se podia considerar o surto industrial mero capricho de um grupo de homens. A diferença de remuneração entre o setor agrícola e o industrial, a complementaridade destas duas atividades, indicavam ser o programa de industrialização condição essencial para o alcance do desenvolvimento econômico e aumento do bem-estar.

O enriquecimento do homem do campo constituía, sem dúvida, fator imprescindível ao fortalecimento do mercado interno e alargamento do consumo de manufaturas.

Por outro lado, os núcleos urbanos, resultantes da implantação de atividades secundárias, criaram importantíssimos mercados consumidores da produção agropecuária.

O progresso industrial tende a irradiar-se das regiões mais favorecidas para as menos favorecidas. Expande-se dos países historicamente mais equipados e interessados em aprimorar sua tecnologia as demais nações que, aos poucos, tomam consciência do valor de seus re-

cursos potenciais e, pelo trabalho nacional, transmudam - os em riqueza efetiva.

Neste pensamento está o germe da atual "Teoria dos Polos de Crescimento" e pelo estudo comparativo das diferentes regiões econômicas do Brasil e extensão de suas observações a outros povos, constituiu-se ele em um dos fundadores do novo ramo da ciência econômica - a Economia Regional Comparada - resultante da aplicação prática da teoria dos polos de crescimento. Mas, o seu senso prático não lhe permitiu permanecer apenas no campo da arte econômica.

Se, por um lado, reconhecia a estreita ligação entre a evolução industrial e o enriquecimento da agricultura, por outro, sabia que um país, ao iniciar sua expansão manufatureira não podia correr o risco de ser sufocado pela concorrência dos produtos estrangeiros. Defendia, pois, a intervenção do Estado e o Protecionismo tarifário, como instrumentos de Política Econômica imprescindíveis ao desenvolvimento econômico das nações.

No entanto, admitia que todo o peso da execução desta política não deveria recair somente nos ombros do Poder Público. As grandes indústrias tinham para com o público e o governo quase tantas responsabilidades de ordem moral, social e econômica, quantas as das empresas exploradoras de serviços públicos ou de atividades industriais estatais.

Os objetivos primordiais da política econômica eram: aprimorar o mercado de trabalho melhorar o bem-estar e contribuir para a felicidade do ser humano.

Trabalho eficiente significava condição de produção e, simultaneamente, queda do custo de vida e melhoria dos padrões de consumo.

Surgiam problemas sociais quando a economia não era bem organizada e a insatisfação decorrente de tecnologia inadequada, de mão-de-obra mal qualificada, de escassez e má qualidade da produção, traduziam-se em fatores negativos e responsáveis pelo pauperismo e má repartição das riquezas. A solução da questão social sintetizava-se no esforço de formar o trabalhador consciente, no aprimoramento da força de trabalho e aumento da produção nacional para, em seguida, reparti-la em função das necessidades de cada um e do seu grau de colaboração no processo econômico.

Em países como o Brasil, o trabalho ainda não tinha sido devidamente valorizado, em virtude de uma herança social desfavorável, resultante do trabalho servil.

A escravidão fôra abolida, mas não extinguiram-se os seus efeitos sobre o mercado de trabalho livre. A servidão, pela sua natureza, geralmente mantinha o proprietário afastado do conhecimento real dos problemas da agricultura, do valor de suas terras e, ao mesmo tempo, alimentava a ignorância da classe produtora com relação à função social da empresa e às consequências da concorrência internacional.

Na obra de Roberto Simonsen, o aperfeiçoamento da força de trabalho repousava na eficiência do sistema educacional, fato infelizmente não percebido pelos pregadores do abolicionismo.

A emancipação do trabalhador e sua valorização significavam investimentos em educação geral e técnica; mas, como o sistema educacional das nações pobres, na sua quase totalidade, não se orientava no sentido de sanar tão grande deficiência, tornava-se mínima a percentagem dos profissionais habilitados. A qualificação da mão-de-obra era de suma importância, pois nas áreas subdesenvolvidas a maioria dos operários não se constituía de artífices, mas, sim, de trabalhadores não especializados, com salários baixos e insuficientes.

Salário representa o pagamento da força de trabalho aplicada, portanto o mercado de trabalho só podia funcionar adequadamente quando os diferentes níveis salariais decorressem da produtividade da mão-de-obra. No Brasil, na América Latina e nos países que utilizaram trabalho escravo, o bem-estar e a tranquilidade dependiam de uma tomada de consciência do trabalhador: sentir-se não como escravo, mas, sim como participante ativo do processo de produção.

Contudo, advertia Roberto Simonsen, não cultivemos a ilusão de uma possível igualdade social e material entre os homens. Apenas podemos influir no sentido de conseguir que, cada vez mais, esta hierarquia resulte dos valores individuais e não de riquezas materiais.

Os níveis de vida dependem de causas individuais e nacionais; ligam-se às funções das sociedades, e o exercício do trabalho está condicionado à capacidade e dons naturais dos indivíduos e à prosperidade geral.

A existência de desigualdades humanas não impede o homem de lutar por um padrão de vida condigno, ou seja, pela possibilidade de conseguir recursos e poder aquisitivo, a fim de que indivíduo e família possam garantir sua subsistência e imprimir adequada orientação às suas vidas, em harmonia com a evolução social.

Infere-se que, para Roberto Simonsen, o mercado de trabalho não obedece a um funcionamento automático, concorrencial e livre. A condução de uma eficaz política trabalhista é fruto de ação deliberada. Neste sentido, devem os industriais adotar novas diretrizes e considerar como uma nova força a insatisfação dos operários e atribuir-lhes justa remuneração com vistas a impedir o entravamento da produção.

Do ponto de vista social, a luta de classes não se justifica, e a sua existência só é explicada pelo fato de empresários e assalariados procurarem resultados imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses da sociedade.

Não podem os salários ser atribuídos apenas em termos de remuneração por horas trabalhadas, porquanto não é o salário nominal que interessa, mas, sim, o real, em termos de mercadorias e serviços postos à disposição do trabalhador. Contudo, aos países em vias de desenvolvimento, tal propósito merece especial cautela. Quando, ao pretenderem avançar no tempo, dissociam a questão social da realidade econômica, podem promulgar leis e defender princípios que eliminam seus produtos da concorrência internacional, em virtude da elevação do custo da mão-de-obra. Por essa razão, ao Direito Social,

instituidor das bases de uma política distributiva nacional, deve corresponder uma política social internacional propiciadora de uma distribuição mais equitativa dos meios de produção e de difusão da prosperidade mundial.

Perfeita é, a nosso ver, a consonância destas idéias de Roberto Simonsen com o pensamento da Igreja, desde a Encíclica "Quadragesimo Ano" até a "Populorum Progressio".

As atividades comerciais interferem na marcha do processo econômico como elemento indispensável ao necessário entrosamento entre as suas diferentes fases. Definindo-as como atividades terciárias promotoras da circulação e distribuição das riquezas desde a sua produção inicial até o consumo final, cuidou Roberto Simonsen de distinguir o comércio, como instituição, dos agentes operadores dos quadros comerciais e a atuação de uma classe social bem caracterizada, a dos comerciantes e comerciários, com função sócio-econômica de relevante contribuição na árdua tarefa de desenvolvimento econômico nacional.

A produtividade do comércio estava ligada ao conceito de valor, isto é, incorporava parcelas adicionais aos valores dos bens produzidos. Mas, além do sentido quantitativo, encerra também o sentido humanitário, cuja função é fazer chegar a todo ser humano, no local apropriado e no momento preciso, os artigos essenciais para manter-lhe o ritmo de vida.

Desta função resultam postulados de uma ética a que os comerciantes teriam de subordinar-se, no exercício de sua profissão, para

bem a exercer e enobrecê-la, em benefício próprio, da coletividade e de sua Pátria.

Pela sua função, o comércio ultrapassa os limites nacionais: o intercâmbio entre países diversifica a escolha dos consumidores, multiplica a produção e contribui para reduzir o desequilíbrio do rendimento nacional. Por outro lado, uma errônea política comercial pode conduzir um país a gastar quantia superior às suas possibilidades, a reduzir o seu desenvolvimento, a depender de economia de outras nações, a desproteger-se, enfim.

Mesmo os povos mais adiantados e enriquecidos recorreram às medidas protecionistas e às majorações tarifárias, quando perceberam a necessidade de proteger sua força de trabalho e de defender a produção nacional. Daí ser Roberto Simonsen contrário à concessão da cláusula de nação mais favorecida, nos tratados comerciais, entre países pobres e ricos. Pela mesma razão, teve êle a coragem de opor-se ao tratado comercial com os Estados Unidos, em 1935, e à Carta Internacional do Comércio e Emprego, em Havana, pois em ambos os casos, a aceitação dos termos em que eram vazadas as propostas implicavam na adoção de uma política liberal internacional.

Se o subdesenvolvimento, até a década dos 50, não fôra vencido, deveu-se à política livre-cambista seguida nessa época, inclusive no mercado financeiro internacional e que, em efeitos mais remotos, provocou a crise internacional de 1929-30.

Inclusive nos países industrializados notou-se o aumento do protecionismo agrícola, com satisfatórios resultados. Adepto do sistema de Economia Nacional, defendeu o protecionismo, quer aplicado à produção agrícola, quer industrial, para garantir o mercado interno.

Encontra-se na obra de Roberto Simonsen todo um programa de ação pioneiro, precursor do atual movimento de idéias sobre a integração econômica internacional.

Atualmente, constituindo o mundo uma só unidade, as nações mais ricas têm interesse em combater os focos de pobreza, de descontentamento e de revoltas. Como os problemas econômicos repercutem na ordem social, na política nacional e internacional, eles exigem a tomada de medidas econômicas e sociais, com vistas a disciplinar as relações entre os povos.

Igualmente, o comércio e as finanças devem promover, entre as nações, o intercâmbio de empreendimentos reprodutivos e de empréstimos externos, transferências de juros e amortizações, a fim de assegurarem a ampliação de estruturas, prestação de serviços e exportação ou importação de mercadorias enquadráveis em planos de desenvolvimento econômico.

Às nações de renda elevada, por sua vez, compete fomentar o comércio permanente e estável, pois, além de tratar-se de atitude humanitária, é-lhes vantajoso intensificar a produção e a criação de emprego nos países em desenvolvimento como veículos de expansão dos laços comerciais e culturais entre as diferentes populações.

Ainda que, de modo geral, se considere a moeda um instrumento a serviço das trocas em uma economia de mercado, a História Econômica nos revela que a moeda resulta da capacidade de produção de um país. Portanto, o seu valor é determinado pela relação entre quantidade de meios de pagamento e volume de produção realizada, cuja natureza depende das potencialidades do parque produtor.

No demonstrar que não basta emitir ou produzir, Roberto Simonsen situa-se em um meio termo entre quantitativistas e estruturalistas; é preciso fazer circular a riqueza até consumi-la. A circulação se processa não em um mercado fechado, mas, sim, em mercado aberto. Em última análise, o valor da moeda não depende somente da natureza, quantidade e qualidade da produção de um país, mas de seu comércio exterior, porquanto o intercâmbio em âmbito internacional afeta o seu poder de compra.

Se o valor da moeda deriva da relação entre volume de meios de pagamento, circulação e consumo da riqueza produzida, se, além disso, o consumo depende do poder aquisitivo do comprador, a conclusão é óbvia: a carestia da vida deveria ser denominada de insuficiência de ganho e depreciação da moeda. O problema monetário era, pois, de estrutura e eficácia do processo econômico.

Se são enormes os riscos da inflação, se as pressões inflacionárias prejudicam a economia e a população de um país, devem êles ser combatidos; mas a legítima luta contra tal estado de coisas se processa através da programação para a industrialização, ou seja,

com a tomada de um conjunto de medidas, visando iniciar ou acelerar o desenvolvimento econômico.

As medidas de contenção orçamentárias, por si, não debelam a inflação, uma vez que os deficits resultam do inadequado uso da moeda.

Imprescindível se fazia criar o Banco Central, cuja função de órgão regulador do sistema monetário creditício do país, subordinar-se-ia a normas elaboradas no sentido de auxiliar a expansão da economia como um todo.

O problema monetário, em suas relações com o desenvolvimento econômico, não podia desvincular-se dos processos de criação e distribuição da renda nacional. Logo, tornava-se impossível debelar a inflação sem programar o desenvolvimento.

A promoção do desenvolvimento exigia meios para financiar o planejamento econômico. O financiamento, por sua vez, resultaria do volume e repartição da renda nacional. O aumento desta simplificaria o problema de ordem econômica, social e política, mas dependia da existência de recursos naturais, da posição geográfica da região ou país, da produtividade, do trabalho do povo, do progresso tecnológico, da acumulação e disponibilidade de capitais.

Dentro das limitações dos dados estatísticos de sua época, procurou Roberto Simon - sen oferecer-nos um critério de cálculo da Renda Nacional. Reconheceu, porém, que tal critério era de aproximação e inadequado.

Se o mundo dividia-se em países ricos e pobres era porque algumas nações alteraram mais rapidamente suas estruturas econômicas e organizaram um sistema educacional em função direta da criação e consumo da riqueza.

Para vencer o pauperismo fazia-se mister possuir a suprema coragem de o reconhecer, investigar suas causas e combatê-las mediante um programa de ação que repousava em quatro fatôres fundamentais: dimensão dos recursos naturais; capacidade de trabalho da população; aprimoramento técnico e reformulação das estruturas econômicas.

Desenvolvimento econômico significa a atuação positiva nos quatro setôres apontados, antecipada por um planejamento prévio que apesar de possuir conteúdo político, constitui apenas uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares e deve mesmo propiciar ambiente de segurança que favoreça o mais eficaz aproveitamento da iniciativa privada. É, antes de tudo, um esfôrço para disciplinar, no bom sentido, o movimento de reformas de estruturas e processos.

Não bastava apelar para as gerações presentes, incitando-as a poupar e fazer sacrifícios em prol do desenvolvimento; não bastava, também, defender a idéia de programação; era imprescindível fixar um sistema de prioridades, a fim de desenvolver o plano, sem ferir o princípio básico da democracia e da liberdade empresarial, bem como a conjugação entre a atividade privada e a ação estatal.

O desenvolvimento econômico, apoiado na programação, decorre da política econômica. No plano internacional, são duas as grandes doutrinas, alicerces de possíveis políticas: a do sistema Capitalista e a do Sistema Comunista.

O nacionalismo, não podia ser compatível com a doutrina coletivista, porque o comunismo visa a internacionalização de um novo modo de vida e de uma nova escala de valores. Não se detém diante de nenhum obstáculo, porquanto aceita que os fins justificam os meios.

O comunismo coletivista apóia-se na massificação das populações e procura incentivá-las nesse sentido. O homem-massa não raciocina e propende a aceitar todos os extremismos, tanto de esquerda, quanto de direita.

Por outro lado, o Capitalismo Liberal, apesar de defender a liberdade política, doméstica e espiritual, de garantir a propriedade privada dos meios de produção e exaltar o papel positivo da liberdade de iniciativa e concorrência, geradores de progresso e aceleradores do desenvolvimento, não conseguiu impedir os desníveis econômicos entre indivíduos, regiões e países.

Como consequência deste desequilíbrio, observa-se que no plano internacional, os países com produção elevada, os esforços convergem para a melhor distribuição de riquezas e maior proteção do consumidor. Nos países de baixo rendimento nacional, a propriedade é concedida, em primeiro lugar, ao fomento da produção em geral. Se, entretanto, as nações em de

desenvolvimento imitarem normas e diretrizes econômicas dos países desenvolvidos, tal política não autêntica, poderá conduzi-los a graves erros, tanto no plano interno, quanto no internacional.

No setor interno, procurar-se-ia repartir a miséria, uma vez que a produção seria insuficiente. No plano internacional, a falta de realismo dar-nos-ia a ilusória impressão de igualdade, decorrente de um condenável espírito de imitação e da tentativa de ocultar uma pobreza envergonhada. São assim se explica, por parte destes países, a aceitação da cláusula de nação mais favorecida, imposta pelas nações mais adiantadas.

Deveria o Brasil adotar, sem receio medidas intervencionistas e, mediante o protecionismo, inclusive o cambial, organizar a defesa de nossa economia, pois o controle de câmbio representa um processo estratégico de auxílio a um país em desenvolvimento.

Era imprescindível substituir o critério de uma política internacional de trocas, em bases rigorosamente econômicas, por outro de cooperação real em consonância com as correlações de ordem política, econômica e social, a fim de se reduzirem os desníveis econômicos internacionais.

Os Estados Unidos, porém, ao abandonarem o Protecionismo pelo Liberalismo, muito prejudicaram os países em desenvolvimento, particularmente a América Latina. Não percebeu o governo norte-americano que, com o seu auxílio estaria fornecendo meios eficazes para comba-

ter o comunismo e fortalecer a sua política internacional.

As relações econômicas internas e externas exigem franqueza e lealdade, virtudes que não devem ser interpretadas como humilhação ou hostilidade, mas, sim, como reconhecimento de um imperativo nacional. Fazia-se necessário reclamar a cooperação econômica e técnica a que a América Latina tinha direito, pela sua atuação na defesa do Pan-americanismo e da democracia.

A obra de Roberto Simonsen conduziu-o a uma posição doutrinária, como término da evolução de um pensamento, mas não como ponto de partida da construção de um sistema de idéias. Neoliberal, percebeu que o desenvolvimento econômico programado exige a aceitação e defesa de uma posição doutrinária. Não podiam os países em desenvolvimento aceitar o liberalismo em sua forma clássica. Urgia estimular a liberdade de iniciativa, mas a de concorrência, ainda que defendida e amparada, deveria limitar-se ao atendimento do bem-estar social.

Depois de um século de tentativas de aplicação da doutrina liberal do Capitalismo, defrontamo-nos com a devastação de riquezas naturais, sucessivas crises econômicas, miséria em meio à abundância, crescente concentração de riqueza em pequeno número de mãos, exploração do homem pelo homem, aglomerados urbanos carentes de bens essenciais, devido às dificuldades de abastecimento e profunda diferenciação entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Todos estes motivos mostraram a ineficácia e a inoperância do mecanismo auto-regulador dos mer

cados e, por consequência, surgia, cada vez mais frequente, o intervencionismo de Estado, mesmo em nações tipicamente capitalistas, como os Estados Unidos.

Defendeu como solução para o problema doutrinário e a opção por este ou aquele conjunto de idéias, a real, a ser procurada na análise científica dos fatos criados pelos sistemas econômicos correspondentes a cada tipo de doutrina econômica.

É possível ser intervencionista sem destruir o primado da liberdade de iniciativa. Não se admite a existência de nação sem protecionismo; impõe-se, pois, a intervenção estatal onde quer que haja falha ou incapacidade da iniciativa privada sem a exigência de opção entre capitalismo e socialismo.

Foi a doutrina do Sistema de Economia Nacional que permitiu aos países da Europa Ocidental atingirem altos níveis de bem-estar e à economia norte-americana desenvolver-se. A História Econômica dos países desenvolvidos demonstra que o intervencionismo estatal e o protecionismo alfandegário não destroem o empreendimento privado, apenas o condicionam e são, sem dúvida, condições essenciais para o êxito na luta contra o subdesenvolvimento.

Não obstante, considerou Roberto Simonsen, é necessário cautela no escolher um protecionismo industrial e agrícola sadio, ao invés do protecionismo fiscal contingente e irreprodutivo, embora constitua eficiente auxiliar na solução de impasses financeiros do Poder Público.

Em síntese, podemos concluir que:

1. Engenheiro e economista, conciliou sua capacidade de empresário com a difícil e importante missão de homem público.
 2. Homem prático e realizador, aliou suas atividades de empresário com as de intelectual voltado para a ciência e a doutrina econômica.
 3. Investigando o passado, em busca de elementos explicativos do mundo em que vivia e atuava, alargou o campo de aplicação da história econômica e graças aos conhecimentos adquiridos, iniciou o ensino de uma nova disciplina, no curso superior: a História Econômica do Brasil.
 4. Expressou em sua obra o sentido autêntico do internacionalismo, no qual a harmonia mundial só poderia resultar de um franco e completo entendimento entre as nações para transformar em riquezas todas as potencialidades de cada país.
 5. O desenvolvimento econômico do continente sul americano envolvia duplo aspecto: renovação e ampliação. Renovação do capital fixo e atualização das técnicas empregadas, assim como dos métodos em uso; e reforma das estruturas econômicas existentes.
 6. Os países subdesenvolvidos têm vivido à custa de instituições políticas e econômicas copiadas das nações desenvolvidas de civilização ocidental; daí terem-se afastado
-

da realidade e acentuado os desequilíbrios entre ricos e pobres.

7. O rendimento nacional real é o agregado dos bens postos à disposição dos habitantes do país e não o valor monetário dos bens materiais.
8. O grau de desenvolvimento de uma economia depende fundamentalmente da maneira pela qual o homem ocupa o solo, adquire técnicas, aprimora a força de trabalho, racionaliza as atividades e se utiliza das riquezas naturais.
9. Injustamente acusado de ter combatido a expansão agrícola, defendeu êle, entretanto, a integração agricultura-indústria e demonstrou que o avanço técnico não beneficiava apenas a produção secundária, mas podia e devia fornecer maquinaria e métodos de racionalização do trabalho para multiplicar a produção primária.
10. A indústria sempre promove o desenvolvimento econômico de um país, pois acelera o aumento do rendimento real das nações e do bem-estar social.
11. Precursor brasileiro da Teoria do Desenvolvimento Econômico Equilibrado, foi contrário à idéia de os países pobres industrializarem-se, à semelhança das grandes potências industriais do mundo. Defendeu o dimensionamento do parque industrial, em função da capacidade de consumo e a intensificação da produção, conco

mitantemente com a ampliação do mercado interno.

12. Precursor da Teoria dos Pólos de Crescimento, ao aceitar que o progresso industrial, em um país, tende a propagar-se das zonas mais ricas para as pobres e a expandir-se das nações historicamente mais desenvolvidas para as demais nações, cujos povos ainda desconhecem as suas riquezas potenciais e tampouco contam com sistema educacional necessário à diversificação da força de trabalho.
13. Ressaltou, apoiado em seu espírito humanitário, como principais objetivos da Política Econômica: melhoria do bem-estar e aperfeiçoamento do mercado de trabalho para a promoção do ser humano mediante aumento de produção e diminuição do custo de vida e elevação do seu padrão de consumo.
14. A questão social resulta da desorganização econômica e do atraso da tecnologia, dos quais derivam a pobreza e a má repartição de riquezas. A sua solução depende do aumento da produtividade do trabalho e da produção nacional, fatores que concorrerão para que a prosperidade permita adequada repartição da riqueza real.
15. A formação de mão-de-obra qualificada, bem como o acesso às oportunidades de educação em geral, constituem, a única maneira favorável à elevação do salário real.

16. A perturbação no ritmo de desenvolvimento e conômico de um país ocorre quando se dissocia a questão social da capacidade econômica da nação. Provocada pelo governo, através de leis e princípios, pode eliminar a nação do mercado internacional, em virtude da elevação da remuneração do trabalho.
17. Defendeu, em certo sentido, a atual doutrina social da Igreja, quando propugnou pela divulgação do Direito Social em âmbito internacional, com os objetivos de alcançar uma distribuição mais equitativa aos meios de produção e eliminar as barreiras opostas ao desenvolvimento econômico.
18. As suas idéias sobre o papel do comércio no entrelaçamento dos diferentes ramos de produção e nas ligações entre o produtor e o consumidor, sobre o papel da moeda e suas relações com o sistema econômico, sobre a interdependência econômica no âmbito internacional e as manipulações cambiais como variáveis estratégicas do desenvolvimento, constituem provas de que foi um precursor da Teoria da Integração Econômica.
19. Previu a possibilidade de uma redefinição do Pan-americanismo e de um melhor entendimento entre os países da América Latina, com vistas a substituir o regime concorrencial pelo de complementaridade de produções. Inclui-se, pois, entre os idealizadores do futuro Mercado Comum Latino-Americano.

20. Subordinou o desenvolvimento ao planejamento - técnica que, embora envolva conteúdo político, não se identifica com forma de governo - e a execução de ação escalonada segundo sistema de prioridades pré-estabelecidas.
21. O desenvolvimento econômico depende das diretrizes programadas pela política econômica que, para a América Latina, em virtude de sua história e conteúdo cultural, só revelará aspectos de autenticidade quando sob a forma de uma Democracia Liberal.
22. Foi ao fim de sua vida, obrigado a uma definição filosófica: o desenrolar dos acontecimentos e o aprimoramento de suas idéias transformaram-no em um neoliberal, ao compreender que o desenvolvimento econômico programado exige a aceitação e defesa de uma determinada posição doutrinária.
23. A opção por um sistema econômico deve decorrer da análise da realidade e dos resultados alcançados na aplicação prática do arcabouço ideológico de cada doutrina econômica.
24. A história dos países desenvolvidos revela serem a Intervenção de Estado e o Protecionismo Alfandegário preciosos instrumentos de política econômica. O êxito de um programa desenvolvimentista exige a corresponsabilidade do Estado e a participação ativa da iniciativa privada, havendo, portanto, plena possibilidade de intervenção programada do Estado, sem a destruição dos princípios básicos do Capitalismo.

25. Foi um representante do Sistema de Economia Nacional iniciado na Alemanha por Frederico List, e aplicado como plano de ação em diferentes países. Coloca-se, pois, ao lado de Amaro Cavalcanti, mas o seu pensamento apresenta-se mais elaborado e completo, porquanto iniciou a sua obra no ponto em que aquele ilustre economista concluía a sua.



BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE ROBERTO SIMONSEN

- O MUNICÍPIO DE SANTOS, 1912.
- OS MELHORAMENTOS MUNICIPAIS DE SANTOS, 1912.
- O TRABALHO MODERNO, in O Estado de São Paulo,
Seção de "Obras", 1919.
- O ASFALTAMENTO DE SÃO PAULO - ASPECTO TÉCNICO,
"Memória apresentada ao Instituto de
Engenharia de São Paulo, Tipografia
Brazil de Rothschild & Cia., 1923.
- A SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO BRASIL, Es
colas Profissionais do Liceu Coração
de Jesus, CIESP-FIESP, 1928.
- ORIENTAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA, CIESP, São
Paulo Editôra Ltda., 1928.
- AS CRISES NO BRASIL ("Crises in Brazil") no li
vro Crises, Finance and Industry, São
Paulo Editora Ltda, 1930.
- AS FINANÇAS E AS INDÚSTRIAS, São Paulo Editôra
Ltda., 1931.
- A CONSTRUÇÃO DOS QUARTÊIS PARA O EXÉRCITO, São
Paulo, 1931.
- À MARGEM DA PROFISSÃO, São Paulo Editôra Ltda.,
São Paulo, 1932.
-

- RUMO À VERDADE, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1933.
- PANDIÃ CALÓGERAS NA OPINIÃO DE SEUS CONTEMPORÂNEOS, Roberto Simonsen, Antonio Gontijo de Carvalho e Francisco Salles Oliveira, Tipografia Siqueira, São Paulo 1934.
- ORDEM ECONÔMICA, PADRÃO DE VIDA E ALGUMAS REALIDADES BRASILEIRAS, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1934.
- ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL, São Paulo Editôra Ltda., São Paulo, 1935.
- HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL - 1500 a 1820, Cia Editôra Nacional, 1937.
- A INDÚSTRIA EM FACE DA ECONOMIA NACIONAL, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1937.
- POSSIBILIDADES DA EXPANSÃO INDUSTRIAL DO BRASIL, FIESP, 1937 e no livro: A Indústria em Face da Economia Nacional, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo.
- OBJETIVOS DA ENGENHARIA NACIONAL, Separata do Boletim do Instituto de Engenharia, nº 148, Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, setembro, 1939.
- A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL (Brazil's Industrial Evolution), Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo, 1939.
- ASPECTOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO CAFÉ, Separata da Revista do Arquivo, nº LXV, São Paulo, 1940.

RECURSOS ECONÔMICOS E MOVIMENTOS DAS POPULAÇÕES, Editôra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1940.

NÍVEIS DE VIDA E A ECONOMIA NACIONAL, Editôra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1940.

RECLAMAÇÕES APRESENTADAS AO DR. ARTHUR DE SOUZA COSTA, MINISTRO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA DO BRASIL, Pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Tipografia Siqueira, São Paulo, 1941.

AS INDÚSTRIAS E AS PESQUISAS TECNOLÓGICAS, Editôra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1941.

O CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL DE 1942, Gráfica Siqueira, São Paulo.

AS CLASSES PRODUTORAS DO BRASIL E O MOMENTO NACIONAL, Editôra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1942.

ENSAIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS, Editôra da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943.

ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA MAIS CONVENIENTE AO BRASIL PARA O PERÍODO DE APÓS GUERRA - Geografia e Política Industrial, Gráfica Siqueira, São Paulo 1943.

A ENGENHARIA E A INDÚSTRIA, Gráfica Salles Oliveira e Cia. Ltda., São Paulo, 1944.

ELOS DA INDÚSTRIA, FIESP, São Paulo, 1944.

A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, Gráfica Siqueira, São Paulo, 1944.

O CONCEITO DE RENDA NACIONAL, in Problemas de Política Econômica, Ed. Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1944.

A INDÚSTRIA E SEUS PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1945.

ROOSEVELT, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1945.

O PLANEJAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA, Réplica a Gudin, Ed. Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1945.

O PROBLEMA SOCIAL NO BRASIL, Ed. Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1947.

CULTURA E CIVILIZAÇÃO, Ed. Indústria Gráfica Siqueira, São Paulo, 1947.

AS ATIVIDADES DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Serviço Social do SESI, São Paulo, 1947.

AS CLASSES PRODUTORAS DO BRASIL E O PARTIDO COMUNISTA, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, in Discursos, SESI, 1947.

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DAS CIÊNCIAS, Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, 1948.

DIREITO INTERNACIONAL SOCIAL, Ed. Gráfica Paulista S/A., São Paulo, 1948.

SIMONSEN E A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA, Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.

ARTIGOS SÔBRE ROBERTO SIMONSEN

AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de, "Roberto Simonsen", in Revista Industrial de São Paulo, agosto, 1948.

BERLINCK, Cyro, "Roberto Simonsen: A Indústria, as Ciências Sociais e a Realidade Brasileira", Discurso in Memoriam, Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1948.

BRÁSILIO MACHADO NETO, "Roberto Simonsen", Discurso Proferido na Assembléia Legislativa do Estado, Digesto Econômico, Ano IV, nº 43, junho, 1948.

CHATEAUBRIAND, Assis, "O Lídador", in Revista Industrial de São Paulo, junho, 1948.

DANTAS, Humberto, "A Ação e a Cultura na Obra de Roberto Simonsen", in Diário de São Paulo, 2º Caderno, 28/5/1967.

DERTÔNIO, Hilário, "Roberto Simonsen e a Pesquisa Técnica", in Revista Industrial de São Paulo, julho, 1948.

DEVISATE, A., RIBEIRO DOS SANTOS, A.V., COSTA SANTOS, M., Roberto Simonsen CIESP-FIESP (Forum Roberto Simonsen), s/d.

DI FRANCO, Edda, Roberto Simonsen - Vida Quotidiana (Palestra), SENAI, 1960.

DJACIR MENEZES, "Simonsen e os Problemas da Economia Nacional", Digesto Econômico, Ano IV, nº 43, junho, 1948.

FONSECA, Annibal Freire da, "Filinto de Almeida e Roberto Simonsen", Notas Bibliográficas, Ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1952.

HERNANI DE BARROS, Bernardo, "Roberto Simonsen", in Revista Industrial de São Paulo, outubro, 1948.

LIMA, Heitor Ferreira, Homens de São Paulo, Edição Comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, Livraria Martins Editôra S/A.

——— Mauã e Roberto Simonsen, Ed. Edaglit, São Paulo, 1963.

MACEDO SOARES, J. C., "Saudações Acadêmicas", in Cultura e Civilização, Indústria Gráfica Siqueira, 1947.

O ESTADO DE SÃO PAULO, Roberto Simonsen, Edição de 26/5/1958.

REVISTA INDUSTRIAL DE SÃO PAULO, "O Falecido Dr. Roberto Simonsen - Últimas Homenagens", Discursos Proferidos, junho, 1948.

——— Homenagens à Memória do Senador Roberto Simonsen na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, julho, 1948.

——— Homenagens à Memória do Senador Roberto Simonsen em Santo André, setembro, 1948.

RIOS FILHO, Morales de los, "Roberto Simonsen - Vida e Obra" (Separata), in Revista de Engenharia, vol. VII, novembro, 1948.

SCHLESINGER, H., Enciclopédia da Indústria Brasileira, 5º Vol., Editora Brasiliense, 1959.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), Roberto Simonsen - Homem e Obra, Departamento Nacional, 1951/1957.

— Roberto Simonsen, Homenagem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, SESI e SENAI, Recordando o Aniversário de seu Falecimento, Curitiba

SERVIÇO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA À INDÚSTRIA (SENAI), "Roberto Simonsen", in Grandes Figuras da Indústria, s/d.

